UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Wagner Cavalcante Farias

Memórias e subjetividades como paralelas e transversais:
emoções e gênero nas narrativas das eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda – CE (1992 – 2020)

Florianópolis
2026

Wagner Cavalcante Farias

Memórias e subjetividades como paralelas e transversais:
emoções e gênero nas narrativas das eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda – CE (1992 – 2020)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Global.

Orientador(a): Prof.(a) Joana Maria Pedro, Dr.(a)

Florianópolis
2026

Farias, Wagner Cavalcante
Memórias e subjetividades como paralelas e transversais: : emoções e gênero nas narrativas das eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda – CE (1992 – 2020) / Wagner Cavalcante Farias ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2026.
333 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. História. 2. Catunda. 3. Gênero. 4. Emoções. 5. Mulheres na/da política. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.



Wagner Cavalcante Farias

Memórias e subjetividades como paralelas e transversais: emoções e gênero nas narrativas das eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda – CE (1992 – 2020)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24 de fevereiro de 2026, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

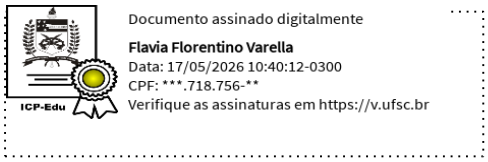
Prof.(a) Gleidiane de Sousa Ferreira, Dr.(a)
Instituição Universidade Estadual Vale do Acaraú

Prof.(a) Teresa Kleba Lisboa, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

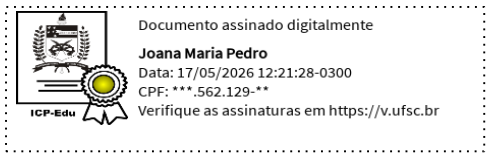
Prof.(a) Nucia Silva de Oliveira, Dr.(a) – Suplente Externa
Instituição Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof.(a) Cristina Scheibe Wolff, Dr.(a) – Suplente Interna
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em História Global pelo Programa de Pós-Graduação em História.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Prof.(a) Joana Maria Pedro, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2026.

Dedico este estudo a todas as mulheres eleitas que com presenças e ideias, em paralelas e transversais transpuseram – e transpõem – os limites patriarcais e reinventam a democracia.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é belo, principalmente por não ter fórmula. Se agradece quando o coração transborda, afinal ser grato exige recordar – voltar ao coração – para reconhecer a graça, o agradável e o acolhedor. No instante que escrevo esses breves agradecimentos, muita coisa palpita dentro de mim, então só penso: SOU GRATO...

Sou grato a meus familiares, em especial minha família nuclear. Minha mãe Francisca Cavalcante Costa e meu pai Edvar Farias Mororó, que nunca mediram esforços para me ajudar a seguir o sonho de pesquisador. A minhas meninas, Ana Melissa, Maria Lorena e a minha irmã Milene Farias, por quem busco me fazer exemplo.

Sou grato à minha orientadora, Joana Maria Pedro, que com paciência e afeto sempre esteve disposta e disponível na construção desse trabalho. Sendo atenciosa e carinhosa quando mais precisei, ela humanizou a orientação de maneira que hoje a chamo de amiga.

Sou grato a banca examinadora desta dissertação, obrigado pela leitura atenciosa e as importantes considerações. Esse trabalho [per]feito ganhou uma melhor forma pela disponibilidade de vocês em me ajudar a construí-lo.

Sou grato a queridas professoras Cristina Scheibe Wolff, que me acolheu como estagiário e me iniciou nos estudos da História das Emoções, e também Janine Gomes Silva, pelas conversas, indicações de leitura e pelos encontros em sala de aula ou nas militâncias.

Sou grato à querida Gleidiane de Sousa Ferreira, que me iniciou nos caminhos dos estudos de gênero, me acompanhou e orientou na escrita monográfica e ainda hoje me incentiva nos combates pela História. Amplifico esse agradecimento também ao seu companheiro Marcos Luã de Freitas e aos pequenos e queridos Caetano e Tom.

Sou grato também ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC e ao Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL) da UEVA, coletivos onde somo e divido vivências, redes onde experiencio saberes e afetos.

Sou grato a cada mulher sujeito dessa pesquisa, que compartilhou comigo suas experiências e vivências, contribuindo substancialmente para esse estudo e,

também, para o desenvolvimento da amada cidade de Catunda. De modo especial menciono a primeira prefeita do município e querida amiga Regina Elena Magalhães, que desde meus primeiros estudos, ainda na graduação, não mediu esforços para me ajudar na realização do trabalho. Esse projeto também é vosso!

Sou grato a minha companheira Antonia Dnara da Costa Nascimento Lima, que caminha comigo há mais de dez anos e a cada passo me acolhe, me ajuda e não abandona. Sou grato pelos momentos que desaguamos, reclamamos e cooperamos um com o outro. Do processo seletivo até a escrita e defesa desse estudo. Essa pesquisa é nossa, meu amor, porque sem você ela até seria possível, contudo, seria mais difícil.

Sou grato a Isabela Rodrigues Regagnan, amiga que o mestrado me presenteou e a quem aprendi rapidamente a amar – em ondas. Cada encontro foi intenso e profundo. A tenho tão longe, mas te sinto tão perto. Amiga, grato por cada [a]mar que mergulhamos juntos.

Sou grato ainda a Tamiris Serafi, Emannuela Harakassara, Vanessa Chitolina, Bruna Brusnello, Noelen Weise, Elaine Schmitt e Morgani Guzzo outras queridas amigas que a pós-graduação me proporcionaram conhecer e se envolver.

Sou grato a meu grande amigo Marciel Silva do Nascimento, que com carinho imenso me abraçou apertadamente e a cada aperto me dava a sensação de segurança e força.

Sou grato a meus amigos e compadres Amanda de Sousa Viana e José Lito Moura Neto Siebra que perguntavam constantemente como eu estava, me incentivaram e sempre diziam: “Eh, boy, vai dar certo!”. Deixa eu dizer a vocês, deu certo e vocês são parte disso.

Sou grato a amiga Maria Disnei, com quem pude dividir a angústia e o cansaço da escrita. Também aos meus amigos Fannuel Santos e Stefany Araújo, que também abriram os braços para me acolher e me abraçaram de forma muito carinhosa, meus “sempre”.

Sou grato a meu afeto – é assim que o vejo – Marcelo Aguiar de Menezes, gratidão pelas chamadas de atenção, pela preocupação e até pelas vezes que me viu tenso e me chamou para aliviar. Você, juntamente com Diego de Almeida Rocha, meu amado amigo irmão, e Day Rodrigues, minha artista pessoal, foram refúgio e calmaria. Por cada momento, obrigado.

Sou grato a Luana César – minha querida Lua – personal e amiga, que me ajudou a cuidar muito mais do meu corpo, mas da minha mente. Que contribuiu com minha progressão física, mas igualmente pessoal. Que disse “te amo”, mesmo quando fraquejei, o que me deu forças para não desistir e tentar, tentar, tentar até conseguir. Vamos celebrar, conseguimos.

Sou muito grato ao meu terapeuta Danilo Aragão, que me ouviu e mais ainda, me auxiliou a compreender o que eu mesmo dizia. Que me motivou a parar quando necessário, me ajudou a seguir quando estive pronto e que celebrou cada passo que precisei dar até o gozo da entrega desse trabalho.

Sou grato a diretoria da Associação Nacional de História – Secção Ceará, gestão História Viva: diversidade e luta (biênio 2024 – 2026), que foi lugar de contato, trabalho coletivo e trocas. Meus amigos Caio Lucas Morais e Aline Rizzo, obrigado por sempre buscarem saber como estava a pesquisa, isso fez muito diferença.

Sou grato a meus amores de Catunda, em destaque meu padrinho Raí Azevedo e seus pais – Toinha e Gerardinho –, que sempre me apoiaram, me abraçaram e disseram: “vai meu filho, que vai dar certo”. As minhas madrinhas Fabíola Alves e Rayla Chaves, que também emanavam energias e acreditaram em mim. A minha comadre e amiga Edilania Pessoa e de modo muito especial a minha afilhada e amiga Lívia Pessoa e seu companheiro Leonardo Morais, que sempre estavam comigo, mesmo à distância, meu muitíssimo obrigado.

Sou grato à comunidade escolar Monsenhor Ximenes, em Catunda, onde estava trabalhando quando iniciei meus estudos. Sem a disposição e auxílio do Núcleo Gestor, na pessoa do então diretor Valberto Ferreira e, principalmente, das minhas amigas professoras, Isabel Cristina, Neiane Crispim, Crislany Ferreira e Fabíola Pacheco, que se dispuseram a me ajudar a carregar o peso que era estudar e trabalhar, esse trabalho teria sido menos possível.

Sou grato a comunidade escolar Raul Monte, onde estou hoje, ao Núcleo Gestor na pessoa da diretora Tatyane Moraes, que sempre me acolheu e entendeu minhas necessidades; aos meus colegas professores e professoras, na pessoa de minhas amigas Isabele, Francisca, Nayara Oliveira e Jamily que sempre perguntavam sobre o trabalho e me incentivaram, como possível; e de modo muito especial aos meus alunos e alunas que me ajudaram, sem nem saber, a estudar e

que nos encontros, seja falando de História e de temas transversais, seja de Projetos de Vida, me abraçaram e muito mais me ensinaram do que aprenderam.

Para não me estender nesse solilóquio, quero deixar registrado a todos e todas que direta e indiretamente contribuíram para a escrita desse trabalho, que mencionados e mencionadas ou não, trago no coração, minha sincera gratidão!

Votemos para mudar
A cara e a cor do poder
Paremos de discursar
Sobre o que não pode ser
Porque pode ser que sim
E se depender de mim
As mulheres vão vencer!
(Silva, 2024, p. 121)

RESUMO

A presente pesquisa busca problematizar as questões de gênero e das emoções a partir das vivências e experiências narradas pelas mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda entre 1992 e 2020, para compreender as trajetórias dessas mulheres na política formal no interior do estado do Ceará e as dinâmicas que elas mobilizam ao ocuparem espaços de poder. Trata-se de uma pesquisa situada localmente, mas conectada a debates e processos históricos e políticos globais. O referencial teórico mobiliza contribuições de Pierre Bourdieu, especialmente os conceitos de habitus, capital e campo, articulados aos estudos de gênero e das emoções, possibilitando compreender tanto as singularidades das trajetórias políticas — entendidas como linhas paralelas — quanto as regularidades que as atravessam — concebidas como linhas transversais. Ao analisar as entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2021 se evidenciou que as trajetórias dessas mulheres são marcadas por suas subjetividades e pelos contextos das narrativas, assim como por desafios estruturais relacionados ao sistema patriarcal supremacista branca capitalista imperialista. O campo das emoções foi importante para compreender as formas pelas quais essas mulheres constroem vínculos – amizade -, enfrentam as múltiplas violências – materiais e simbólicas – e mobilizam afetos enquanto estratégias de legitimação de suas práticas políticas. Além das entrevistas, outras fontes foram importantes para aprofundar as reflexões que seguem, tais como episódios do podcast da rádio local – Podver na Rádio Planalto FM –, onde algumas dessas eleitas foram convidadas para pensar suas trajetórias na política catundense. Ainda, em periódicos do Diário do Nordeste encontrados na Hemetoreca da Biblioteca do Estado do Ceará, alguns registros em atas da Câmara Municipal e, também, cordéis, discursos e fotografias disponíveis nos arquivos pessoais dessas mulheres.

Palavras-chave: Catunda; gênero; emoções; mulheres na/da política.

ABSTRACT

This research seeks to address issues of gender and emotions based on the experiences narrated by women elected to municipal executive and legislative positions in Catunda between 1992 and 2020, in order to understand these women's trajectories in formal politics in the interior of the state of Ceará and the dynamics they mobilize when occupying positions of power. This is a locally situated study, but one that is connected to global historical and political debates and processes. The theoretical framework draws on contributions from Pierre Bourdieu, especially the concepts of habitus, capital, and field, articulated with gender and emotion studies, enabling an understanding of both the singularities of political trajectories—understood as parallel lines—and the regularities that traverse them—conceived as transversal lines. An analysis of the interviews conducted between October and November 2021 revealed that these women's trajectories are marked by their subjectivities and the contexts of their narratives, as well as by structural challenges related to the imperialist, capitalist, white supremacist patriarchal system. The field of emotions was important for understanding the ways in which these women build bonds—friendships—face multiple forms of violence—material and symbolic—and mobilize affections as strategies for legitimizing their political practices. In addition to the interviews, other sources were important for deepening the reflections that follow, such as episodes of the local radio podcast – Podver on Rádio Planalto FM – where some of these elected officials were invited to reflect on their trajectories in Catundense politics. Also important were issues of the Diário do Nordeste newspaper found in the Hemetoreca of the Ceará State Library, some records in the minutes of the City Council, and also cordel literature, speeches, and photographs available in the personal archives of these women.

Keywords: Catunda; gender; emotions; women in/of politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará 40
Figura 2 – Captura de tela da transmissão de posse da prefeita Ravenna Lima 97
Figura 3 – Agentes perpetradores da violência política contra as mulheres 122
Figura 4 – Capa do “Informativo Popular” tirado durante as eleições de 2000 126
Figura 5 – Segunda página “Informativo Popular” 127
Figura 6 – Recorte do Diário Oficial do Ceará nº 14.822, de 20 de maio de 1988 ..203
Figura 7 – Santinho Regina Elena campanha de 1992 209
Figura 8 – Matéria comemorativa 04 anos de emancipação de Catunda, jornal Diário do Nordeste, ano XIII, n. 4.503, 1º Caderno, seção Informe, p. 9, 09 de set. de 1994 210
Figura 9 – Primeira matéria encontrada tratando de Catunda pós emancipação, jornal Diário do Nordeste, ano XII, n. 4.192, 1º Caderno, seção Interior, p. 11, ...220
Figura 10 – Matéria comemorativa 05 anos de emancipação de Catunda, jornal Diário do Nordeste, ano XIV, n. 4.851, 1º Caderno, seção Informe, p. 13, ...228
Figura 11 – Recorte da matéria comemorativa 05 anos de emancipação de Catunda, jornal Diário do Nordeste, 1º Caderno, seção Informe, p. 13, 07 de set. de 1995...231
Figura 12 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 1988. 292
Figura 13 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 1992. 292
Figura 14 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 1996. 293
Figura 15 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2000. 293
Figura 16 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2004. 294
Figura 17 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2008. 294
Figura 18 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2012. 295

Figura 19 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2016. 295
Figura 20 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2020. 296
Figura 21 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2024. 296

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mulheres eleitas diretamente em Catunda (1992 – 2024).....38
Quadro 2 – Projetos de Títulos de Cidadania propostos na Câmara de Catunda...177
Quadro 3 – Fontes de pesquisa para a História Política de Catunda.....261
Quadro 4 – Mulheres que primeiro ocuparam cargos de poder formal – eletivos ou não – no Brasil republicano.....265
Quadro 5 – Mulheres eleitas para o executivo – presidenta ou primeira-ministra – na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (1973 – 2023).....267
Quadro 6 – Mulheres eleitas para o legislativo cearense entre 1974 e 2022 em ordem cronológica de legislatura.....270
Quadro 7 – Mulheres eleitas para o legislativo federal pelo Ceará entre 1988 e 2022 em ordem cronológica de legislatura.....272
Quadro 8 – Partido das mulheres eleitas para o legislativo estadual e federal, Ceará (1975 – 2022).....273
Quadro 9 – Resultado das eleições municipais em (Senador) Catunda, 1992 276
Quadro 10 – Resultado das eleições municipais em (Senador) Catunda, 1996 277
Quadro 11 – Resultado das eleições municipais em (Senador) Catunda, 2000 278
Quadro 12 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2004 280
Quadro 13 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2008 282
Quadro 14 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2012 284
Quadro 15 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2016 286
Quadro 16 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2020 288
Quadro 17 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2024 290
Quadro 18 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nas eleições de 1988[1] 297
Quadro 19 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 1992[1] 298
Quadro 20 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 1996[1] 299
Quadro 21 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2000.....300
Quadro 22 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2004[1] 301

Quadro 23 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2008[1] 302
Quadro 24 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2012[1] 303
Quadro 25 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2016.....305
Quadro 26 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2020[1] 307
Quadro 27 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2024.....309
Quadro 28 – Pequeno perfil das eleitas e eleitos nas eleições municipais de Catunda, 2000 – 2024.....313
Quadro 29 – Perfil de candidaturas 2024, em diferentes níveis de abrangência, considerando cor/raça e gênero.....317
Quadro 30 – Perfil de candidaturas 2020, em diferentes níveis de abrangência, considerando cor/raça e gênero.....318
Quadro 31 – Perfil de candidaturas 2016, em diferentes níveis de abrangência, considerando cor/raça e gênero.....319
Quadro 32 – Plataformas legais que propõem dirimir as assimetrias de gênero e combater a dominação masculina e a consequente opressão das mulheres 320
Quadro 33 – Cronologia da conquista dos direitos políticos das mulheres (votar e serem votadas) e participação das primeiras eleitas nos parlamentos nacionais na região da América Latina e do Caribe.....322
Quadro 34 – Sistema político eleitoral, leis de cotas de gênero e quantidade de mulheres nas casas legislativas região da América Latina e do Caribe. 324
Quadro 35 – Dispositivos legais que no Brasil buscam dirimir as assimetrias de gênero na política e contribuir para o acesso das mulheres aos espaços de poder formal nesses últimos trinta anos.....327

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População recenseada entre 1991 e 2022 considerando sexo.....33
Tabela 2 – Perfil do eleitorado entre 2012 e 2024 considerando sexo.....34
Tabela 3 – Eleitorado apto, comparecimentos, abstenções e perfil de votantes em Catunda entre 2000 e 2024.....275
Tabela 4 – Partidos das mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará entre 1998 e 2024.....311
Tabela 5 – População recenseada em quatro níveis de abrangência (2010 – 2022) considerando cor ou raça.....316

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALECE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
ARENA	Aliança Nacional Libertadora
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIM	Comissão Interamericana de Mulheres
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
GEHGAL	Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
MESECVI	Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PARLATINO	Parlamento Latino-americano
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRF	Partido Republicano Feminino
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SD	Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

UEVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ZE	Zonas Eleitorais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 PARTE I – PARALELAS E TRANSVERSAIS: CIDADE, MULHERES E POLÍTICA 27

2.1 CATUNDA EM PERSPECTIVA 33

2.2 ELEITAS: MULHERES DA/NA POLÍTICA 57

2.3 ONDE ELAS SE ENCONTRAM? 92

2.3.1 Da amizade 94

2.3.2 Da violência 105

2.3.2.1 Da violência política contra as mulheres 116

3 PARTE II – SUBJETIVIDADES E PODER: GÊNERO E EMOÇÕES 138

3.1 "O PESSOAL É POLÍTICO": SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO 142

3.2 O POLÍTICO É ORDINÁRIO: SER, TER, PERTENCER E EXERCER 169

3.2.1 Cidadania encarnada: da palavra à prática 170

3.2.2 Empoderadas: sobre feminismos, mulheres e poder 180

3.3 O ORDINÁRIO É CITADINO: O SUBJETIVO E O POLÍTICO 197

3.3.1 Do movimento emancipacionista a invenção da cidade 201

3.3.2 Jogos e performance: o fazer político das eleitas 217

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 236

REFERÊNCIAS 242

APÊNDICE A – QUADRO DE FONTES 261

APÊNDICE B – PRIMEIRAS MULHERES A OCUPAREM ESPAÇOS DE PODER FORMAL NO BRASIL REPUBLICANO 265

APÊNDICE D – MULHERES ELEITAS PARA O LEGISLATIVO ESTADUAL CEARENSE 270

APÊNDICE E – MULHERES ELEITAS PARA O LEGISLATIVO FEDERAL PELO CEARÁ 272

APÊNDICE F – PARTIDOS POLÍTICOS DAS ELEITAS NO CEARÁ 273

APÊNDICE G – CRUZAMENTO DE ELEITORADO, VOTAÇÃO E PERFIL DE VOTANTES EM CATUNDA (2000 – 2024) 275

APÊNDICE H – RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CATUNDA ENTRE 1992 – 2024 276

APÊNDICE I – REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS MULHERES ELEITAS NAS ZONAS ELEITORAIS 048, 054 E 061 DO TRIBUNAL REGIONAL EELEITORAL DO CEARÁ, ENTRE 1988 – 2024.....292
APÊNDICE J – MULHERES ELEITAS NAS ZONAS ELEITORAIS 048, 054 E 061 DO TRE – CE, ENTRE 1988 – 2024 297
APÊNDICE K – PARTIDOS DAS ELEITAS NAS ZONAS ELEITORAIS 048, 054 E 061 (1998 – 2024) 311
APÊNDICE L – ELEITOS E ELEITAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CATUNDA (2000 – 2024).....313
APÊNDICE M – POPULAÇÃO RECENSEADA 2010 E 2022 CONSIDERANDO COR OU RAÇA.....316
APÊNDICE N – CRUZAMENTO DE COR/RAÇA E GÊNERO NO PERFIL DE CANDIDATURAS ENTRE 2016 – 2024 317
APÊNDICE O – DOCUMENTOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL NAS ÚLTIMAS SETE DÉCADAS QUE BUSCAM IGUALDADE DE GÊNERO.....320
APÊNDICE P – ANO EM QUE AS MULHERES PASSARAM A VOTAR E SEREM VOTADAS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE 322
APÊNDICE Q – DADOS SOBRE AS LEIS DE COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA E QUANTITATIVO DE MULHERES ELEITAS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE 324
APÊNDICE R – LEI DE COTAS DE GÊNERO E REFORMAS ELEITORAIS 327
ANEXO A – QUADRO DE ENTREVISTAS.....329
ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2021....330
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2021 331
ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE VOZ E NOME UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2021.....333

1 INTRODUÇÃO

Três conceitos se entrecruzam na estruturação das reflexões que seguem neste trabalho: cidade, política e mulheres. Neste estudo me proponho a pensar as mulheres na política da cidade, a política das mulheres na cidade e a cidade das mulheres pela política, de maneira relacional, afinal, isoladas essas categorias possibilitam problematizações, mas em correlação potencializam discussões e permitem aprofundamentos.

O que esses três elementos têm em comum? São vivos! Ambos, cidade, política e mulheres são formados por corpos, marcados por subjetividades, têm historicidades e, portanto, pulsam. Podem ser lidos como orgânicos no sentido de serem construídos por nós, corpos de diferentes gêneros, raças, classes, sexualidades, idades e capacidades, e a um só tempo também nos constroem – o constante "tornar-se".

Penso cidade, política e mulheres em busca de compreender, a partir das narrativas das *mulheres* eleitas para a *política* na *cidade* de Catunda, nesses mais de trinta anos, as questões de gênero e das emoções que atravessam as relações de poder a partir do e no município. Isto não para propor um fazer local, isolado, imaginando que daqui escrevo somente sobre a história política municipal e suas personagens, mas, crente de que "o pressuposto geral [é] de que nenhuma sociedade [...] existe isoladamente."[1], propor uma História das Mulheres na política de Catunda, ou seja, feita por perguntas gerais e respostas locais[2].

As mulheres eleitas, aqui narradoras, são um caminho para reforçar essa proposta. Marcadas pelo gênero e suas múltiplas intersecções, elas são afetadas pela política de dominação – exploração, o patriarcado, que estruturalmente cria e reforça hierarquias entre os sujeitos através da divisão das dimensões pública e privada da vida cotidiana e que, mesmo que sutilmente, atravessam o cotidiano nas relações sociais, nos afazeres e na linguagem.

---

[1] Conrad, 2019, p. 20. Para saber mais sobre o assunto, sugiro: CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019, cap.3, p.53-80.

[2] Cf. LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, 2014, v20.

Suas vidas são também marcadas por relações de poder, do matrimônio a administração do lar, passando pela maternidade, até as sociabilidades do dia-a-dia e o caminhar na cidade, quase tudo é político[3].

Tão importante quanto compreender as eleitas a partir de suas subjetividades, é localizar meus saberes[4]. Como pesquisador também sou sujeito de gênero, também sou ser racializado, pertenço a uma classe social, tenho uma orientação sexual, uma idade e meu corpo uma capacidade física própria. Mesmo que de outra forma, sou afetado pelo sistema patriarcal e pelas tantas outras estruturas de dominação – exploração. Sou professor, e friso este ponto, pois um dos maiores laboratórios que tenho, pessoal e profissionalmente, é a sala de aula. Registro ainda que sou parte de um todo maior, um todo que é a um só tempo acadêmico e político, estou falando do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC, onde contribuo com projetos como o Mandonas: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020), do qual esse trabalho faz parte, e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL) da UEVA, onde meus caminhos de estudo se iniciaram. Enfim, sou também responsável pela construção da cidade, afinal é nela que exerço minha cidadania.

Historiar é meu lugar de fala[5] e por isso, antes de seguir, quero contextualizar como cheguei a essa pesquisa e porque sigo com ela, enfim, um pouco da minha "experiência"[6].

---

[3] Não quero ser reducionista neste ponto. Ao afirmar que quase tudo é político estou dizendo que a vida humana em sociedade é atravessada por questões de poder em diferentes instâncias e este poder também é atravessado por questões externas a si mesmo. Deste modo, "nem tudo é político" de fato, mas sem dúvida é no político que encontramos um ponto de condensação social. Para uma discussão melhor sobre o assunto, sugiro: REMOND, René. Porque História política. In: *Estudos Históricos*, 13, p. 9 -–19, 1994. e REMOND, René. Do político. In: *Por uma história política*. Direção de René Remond. Trad. de Dora Rocha. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441 – 450.

[4] Cf. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.

[5] A discussão sobre lugar de fala é feita por diferentes ciências e, portanto, é profunda. Para saber mais sobre o assunto sugiro: RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

[6] Neste estudo irei pensar a categoria experiência a partir da compreensão de Joan Scott. Uma vez que as pessoas não são objetos, mas co-partícipes dessa produção, suas experiências não são dadas ou simples dados, mas precisam ser, e serão, localizadas, tensionadas e desestabilizadas. Desse modo, meu objetivo não é somente visibilizar as mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda, mas, sobretudo refletir a partir de suas narrativas, pensar com elas. Contudo, partindo da certeza de que a história é uma ciência relacional, 62minhas experiências socialmente construídas, impressas em meu corpo e em minhas convicções, também marcam esta dissertação. Como conclui Scott: "[...] decidir quais categorias se deve historicizar é inevitavelmente político [...]. Experiência, neste enfoque, não é a origem de nossa explicação, mas sim o que queremos explicar." (1998, p. 325). Cf. SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: *Projeto História*. N.16. São Paulo: PUC, 1998.

Trilhei alguns caminhos de estudo, antes de encontrar o “rumo certo”. Logo no início da minha formação como historiador, aprendi que pesquisar é fazer escolhas e que a história deveria ser ética, política e pode ser emocionada. Minha primeira escolha foi escrever sobre as professoras de Catunda, e ainda hoje não sei muito bem por que, mas pesquisaria sobre aquelas que eu admirava, que me ensinaram e que precisavam ser conhecidas. Logo comecei a me desinteressar pelo assunto, deixá-lo de lado, afinal tinham histórias que pareciam mais “importantes” e urgentes do que essa e poderia pensar sobre isto depois.

Então, como atividade acadêmica li *Os Bruzundangas* (1922) de Lima Barreto e me encantei por política. Aquela sátira parecia tão real, falava tanto sobre o contemporâneo, ilustrava um Brasil republicano que eu não conhecia até então. Esta seria minha pesquisa, “a residualidade política na sociedade brasileira ou os Bruzundangas de todo tempo”. Contudo, me apaixonei por museologia e educação museal, esqueci a política e me envolvi com a arte. Comecei a levantar uma série de pinturas que retratavam a nudez e a sexualidade, para montar uma exposição e foi aí que encontrei *Jardim das Delícias Terrenas* (século XVI) de Hieronymus Bosch. Foi amor à primeira vista. Precisava escrever sobre o pós vida na visão católica – céu, inferno e purgatório –, pensar o final da Idade Média nos Países Baixos, afinal aqui pouco se falava sobre o assunto. O que era moral e imoral a partir da arte, esta foi minha nova escolha, mas ainda não era a última e nem a maior.

Voltei à literatura e me “apaixonei” por uma meretriz, *Lucíola* (1862) de José de Alencar. Esta sim seria minha escolha, escrever sobre moralidade nos trópicos durante o Brasil oitocentista, pensando o que era ou não de “bom tom” para mulheres naquele contexto. Comprei livros, entrei em contato com pesquisadoras que escreviam sobre o assunto, tudo parecia perfeito, mas outras escolhas ainda teriam que ser feitas e a crise que vivenciamos a partir de 2020 foi decisiva para isto. Perdi todo material que tinha sobre a pesquisa que estava desenvolvendo. Fiquei isolado em casa tanto real quanto metaforicamente. Parecia que não iria mais pesquisar, então fui observar um pouco a vida e me ocorreu que aquele seria o primeiro ano que a cidade de Catunda não comemoraria o tradicional Sete de Setembro. Isto me incomodou tanto que junto com amigos e amigas do Centro Acadêmico decidimos fazer transmissões ao vivo para pensar a história, a memória e a cultura do município, como forma de comemorar os trinta anos de emancipação política.

Para não me estender muito neste solilóquio, naquele momento, talvez desorientado, eu voltava a História de Catunda, aquela primeira que tinha abandonado lá no começo da graduação e então decidi, esta seria minha escolha. Em meio ao que parecia "o fim do mundo" – a pandemia e o desgoverno bolsonarista – aprendi que contar histórias, e nesse caso, "minhas histórias", poderiam me ajudar a adiar o fim do mundo.[7]

Importante mencionar que nesse percurso de escolhas não só encontrei temas de estudo, mas pessoas que foram muito importantes para delimitar por onde eu deveria seguir. Entre elas uma professora – hoje uma amiga que chamo carinhosamente de "amada" – que não somente me apresentou os estudos de gênero, indicando leituras e problemas, como concordou em assumir minha orientação, Gleidiane de Sousa Ferreira. Como feminista ela me ensinou que é justamente o que tinha – vivências e experiências – como bagagem que possibilitaria minha viagem e o que ainda não teria iríamos somar e dividir para continuar a caminhar, afinal a potência feminista é singular, mas também compartilhada. Outro encontro importante foi com uma senhora catundense – Regina Elena Magalhães – que concordou em me dar carona aos finais de semana quando queria visitar a cidade de Sobral – onde a época eu estudava e tinha feito amigos e amigas –, chamo ela carinhosamente de "tia". Ela foi à primeira narradora – sim, ela é uma das mulheres eleitas que entrevistei – com quem dialoguei. Ela me contava como era a cidade de Catunda desde antes da emancipação na década de 1990. Contava, sem soberba, como tinha participado ativamente do movimento emancipacionista, como vereadora, e, também, sobre sua administração como primeira prefeita do município.

Foram nas viagens, desde as *paralelas* dos pneus as *transversais* das estradas, que comecei a traçar um percurso de pesquisa a partir das demandas[8] que aquela personagem me narrava e percebi que uma História das *mulheres* na *política* da *cidade* de Catunda, não só era possível, mas urgente.

A monografia *Do conhecido fio aos inexplorados rastros: história e memória das mulheres na política de Catunda - Ceará (1992 - 2021)* foi o resultado dessas

[7] Cf. KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
[8] Para lembrar: ao produzimos por demandas, as personagens de nossas pesquisas deixam de ser objetos e passam a ser sujeitos da História. Isto é contracolonial. Cf. SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*: e uma antropologia por demanda. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

escolhas. Neste primeiro trabalho articulei as categorias gênero, memória e poder problematizando os documentos históricos escritos e publicados sobre Catunda, observando as ausências e presenças das narrativas sobre as mulheres eleitas para o legislativo e executivo municipal desde o primeiro pleito em 1992 até o então último de 2020. Através das entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2021, busquei apresentar quem são essas mulheres, quais suas compreensões sobre a "condição feminina"[9], dos acessos aos espaços de poder e da atuação das mulheres na política, a partir de suas vivências e experiências.

Contextualizando a vivência dessas mulheres e as entrecruzando quando possível, escrevi sobre a democracia e sua relação com o gênero, os limites e proximidades entre o público e o privado e em como elas se percebiam na história municipal. Conclui o trabalho com a certeza de que o "foi um ponto de chegada, à medida que igualmente [era] princípio de partida. [E que] Fomos afetados e com afeto produzimos. [Que éramos] novos seres ao fim [da] escrita, e outras demandas surge[ririam] para nós e para a História de Catunda."[10]

Do conhecido fio à inexplorados rastros, foi assim que meus caminhos de pesquisa pela história das mulheres na política em Catunda se iniciaram e não se findaram nos limiares das páginas de meu trabalho monográfico. Meu estudo foi uma das variadas formas de se revisitar e (re)narrar a História de Catunda, em destaque no que concerne à política e às mulheres eleitas nesses últimos oito pleitos municipais (1992 – 2020). Contudo, não sendo produto (per)feito, minha escrita não somente possibilita, mas exige que revisões sejam feitas e que descosturas e recosturas sejam propostas, problematizando outras questões, ampliando perspectivas e no percurso, construindo acervos para outras leituras.

---

[9] De acordo com o Dicionário Crítico de Gênero: "Denominou-se condição feminina a "condição" que determinaria uma identidade comum para as mulheres, com base na biologia ou, melhor dizendo, no fato de terem nascido (se tornado, como diria Simone de Beauvoir) mulheres." (Veiga e Pedro, 2019, p. 130). Ainda de acordo com o livro: "Historicamente no Ocidente a noção de feminino costuma designar o conjunto de características, qualidades e atributos social e culturalmente reconhecidos como parte da natureza da mulher." (Soares, 2019, p. 248). Nesse estudo quando me refiro a feminino, feminina ou a feminilidade não uso como sinônimo de mulheres ou de mulheridades, uma vez que esse entendimento está ancorado em ideias deterministas que atribuem a elas expectativas de gênero como se fossem naturais (cuidado, sensibilidade e etc). Nem tudo o que é feminino diz respeito necessariamente às mulheres, e nem todas as mulheres se reconhecem ou expressam os padrões do que se entendo como feminino. Nesse caso chamo de condição feminina a forma como as mulheres entrevistadas interpretam suas experiências como eleitas.

[10] Farias, 2021, p. 132. Cf. FARIAS, Wagner Cavalcante. *Do conhecido fio aos inexplorados rastros*: história e memória das mulheres na política de Catunda – Ceará (1992 – 2021). Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2021.

E por isso posto, aqui estou continuando a caminhar.

Em minha formação como historiador, aprendi muito cedo que as fontes são produzidas e revelam-se em um processo relacional.

> (...) não falam ou dirigem-se apenas à razão, eles não impactam aqueles que leem apenas através das informações, dos dados a que dá acesso; a [nossa] relação [...] com os documentos, com o arquivo não é apenas da ordem do racional, os documentos emocionam, mexem com a sensibilidade [...] tornam-se mais ou menos relevantes, tornam-se dignos de eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação pela emoção que causam [...] pelo impacto sensível que exercem sobre quem os lê.[11]

Os documentos aqui tomados como fontes são de diferentes naturezas e meus contatos com eles foram tão diversos quanto suas multiplicidades. Alguns deles já me eram conhecidos desde a época da escola, quando nas proximidades da festa de emancipação eram retirados das bibliotecas e apresentados à turma com o objetivo de servirem de textos sobre o estudo da História de Catunda. Outros tantos foram verdadeiros achados nos "sótãos da história"[12], os arquivos privados produzidos principalmente por mulheres, que em minhas visitas, já revelaram fotografias, correspondências, anotações, rascunhos de discursos, materiais de divulgação de campanhas entre outros documentos que me ajudam a refletir sobre o como e o porquê de terem sido guardados. Que contribuem para a rememoração afetuosa e que são tomados como documentos excepcionais por "serem extraordinariamente 'normal', [e] precisamente por ser revelador."[13]

Alguns deles foram produzidos por mim quando me propus ouvir o falar das mulheres que ocuparam espaços de poder formal em Catunda e foram convidadas a lembrar e compartilhar comigo em entrevistas[14]. Esses sem dúvida configuram arquivos afetivos, pois para além do roteiro[15], os diálogos seguiram suas próprias formas e me deram material quase que inesgotável para análise. As entrevistadas ocuparam cargos políticos entre 1992 e 2020. Nem todas as eleitas se dispuseram a

---

[11] Albuquerque Júnior, 2019, p. 83. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. In: _____. *O tecelão dos tempos*. Novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 79 – 103.

[12] Perrot, 2005, p. 35. Cf. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

[13] Grendi, 2009, p. 27. Cf. GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: *Exercícios de micro-história* / Organizadores: Mônica Ribeiro de Oliveira e Carla Maria Carvalho de Almeida. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

[14] Ver Anexo A.

[15] Ver Anexo B.

falar, mas as que aceitaram somar e dividir comigo suas vivências e experiências como mulheres na/da política assim fizeram de livre consentimento[16] e me permitiram usar suas falas[17].

Minhas fontes[18] estão divididas em grupos, conforme apêndice A.

Os *"ditos" primeiros documentos*, já foram problematizados em minhas primeiras pesquisas e me fizeram pensar sobre o processo de produção historiográfica e memorialística da cidade e hoje fazem parte de um artigo que estou escrevendo. Contudo, não deixam de ser importantes para essa pesquisa, pois me ajudam a pensar o município e os usos do passado. Esse grupo é formado por diferentes documentos produzidos pelo poder local (prefeitura) em diferentes períodos de tempo, mas quase sempre com os mesmos objetivos.

Produzidos recentemente, de forma mais independente e no contexto da pandemia da covid-19, em 2020, o documentário Projeto Catunda 30 anos – Documentário Catunda 30 anos de Emancipação Política: da luta à conquista por Regina Elena Magalhães, o site Projeto Catunda 30 anos – Catunda: Memórias, sentimentos e saudades e a exposição virtual História em Retratos: um registro afetivo do desfile cívico 07 de setembro pelos arquivos dos catundenses – que foi tema de um artigo que publiquei recentemente[19] – formam os *documentos Catunda 30 anos* e se pretendem comemorativos.

Também alguns *cordéis*, de mais variados formatos e com diferentes assuntos, que permitem um estudo sobre a cultura política municipal. Dentre estes destaco, *Catunda Quem te viu e quem te ver*, *Catunda, somos nós, os verdadeiros sequestradores do dinheiro de vocês*, *Coligação Catunda, Unida e Forte* e *História Política de Catunda*.

Dois grupos de fontes, a saber, os *jornais encontrados na hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará* e os *documentos da Câmara Municipal de Catunda*,

---

[16] Ver Anexo C.
[17] Ver Anexo D.
[18] As fontes históricas aqui utilizadas foram temas de um artigo sobre os usos do passado em Catunda. O texto *História, memória, política e gênero: os usos do passado em Catunda (1990-2020)* foi produzido a partir dos estudos que desenvolvi em meu trabalho acadêmico e será publicado ainda este ano no livro comemorativo dos cinco anos do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina (GEHGAL/UEVA).
[19] Cf. FARIAS, Wagner Cavalcante. Emoções, relações de gênero e histórias na avenida: a (co)memoração do 7 de setembro em Catunda – Ceará (2013 – 2022). In: *V Jornadas do LEGH*: anais eletrônicos. Org. Elaine Schmitt e Wagner Cavalcante Farias. Florianópolis, Ed. dos Autores, 2023, p. 570 – 584.

foram encontrados mais recentemente e nunca utilizados para análise sobre a História Municipal, então são inéditos e cruciais para minha dissertação.

Os seis periódicos, todos do Jornal Diário do Nordeste, compreendem o período de 1993 e 1996, primeira gestão municipal. Até onde tenho informação, todos foram pagos pela prefeitura com o objetivo de divulgar os "progressos" da cidade na administração de Regina Elena Magalhães. Infelizmente por questão de tempo e deslocamento, já que a Hemeroteca da biblioteca do Estado do Ceará fica na Capital e não conta com um acervo digital, não consegui verificar outros tantos periódicos e períodos para análise.

Já os livros de atas e as fotografias encontradas na Câmara Municipal de Catunda foram de fácil acesso. Todas as sessões identificadas nos livros foram anotadas, e quando possível fotografadas. Importante dizer que não existe um acervo oficial da casa legislativa e os documentos estavam na prateleira de baixo de um armário de ferro antigo, sem o acondicionamento apropriado e nem o devido interesse que precisaria por se tratar de uma memória pública e oficial. Contudo, me permitiram conhecer bastante sobre a história municipal, através dos pequenos e grandes expedientes das sessões.

Por fim, as *fontes orais* são importantes para esse estudo e formam outros dois grupos. Primeiro alguns episódios do podcast – PODVER, da rádio local – Podver na Planalto FM – que trazem entrevistas com algumas mulheres eleitas no município para tratar de suas trajetórias de vida pessoal e política. O segundo engloba, como já mencionado, as *entrevistas que realizei em 2021* para a produção de meu trabalho monográfico.

Essas entrevistas realizadas entre outubro e novembro de 2021, quando convidei as mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal a se pensarem e se narrarem, elas por elas mesmas, são sem dúvida as mais importantes fontes para este estudo, pois encontrei sequentes desafios e potencialidades para continuar por esses caminhos de pesquisa.

Estas fontes me permitiram e permitem questionar se uma História das Mulheres em Catunda seria – e é – possível, e assim, pretendo propor, deste meu trabalho monográfico, outras chaves de leituras para essa narrativa. Afinal, a participação de lideranças femininas nos espaços de poder em Catunda, não começa exatamente em 1992 e nem foi, até o momento, suficientemente problematizada nas produções históricas e memorialísticas sobre e na cidade. De

outra forma, mesmo que há mais de trinta anos em Catunda, antes mesmo de sua emancipação político-administrativa, mulheres tenham se destacado na política, suas trajetórias, contribuições e narrativas são pouco ou nunca consideradas nos domínios da História Municipal, relegando a elas, quando não o esquecimento, menções meramente pontuais – as mencionadas "presenças ausentes".

Problematizar o silenciamento – ausências – e/ou as breves e distorcidas menções das mulheres nas histórias, nos exige pensar sobre as marginalizações e exclusões nos espaços de poder, pois como escreveu Michelle Perrot: isto "[...] é, aliás, apenas a tradução, redobrada, de uma outra exclusão: a das mulheres da vida e do espaço público"[20]. Portanto, compreendo que uma vez que esses silenciamentos estão imbricados com questões públicas e políticas, é preciso esforço em estudar e escrever a História das Mulheres, nesse contexto, em Catunda, em um empenho igualmente teórico, sensível e político.[21]

Então, em minha dissertação pretendo complexificar e complicar[22] algumas questões, a fim de enriquecer as discussões históricas na cidade de Catunda, partindo de novas escalas de observação, pensando "as mobilizações da carne"[23], ou ainda, as questões de gênero, as emoções e as relações de poder, por meio das memórias e das subjetividades, compreendidas aqui como "aquilo que pertence ao sujeito, que é pessoal, individual, particular, que manifesta as ideias ou preferências da própria pessoa. [...] uma produção histórica."[24], que constrói e é construída no mesmo tempo e espaço.

Concisamente, meu objetivo é a partir das memórias e subjetividades presentes nas narrativas das eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda, entre 1992 – 2020, seguir entre as paralelas – pontos de singularidades de

---

[20] Perrot, op. cit., p. 198.
[21] Cf. SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. – Trad. de Magna Lopes – São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63 – 95.
[22] Cf. REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial:* trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII – Trad. Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 07 – 37.
[23] Penso com o professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em conferência virtual em 2021, as carnes que se corporificam no contato com outros corpos, que são afetadas e afetuosas e constituem espaços ao mesmo tempo que são por eles constituídos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tA6facLRPnY&t=5933s. Acesso em: 01 de set. de 2022. Sugiro a leitura do texto do ensaio homônimo publicado recentemente no livro A pele da História. Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As mobilizações das carnes: História, desejo e política ao rés dos corpos. In: _____. *A pele da História:* corpo, tempo e escrita historiográfica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025, p. 81 – 108.
[24] Subjetividade. In: COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico de gênero* – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 672.

cada uma destas mulheres – e as transversais – onde elas se entrecruzam – problematizando emoções e gênero, bem como as intersecções necessárias para uma História das mulheres na política catundense.

O trabalho foi dividido em duas grandes partes, para facilitar a leitura do texto e organizar a narrativa. Cada parte, por sua vez, foi subdividida em pequenas seções e subseções que sistematizam e orientam as reflexões que seguem.

Na primeira parte, entre *Paralelas e transversais*, busco refletir sobre *cidade, mulheres e política*, para apresentar os sujeitos deste estudo. Na primeira seção desta parte ponho *Catunda em perspectiva*, fazendo um breve histórico do município e como este é constituído. Para longe de pensar um perfil municipal, faço reflexões relacionando território e poder para pensar Catunda como espaço praticado e feito, entre tantas coisas, por política e pelos corpos que constituem esse campo.

Em seguida proponho reflexões sobre as *Eleitas: mulheres da/na política* em Catunda. O que as levaram a política, como conseguiram acessar esse microcosmo construído como não lugar para elas e o que fizeram quando finalmente conseguiram adentrar a ele. Aqui os conceitos de bourdiessianos de *habitus, capital* e *campo* são importantes para compreender essas trajetórias. Também a ideia de representação é presente nas reflexões sobre a presença dessas mulheres na política.

Para finalizar essa primeira parte, colocando a vida das eleitas em paralelas e transversais, penso: Onde *elas se encontram?* Afinal, mesmo que cada uma das experiências narradas sejam singulares, existem regularidades que cruzam as vivências delas, dos quais se destacam a questão *da amizade* e *da violência*, como mostro neste ponto.

Desde as entrevistas encontrei algumas máximas que provocam reflexões teóricas já feitas pela teoria política feminista, mas que podem ser revisitadas em busca de serem reforçadas e/ou atualizadas. Assim, na segunda parte – *Subjetividades e poder: gênero e emoções* – busquei revisistar e aprofundar alguns pontos para pensar mulheres na política. Na seção *"O pessoal é político"* penso *sobre o público e o privado* como estruturas do sistema de dominação-exploração masculina – ou patriarcado –, as entendendo como definidoras das expectativas de ação dos gêneros – o que se espera dos homens e o que se espera das mulheres. A divisão sexual do trabalho, que relega a eles os domínios públicos, da atividade, das produções e decisões, da racionalidade e da enunciação e a elas os opostos –

domínios privados, da passividade, da reprodução, da emocionalidade e do silenciamento – foi historicamente construída e naturalizada, definindo como padrão a ideia do homem nos espaços de poder e da mulher nos espaços domésticos e de cuidado.

O político é ordinário e se desenvolve no cotidiano. Deste modo, e partindo do entendimento que a construção naturalizada dessa divisão poderia ser questionada e desconstruída e reconstruída, penso como desde pelo menos o século XVIII, as mulheres problematizam a dominação masculina e questionaram o patriarcado através de movimentos coletivos e singulares em busca de serem reconhecidas como sujeitos de direito[25], em busca da *cidadania encarnada.* Dito isto, sigo refletindo sobre os históricos combates travados para se alcançar a cidadania das mulheres, entendida aqui como caminho para ativa e efetiva participação. Compreendendo-as como *Empoderadas* reflito ainda as contribuições das mulheres a partir das revoluções burguesas até o movimento feminista e os caminhos legais que buscam, a contar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dirimir as hierarquias de gênero e propor legal e institucionalmente a igualdade entre homens e mulheres, reorganizando as esferas de poder.

Finalmente após traçar um pequeno percurso sobre o longo caminho para equidade – que passa pela luta pela cidadania empreitada pelos movimentos feministas e de mulheres desde pelo menos o século XIX até hoje e pelos avanços legais e institucionais que buscaram dirimir as assimetrias de gênero – reflito que *Ordinário é citadino*, em outros termos, a cidade é viva e feita de corpos vivos. Ela pulsa! Assim, volto a Catunda *Do movimento emancipacionista* até *a invenção da cidade*. Então interpreto as práticas das mulheres eleitas nesse espaço, através das noções de *Jogos* – de gênero e de identidade – *e performance* – performatividade e emoções mobilizadas – como formas de legitimar a atuação política dessas mulheres.

Tudo isto posto, espero que o caminho feito para essa leitura possa levar, por entre paralelas e transversais, a quem interessar até uma História de Catunda que pense a cidade, as mulheres e a política não somente como objetos, mas como agentes dessa construção.

---

[25] Importante destacar que isso não significa dizer que não havia luta antipatriarcal por diferentes mulheres em períodos anteriores, que articulavam essa com outras lutas, mas a partir do século XVIII essa mobilização ganhou destaque pelos escritos das mulheres.

Sigamos!

2 PARTE I – PARALELAS E TRANSVERSAIS: CIDADE, MULHERES E POLÍTICA

Como escreveu a jornalista e ativista feminista britânica, Caroline Criado Perez, em *Mulheres invisíveis* (2022), existe uma lacuna de dados em boa parte da História que perpassa desde a cultura, a política, até a economia, educação e serviços. Em suas palavras, "Tudo isso é marcado – desfigurado – por uma 'presença ausente' do feminino."[26] Contudo, esses silêncios têm consequências e afetam a vida de todos os corpos em suas intersecções, e mais diretamente das mulheres, negras, pobres e com deficiência. A autora continua dizendo que "[...] a lacuna de dados é, ao mesmo tempo, causa e consequência do pensamento leviano que entende a humanidade como quase exclusivamente masculina."[27]

Desta forma, como vou refletir mais adiante e ao longo dessa dissertação, pensar o homem como padrão e o padrão dos homens – em destaque *cis héteros brancos e de classe alta sem deficiência* – como norma é importante para reforçar as estruturas sociais que produzem e reproduzem as desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam todos os corpos. Parece que pensar sempre a partir do homem é algo natural, ou seja, tudo seria "masculino-salvo-indicação-contrária"[28]. Contudo, reforço, não é que as mulheres não estivessem ou estejam em ambientes de trabalho para além de suas casas, ocupem o espaço da cidade, dirigindo ou usando transporte público e/ou ainda sejam lideranças na História, a questão é que suas presenças foram ausentadas/silenciadas.

Os números indicam que a participação das mulheres na política, mesmo que muito baixa comparada com a dos homens, não é estranha. Elas ocupam espaços de poder formal no Brasil, desde pelo menos o início do século XX. Em um levantamento que realizei recentemente[29] se observa que mulheres exercem sua cidadania através do direito de votar e serem votadas desde o final da década de 1920, sendo Luíza Alzira Soriano Teixeira a primeira mulher eleita prefeita no Brasil – e na América Latina –, na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, em 1928. Assim, mesmo que somente nos anos 1990 uma mulher tenha ocupado um cargo em um Tribunal Superior no Brasil – Cnéa Cimini Moreira de Oliveira – e que a

[26] Perez, 2022, p. 11. Cf. PEREZ, Caroline Criado. *Mulheres invisíveis*: o viés dos dados em um mundo projetado por homens. Trad. de Renata Guerra. Rio de Janeiro: intrínseca, 2022.
[27] Ibid.
[28] Ibid., p. 20.
[29] Ver Apêndice B.

primeira parlamentar trans, Kátia Tapety, tenha sido eleita só em 1992, é notável que elas estejam presentes na política e, portanto, “falar de mulheres e política no Brasil não é fazer o relato de uma ausência.”[30], mas de presenças silenciadas.

Na América Latina e no Caribe estas questões também não são novidade, ao considerarmos os espaços de poder. Considerando os 33 países que compõem hoje a Comunidade de Estados Latino-americanos e caribenhos (CELAC), 24 mulheres foram eleitas para o maior cargo executivo – presidentas e/ou primeiras-ministras – em 18 países diferentes[31] nesses últimos 50 anos. Atualmente existem sete mulheres líderes nacionais no CELAC, sendo Barbados o país que tem não só uma, mas duas mulheres no executivo – Sandra Prunella Mason, presidenta, e a primeira-ministra Mia Amor Mottl.

Ainda segundo a ONU Mulheres – entidade das Nações Unidas para as questões de gênero – “Em 1 de janeiro de 2025, havia 26 países onde 29 mulheres exerciam o cargo de Chefes de Estado e/ou de Governo.”. Também “Apenas 18 países são chefiados por uma mulher Chefe de Estado e 17 países têm mulheres Chefes de Governo.”. Em “1 de Janeiro de 2024, as mulheres representam 23,3 por cento dos membros do Gabinete que chefiam Ministérios que lideram uma área política. [E] Existem apenas 15 países onde as mulheres ocupam 50 por cento ou mais dos cargos de ministra do Gabinete que lideram áreas políticas.”[32]

No Brasil os números, ainda que não sejam ideais, são importantes. Ocupamos a centésima trigésima terceira posição no ranking *Mujeres en la política: 2025*[33], da ONU Mulheres, com 93 deputadas federais, em um universo de 513 assentos (aproximadamente 18%) e 16 senadoras entre 81 vagas (aproximadamente 19%).

As estatísticas sobre a participação das mulheres nas eleições municipais de 2024[34] mostram ainda que o eleitorado brasileiro é de maioria feminino (aproximadamente 52%), que o número de candidatas em comparação com as

---

[30] Biroli, 2018, p. 176. Cf. BIROLI, Flávia. Feminismo e atuação política. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p.171 - 204.
[31] Ver Apêndice C.
[32] Para acessar outros importantes dados sobre a participação das mulheres na política, ver: ONU Mujeres. *Factos e números*: Liderança e participação política das mulheres. Disponível em: https://www.unwomen.org/es/articulos/datos-y-cifras/datos-y-cifras-liderazgo-y-participacion-politica-de-las-mujeres. Acesso em: 10 de fev. de 2025.
[33] Disponível em: https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2025/03/women-in-politics-map-2025. Acesso em: 10 de fev. de 2025.
[34] Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/. Acesso em: 10 de fev. de 2025.

eleições de 2020 se manteve (aproximadamente 34%) e que o número de eleitas e reeleitas, mesmo que pouco, aumentou – de 16 para 18%, no primeiro caso e de 12 para 15% no segundo.

Trazendo essa reflexão para mais próximo do meu contexto de pesquisa, se nota que houve presença de mulheres na política cearense também – mesmo que timidamente – desde os anos 1970, quando Maria Zélia Mota foi eleita à primeira deputada estadual do Ceará. De lá para cá mais 40 mulheres foram eleitas para o legislativo do estado[35]. Destas, 12 ocuparam cargos tanto no legislativo estadual, quanto foram representantes do Ceará no legislativo federal – senadora e/ou deputada federal[36]. Algumas foram também primeiras-damas e em sua maioria estavam ligadas a famílias políticas tradicionais – ou eram filhas, sobrinhas, irmãs ou esposas de políticos influentes[37].

Destaco que, ainda que não tenha sido feito – até onde tenho conhecimento – um levantamento do perfil dessas eleitas no Ceará, considerando o período de 1974 a 2022 e o recorte de raça e classe, a partir dos históricos dados das mulheres na política em nosso país, se pode concluir que a participação dessas foi e ainda é pouca nesses mais de cinquenta anos, e que esse número é menor ao considerar as mulheres negras e indígenas. Em sua maioria, as eleitas para o legislativo cearense foram e/ou são mulheres brancas de classe média que, como supracitado, pertenciam a troncos familiares políticos com influência no Ceará[38].

Seja como Deputadas Estaduais, Deputadas Federais e/ou Senadoras pelo Ceará, se constata que as mulheres eleitas nas últimas cinco décadas foram filiadas a grandes siglas partidárias como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ao considerar o espectro político desses partidos[39], se conclui que elas estavam mais próximas do centro, centro-esquerda e da esquerda, ainda que essas

---

[35] Ver Apêndice D.
[36] Ver Apêndice E.
[37] Para saber mais sobre a trajetória de algumas dessas mulheres, sugiro: CEARÁ. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto. *Mulheres no parlamento cearense*. Osmar Maia Diógenes (Org.). 2º edição. Fortaleza: INESP , 2015. Em uma breve pesquisa no site da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará com as palavras “mulheres na política” se podem encontrar algumas matérias que versam sobre o assunto.
[38] Não encontrei dados empíricos e/ou pesquisas que comprovem essa questão, contudo é possível chegar a essa conclusão considerando os sobrenomes que a muito tempo se articulam e constantemente se elegem na política do Ceará, como é o caso dos Mota, Pessoa, Ferreira Gomes, Aguiar, Noronha e outros.
[39] Ver Apêndice F.

classificações sejam complexas e que existam diferentes formas de classificar os partidos. Inclusive a história dos partidos políticos no Brasil não é tão simples de entender, pois estes são formados e reformados constantemente entre registros e dissoluções, fundições e retornos[40]. Assim, as atualizações dos princípios ideológicos dos partidos políticos são frequentes em democracias.

Ainda sobre as mulheres na política do Ceará, como mostra a publicação *Mesas diretoras do poder legislativo do Ceará: império e república (1835 – 2016)*[41], organizado por Osmar Maia Diógenes, somente cinco eleitas ocuparam a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado seja como 3º secretária – Zélia Mota (Arena, 1975 – 1976) e Maria Lúcia (PMDB, 1989 – 1990) –, seja como suplentes – Gorete Pereira (PFL, 1999 – 2000 e 2001 – 2002), Ana Paula Cruz (PFL, 2005 – 2006) e Aderlânia Noronha (SD, 2013 – 2014). Somente em 2024 uma mulher se tornou a segunda vice-presidenta da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), Larissa Gaspar do Partido dos Trabalhadores (PT) ocupa o cargo pelo biênio 2025 – 2026[42].

Esses dados revelam que no Ceará têm disso sim, quando tratamos da presença de mulheres nos espaços de poder, mesmo que, conforme apresentado, esse assunto não tenha sido suficientemente problematizado e refletido desde o prisma da história-historiografia.

E as eleitas para a política em *Catunda*?

A seguir fiz uma breve exposição sobre o município, em busca de não somente dar a conhecê-lo, mas colocá-lo *em perspectiva*, pensando a *cidade* e as *mulheres* nos espaços de poder. Aqui apresentei concisamente os aspectos geográficos e estatísticos da cidade, para caracterizar o espaço que essa pesquisa

---

[40] Sobre este assunto, sugiro o gráfico do portal Nexo sobre a genealogia e perfil dos partidos políticos brasileiros. Além de completo, considerando as siglas desde o retorno às eleições para a Câmara, em 1945, reúne dados que são constantemente atualizados e apresentados de forma objetiva e didática. Cf. NEXO JORNAL. A genealogia e o perfil dos partidos brasileiros. 2025. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2024/09/25/politica-origem-partidos-brasil-genealogia. Acesso em: 30 abr. 2025.

[41] Cf. CEARÁ. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto. *Mesas diretoras do poder legislativo do Ceará*: império e república 1835-2016. Osmar Diógenes (org.) – Fortaleza: INESP, 2016.

[42] Cf. VIEIRA, Lincon. (2025). Alece empossa primeira mulher na 2ª Vice-Presidência da Mesa Diretora. Notícias ALECE, Fortaleza, 01 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/noticias/48433-alece-empossa-primeira-mulher-na-2a-vice-presidencia-da-mesa-diretora. Acesso em: 18 de abril de 2025. LOPES, Narla. Larissa Gaspar toma posse como 2ª vice-presidente da Assembleia Legislativa. Notícias ALECE, Fortaleza, 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/index.php/noticias/48598-larissa-gaspar-toma-posse-como-2a-vice-presidente-da-assembleia-legislativa. Acesso em: 18 de abril de 2025.

pensa. Ainda, a partir de levantamentos de dados sobre as eleições ocorridas no município de Catunda e seus circunvizinhos, desde o pleito de 1988 até o último de 2024, refleti a "presença ausente" das mulheres na política nessa região, em busca de identificar suas filiações político-partidárias, as ocupações e grau de instrução destas e ainda, e com mais ênfase a questão da autodeclaração racial, que me levaram a pensar sobre a raça e o racismo desde o Ceará.

Após pôr Catunda em perspectiva, reflito as *Eleitas* e o que as levaram a política? Como foram suas campanhas? Aqui os estudos de Pierre Bordieu são muito importantes, e categorias como campo, capital e habitus serão cruciais para as reflexões que seguem. Algumas das entrevistas, como é o caso de Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima que utiliza em sua fala o termo "capital político do meu marido" ao tratar sobre sua decisão de concorrer a política local.

Finalmente, como já anunciado, reflito: Onde *elas se encontram?* Essa questão me levou a dois pontos que as entrecruzam, *da amizade e da violência na política.*

Se destacam, nas narrativas das eleitas a relação de amizades entre elas, desde antes de concorrerem a cargos eletivos. Lindomária Peres Muniz, por exemplo, presidenta da Câmara Municipal de Catunda a época da entrevista, disse ao falar de sua relação com Ravenna, então prefeita reeleita: "parceria na amizade, parceria nos poderes"[43]. Com as mãos dadas as duas, Ravenna Lima e Lindomária Muniz, então prefeita e presidenta do legislativo municipal, se entreolharam e prometeram seguir juntas por Catunda. Outras duas amigas são Regina Elena Magalhães e Maria Valdeci dos Santos, que igualmente se referenciam constantemente ao narrarem sobre suas experiências na política catundense, como parceiras, amigas, aquelas que se apoiam mutuamente e que, desde antes da política, já caminhavam juntas. Essas ideias indicam que, assim como o patriarcado é um sistema que se sustenta pela união de homens que para manter o poder criam artifícios para a manutenção do próprio sistema, as mulheres unidas podem melhor reestruturar esse campo.

A violência é outro ponto que enlaça a vida das eleitas aqui estudadas. Naturalizada, a violência atravessa a vida das mulheres mesmo que elas não acessem espaços de poder e de forma tão cotidiana. Para além do preconceito,

[43] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

alguns atos violentos afetam a vida de algumas delas desde o período eleitoral, já nas campanhas, passando por seus mandatos que são deslegitimados e desqualificados, até depois de seus períodos na política. Essas violações nem sempre são identificadas por elas como violência, como mostro a seguir, mas isto porque são mecanismos tão infinitesimais que parecem quase que naturais na estrutura das relações de gênero e poder.

2.1 CATUNDA EM PERSPECTIVA

Catunda – a mais de 250 quilômetros da capital Fortaleza –, está entre os municípios mais jovens da federação – apenas 35 anos de emancipação política em 2025. De acordo com o perfil municipal mais recentes, feito pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)[44], o município é formado por três distritos – sede, Paraíso e Video – ocupa 0,53% da área territorial do Estado, com 784 quilômetros quadrados, clima tropical quente semiárido, relevo formado por serras e sertões, tendo a caatinga como bioma e a Bacia do Acaraú como principal recurso hídrico. A base econômica da cidade é a agricultura e a pecuária. Faz limite com as cidades de Santa Quitéria, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Hidrolândia e Nova Russas. Ainda sobre a regionalização, a cidade faz parte da região de planejamento Sertão dos Crateús, da microrregião 13, da mesorregião geográfica Noroeste e da microrregião geográfica Santa Quitéria.

Conforme dados do portal cidades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[45], a população recenseada em 2022 foi de 10.444 pessoas, sendo que mais de 60% dela vive em área urbana e que a discriminação por sexo – homem / mulher – seja de aproximadamente 50% - 5.528 homens e 5.216 mulheres. Estima-se que em 2024 houvesse 10.817 pessoas, aproximadamente 13,32 pessoas por metro quadrado. A pirâmide etária se mostrou maior para ambos os sexos na população com idade entre 15 e 19 anos[46].

Tabela 1 – População recenseada entre 1991 e 2022 considerando sexo

Ano	Abrangência	H (nº)	H (%)	M (nº)	M (%)	Total
1991	Brasil	72.171.165	49,1	73.983.337	50,9	146.917.459
	Nordeste	20.727.296	48,8	21.660.062	51.2	42.470.225
	Ceará	3.083.954	48,4	3.269.392	51,6	6.362.620
	Catunda	4.441	49.8	4.474	50.2	8.915
2000	Brasil	83.447.074	49,2	86.143.619	50,8	169.590.693

[44] IPECE. Catunda. Caracterização geográfica. Disponível em: http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml. Acesso em: 09 de fev. de 2025.
[45] IBGE. Cidades. Catunda. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/catunda/panorama. Acesso em: 09 de fev. de 2025.
[46] Os índices educacionais da cidade, considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2023, para os anos iniciais o município ocupa a 21ª posição e para os anos finais a terceira entre os 184 do estado e as posições 33ª nos anos iniciais e 5ª nos anos finais em comparação aos 5570 de toda federação.

	Nordeste	23.375.779	49,0	24.317.474	51,0	47.693.253
	Ceará	3.620.773	48,8	3.797.703	51,2	7.418.476
	Catunda	4.716	50,7	4.570	49,3	9.286
2010	Brasil	93.406.990	48,9	97.348.809	51,1	190.755.799
	Nordeste	25.909.046	48,8	27.172.904	51,2	53.081.950
	Ceará	4.120.088	48,7	4.332.293	51,7	8.452.381
	Catunda	5.033	50,5	4.919	49,5	9.952
2022	Brasil	98.532.431	48,5	104.548.325	51,5	203.080.756
	Nordeste	26.417.802	48,3	28.240.713	51,7	54.658.515
	Ceará	4.257.927	48,4	4.537.030	51,6	8.794.957
	Catunda	5.228	50,0	5.216	50,0	10.444

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com dados extraídos do IBGE.
Notas:
H = Homens
Nº = número absoluto
% = porcentagem. Valor aproximado.
M = Mulheres

Esses dados são importantes, pois ao se considerar o número da população de Catunda do Censo de 1991 até o ano de 2024, conforme mostra a tabela acima, se nota que a população cresceu, por exemplo, de 8.915 pessoas nos anos 1990 para 9.286 no início dos anos 2000, contudo, a partir da divisão da população por sexo – homem ou mulher – vemos que o aumento foi mais expressivo entre os homens que, por exemplo, eram 4.441 em 1991 e 4.716 em 2000, enquanto as mulheres eram 4.474 no primeiro caso e aumentaram para 4.570 no segundo.

Esse crescimento é notado também nos censos de 2010 e 2022, onde a população catundense, cresceu para 9.952 pessoas, sendo 5.033 homens e 4.919 mulheres, isso em 2010 e para 10.444, conforme mencionado acima com um relativo equilíbrio entre homens e mulheres (aproximadamente 50% da população para cada sexo), o que difere dos números a nível nacional, regional e estadual, onde as mulheres são mais da metade da população.

Tabela 2 – Perfil do eleitorado entre 2012 e 2024 considerando sexo

Ano	Abrangência	M (nº)	M (%)	F (nº)	F (%)	Total
2012	Brasil	66.525.313	48,0	71.885.588	52,0	138.544.348
	Nordeste	18.231.746	47,7	19.933.139	52,3	38.193.438

	Ceará	2.947.646	47,7	3.236.610	52,3	6.184.256
	Catunda	4.323	51,3	4.089	48,7	8.419
2016	Brasil	68.767.634	47,7	75.226.056	52,3	144.088.912
	Nordeste	18.701.588	47,5	20.660.650	52,5	39.377.293
	Ceará	2.991.782	47,3	3.328.331	52,7	6.320.113
	Catunda	4.436	51,0	4.270	49,0	8.713
2020	Brasil	70.228.457	47,5	77.649.569	52,5	147.918.483
	Nordeste	19.222.117	47,2	21.427.300	52,8	40.652.034
	Ceará	3.093.324	47,1	3.473.629	52,9	6.566.953
	Catunda	4.171	50,6	4.070	49,4	8.241
2024	Brasil	74.076.997	47,5	81.806.914	52,5	155.912.680
	Nordeste	20.566.540	47,5	22.735.366	52,5	43.302.692
	Ceará	3.291.066	47,5	3.644.347	52,5	6.935.539
	Catunda	4.805	50,3	4.747	49,7	9.552

Fonte: Elaborada pelo próprio autor com dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.
Notas:
M = Masculina
Nº = número absoluto
% = porcentagem. Valor aproximado.
F = Feminina

Ainda que por uma pequena diferença, a população de mulheres em Catunda é sempre menor em comparação a de homens, o que pode se refletir no número do eleitorado por sexo, conforme os dados da tabela anterior, no número de candidaturas femininas e, possivelmente no número de mulheres eleitas, conforme dados apresentados mais adiante. Destaco, contudo, que ainda que possa ter relação não estou afirmando – e nem posso – que em situações em que mulheres são a maioria em números absolutos, elas serão a maioria das eleitas. Na verdade de acordo com os dados da realidade brasileira, nordestina e cearense, se conclui que elas são mais de 50% da população votante, desde pelo menos 2012, em quase

todos os níveis de abrangência[47], todavia, só representam aproximadamente 18% das Casas Legislativas em nosso país[48], são somente duas governadoras entre as 27 unidades federativas, sendo ambas no Nordeste – Fátima Bezerra do PT no Rio Grande do Norte e Raquel Lyra do Partido Social Democrático (PSD) em Pernambuco – e no Estado do Ceará só ocupam nove cadeiras entre as 48 da Câmara Estadual, três assentos na Câmara Federal, entre os 22 da bancada cearense e são somente uma mulher assumindo uma cadeira no Senado Federal[49].

Voltando ao município de Catunda, longe de fazer uma simples caracterização, todos os dados apresentados servem para indicar que esta é uma cidade pequena, com baixo índice populacional, em comparação a outras cidades do Estado, mas que tem sua rica história, conforme espero mostrar nas páginas que seguem, conectada com outras tantas realidades.

Em outras palavras, uma questão, ainda que problematizada no interior do Estado do Ceará, a partir de uma jovem cidade, de um grupo e/ou de indivíduos, nos [co]move a buscar respostas que poderão atender demandas em diferentes tempos e espaços, uma vez que as problemáticas desde fenômeno – nesse caso as vivências das mulheres nos espaços de poder municipal – não são isoladas, mas foram produzidas a partir de estruturas socioculturais envolvidas como busco apresentar ao longo deste trabalho. Sendo assim, é possível "destacar, ao longo de um destino específico [...] a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais [esse lugar] se inscreve."[50]

O processo de interiorização do território cearense aconteceu, dentre outros fatores, pela pecuária desenvolvida próxima a bacias hidrográficas e a rios. Este processo chega até o Vale do Acaraú, onde o "capitão Antonio Rodrigues Magalhães, natural de Rio Grande do Norte e casado com D. Quitéria Marques de

---

[47] Exceto no município de Catunda onde os homens são maioria do eleitorado, bem como da população como já apresentado na tabela, ainda que representem também o maior número de abstenções entre os votantes, desde pelo menos 2012, como pode se observar no Apêndice G.

[48] Ocupam 95 das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados e 16 das 81 no Senado, o que representa a centésima trigésima terceira colocação no ranking global de representação parlamentar de mulheres segundo levantamento da União Interparlamentar e da ONU Mulheres. Cf. IPU. Mulheres na política 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2025/04/IPU_WomenInPolitics_2025_PT-1.pdf. Acesso em: 02 de jun. de 2025.

[49] Cf. WELMA, Jéssica. Ceará tem recorde de mulheres eleitas deputadas federais e estaduais em 2022. Diário do Nordeste, Fortaleza, 06 de out de 2022. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/jessica-welma/ceara-tem-recorde-de-mulheres-eleitas-deputadas-federais-e-estaduais-em-2022-1.3286122. Acesso em: 02 de jun 2025.

[50] Revel, 2000, p.17. Cf. REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII – Trad. Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 07 – 37.

Jesus, natural de Fortaleza, [...] foram os primeiros habitantes de Caiçara (hoje Sobral)"[51]. Da Vila Sobral (1766), foi desmembrado e criado o município de Santa Quitéria, em 1856, antigo povoado iniciado por João Pinto de Mesquita, que tinha instalado uma fazenda as margens do Rio Cascavel, no final do século XVIII. Acredita-se que a ocupação e constituição territorial de Catunda ocorreram por volta do século XIX e o mote de suas origens não difere de algumas outras cidades do interior do Estado do Ceará – seu povoamento e desenvolvimento se deram próximo a rios e/ou riachos e está atrelado a um patrimônio religioso doado por um fazendeiro como dote de sua filha.

Conforme escreveu Maria Sonalba Borges de Lira, no editorial Fazendo História, da revista *15 anos Catunda – Novos horizontes:*

> Não muito longe dali, à margem direita do Rio dos Macacos, há exatamente 36 km, nasce a fazenda Madalena de posse do Senhor Raimundo Pereira de Matos. Esta teve seu desenvolvimento atrelado a construção da Capela do Sagrado Coração de Jesus, fato como à maioria das cidades que figuram nesta região, que também se desenvolveram a partir da construção de igrejas.[52]

De fazenda à vila e de vila, criado em 1933 por decreto estadual[53], a localidade passou a ser denominada Distrito Catunda, por decreto de 1938[54], em homenagem a Joaquim de Oliveira Catunda, político quiteriense do contexto dos anos iniciais da República.

A primeira tentativa de emancipação municipal aconteceu nos anos iniciais da década de 60 do século passado, precisamente em 1963, Lei Estadual nº 6.752[55]. Esse processo estava dentro do contexto das importantes reconfigurações pelas quais a cidade de Santa Quitéria passava entre os anos 50 e 60 do século XX. Contudo, após o golpe cívico-empresarial-militar, em busca de frear as fragmentações territoriais e centralizar a política, por ordem da Lei Estadual n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965, o então município de Catunda foi suprimido

---

[51] Lira, 2005, p. 2. Cf. LIRA, Maria Sonalba Borges. Fazendo História. In: *15 anos Catunda* – Novos Horizontes, Catunda – CE, nº 1, 2005, p. 2 – 8.
[52] Ibid.
[53] De acordo com informações, Decreto Estadual n.º 1.156, de 04-12-1933.
[54] Cf. IBGE. Decreto-lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938 (Limites inter-municipais e inter-distritais em que se baseia o quadro territorial-administrativo judiciário e policial do Estado. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=214055. Acesso em 21 de nov. de 2024.
[55] Observo que no jornal *Catunda, 20 anos de História e compromisso com o futuro*, a lei que trata do desmembramento e criação no município de Senador Catunda é a nº 6.809 de 12 de dezembro de 1963, que difere da mencionada na biblioteca do IBGE.

antes mesmo de ser instalado. A segunda tentativa emancipacionista ocorreu no contexto da redemocratização, em 1985, porém mais uma vez foi frustrada por solicitação do então prefeito de Santa Quitéria, Haroldo Martins.

Em 1988 ocorreu à terceira investida pela emancipação, e embora tal tentativa não tenha sido exitosa, por conta de questões de demarcações territoriais, conforme irei refletir mais adiante, o movimento emancipacionista catundense ganhou força e mobilizou boa parte da população local, sob a organização de comerciantes e com apoio de parlamentares.

O projeto de Lei 024, de 08 de junho de 1990, da então vereadora Regina Elena Magalhães, foi promulgado três dias depois da votação, em 11 de junho, como Lei 132/90, e modificou a demarcação territorial do distrito de Catunda, atendendo as exigências para mais uma tentativa de emancipação. Após a consulta plebiscitária de 07 de setembro de 1990, os muitos "sim" venceram e em 27 de dezembro daquele ano, por meio de lei estadual sancionada pelo então governador Tasso Jereissati, criou-se "[...] o Município de CATUNDA desmembrado do de Santa Quitéria [...]".[56]

Desde então, a cidade teve nove pleitos municipais, elegendo diretamente[57] nesses mais de trinta anos[58] somente 10 mulheres, conforme se nota no quadro 1.

Quadro 1 – Mulheres eleitas diretamente em Catunda (1992 – 2024)

Id.	Nome	Função	Cargo	Mandato
1	Antonia Gonçalves Magalhães	Legislativa	Vereadora	1993 – 1996
2	Francisca Damasceno	Executiva	Vice-prefeita	1997 – 2000
3	Joana D'Arc de Sousa Ferreira	Legislativa	Vereadora	2017 – 2020
4	Lindomária Perez Muniz	Legislativa	Vereadora	2017 – 2024
5	Maria Marina Melo Abreu	Legislativa	Vereadora	1997 – 2008

[56] CEARÁ. LEI Nº 11.772, DE 27.12.90. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/desenv-regional-recursos-hidricos-minas-e-pesca/item/2381-lei-n-11-772-de-27-12-90-do-27-12-90>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

[57] Sem considerar as suplências que podem ter assumido e/ou assumiram cargos políticos nesse período como Maria Iracilda Borges Catunda, que eleita suplente em 1992, assumiu a vereança quando Maria Valdeci dos Santos deixou o cargo para assumir a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (1993 – 1995). Também Auberlene Farias Muniz, que assumiu cadeira na casa legislativa, em setembro de 2003, após a morte do então vereador Manoel Noé Filho. E ainda Maria Valdeci dos Santos que assumiu brevemente a vereança em 2008 por determinação do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE – CE) após perda do mandato de Raimundo Paiva Vieira, conforme atas da Câmara Municipal.

[58] Ver Apêndice H.

6	Maria Valdeci dos Santos	Legislativa	Vereadora	1993 – 2004
		Executiva	Vice-prefeita	2013 – 2016
7	Mary Darlene Camelo de Lira	Legislativa	Vereadora	2021 – 2024
8	Raimunda Letice Rodrigues dos Santos	Legislativa	Vereadora	2021 – 2024
9	Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima	Executiva	Prefeita	2017 – 2024
10	Regina Elena Magalhães	Executiva	Prefeita	1993 – 1996

Fonte:

Notas:
Id. = Identificação

Desde 1992, quando ocorreu a primeira eleição, com exceção de 2008, sempre se teve pelo menos uma eleita na Câmara Municipal – vereadora eleita por quociente partidário ou média – e/ou na Prefeitura – seja como prefeita e/ou vice-prefeita.

Esses números, que não diferem muito dos dados em âmbito estadual, regional, nacional e/ou internacionais, estão longe de representar uma expressiva participação das mulheres na política, neste caso na cidade de Catunda, principalmente ao considerar o número de candidaturas por gênero e o quantitativo de homens eleitos na cidade. Conforme levantamento feito com dados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE – CE), nesses mais de 32 anos, desde a primeira eleição em 1992, foram realizados nove pleitos municipais, nos quais se totalizou 137 candidaturas entre homens e mulheres, considerando tanto as aptas quanto as inaptas. Desse total, somente 44 candidaturas foram de mulheres, o que representa aproximadamente 32% de candidatas. Esse número é de aproximadamente 68% ao se considerar os candidatos aos pleitos – 93 candidaturas masculinas em números absolutos.

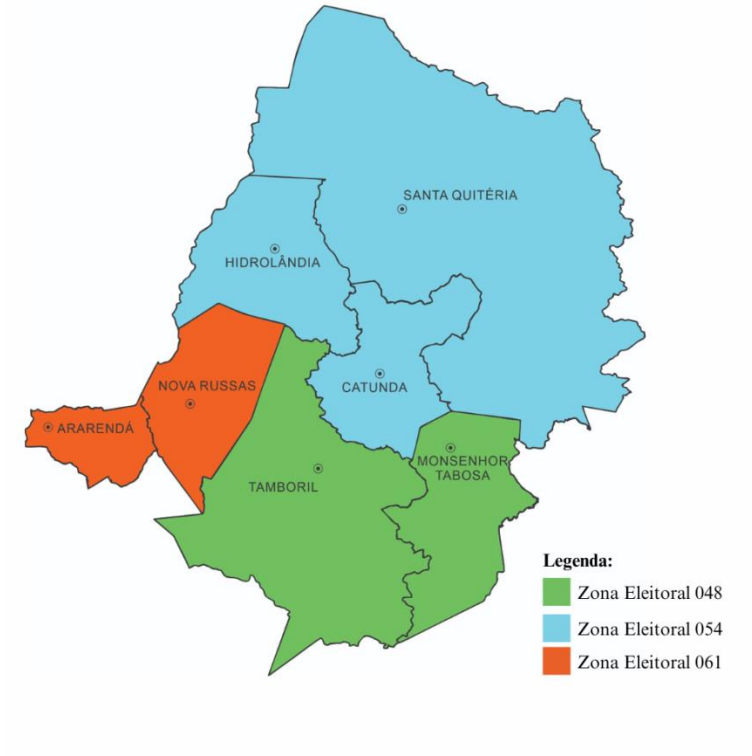
Dentre as 137 candidaturas que concorreram às eleições em Catunda entre 1992 e 2024, lograram êxito 38 homens – algo em torno de 79% de eleitos – e, como já mencionado, somente 10 mulheres foram eleitas – aproximadamente 21% – , isso considerando as eleitas para o executivo e/ou legislativo em pelo menos um mandato.

Esses dados dão uma dimensão quantitativa da participação das mulheres na política no interior do Estado do Ceará, em destaque no recorte espacial em que se

encontra o município de Catunda, mas também, e principalmente, permitem corroborar a disparidade de gênero quando se trata dos espaços de poder formal.

Ao ampliar um pouco a lente de análise, considerando as cidades que circunscrevem o município de Catunda, se nota a baixa participação das mulheres na política na região. Nas representações cartográficas que fiz considerando um levantamento de dados sobre as mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais (ZE) 046, 054 e 061 do TRE – CE, entre 1988 e 2024[59] se nota a baixa participação de mulheres na política no Estado, principalmente para o cargo executivo municipal.

Figura 1 – Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará



Fonte: elaborado pelo autor.

Das sete cidades que compõem as ZE acima, se apreende que da Zona Eleitoral 048 a cidade de Ararendá elegeu pelo menos uma mulher em cada eleição desde seu primeiro pleito municipal em 1992, já teve pelo menos uma mulher no executivo e o ano em que mais elegeu mulheres foi em 2008 – 4 eleitas ao todo. Nova Russas não elegeu nenhuma mulher em 2004, já teve duas prefeitas e o ano que mais teve mulheres eleitas foi em 2012, com 7 mulheres para o legislativo.

[59] Ver Apêndice I.

Ao considerar a zona eleitoral 061, composta pelas cidades de Monsenhor Tabosa e Tamboril, se confirma que a primeira teve uma mulher no legislativo em 1988, mas não elegeu nenhuma em 1992, 1996 e 2012, a segunda, não teve mulheres eleitas nos anos de 2004 e 2000 e em ambas nenhuma mulher foi eleita para o executivo municipal.

Na ZE 054, a cidade de Santa Quitéria não elegeu nenhuma mulher em 2004 e 2008, nunca teve uma prefeita e nem teve mais de no máximo três mulheres no legislativo municipal ao mesmo tempo. Hidrolândia elegeu a primeira mulher para a política em 1996, já teve 2 prefeitas e o ano em que mais elegeu mulheres foi em 2024, três mulheres, todas para o legislativo. Os dados sobre Catunda, recorte espacial desta pesquisa, indicam que a cidade não elegeu nenhuma mulher nos anos de 2008 e 2012 e em seu primeiro pleito em 1992 uma mulher já foi eleita para o executivo municipal. Já teve duas prefeitas e o ano que mais elegeu mulheres foi em 2020, 4 mulheres ao todo – uma para o executivo e três para o legislativo.

Ainda de acordo com o levantamento, agora tabelado[60], considerando o recorte de tempo mencionado, se pode concluir que em 1988 somente oito mulheres foram eleitas entre todas as ZE analisadas, nenhuma para o executivo e o município de Hidrolândia não elegeu nenhuma. Importante mencionar que nesse ano os municípios de Ararendá e Catunda ainda não tinham sido desmembrados dos municípios mães e tampouco instalados, sendo a época distritos.

Em 1992, 11 mulheres foram eleitas, sendo que somente uma foi reeleita, uma única prefeita foi eleita e tanto Hidrolândia quanto Monsenhor Tabosa não elegeram nenhuma mulher. O número de eleitas aumentou para 13 nas eleições de 1996, sendo que somente uma mulher foi eleita para o executivo, cinco foram reconduzidas aos cargos de vereadoras e Monsenhor Tabosa não teve nenhuma eleita novamente.

Na primeira eleição municipal em que a lei de cotas de gênero na política estava em vigência, o número de eleitas na região caiu para 12, sendo uma para o executivo, sete foram reeleitas e todas as cidades que compõem essas ZE elegeram pelo menos uma mulher – prefeita e/ou vereadora. 2004 foi a eleição com menor número de eleitas desde a de 1988, quando o número de cidades da região era menor, sendo somente sete ao todo, uma para o executivo e quatro reeleitas. Santa

[60] Ver Apêndice J.

Quitéria e Tamboril não tiveram eleitas. Esse número cresceu timidamente em 2008, aumentando para nove mulheres ao todo, nenhuma para o executivo e somente três conduzidas a reeleição. Catunda e Santa Quitéria não tiveram nenhuma mulher nem no executivo, nem no legislativo municipal.

Nas eleições de 2012, a primeira após a minirreforma eleitoral de 2009, quatorze mulheres foram eleitas nessas ZE, somente uma para o executivo, tendo três reeleitas. As cidades que não elegeram nenhuma mulher foram Catunda e Monsenhor Tabosa.

Como se nota até aqui, existem alguns mecanismos legais que buscam dirimir as assimetrias de gênero e contribuir para o acesso e permanência das mulheres nos espaços de poder, como a lei de cota de gênero na política e importantes reformas no sistema eleitoral. Como se nota até aqui, o número de mulheres eleitas nas zonas eleitorais mencionadas no levantamento em análise, pode aumentar ou não a depender da legislação vigente. Em 2016, por exemplo, após a minirreforma de 2015, o número de eleitas aumentou para treze ao todo, sendo duas para o executivo e cinco reeleitas. Todos os municípios naquele ano elegeram pelo menos uma mulher como prefeita e/ou vereadora.

Em 2020, mesmo sem Tamboril eleger nenhuma mulher, foram eleitas 17 ao todo, sendo que cinco foram reeleitas e três foram eleitas prefeitas. Desde a primeira eleição, considerada no levantamento, em 1988, o pleito de 2024 foi a que teve o maior número de mulheres eleitas, num total de vinte e uma, sendo uma para o executivo e nove reconduzidas aos cargos – seja como prefeita e/ou vereadora. Todas as cidades da região elegeram pelo menos uma mulher para as diferentes funções.

A partir do Apêndice K, onde destaquei os partidos pelos quais as mulheres foram eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061, se conclui que o PSDB foi o partido que mais elegeu mulheres nessas mais de três décadas nessa região, ao todo 23 eleitas. Seguido do Partido do PMDB, com 18 eleitas, e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), com o número de 15 eleitas. Então o Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegendo 14 mulheres nesses nove pleitos na região, foi também o que mais elegeu mulheres em 2024 nesse recorte. Por fim, o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido dos Trabalhadores elegeram ambos, nesse contexto, nove mulheres. Dentre esses partidos, todos com exceção do PT,

elegeram pelo menos uma mulher no município de Catunda nesses mais de trinta anos.

Com base nesses dados, em destaque com os partidos acima listados, se nota que os partidos de ideologia de centro, em números absolutos, são os que mais elegeram mulheres nos pleitos entre 1988 e 2024 nessa região – aproximadamente 47 ao todo –, seguido dos partidos de centro-esquerda à esquerda – 42 eleitas – e finalmente os de centro-direita à direita – 35 mulheres eleitas nesse recorte de tempo.

Antes de seguir para essa discussão, é importante pensar como os partidos brasileiros são – e podem ser – classificados. A classificação dos partidos políticos brasileiros é complexa e não limita as ações destes e dos eleitos e eleitas por estes nos pleitos. É feita considerando desde espectros políticos econômicos, até pensamentos ideológicos e posicionamento frente a "novos" e "velhos" temas, conforme explico mais adiante.

Desde a redemocratização na década de 1980 o Brasil dispõe de um sistema pluripartidário altamente fragmentado. Hoje estão registrados 29 partidos políticos[61] juntos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e 21 estão em processo de formação[62]. A ciência política tem se dedicado ao estudo da melhor maneira de tratar os posicionamentos dos partidos para classificá-los[63], mas a questão está longe de ser resolvida – e possivelmente nunca será – e muito ainda precisa ser pensado. As categorias "direita" e "esquerda", por exemplo, são constantemente revisitadas e problematizadas, conforme escreveu Fernando Scheeffer (2018):

> Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa. Há os defensores de que não faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura e um terceiro grupo, a grande maioria, que sugere a atualização dos significados, ao acreditar que atualmente os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem.[64]

---

[61] Cf. TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse. Acesso em 08 de jun de 2025.

[62] Cf. TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos em formação. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao. Acesso em: 08 de jun de 2025.

[63] Sobre esse assunto, sugiro: JORGE, Vladimyr Lombardo, FARIA, Alessandra Maia Terra de e SILVA, Mayra Goulart da. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 33. e227686, 2020, pp 1 – 44.

[64] Scheeffer, 2018, p. 121. Cf. SCHEEFFER, Fernando. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. E-Legis - *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v. 11, n. 27, p. 119-142, set./dez. 2018.

Certo é que, de acordo com os que propõem a atualização dos termos, uma abordagem que atende a minha demanda, estes termos são contrastantes, "antíteses" como refletiu Noberto Bobbio (1995)[65]. Todavia, de acordo com os estudos de Bianca de Freitas Linhares e Daniel de Mendonça: "Vivemos num momento em que posições atribuídas à direita ou à esquerda muitas vezes não podem simplesmente serem tomadas como absolutas."[66]. Em resumo, existe sim valor heurístico no sistema de classificação direita-esquerda, ainda que os limites entre elas, mesmo que demarcados, sejam um tanto imprecisos – ou fluídos.

Nesse sentido, a proposta de classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros, desenvolvida por Bianca de Freitas Linhares e Daniel de Mendonça, parte da hipótese de "buscar compreender o comportamento ideológico dos partidos desde as suas práticas políticas específicas." como as ações políticas desenvolvidas pelos sujeitos dos partidos, "[...] tais como projetos de lei, medidas provisórias, políticas públicas, medidas governamentais em geral."[67] Essa ideia me ajuda a pensar as eleitas aqui apresentadas, não porque o partido político ao qual elas se filiaram e pelo qual se elegeram indicam simplesmente o que elas defenderam em suas gestões e/ou legislaturas, principalmente porque algumas candidatas trocam de partido de uma eleição para outra, indo por vezes de um espectro a outro. Por outro lado pode ser uma importante chave de leitura, afinal o fazer político delas dizem mais sobre o que elas defendem e me fazem refletir, como estas escolheram seus partidos.

As discussões sobre esse assunto não se encerram nas páginas desse trabalho, mas quero pensar, com Clara Araújo, "em que os partidos fazem diferença?"[68]. Partidos políticos são – grosso modo e a partir da realidade do sistema brasileiro – organizações associativas com objetivos comuns que atendem a demandas eleitorais, em outras palavras, são dispositivos de ação política utilizados para alcançar cargos nos espaços de poder, sendo assim não são eles próprios

---

[65] Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

[66] Linhares e Mendonça, 2016, p. 12. Cf. LINHARES, B. F. ; MENDONÇA, Daniel de . Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: *10. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2016, Belo Horizonte/MG. Anais Eletrônicos do 10. Encontro da ABCP, 2016.

[67] Ibid., p. 13.

[68] Cf. ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, [S. l.], n. 24, p. 193 – 215, 2005.

fixos e imutáveis, se constroem “adequando-se aos imperativos do contexto político a que se vinculam”[69] e tampouco são fixos e imutáveis os corpos que se filiam e concorrem por estes a política. Assim, é recíproca a relação entre partidos e partidários e mais ainda entre partidos e seus tempos.

A obra *Território, lugar e poder: a expressão territorial do voto no Ceará (2002)*, ao citar o cientista político francês André Siegfried, sublinha que: “Cada partido ou, mais exatamente, cada tendência tem seu domínio; com um pouco de atenção se percebe que há tantas regiões políticas quantas regiões geológicas ou econômicas e existem tantos climas políticos quantos são os climas naturais”[70]. Assim, os números apresentados no apêndice K dão uma dimensão da geografia eleitoral e partidária, em destaque nesta região, inclusive convidando a pensar a dinâmica político-partidária no Estado do Ceará[71].

Finalmente preciso refletir qual o perfil das eleitas em Catunda? Quais suas profissões, seus graus de instrução e estado civil? Como se autodeclaram racialmente? Essas respostas não foram simples de mapear, principalmente, devido às dificuldades de acesso aos dados. Estes, nem sempre são facilitados e nem são frequentemente atualizados; muitas vezes são confusos. Contudo fazendo um recorte de análise e retornando a Catunda, foco desta pesquisa, é possível ter uma pequena noção desse perfil de candidatos e candidatas que se elegeram entre o primeiro pleito municipal em 1992 e o último em 2024[72].

Importante mencionar que os dados nesse quadro totalizam 42 eleitos (34 homens) ou eleitas (8) mulheres em Catunda, para ambos os cargos do poder municipal – seja executivo e/ou legislativo – sendo assim, do número total de 48 eleitos/eleitas nos nove pleitos da cidade, seis pessoas não aparecem nesse levantamento – 2 mulheres e quatro homens –, pois os dados sobre elas não foram encontrados, uma vez que somente as candidaturas a partir de 2004 têm dados abertos de fácil acesso disponíveis virtualmente. Este perfil foi montado através das

---

[69] Ibid., p. 194.
[70] Siegfried, 1995, p. 39 apud Souza, Cataia e Junior, 2002, p. 20. Cf. SOUZA, Maria Alédia Aparecida de. CATAIA, Márcio Antonio e JUNIOR, Rubens de Toledo. *Território, lugar e poder*: elementos da geografia eleitoral do Ceará. Sobral: Edições UVA; Campinas: Territorial, 2002.
[71] Essa discussão, desde o Ceará, é feita junto a alguns programas de pós-graduação nas universidades no Estado, dos quais destaco a iniciativa do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia – LEPEM da Universidade Federal do Ceará. Também destaco como iniciativa que discute as dinâmicas políticas a partir do Ceará o podcast As Cunhãs. Cf. AS CUNHÃS. Youtube. Disponível em: http://www.youtube.com/@ascunhaspodcast. Acesso em: 25 de jun de 2025.
[72] Ver Apêndice L.

informações disponíveis pelo TRE e acessadas pelo Portal Poder 360 e/ou no próprio site.

Como já mencionado, uma das dificuldades para analisar os elementos autodeclarados pelos eleitos e eleitas no registro de suas candidaturas, é que eles são constantemente atualizados, assim informações dadas em 2016, por exemplo, não são necessariamente as de 2020, ainda que estejamos falando do mesmo candidato ou candidata. Assim, para montar esse quadro utilizei as últimas informações disponíveis para cada candidato ou candidata.

Ao considerar a data de nascimento dos eleitos e eleitas, dado que por óbvio não é atualizado, se nota que a média de idade com que as mulheres em Catunda foram eleitas é de 30 a 50 anos. Entre os homens esse número não difere tanto, com exceção de alguns eleitos que quando assumiram tinham menos de trinta anos. Ao tratar do estado civil, das oito mulheres, duas se declararam solteiras, duas viúvas e quatro casadas. Entre os homens 10 se declaram solteiros, 23 casados e somente um divorciado.

Um número que me chamou atenção foi com relação ao grau de instrução. As mulheres com Ensino Superior completo representam 62,5% – 5 em números absolutos – enquanto os homens só totalizam nove entre os 34, algo em torno de aproximadamente 26,4%. Em sua maioria (50%) eles só registraram ter Ensino Médio completo ou incompleto. Assim, embora as mulheres tenham maior grau de instrução[73], de acordo com esse levantamento, e representem, conforme já mostrado, mais da metade da população, sua participação nos espaços de poder formal ainda é assimétrica e desproporcional.

Agora, falarei dos dados da autodeclaração racial desses eleitos e eleitas em Catunda.

As discussões sobre raça não foram aprofundadas neste trabalho, não porque não tenho interesse no assunto, muito pelo contrário, afinal, como já observei, sendo um estudo que parte de minha experiência, e sendo eu um corpo atravessado pela questão racial também – além da de gênero, de capacidade física, de sexualidade e de classe – essa temática muito me importa. As fontes usadas para esse estudo

[73] Elas são maioria das matriculas no Ensino Superior conforme dados do Censo do Ensino Superior 2023 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Cf. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023* [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em 03 de jun. de 2025.

pouco ou nada tocam diretamente sobre as relações raciais em Catunda, principalmente no âmbito da política, logo dificultam tal abordagem. Contudo, como até as ausências são importantes dados, com base no referido perfil encontrado no Apêndice L pude constatar algumas importantes questões sobre raça.

Reforço que esse levantamento foi um tanto dificultado – e limitado, por assim dizer – uma vez que os dados só se encontram disponíveis a partir de 2004 e ainda assim não são completos, faltando por exemplo a autodeclaração racial e/ou de sexualidade até recentemente[74]. Com o passar dos anos é que esses pontos – em destaque a questão da raça/cor – foram aparecendo nos registros de candidaturas. Não somente este ponto dificulta esse levantamento, mas também o fato dos dados serem atualizados a cada eleição, e às vezes essas atualizações serem contrárias às anteriores.

Para exemplificar, um vereador e/ou vereadora que declarou ser empresário/empresária, professor/professora, pode se declarar vereador/vereadora na próxima eleição, já que seu trabalho no contexto do registro é exatamente este. Não é uma questão problemática, contudo quando tratamos da autodeclaração racial, isto complexifica o estudo.

Conforme se nota no quadro 27, alguns eleitos e eleitas autodeclararam sua raça/cor como branca e em outra autodeclaração a registraram como parda. Não que seja um problema atualizar e/ou modificar essas declarações, afinal nossas identidades não são fixas e imutáveis[75], mas esses dados me fizeram refletir: "O que isto me diz?".

Segundo os dados de raça/cor compilados dos dois últimos censos do IBGE[76] a população negra corresponde a mais de 50% da população a nível nacional (aproximadamente 50,8% em 2010 e 55,6% em 2022), mais de 60% ao considerar a região Nordeste (69% em 2010 e 72,6% em 2022), o estado do Ceará (66,6% em 2010 e 71,5% em 2022) como níveis de abrangência e mais de 70% ao considerar a

---

[74] Sobre esse ponto é importante destacar que somente a partir de 2016 que os dados de raça foram formalmente preenchidos e passaram a compor os dados do TSE. Sobre esse assunto sugiro o :Estudo Técnico *Raça, representatividade e disputa eleitoral em 2024* da Confederação Nacional do Municípios. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202409_ET_raca_representatividade_e_disputa_eleitoral_em_2024.pdf. Acesso em: 28 de jun de 2025. Sobre a sexualidade – orientação sexual – somente a partir de 2024 os dados passaram a compor a base do TSE.

[75] Essa questão será melhor aprofundada mais adiante quando estiver pensando os jogos de gênero e a performatividade.

[76] Ver Apêndice M.

cidade de Catunda (73,7% em 2010 e 77,7 em 2022). Importante destacar que de acordo com a Lei 12.288 de 2020, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial, a população negra diz respeito ao: "conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou que adotam autodefinição análoga"[77], ou seja, é a soma dos autodeclarados pretos e pardos. Esse dado é crucial pois a população autodeclarada parda é o maior número nessa soma em todos os níveis de abrangência o que me convida a refletir o lugar do pardo na história do Brasil e não somente, mas a relação entre raça e identidade na política.

Conforme indica a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*, a "raça' é quase um enredo, um palco para debates de ordem diversa"[78] em nosso país, ou seja, não é uma categoria dada, mas historicamente construída e, portanto, seu debate é espaço-temporalmente localizado. Sua discussão não é fixa, mas contínua, e vai depender do contexto do qual se fala. Certo é que desde os tempos coloniais na América se encontra a ideia de raça. Inclusive, a própria ideia de "América", assim como de "Europa", como a de "negro", "índio" e "branco é inaugurada junto com a invenção da raça, conforme refletiu Anibal Quijano ao tratar da colonialidade do poder[79].

Contudo, ainda que "somente a raça remete ao horizonte que habitamos" (p. 21) a questão racial, conforme já mencionado, nem sempre aparece de forma explícita nos dados coletados, em destaque quando se trata dos corpos na política, contudo sua ausência também comunica. Em contextos como o nosso – falo da América Latina, do Brasil e mais especificamente do Ceará – marcados pela miscigenação, desigualdades estruturais e memoricídio, pensar raça não é somente necessário, como é urgente.

---

[77] BRASIL. *Lei 12.288*, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 30 de jun de 2025.

[78] SCHWARZ, 2023, n.p. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz; FISHER, Jeff. *História da vida privada no Brasil – Vol. 4*: Contrastes da intimidade contemporânea. Companhia de Bolso. Edição do Kindle.

[79] Cf. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117 – 142. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

A identidade nacional é forjada no século XIX desde a raça, pois carrega em si as marcas profundas de um processo histórico que invisibilizou as populações originárias e os povos negros, a partir da "metáfora fluvial", proposta por Karl von Martius[80] e os romancistas oitocentistas. A mestiçagem, portanto, foi construída como forma de negar o racismo, ou, como escreve Rita Segato, um "crisol de raças, fábula das três raças, 'cadinho' – [que] impôs-se entre nós como etnocídio, como apagamento da memória do não branco por meio da força."[81]. O mestiço, portanto, hoje o pardo, estaria nesse limbo racial[82].

Não irei me demorar nas páginas dessa dissertação nos estudos sobre a questão racial, com destaque para a questão do pardo e do negro no Brasil, ainda que acredite na sua importância, todavia existem importantes bibliografias que tratam sobre o assunto[83]. O que mais me interessa nesse recorte é pensar, conforme fez Pedro Vítor Gadelha Mendes, em *Racismo no Ceará: herança colonial, trajetórias contemporâneas*[84], as peculiaridades cearenses que diferem a questão

---

[80] Sobre a metáfora fluvial, observe o texto: "Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluentes das raças índia e etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formaram as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado." Martius, 1843, p. 443. Cf. MARTIUS, Karl Friedrich von. Como se deve escrever a História do Brasil. Tradução e introdução de José Honório Rodrigues. *Revista de Historia de América*, n. 42, p. 433–458, dez. 1956.

[81] Segato, 2021, p. 262. Cf. SEGATO, Rita. Os rios profundos da raça latino-americana: uma releitura da mestiçagem. In: _____. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e a antropologia por demanda*. Trad. de Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 247 – 286.

[82] Cf. GOMES, Lauro Felipe Eusébio. *Ser pardo* – o limbo identitário-racial brasileiro e a reinvindicação da identidade. Vol. 05, n. 01, jan – mar, 2019, p. 67 – 78.

[83] Deixo como sugestão, além dos textos que utilizo para escrever este trabalho, a contribuição de importantes intelectuais negros e negras. Primeiro a coleção de estudos de Lélia Gonzalez, reunidos em *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020) e o *Lugar de Negro* (2022), que reúne também textos de Carlos Hasenbalg. O compilado de textos reunidos em *Uma história feita por mãos negras* (2021), da historiadora Beatriz Nascimento. *História do Negro Brasileiro* (2023), de Clóvis Moura. Os trabalhos de Kabengele Munanga, em destaque *Negritude* e *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, ambos de 2019 e com importantes análises sobre a relação entre raça, movimentos e identidade. *Tornar-se Negro* (2021) de Neuma Santos Souza e *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2015) de Sueli Carneiro, para pensar como as desigualdades afetam a vida da comunidade negra e estrutura as relações sociais, bem como a obra-denúncia escrita por Abdias Nascimento em pleno período ditatorial brasileiro, *O Genocídio do negro brasileiro* (2016). Além destas, que são – ou deveriam ser – as mais conhecidas obras sobre a história do negro e do pardo no Brasil, sugiro a recente coletânea organizada por Flávia Rios, *A questão do pardo no Brasil* (2025) e outros tantos trabalhos desenvolvidos junto a núcleos de estudos, laboratórios e/ou por grupos de pesquisa.

[84] Cf. MENDES, Pedro Vítor Gadelha. *Racismo no Ceará*: herança colonial, trajetórias contemporâneas. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

racial desse Estado em relação ao restante do Brasil, para entender o que os dados, ou melhor, suas ausências, me comunicam.

O recém-publicado estudo revisionista/negacionista de Luís Santos (2020), feito para divulgar a pesquisa do geneticista Eran Elhaik, intitulado *Ceará revelado,* é um caminho para refletir como "um discurso de mestiçagem [foi] responsável por menosprezar a participação indígena e africana na formação da população local."[85]. Anunciada como a "grande descoberta", o dito estudo, que ainda se reivindicou neutro e imparcial, afirmou que de acordo com a análise genética os cearenses teriam mais componentes genéticos nórdicos do que negros e indígenas. Assim, *Ceará revelado* buscou reforçar o discurso do desaparecimento dos povos indígenas e negar a presença dos negros na formação do povo cearense, algo que o Instituto Histórico, Antropológico e Geográfico do Ceará (1887) fez no século XIX em busca das particularidades de ser cearense para gerar uma identidade.

A construção da identidade cearense foi reflexo da nacionalidade proposta naquele contexto, que buscou nas origens e na mistura e sobreposição das raças, um elemento para sua afirmação. O Instituto Cearense considerava indiscutível o elemento indígena na formação desse povo, o que legitimava a ocupação dos colonizadores. As palavras de origem indígenas, inclusive identificavam particularidades cearenses e reforçaram a presença destes na formação desse espaço. Ao contrário, de acordo com as interpretações do Instituto, a presença do negro pouco ou não deveria ser considerada, uma vez "as condições físicas cearenses excluíram esse território de todos os grandes ciclos econômicos nacionais implicados com o uso da mão-de-obra escravizada: ciclo do açúcar, ciclo do ouro e ciclo do café."[86] e, por equívoco, sendo os negros entendidos como sinônimo de escravizados, sem considerável mão-de-obra escravizada nesse espaço, não haveria presença de negros no Ceará.

O revisionismo/negacionismo do estudo de Luís Santos, em síntese:

> [...] sorrateiramente apaga e reatualiza o discurso de assimilação e desaparecimento dos grupos étnicos indígenas, conforme destacado anteriormente; e, também, de africanos, ao trazer para o século XXI a mesma lógica narrativa de estudos oitocentistas cuja tônica foi a negação

[85] Barboza e Mariz, 2021, p. 113. Cf. BARBOZA, Edson Holanda Lima.; MARIZ, Silviana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. *Revista Brasileira de História*, 14 mar. 2021., p. 111 – 134.
[86] Mendes, 2010, p. 50.

> ou a redução da presença negra na formação do Ceará, produzindo, assim, uma antimemória dessas matrizes étnicas.[87]

Em síntese a supervalorização dos indígenas e sua seguida assimilação e a proporcional negação dos negros na formação da identidade cearense, é uma particularidade do Estado, o que pode refletir no racismo cearense, conforme escreve Mendes. A construção da identidade cearense, assim como a da nacionalidade brasileira naquele contexto, ficou a cargo da elite letrada, branca e masculina, que, compôs o Instituto Histórico do Ceará[88], e ainda hoje é de interesse de uma *elite patriarcal supremacista branca capitalista imperialista* que financiou, por exemplo, o estudo de Luís Santos, em busca de dar continuidade a colonialidade de poder e afirmar a branquitude como a mesmidade – dispositivo de racialidade.

Ao refletir a raça como elemento endossador da dominação-exploração que serve ao sistema – ou melhor "subjulgação, subalternização e expropriação" – Rita Segato infere que:

> *Raça é efeito e não causa, efeito de uma história colonial que segue seu curso e se reproduz com novas estratégias, produto de séculos de modernidade e do trabalho mancomunado de acadêmicas e acadêmicos, intelectuais, artistas, filósofas e filósofos, juristas, legisladoras e legisladores e entes da lei, que classificaram a diferença como racialidade dos povos conquistados.*[89]

Desta forma, a raça é invenção da elite para atender seu programa de ordenamento social, qual seja, dominar e explorar os corpos não brancos, dentro da lógica da colonialidade: os conquistados. "Ninguém explicou mais nitidamente do que ele [Anibal Quijano] o fenômeno da 'invenção da raça' como parte da estruturação do sistema-mundo-moderno-colonial." Deste entendimento, se

---

[87] Barbosa e Mariz, op. cit., p. 121.

[88] A historiadora Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento, escreveu um importante estudo sobre a função do Instituto do Ceará na construção de uma memória que pouco ou não considerava a contribuição dos negros cearenses e que creditava a libertação da escravatura da dita "Terra da Luz" a elite intelectual. Sugiro: NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. *Invenção da liberdade*: o Instituto Histórico Do Ceará e o discurso racial no I Centenário da Abolição (1984). Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2018) - Universidade Estadual do Ceará. 2018. Disponível em: http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84263. Acesso em: 20 de jul. de 2025.

[89] Segato, 2021, p. 298. Cf. SEGATO, Rita. A cor do cárcere na América Latina: Notas sobre a colonialidade da justiça em um continente em desconstrução. In: _____. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e a antropologia por demanda*. Trad. de Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 287 – 313.

compreende raça não como algo fixo, dado, mas como historicamente construído, adaptável aos interesses do grupo conquistador[90].

A cor como indispensável elemento racial só faz parte dessa invenção em meados do século XIX e no Brasil ganhou força no início do século XX. O predomínio da identidade parda, conforme dados estatísticos, por exemplo, faz pensar sobre as ambivalências políticas que esta categoria traz e na mestiçagem como projeto político nacional – dispositivo[91].

Nas primeiras décadas do século passado, logo após a abolição da escravatura e a Proclamação da República no Brasil, a mesma elite econômica, intelectual e política herdeira dos romancistas e membros dos institutos históricos oitocentistas, alicerçada nas teorias eugenistas e evolucionistas do contexto vê no pardo – ou mestiço – um campo válido de disputa que endossaram o projeto de nação.

As referidas teorias, diferente de outros contextos, não foram simplesmente incorporadas à realidade nacional, mas conforme escreveu Lilia Schwarcz[92], foram relidas em busca de atender as necessidades locais. Assim, longe de se apartar as diferentes raças, o ideal seria miscigenar, ou seja, misturar brancos, indígenas e negros, crendo na sobreposição dos brancos em detrimento dos demais. Agora não era mais o mito fluvial que ilustraria esse propósito, mas a ideia de antropofagia – o deglutir e absorver.

> No Brasil, a alegoria modernista da antropofagia, que por digestão dará origem a um povo novo, mestiço, misturado, esquece de dizer que é um organismo único o que processa todos os outros em sua digestão violenta, uma digestão violenta, uma digestão unificadora. A mestiçagem, na versão das elites, é um caminho unitário da nação em direção ao seu branqueamento e modernização eurocêntrica.[93]

O projeto político-identitário nacional, para atender seu objetivo último de embranquecimento, investiu na importação de mão de obra europeia, ao mesmo

---

[90] "[...] raça não é uma realidade biológica nem uma categoria sociológica, mas uma leitura historicamente informada de uma multiplicidade de signos, em partes biológicos, em parte derivados das raízes dos sujeitos em paisagens atravessadas por uma história [...]" Segato, op. cit., p. 270 – 271.

[91] Cf. Tadei, 2002, apud Rocha, 2023. Cf. ROCHA, Hortência Sousa. Pardo: uma identidade construída no limbo? Processos de subjetivação dos pardos no contexto brasileiro. Dissertação (Mestrado) – programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão, São luís, 2023.

[92] Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

[93] Segato, op. cit., p. 275.

tempo que marginalizou os recém libertos corpos negros ex-escravizados e propôs a "atração, pacificação e civilização" – assimilação – dos povos indígenas. Desta forma, o pardo, resultado dessa miscigenação, seria a "ponte étnica"[94], ou caminho para o fim.

Importante notar que a ideia da mestiçagem como salvação, própria dessa compreensão antropofágica, não era a única daquele contexto, conforme observa Hortência Sousa Rocha, também circulavam projetos que "viam na miscigenação a degenerescência do povo brasileiro"[95]. O que mais me interessa nesse ponto é compreender a raça como eixo central das desigualdades no Brasil e a miscigenação como projeto político que estrutura essas desigualdades.

O mito da democracia racial escrito por Gilberto Freyre, por exemplo, diferente das duas ideias acima apresentadas, propunha uma harmonização e confraternização entre as raças. Em suas palavras: "Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro."[96]. Assim, a miscigenação, uma só vez biológica e cultural, formaria sem conflito a identidade nacional.

A filósofa Lélia Gonzalez escreve que "como todo mito, a democracia racial oculta algo para além daquilo que se mostra."[97], ou seja, serve a um propósito, nesse caso velar as desigualdades estruturais, pensando a raça como estrutura quase imperceptível[98]. O mito da democracia racial, ao passo que propõe "a grande harmonia entre racial... desde que estejam sob o escudo do grupo branco dominante"[99], é verdadeiramente extremamente violento, atendendo a interesses que buscam, entre tantos, silenciar os dados.

A ausência e/ou pouca presença de dados sobre raça, nos registros eleitorais e de candidaturas não é um acaso técnico ou uma simples lacuna burocrática. O apagamento estatístico é também uma forma de negar a existência política de certos

---

[94]Nascimento, 2011, apud Rocha, 2023.
[95] Rocha, 2023, p. 23.
[96] Freyre, 2003, p. 418. Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed. 48. São Paulo: Global, 2003.
[97] Gonzalez, 2020, p. 80. Cf. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75 – 93.
[98] Cf. ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
[99] Gonzalez, 2020, p. 144. Cf. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139 – 150.

corpos. Quando não se coleta ou desagrega os dados por raça, e também por gênero, sexualidade e/ou outros pontos de intersecção, está se reafirmando o *masculino-branco-cishetero-cristão-salvo-indicação-contrária*, ou seja, a branquitude e a neutralidade masculina como norma silenciosa, fantasmática, que é e sempre será. Isto dificulta, quando não impede, que desigualdades estruturais sejam nomeadas, visibilizadas e consequentemente enfrentadas.

Não contar é também não considerar. E este é o interesse da já mencionada *elite patriarcal supremacista branca capitalista imperialista*[100]*,* qual seja, a manutenção do sistema. Neste ponto volto a pergunta inicial, o que os dados – ou suas ausências – me dizem?

A maior parte da população no último censo do IBGE, conforme já mencionei, se autodeclarou negra no Brasil (55,6%), sendo que somente 10,2% se autodeclarou preta e 45,3% parda. Desta forma, "O pardo, é colocado como figura paradoxal desse sistema: ao mesmo tempo que representa uma certa identidade nacional, prova 'viva' da miscigenação e harmonia entre as raças, é alvo de políticas de extermínio e do racismo de Estado."[101]. O pardo, seria então, esse não-lugar, construído no "limbo identitário-racial brasileiro" em busca da "reivindicação da identidade"[102]. Nas palavras de Rita Segato: "O corpo mestiço pode, assim, ser entendido como carta de navegação a contracorrente."[103] Uma complexa condição de existência.

Quando pensamos os corpos nos espaços de poder formal, ao cruzar as informações de cor/raça e gênero das candidaturas para as três últimas eleições municipais – 2016, 2020 e 2024 – disponíveis da base de dados do TSE, se observa[104] que também a maior parte daqueles e daquelas que concorrem às eleições se autodeclaram pardos ou pardas, em destaque quando se focaliza o Nordeste[105], o Ceará[106] e Catunda[107] na análise.

---

[100] Para utilizar um conceito de bell hooks. Cf. HOOKS, bell. Introdução. In: _____. *Escrever além da raça*: teoria e prática. Trad. de Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022, p. 21 – 30.
[101] Rocha, op. cit., p. 28.
[102] Cf. Gomes, op. cit.
[103] Segato, op. cit. p. 263.
[104] Ver apêndice N.
[105] Em 2024 eram 57,66% das candidaturas. Em 2020, 58,01%. Em 2016, 59,49%.
[106] Em 2024 eram 59,86% das candidaturas. Em 2020, 60,17%. Em 2016, 62,49%.
[107] Em 2024 eram 85,29% das candidaturas. Em 2020, 58,33%. Só em 2016 que o número de brancos é superior ao de pardos nesse recorte, 51,22% autodeclarados brancos e 48,78% autodeclarados pardos.

Em síntese, considerando os números absolutos, pardos e pardas representaram, de forma consistente, a maioria das candidaturas registradas nas eleições analisadas, com algumas ressalvas. No entanto, essa predominância não se traduz em poder político efetivo, já que candidatar-se não garante sua eleição. Ainda assim, esses números indicam que essa identidade racial, como se nota também nos censos mencionados, é a mais numerosa, especialmente na região Nordeste, no estado do Ceará e na cidade de Catunda, o que reflete a ambiguidade desse corpo pardo, conforme venho apontando, uma vez que mesmo estatisticamente majoritário, são ainda politicamente marginalizados.

Se considerarmos o marcador de gênero, a sub-representação ainda é maior. As mulheres, mesmo sendo mais da metade da população, conforme já referido, ainda são o menor grupo entre as candidaturas em comparação aos homens e quando o fator racial é posto a análise as pretas e pardas são o menor número nas eleições a nível nacional. Se considerar o número de eleitas, se nota que o acesso de mulheres aos espaços de poder, em destaque as racializadas, ainda é restrito.

Em suma, as candidaturas pardas revelam essa ambiguidade paradoxal: mesmo sendo numerosas, não se convertem automaticamente em representatividade política efetiva, tanto em termos de ocupação de cargos quanto de protagonismo nos espaços de poder, uma vez que apesar da maioria da população se autodeclara parda ou preta, os dados evidenciam que os corpos que acessam cargos políticos eletivos tendem a ser brancos. Assim, a branquitude é tida como norma, pois os corpos brancos – mesmo quando não explicitamente nomeados como tal — são considerados os sujeitos universais da política, os mais "legítimos" para exercerem o poder. Esse lugar de privilégio do branco, como propõe Lourenço Cardoso[108], funciona sem precisar ser nomeado, uma vez que é tido como neutro, racional, salvo-indicação-contrária.

Branquitude, então, é não só identidade racial, mas estrutura invisível que regula as relações de poder. Funciona através de um "vínculo com base na branquitude compartilhada [que] serve de alicerce para um senso de significados,

[108] Cf. CARDOSO, Lourenço da Conceição. *O branco ante a rebeldia do desejo*: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional: a branquitude acadêmica: Volume 2. Curitiba: Appris Editora, 2020.

valores e propósitos compartilhados."[109] ou ainda, um pacto narcísico, como escreve Cida Bento[110].

Ao pôr Catunda em perspectiva, se nota que apesar de pequena em população e território, e jovem em relação a sua história, a cidade revela dinâmicas políticas que não diferem muito do campo em níveis mais amplos de observação. É fato, por exemplo, que as mulheres estão em espaços de poder formal desde o início da história de Catunda, ocupando cargos no executivo e legislativo municipal, ainda que sejam o menor número entre os corpos da/na política local. Desta forma, ainda que numericamente majoritárias – ou tão numerosas quanto os homens – em nível populacional, seguem ocupando um lugar às margens nas estruturas de poder, pouco ocupando os espaços para além do privado.

Até aqui busquei demonstrar, a partir de dados estatísticos – e de suas ausências –, as narrativas estruturais que se regulam para, atendendo os objetivos de uma elite masculina, branca e rica reproduzir o sistema *patriarcal supremacista capitalista e imperialista.*

Portanto, pensar a cidade, as mulheres e a política desde Catunda, e por extensão em contextos similares, permite compreender os mecanismos simbólicos e materiais que regulam o acesso e permanência dos corpos nos espaços de poder e dificultam a entrada de mulheres, em especial mulheres negras, na política. Partindo da compreensão de que nomear é transformar, creio que esse estudo permitirá igualmente trilhar caminhos para repensar a democracia.

[109] Hooks, op. cit., p. 25.
[110] Cf. BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

2.2 ELEITAS: MULHERES DA/NA POLÍTICA

O A presença de mulheres nos espaços de poder suscita questões tais como qual o número de mulheres nos cargos políticos eletivos nos últimos trinta anos em nível municipal, estadual, regional e nacional? Uma vez que “as mulheres líderes sempre estiveram dramaticamente em minoria.”[111], como consta estudos de Julia Gillard e Ngozi Okonjo-Iweala, por que mesmo com importantes acordos legais e institucionais não se resolveu o problema? Quais são os obstáculos que dificultam a entrada dessas mulheres nos espaços de poder? Por que as mulheres, em destaque as mulheres negras, pouco ou não se interessam por serem lideranças na política formal? Se é que de fato não se interessam. O que representam as mulheres na política?

Para começar a responder a algumas dessas questões – se é que será possível – é preciso primeiro compreender, como estas mulheres entraram na política em Catunda. Nas entrevistas que realizei entre outubro e novembro de 2021 para a escrita de minha monografia, uma das perguntas que fiz às mulheres eleitas que aceitaram conversar comigo, conforme pode se observar no roteiro do anexo B, foi “Como a senhora iniciou no mundo político?”. Em suas narrativas, a entrada na política não se apresentou, de forma geral, como projeto de vida. Ou seja, a maioria das mulheres que entrevistei expressaram que nunca se imaginaram ou mesmo recursariam entrar na política. A primeira presidenta da Câmara Municipal de Catunda, Antônia Gonçalves Magalhães narra, por exemplo:

> Bom, meu pai sempre foi político, quer quisesse, quer não, porque ele atendia muita gente ali, gente necessitada aqui do município, e eu não tinha vontade, nunca tive vontade. Quando houve a primeira eleição a Regina, que era candidata, veio aqui insistiu mesmo para eu entrar na política e meu esposo aceitou, o Chico Hermano, e aí eu ainda fiquei pensando uns dias e até que aceitei ser candidata a vereadora.[112]

Ravenna Lima, a segunda mulher eleita para o executivo catundense e a época da entrevista prefeita da cidade, tem uma narrativa parecida com a de Antônia, ela conta:

---

[111] Gillard e Okonjo-Iweala, 2022, p. 26. Cf. GILLARD, Julia e OKONJO-IWELA, Ngozi. *O que elas têm a dizer*: experiência de liderança de algumas das mulheres mais influentes do mundo. Trad. de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Nacional, 2022.

[112] GONÇALVES MAGALHÃES, Antonia. Entrevista 07. Wagner Cavalcante Farias. 18 de nov. de 2021.

> Pronto, engraçado que eu nasci e me criei. [Aliás] Nasci, mas não me criei no meio político. Meu pai sempre foi coordenador de campanha em Santa Quitéria, de campanha política, mas nunca se candidatou a nada. Só que a figura do coordenador de campanha, principalmente naquelas eleições mais antigas, agora é fundamental, [mas antes] a campanha eu corria na casa do Coordenador e não do candidato. Eu tinha horror daquilo. Daí duas coisas que dizia: na minha vida eu nunca me envolveria na política e com político e eu jamais vou voltar a morar no interior. Olha onde eu estou. Eu estou comendo no prato que eu cuspi, digo para você do fundo do meu coração. Voltei para o interior e nem foi para Santa Quitéria, foi para Catunda [que é mais interior ainda] e mais longe e não só me envolvi como me casei com uma pessoa que se tornou político. Eu digo que ele me enganou.[113]

Mesmo que tenham convivência com experiências políticas desde muito jovens através do envolvimento de seus pais, ambas indicam que nunca quiseram fazer parte do campo político, inclusive talvez por conta das vivências indiretas que tiveram nesse campo desde muito novas. Ravenna Lima observa que não somente "tinha horror aquilo", ou seja, as campanhas organizadas em sua casa com a coordenação de seu pai, como jamais se "envolveria na política e com político". Contudo, as duas acabaram "comendo no prato que cuspiram".

Voltarei a essa questão mais adiante, agora é interessante notar que o espaço social em que os corpos se encontram – a família, por exemplo – irá influenciar sua permanência ou fuga desse espaço. Pierre Bourdieu oferece ferramentas analíticas para pensar sobre essa questão e uma delas é a ideia de espaço social como campo. Campo seria um microcosmo social que a um só tempo é "campo de forças" e "campo de lutas". Uma das propriedades desse campo, além de ser espaço de conflito, é que "todas as pessoas que estão cometidas num campo têm em comum um certo número de interesses fundamentais"[114]. Pensando o campo acadêmico, por exemplo, os corpos que nele ingressam buscam uma série de recompensas, e o fazem através do desenvolvimento da dedicação de estudos e pesquisas.

Certo é que os campos sociais não são fixos, sendo históricos – contextuais. São ainda relativamente autônomos, ainda que tenham regras gerais, portanto cada campo tem suas estruturas, suas leis, suas compensações, e mesmo que estas sejam, conforme disse, não fixas, plásticas, para entrar em um determinado campo e

---

[113] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

[114] Bourdieu, 2003, p. 121. Cf. BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Imprenta: Lisboa :Fim do Século, 2003, p. 119 – 126.

alcançar seus benefícios o corpo precisa se submeter às regras do campo. “Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão.”[115]

Penso que talvez por isso as eleitas evocadas anteriormente tivessem repulsa ao campo político, por conviverem mesmo que indiretamente com agentes deste e observarem as regras exigidas para este jogo. Imagino que este campo não pareceria uma opção atraente para elas, principalmente porque os processos de socialização destas pouco ou nunca as levam a desejar transpor o campo que lhe é naturalizado, a saber, o doméstico, matrimonial e familiar.

Não quero dizer com isto que elas não poderiam e possam desejar outros microcosmos, afinal são muitos os campos possíveis, contudo, existem *habitus* que constituem campos ao mesmo tempo que são por estes estruturados e estes fazem com que seja difícil, às vezes até desinteressante, transpor os limites estabelecidos nos campos.

Habitus em Bourdieu, é um sistema de disposições, ou seja, formas de ver, pensar e agir ensinados implícita e explicitamente desde a infância que são adquiridos e compartilhados dentro de um campo. Assim como o campo, *habitus* é situacional, ou seja, não é a-histórico, suspenso, mas igualmente moldável – contextual. *Habitus* é ação e lente[116] quase que inconscientes. “Não só está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: um campo que circunscreve um *habitus* específico.”[117] Deste modo, o desinteresse de mulheres pela política – o “horror aquilo” – pode ser lido como resultado da baixa presença de mulheres na política que indica que este não é um campo para estas tanto que elas não são socializadas desde cedo para esse espaço[118].

---

[115] Bourdieu, 2011, p. 195. Cf. BOURDIEU, Pierre. O campo político. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193 – 216.

[116] Sobre isto, Bourdieu escreveu: “O *habitus* é, com efeito, *princípio gerador* de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, *sistema de classificação* (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus* — ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto) — é que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, *o espaço dos estilos de vida*.” (Bourdieu, 2007, p. 162, grifo do autor) Cf. BOURDIEU, Pierre. O *habitus* e os espaços de estilo de vida. In: _____. *Distinção*: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme]. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p. 162 – 210.

[117] Thiry-Cherques, 2006, p. 35. Cf. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. In: *RAP*, Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

[118] Interessante que em Bourdieu, desinteresse é justamente atender sem pensar as expectativas do campo em que você é socializado. Ele escreve: “Quando as pessoas só têm de deixar correr o seu *habitus* para obedecerem à necessidade imanente do campo e satisfazer as exigências que nele se encontram inscritas (o que constitui em todo o campo a própria definição da excelência), não têm seja

Existem condições sociais que possibilitam a entrada no campo da política, e a disponibilidade de tempo, por exemplo, é talvez a principal delas. Sendo as mulheres socializadas desde a infância aos serviços de cuidado, seja ele formal e/ou informal, conforme reflito mais adiante, para muitas o campo político é de pouco interesse. Agir de acordo com o *habitus* alinhado aquele campo, se traduz a excelência e qualquer coisa desviante a isso deve ser dispensada[119].

Apesar desse entendimento, quando algumas delas acessam ao campo político, "[...] parece que tá na veia. Aí pulsa", como narrou Ravenna Lima, que continua: "eu vim ver que na realidade eu acho que sempre isso esteve em mim e tava era ali, não tava latente, tava dormindo e depois de se tornar latente hoje é pulsante [...]"[120]. Interessante é que apesar de ser um sentimento pulsante, algo adormecido e interior a ela, a entrada de mulheres na política nunca será consensual e tão pouco terá somente uma motivação. A entrada e permanência no campo político depende do capital dos corpos que a querem fazer. Capital seria o conjunto de bens que se acumula, investe, troca, reproduz e transmite, não sendo, no entendimento de Bourdieu, somente econômico, mas, e principalmente, cultural, social e simbólico.

Ao ler a *História das Mulheres no Brasil*[121] (1997) não só se observa a negação ao estudo a estas, mas como quando ele se torna possível para as mulheres era "uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos.", qualquer coisa a mais do que isso seria desviante. Quanto mais o campo político se profissionaliza ele reforça a divisão entre "profissionais e profanos", conforme observa Bourdieu. Assim, as mulheres, por terem menos escolaridade estariam mais distantes da política. A exclusão das mulheres do campo político, é antes uma

---

de que maneira for consciência de estar a sacrificar a um dever e menos ainda a buscar a maximização do ganho (específico). Têm, portanto, o ganho suplementar de se verem e serem vistas como perfeitamente desinteressadas." (Bordieu, 2003, p. 126)

[119] Lembro do filme *O Sorriso de Monalisa* (2003). No filme a professora de história da arte Katherine Watson provoca suas alunas a refletirem se querem "conformar-se com o que os outros esperam de vocês... ou ser vocês mesmas.". Entre as alunas Betty Warren se casa e aceita o destino imposto a ela. Joan Brandwyn, que parecia ser aquela que desviaria dos padrões sistêmicos, já que queria se formar em direito, mas acaba escolhendo se casar e assumir a vida dedicada ao doméstico. Aparentemente elas escolhem seus destinos, mas o ponto para refletir é até que ponto a escolha é livre ou é só uma maneira de obedecerem a ordem do campo imposta pelo *habitus*?

[120] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

[121] Está é uma obra entre outros estudos que se dedicam ao estudo das mulheres no Brasil. Cf. DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

exclusão delas de outros microcosmos sociais, dos quais as letras e a educação foi por muito tempo o mais evidente.

Dentre as mulheres eleitas entrevistadas, ainda que todas tenham alguma formação – sendo elas, inclusive, conforme mencionei no tópico anterior, as com maior grau de instrução em comparação com os eleitos – somente Ravenna Lima destacou sua titulação como um dos motivos de sua entrada na política. Em suas palavras:

> Sempre gostei no colégio e faculdade de participar de tudo, eu acho que minha veia política também tem algo dessa Ravenna de sempre gostar de estar no meio de tudo. [...] E assim eu tenho um senso de justiça muito forte muito forte. Eu Apesar, assim sou advogada, fiz direito, mas eu jamais daria para ser do Ministério Público, Não é que o ministério público é aquele órgão acusador, ele é o fiscal da Lei, mas assim a gente coloca na cabeça como se fosse o acusador, eu já tenho mais instinto de defesa. [...]Então assim eu não tenho muito o que dizer de mim é basicamente isso eu sempre fui muito estudiosa [...] Sentava mais na frente para você baixinha mesmo mas eu era amiga de todos e de geral. [...] Eu me formei logo passei na OAB, na primeira prova já passei. Sempre advoguei mais na área pública sendo advogada de prefeitos, mas trabalhava em escritório particular. Assumi um cargo público, por quatro anos fui procuradora do município de Pacatuba, e foi uma escola de vida [...] Eu fiquei cinco meses na Secretaria de Administração [em Catunda] e depois não me envolvi mais com a prefeitura.[122]

Ravenna é a única que destacou seu grau de instrução, talvez, por entre outros motivos, para dar destaque ao estado institucionalizado de seu capital cultural, uma vez que passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) logo na primeira tentativa e ter a certificação como advogada "confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura [...]"[123] Não estou afirmando com isso que a entrevistada estava de forma ostensiva se exibindo, mas ressaltando sua distinção conseguida através do capital cultural. Este é sem dúvida um importante recurso para acessar diferentes campos sociais, dos quais também a política. Contudo, ainda que o estudo seja um capital importante para o acesso aos espaços de poder, conforme analisei no tópico anterior, ele não é preponderante, haja visto que os homens ainda são maioria na

[122] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

[123] Bourdieu, 2007, p. 78. Cf. BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. Tradução de Magali de Castro. Revisão de Maria Alice Nogueira. In: _____. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Organizadores). 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, 70 – 79.

política formal, mesmo tendo em grande número menor grau de instrução em comparação com as mulheres.

Narrativa de Joana D'arc de Sousa Ferreira, uma das vereadoras eleitas em Catunda, ajuda a compreender como é possível rasgar os limites do campo político para o acessá-lo:

> Sou de Catunda, sou daquela comunidade conhecida como Saco do Belchior. Minha família é toda de lá e me orgulho de ser dessa raiz. Hoje lá é um assentamento. Moro já aqui na cidade, vim do interior muito nova, vim com oito anos de idade, mas a gente mantém a cultura. Passei um período de 5, 6 anos fora da minha cidade na minha adolescência. Precisei morar em São Paulo, precisei morar em Fortaleza, precisei morar em outras cidades atrás de melhoria, me formar, estudar e etc. Acabei retornando para minha cidade em 1999. [...] Cheguei aqui porque fui convidada para fazer parte desta entidade sindical. Eu nem sabia o que era um sindicato rural. E por conhecimento e por ser muito assim bisbilhoteira na palavra que a gente fala né. Como a gente tem nossa cultura, fui procurar o que é um sindicato rural. Minha família precisava de muita assistência, é uma família rural carente [...] e eles passavam… eu via muito eles reclamarem que o sindicato não era o que eles estavam procurando. Chegava lá e nunca tinha isso e tal e eu comecei a me meter, me meter no sentido de ajudar, de me informar para poder orientar principalmente minha família e comunidade. Aí as pessoas viram meu interesse e me fizeram um convite para fazer parte do sindicato e eu disse: "mas eu nem sei o que é um sindicato. Acho que minha área é outra" [mas] aí eu fui convidada e tal e eu resolvi aceitar a proposta. Entrei no sindicato no ano de 2000 como secretária de finanças do sindicato. Fiquei quatro anos. Achei que não ia ficar.[124]

Joana vem de uma realidade em que o capital cultural que se esperava para o acesso aos espaços de poder era escasso. Ela teve que sair do interior – entendido como lugar interno e como sertão – em busca de "se formar". Volta a cidade e através do sindicalismo – subcampo – começa a entrar no campo político. Faz isso, inclusive, para atender a demanda de outros campos, o familiar e comunitário que precisavam de representação junto a espaços de poder, como o sindicato rural. "Bisbilhoteira", ela buscou caminhos para entrar no campo político, entre os quais sua formação, que lhe encaminhou mais para dentro da política. Ela descreve:

> Comecei a me identificar com o povo, com as lutas, as políticas públicas e tudo e nesse período eu me convenci que era ali que eu tava me identificando. Que isso ali, independente se eu estava recebendo a pequena ajuda de custo ou não, isso dali tava me gratificando e eu tava gostando de trabalhar ali com aquele povo. Aí nesse período de quatro anos, que é como se fosse uma eleição Municipal, o sindicato por votação de quatro em quatro anos, venceu o mandato do ex-presidente e aí me fizeram o convite de virem para a presidência e eu disse "eu não tô preparada para vir para a

[124] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

> presidência. É uma luta e outras coisas e estou acostumada com isso" Então a gente nunca pode dizer assim, eu não consigo né? E aceitei o desafio. Nesse período foi uma disputa e tal de dois candidatos e fui eleita a presidenta de 2010. Fiquei mais 4 anos na presidência trabalhando [...] Fui trabalhando que o sindicato foi crescendo. Na época não tinha nem 500 sócios. *Acho que consegui trabalhar, convencer o povo que realmente o sindicato era importante, fazer essa luta e o nome foi se dando.* Aí podia ter reeleição? Podia, aí eu fui me reelegendo e assim resumindo estou até hoje. Aí nesse período de 21 anos dessa luta fui convidada a entrar na política Municipal né? Que eu também dizia que eu não tinha domínio e nem me via na política. Apoiava. Cansei de apoiar vários candidatos acreditando que poderia fazer uma política nova, diferenciada e também acreditando que Catunda poderia ser uma Catunda nova com outros entendimentos. Apoiei vários candidatos a vereadores aqui de dentro e tal. Depois chegou o final da gente se decepcionar com aqueles companheiros que a gente colocava para nos representar na Câmara e discutimos que era importante eu tentar para representar as classes rurais e aí eu tentei, né?[125]

O sindicato, subcampo do campo político foi, portanto, um espaço primeiro onde ela pode experienciar a política, construir um capital social – "fazer seu nome" –, até, por apoio dos seus pares – "os rurais" – concorrer a política formal – o campo mais adentro. Ela continua:

> Foi na eleição de 2016, me candidatei a vereadora, não foi pelo partido dos trabalhadores, o PT, foi pelo partido que eu criei do qual eu era Presidente desse partido que era o AVANTE [antigo PTdoB] e me elegi como vereadora. E foi tão interessante que eu entrei na política que às vezes eu dizia assim "eu tô aqui para tentar e representar a minha classe", mas assim *foi uma surpresa porque foi uma campanha para mim diferenciada, porque eu via muitos políticos que tava na política dizendo que era muito difícil, que eu tinha que investir muito e tal, que tinha que ter uma equipe grande e tal e eu já ficava né "nossa eu não tenho esse domínio, não tenho essa equipe".* Tava fazendo essa sede [do sindicato] no período da política né e assim as pessoas além de me ajudar com voto e de acreditar que eu como presidente lá na câmara eu ia representar também os rurais dentro da política municipal e tudo, eles me ajudaram a fazer essa sede ao mesmo tempo, então foi duas vitórias, foi a eleição que eu fui eleita a vereadora e a conclusão desse prédio [...] Então para mim foi muito, muito gratificante. Por isso que eu digo que foi uma história legal e linda porque foi a ajuda dos dois lados.[126]

O capital que Joana foi construindo junto ao sindicato, como indicado a ela por outros políticos durante sua candidatura, não era o bastante para concorrer ao cargo político, era preciso recursos financeiros e humanos e ela não tinha esse "domínio" nem essa "equipe". Nesse ponto é importante observar que nenhum capital é de fato suficiente para o ingresso no campo político, por exemplo, ter

---

[125] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021. Grifo meu.
[126] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

capital econômico, assim como cultural e/ou social *per si*, não garante a entrada de nenhum corpo na política. Cada campo tem filtros de acesso, tais quais: "a posse de diferentes formas de capital, o cacife (*enjeux*) na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o propósito, do jogo específico; e as disposições, inclinações e aprendizados, que conformam o *habitus* do campo."[127] Apesar disto, Joana Ferreira foi eleita e quis continuar no campo político. Ela narra:

> Então assim, me candidatei, passei quatro anos como vereadora, essa última [a de 2020] não quis mais me reeleger como vereadora. Fui pro partido dos trabalhadores, PT, [...] e o diretório Nacional me fez o convite de ser a candidata do PT aqui municipal, a prefeita. A gente sabia das dificuldades e tudo e a gente identificou que independente de ser eleito ou não nós precisavamos ter um grupo do PT, articular e tudo. Dá oportunidade a outros nomes, apresentar suas ideias e etc. Acabei aceitando, não tive êxito, a equipe era muito pequena, muito nova, [mas] a gente deixou aí a nossa história, nossas ideias, nossas propostas e pronto.[128]

Aqui um instrumento aparece na discussão do acesso e permanência no campo político, em destaque de mulheres: os partidos. Importante notar que a discussão sobre partidos políticos é longa e não é meu objetivo aqui, contudo, mesmo com a sua anunciada crise[129] é preciso observar que estes ainda têm muito peso nas eleições no Brasil, podendo ser lidos como atores políticos no jogo eleitoral. Conforme já trouxe nas reflexões no tópico anterior, partidos podem ser entendidos como associações que defendem um projeto político, econômico e ideológico.

De acordo com dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral, o número de filiações partidárias em nível nacional, considerando as duas últimas eleições municipais[130] diminuiu. Foi de 16.510.808 de filiadas e filiados em 2020 para 16.397.335 em 2024. Já em nível regional, considerando somente a região Nordeste, esse número cresceu de 3.987.655 em 2020 para 4.037.484 em 2024. No Ceará, acompanhando o quantitativo nacional, mesmo que timidamente esse número tanto diminuiu de 541.058 nas eleições de 2020 para 537.876 em 2024.

---

[127] Thiry-Cherques, op. cit., p. 40.
[128] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.
[129] Sobre a crise dos partidos políticos ver: DE OLIVEIRA COSTA, Homero. Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 274, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1700. Acesso em: 21 jun. 2025.
[130] Esses dados podem ser cruzados para uma análise desde a o gênero e a cor/raça, não foram feitos nesse trabalho, mas acredito na importância de estudos nesse sentido.

Finalmente chegando em Catunda se nota que mesmo que por uma pequena diferença o número cresceu de 2020, quando se tinham 1.072 filiadas e filiados, para 1.088 em 2024. Essa oscilação indica muitas questões, mas uma delas, que acredito ser corroborada pelas entrevistadas, é a do pouco conhecimento que as pessoas têm sobre a função dos partidos.

Maria Iracilda Borges Catunda, que assumiu como vereadora após saída de Maria Valdeci para a assumir a secretaria municipal de educação e desporto, na primeira legislatura na cidade, sobre a filiação partidária e sua entrada na política comenta que:

> Eu simplesmente por curiosidade me filiei ao PSDB. Nessa época ele pertencia ao Petronilo Anacleto de Oliveira. Me filiei ao partido sem nenhuma intenção de me candidatar um dia. Então assim, sempre com o intuito para Catunda, então vamos lá. Precisava criar os partidos, precisava de ser sócio do partido... então vamos lá, eu quero ajudar, eu me propus e tudo mais. [...] Foram várias lutas, várias batalhas que eu não fiz parte. Sendo que quando Catunda em si se desmembrou de Santa Quitéria [...] Então eu como professora, por incentivo do meu esposo e do meu cunhado [...] Eu falei: "nossa, eu poderei fazer algo melhor por Catunda". [...] Então aquilo me deu força, sempre sonhando em poder contribuir com meu município eu falei "a hora é agora", então eu entrei.[131]

Por curiosidade e para ajudar o partido recém-criado na cidade, Iracilda se filiou. Ela não narra como foi o processo de filiação, se conseguiu acesso ao estatuto do partido, como era o funcionamento deste na cidade, haja visto que as estruturas internas dos partidos são muito burocráticas. Inclusive até onde tenho conhecimento quase não existem registros na história política municipal que contribuam para essa discussão. Então, acredito que as filiações se deram, como a de Iracilda, mais por necessidade do que por convicção. Lindomária Muniz, por exemplo, ao tratar do partido reforça que:

> Então foi tudo através do Ernane. Na época ele lançou a Ravena e naquele tempo não era como é hoje, assim eu tinha que ser a mesma coligação porque se eu me candidatasse sozinha… Hoje se eu me candidatar sozinha[132], eu tenho que tirar mais de 700 votos e é muito difícil um

[131] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.

[132] Na narrativa da vereadora se observa a mudança inaugurada pela Emenda Constitucional nº 97 de 2017, que proíbe coligações nas eleições proporcionais. Essa emenda trouxe importante mudanças no décimo sétimo artigo da Constituição Federal que trata sobre os partidos políticos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm#art1 Igualmente outras duas emendas são cruciais para a atualização do referido artigo e que afetam a candidatura de mulheres e pessoas negras na política, a saber, e EC 117 de 2022 e a EC 113 de 2024.

> vereador aqui tirar isso aí. E aí a gente teve que coligar naquele tempo. Eu já era do PMDB que era o partido do meu marido né, e aí eu me candidatei a primeira candidatura com o partido do PMDB. Quando foi agora na segunda né [em 2020] que a gente teve que coligar e saímos do PMDB, entramos no PDT, o mesmo da prefeita.[133]

A vereadora comenta que estava filiada ao PMDB no período em que concorreu à vereança porque era o partido de seu marido, e que trocou de partido na eleição seguinte, concorrendo no mesmo em que a candidata a prefeita concorria, o PDT. Um dado importante a se observar, é que na história das mulheres na política de Catunda, quando eleitas elas pertencem quase sempre e quase todas ao mesmo partido político. Em 1992, por exemplo, as três mulheres eleitas estavam filiadas ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este é inclusive o partido que mais elegeu mulheres considerando Catunda e as cidades que a circunscrevem. Regina Elena Magalhães, ao tratar de sua relação com os partidos, fala que sem nem saber porque seguiam o PSDB, em suas palavras:

> Eu fui, eu me filiei, assim até então o partido era porque você precisava do partido para, para ter uma legenda para se candidatar. E na época o partido que era considerado de oposição era o PMDB, então na época eu vereadora eu fui para esse PMDB né? Já na época eu prefeita foi um movimento já de Tasso Jereissati né? Aí vem a *famosa reforma a transformação da política cearense*. Entrou o Tasso com uma opção, antes eram os coronéis, aí o Tasso entrou assim, *a revolução da política*. Era o galeguinho dos olhos azuis que chamavam. As multidões de gente acompanhando não sei o quê e eu automaticamente fui, fundamos aqui o PSDB que é era o partido dos Tucanos e aí eu fui candidata por esse partido, ganhei. Fiquei muitos anos nele. Fui candidata depois, e posteriormente depois do meu mandato, em outras eleições, fui novamente. Fiquei muitos anos. Era um partido que... eu assim, a gente, *não sei se é porque não tinha muita divulgação, naquele tempo era só o rádio, televisão falava pouco dessas coisas, a gente lia o estatuto dos partidos e a gente ficava encantada. A gente ainda tinha aquela ilusão de que era uma coisa que transformava e que era possível né?* E eu acho assim, por um momento eu acho que foi um dos partidos muito forte no país. *Eu acho que o PSDB é um partido assim que, ao meu ver não se é porque tinha aquele cunho de oposição, era um partido que dava aquela sustentação da gente acreditar que as coisas poderiam acontecer.* Depois que a gente fundou o PRB, eu fui candidata também pelo PRB. E aí virou essa coisa toda de muitos partidos que não deu mais nem para entender né? E é isso, foi eu acho que o momento que foi vivido, partidário. *Meu partido me deu muito apoio, muito conhecimento* e depois eu prefeita dentro desse partido aí, eu fiquei dois anos do meu mandato com Tasso e dois com o Ciro, porque aí tivemos a sorte com o Ciro né de dar continuidade ao governo do Tasso. Então acho que isso foi muito bom porque a gente teve um governo que também tava próximo da gente. A gente era do partido que era do mesmo governo e

[133] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

> nesse ponto aí eu acho que eu não tive dificuldades não. *Eu escolheria novamente o mesmo partido.*[134]

Naquele momento, desde a redemocratização, **os** partidos de oposição avançavam[135], como narra Regina Elena e como observou o cientista político José Raulino Chaves Pessoa Júnior (2018) ao analisar a emergência de partidos como PMDB, PT e PSDB desde o Ceará[136] desde as décadas de 80 e 90. Ainda assim, quando se destaca as eleições de 1982:

> No Ceará, seguindo a tendência do Nordeste, o PDS apresentou extraordinário desempenho eleitoral. Esse partido conseguiu eleger o governador, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, o senador, Virgílio Távora, 17 dos 22 deputados federais, 34 dos 46 deputados estaduais, 136 dos 140 prefeitos e 1.366 dos 1.531 vereadores.[137]

O "Pacto dos Coronéis"[138], assim como o bipartidarismo, se manteve naquele contexto. A partir das eleições de 1985, primeira indireta para a presidência da república e prefeituras das capitais, o quadro político partidário no Ceará começou a ser redesenhado. Contudo, foram as eleições de 1986, as da "transformação da política cearense", com a eleição de Tasso Jereissati e a vitória do PMDB contra o PDS. Por óbvio essa questão não é tão simples e não cabe nas páginas desse trabalho, contudo a partir da narrativa de Regina Elena, é suficiente observar o espaço que o PMDB ganha em meados dos anos 80 e como isso vai refletir na política local. Inclusive se observar que na dinâmica política cearense, o partido governista e seus aliados, conforme se espera, apresentam melhor desempenho em nível local.

> O PSDB estreou como partido governista e exibiu, nas eleições de 1990, alto desempenho eleitoral, sendo a agremiação com maior representação parlamentar: 7 deputados federais (31,8%) e 18 deputados estaduais (39%).

---

[134] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

[135] Se nota que as eleitas justificam muito suas entradas neste ou naquele partido. A pergunta que fiz a elas nas entrevistas da época, presente no roteiro no anexo B, foi "Como foi a sua experiência com os partidos políticos e suas estruturas?". Não sei se isto, pensando o contexto de polarização da época, possa ter feito com que elas se justificassem com tanta veemência, contudo, lembro em ter dado muita ênfase à importância dos partidos políticos para efetivação das candidaturas, o que pode as ter levado a pensarem em defender seus partidos. Não posso afirmar, mas observo que, pelo menos no contexto em que elas se filiaram, defendem muito que os partidos que escolheram, estavam aliados às idéias oposicionistas da época.

[136] Cf. PESSÔA JÚNIOR, José Raulino Chaves. *Articulação entre as instâncias partidárias*: o caso do PMDB, PT e PSDB do Ceará nas eleições de 2012 e 2014. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituo de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2018.

[137] Pessôa, Júnior, 2018, p. 64.

[138] Cf. MOTA, Aroldo. *História política do Ceará*: 1945-1985. Fortaleza: Stylus, 1985.

> Esse domínio eleitoral foi ampliando nas eleições seguintes, chegando ao ápice nas eleições de 1998, quando obteve metade da representação na Câmara Federal — 12 deputados federais (54%) —, e a maioria na ALECE — 21 deputados estaduais (45,6%).

Em 1992, ano do primeiro pleito municipal em Catunda, as três mulheres eleitas diretamente sejam ao executivo – Regina Elena Magalhães – ou ao legislativo – Antônia Gonçalves Magalhães e Maria Valdeci dos Santos – eram filiadas ao PSDB. Considerando também os homens, foram eleitos ao todo 04 vereadores e vereadoras por esse partido, 04 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e um pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Entre as onze mulheres eleitas nas ZE's 048, 054 e -061 ainda nas eleições de 1992, 04 estavam filiadas ao PSDB. Isto pode indicar, ainda que não certifique, que o partido governista eleito em nível federal e estadual pode se consagrar nas eleições municipais, pelo menos como foi com o PSDB nos anos 90.

Longe de querer esgotar esta discussão, o que mais me interessa aqui é pensar a relação entre partidos políticos – entendidos como protagonistas nos sistemas eleitorais – e a baixa participação de alguns corpos na política formal considerando as questões de gênero, classe e raça. A doutora Teresa Sacchet tem dedicado alguns estudos sobre essa temática, principalmente sobre a relação entre os partidos políticos no Brasil e a baixa presença de mulheres nas esferas de poder, bem como a questão do impacto do repasse dos recursos financeiros nas candidaturas considerando o eixo gênero e raça. Para Sacchet, os partidos políticos são "[...] os principais *gatekeepers* do acesso das mulheres a estruturas de decisão política."[139], tanto por serem eles os responsáveis por lançar as candidaturas, por deterem o controle dos financiamentos de campanha e, também, por serem os responsáveis por instituir as regras no processo legislativo.

A autora destaca, em texto recente, o impacto do financiamento eleitoral para as candidaturas de mulheres e de pessoas negras desde as novas regras eleitorais estabelecidas a partir de importantes reformas, em destaque da criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em 2017 e das regras de proporcionalidade de repasse instituídas pelo TSE e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2018. Portanto, apesar de existirem legislações para garantir o repasse

[139] Sacchet, 2020, p. 79. Cf. SACCHET, Teresa. "A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais". In BIROLI, Flavia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Mulheres, *Poder e Ciência Política*. Editora da Unicamp. 2020. p. 71- 105.

de recursos para as candidaturas de mulheres e pessoas negras, o “quando”, “quanto” e “como” esse repasse é feito é crucial para que as campanhas sejam bem-sucedidas e logrem êxito.[140] Sendo os partidos os responsáveis por esse repasse, são eles os principais “controladores de acesso” do sistema político, por assim dizer.

No sistema eleitoral proporcional de lista aberta, como é o caso do brasileiro, a individualização das campanhas deveriam significar pouca interferência dos partidos políticos, contudo já que estes são responsáveis pela captação e distribuição de recursos financeiros e tempo de propaganda, existem provas que eles dedicam mais a campanhas de homens cis brancos das classes mais altas. Segundo Sacchet: “suas orientações ideológicas, seus níveis de institucionalização, o caráter da ação e o poder de barganha dos atores que buscam a igualdade de gênero.”[141] fazem com que um partido apoie ou não determinadas candidaturas, como é o caso da de mulheres.

Joana D’Arc, por exemplo, ao tratar de sua candidatura à prefeitura de Catunda em 2020 pelo PT, observa:

> [...] Trabalhei essa política no sentido da mulher também ter espaço de vista. Também a gente teve isso, porque assim até porque eu tive um grande apoio do meu partido, que tem uma secretaria específica para as mulheres que são candidatas. Então o partido tem uma Secretaria de Mulheres nacional que ela incentiva, eu fui convidada por essa secretaria do meu partido incentiva as mulheres aí para a política. Aí eles dão todo aquele ensinamento, aquelas regras que tem que ser né. Então a gente é capacitada, a gente recebe assistência e tudo.

O partido capacita e apoia a candidatura, de acordo com essa eleita, principalmente por ter “uma secretaria específica para as mulheres”. Claro que isto não significa que todos os partidos garantem apoio às candidaturas femininas e que tão pouco quando o fazem, fazem sem obrigatoriedade. É preciso lembrar que existe uma legislação específica que obriga uma cota mínima de candidatura por gênero, assim como um número mínimo de tempo e de recursos financeiros para estas concorrerem. Em uma pesquisa do DataSenado[142], por exemplo, o apoio dos

---

[140] Cf. SACCHET, Teresa; AFLALO, Hannah Maruci; ALVES, Marcus Vinícius C. e CHAVES, Vanilda Souza. Não é só sobre dinheiro: diferentes dimensões do financiamento eleitoral em perspectiva de gênero e raça no Brasil. In: *Rev. Bras. Ciênc. Polít*. v.44, p. 1-41, e291774, 2025.

[141] Sacchet, op. cit., p. 80.

[142] Senado Federal. (2022). *Qual o principal motivo que levou você a escolher o partido que representou quando se candidatou?*. Brasília: Instituto de Pesquisa DataSenado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/dados;pergunta=Qual%20o%20p

partidos indicam somente 18% do percentual de respostas, sendo “por ter conhecidos filiados ao partido” o maior resultado (40%). Algumas das entrevistadas (66%[143]), inclusive, acreditam que os “partidos políticos não fornecem condições iguais de concorrência entre homens e mulheres”.

Em síntese, os partidos políticos têm muita importância no sistema eleitoral brasileiro, agindo não somente como instrumentos para concorrer às eleições, mas como agentes políticos. Seu baixo interesse nas candidaturas de mulheres, por exemplo, está ligado ao entendimento de que existem outros corpos – em sua maioria de homem cis e brancos – que têm mais chances de serem eleitos e por isso necessitam de mais atenção uma vez que sendo o campo político espaço social de forças e lutas estruturado por homens não se deveria “mexer”, pois são eles os agentes do jogo e consequentemente seus “melhores jogadores”.

Ironicamente o motivo para as mulheres, mesmo sendo a maioria da população geral e da votante, não estarem na política e, nesse ponto, não acessarem tão facilmente os recursos partidários, é justamente porque elas não estão no campo político desde muito tempo.

Em Bourdieu, a política é uma arena e “as disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-forças, são também combates por poderes.”[144]. Assim, exigem capital para sua entrada e permanência, e não somente econômico, mas e principalmente, conforme já mencionei, cultural, social e simbólico. O “*habitus* político supõe uma preparação especial”[145].

Deste modo, não sendo socializadas desde cedo as mulheres não teriam, a primeiro momento, o *habitus* necessário para o campo político e os partidos, atores da política, pouco se interessaram por elas. Contudo, existem caminhos para entrar no microcosmo que é a política, e como mencionado anteriormente, a entrada em

---

rincipal%20motivo%20que%20levou%20voc%C3%AA%20a%20escolher%20o%20partido%20que%20representou%20quando%20se%20candidatou%3F. Acesso em: 31 jun. 2025.

[143] Senado Federal. (2022). *Você acredita que, hoje, os partidos políticos fornecem ou não fornecem condições iguais de concorrência para homens e mulheres?*. Brasília: Instituto de Pesquisa DataSenado. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/dados;pergunta=Voc%C3%AA%20acredita%20que,%20hoje,%20os%20partidos%20pol%C3%ADticos%20fornecem%20ou%20n%C3%A3o%20fornecem%20condi%C3%A7%C3%B5es%20iguais%20de%20concorr%C3%AAncia%20para%20homens%20e%20mulheres%3F. Acesso em: 31 jun. 2025.

[144] Bourdieu, 2011, p. 206.

[145] Bourdieu, 1989, p. 169. Cf. BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: __. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando de Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.163 – 207.

um subcampo deste campo é um caminho, como fez Joana D'Arc através da trajetória que constrói no sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Em suas palavras:

> [...] o sindicato aqui é muito minha casa, muito minha história, muito minha bandeira, até porque eu nasci daqui: "*quem era Joana antes*"? Então hoje, quem é Joana hoje foi o sindicato que me deu essa bandeira, essa história, porque eu nunca baixei a cabeça com as dificuldades mostrando que não poderia desistir. Se eu tivesse desistido na primeira carreira que me deram, isso não vem ao caso, talvez eu não estaria aqui, nem teria me candidatado na minha cidade como candidata a prefeita e isso precisaria de mais gente de Catunda ter essa coragem, de ter esse desafio e enfrentar independente do resultado [...][146]

A trajetória de Joana, no sentido do capital construído anteriormente pelos serviços prestados à comunidade através do sindicato, não difere, por exemplo, da de Maria Valdeci dos Santos. Ao narrar sua trajetória Valdeci diz que "Fazia tudo", foi por exemplo fundadora de uma escola comunitária, juntamente com Regina Elena, onde alfabetizava crianças, o que a levou a outros serviços, como de agente comunitária de saúde – "Aqui ó, eu vacinava todo tipo de vacina"[147]. Através desses dois ofícios ela foi se tornando conhecida na comunidade e passou a assumir outras obrigações, como a de catequista e presidente do conselho pastoral da capela. Interessante que a entrada de Maria Valdeci dos Santos na política está ligada a esse capital social, ao prestígio que ela constrói por meio das atividades anteriores a política[148], mas também a sua participação no que podemos ler como subcampos do campo político. Em sua fala, ao narrar sua atuação junto à comunidade católica local, ela indica que "tinha um negócio de político aí no meio"[149]. Esse "negócio político" aparece novamente quanto ela conta sobre a reforma da Igreja Matriz e como ela coordenou todo o processo.

Capital social e acesso a subcampos da política foram importantes meios para a entrada de algumas destas mulheres no campo político. Com ou sem ajuda dos partidos políticos, suas trajetórias anteriores foram o que cimentaram o caminho e as incentivaram para concorrer e serem eleitas.

---

[146] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.
[147] SANTOS, Maria Valdeci dos. Entrevista 06. Wagner Cavalcante Farias. 17 de nov. de 2021.
[148] Ela também trata desse assunto em uma entrevista concedida para a rádio local como episódio de um podcast. Cf. PODVER NA PLANALTO FM. CIDEL – POD VER #04. Youtube, 15 de jun. de 2022. 2: 50: 54. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aaoisyVgtiU. Acesso em: 31 de JUN. de 2025.
[149] SANTOS, Maria Valdeci dos. Entrevista 06. Wagner Cavalcante Farias. 17 de nov. de 2021.

Isto não indica que o modelo bourdieusiano, ou seja, a posse de capital social, econômico e/ou cultural como meio para entrar no campo político, opere como condição suficiente para o êxito dos candidatos e candidatas. Nesse estudo não percebi nenhuma das trajetórias das eleitas fugindo desta explicação, o que não indica que qualquer corpo entrará na política só por ter capital, seja ele qual for. O capital, conforme estou refletindo aqui, explica condições de possibilidade, não efetivamente resultados, uma vez que o campo político é poroso e atravessado por diferentes outras questões, como é o caso do gênero. Qualquer capital não tem, por exemplo, o mesmo valor para homens e mulheres que concorrem a cargos eletivos, assim como para brancos e não brancos.

Entendendo a política como campo "inato" aos homens – na lógica do patriarcado –, inclusive estes não precisam ter muito capital para entrada e permanência nesse microcosmo, como se fossem naturalmente preparados para ele. As mulheres, mesmo com capital suficiente, ainda que acessem os espaços de poder, quase sempre são vistas como desviantes dentro do campo.

Faço essa observação para apontar que o modelo proposto por Bourdieu, mesmo sendo de extrema importância para os estudos de política, não tematiza suficientemente outros pontos, e nesse caso a questão de gênero e raça. O capital sozinho não garante seu reconhecimento, ou seja, as eleitas em Catunda, conforme estou buscando mostrar, precisaram adquirir capital – principalmente social – para entrar no campo político, mas isto *per se* não garantiram sua eleição e/ou reeleição, pois as lentes do gênero e da raça modulam a forma como reconhecem ou não sua capacidade para política. Contudo, como já pontuei, isto não significa que não exista importância, ainda mais para elas, de se obter capital para concorrer e ganhar na política.

Sobre serviços prestados antes da entrada no campo político, é importante destacar que algumas das atividades profissionais exercidas por essas mulheres também podem ter contribuído para seu acesso à política. Antônia Gonçalves narra, por exemplo:

> Inclusive, devido aos correios que eu tive muita facilidade para me eleger, porque na época eu até trabalhava em aposentadoria. Aposentei muitas pessoas aqui em Catunda. Ajudei umas a tirar, a trazer documento de fora, que morava em outros municípios. Eu até pagava uma pessoa para ir

> buscar esses documentos. Eu acho que isso ajudou muito na minha eleição.[150]

Como funcionária dos Correios, entre suas atribuições estava o atendimento aos clientes, o que, numa localidade tão pequena territorialmente quanto Catunda, lhe possibilitou um contato mais direto com os e as catundenses. Ainda, como lemos em sua narrativa, a parceria entre os Correios e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) permitia que os segurados solicitassem seus benefícios através dessas agências, o que estreitava ainda mais a relação dela com os solicitantes, uma vez que até ajudava algumas pessoas a conseguir a documentação necessária para dar entrada na solicitação do benefício. Não estou com isso afirmando que qualquer pessoa que trabalhasse em instituições como estas lograriam êxito caso viessem a se candidatar, mas esta relação em destaque na experiência de Antônia, sem dúvida, contribuiu para a construção do capital social que, como ela mesmo observou, colaborou para sua eleição.

Importante aqui conceituar o que seria o capital social. De acordo com Pierre Bordieu:

> "é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis.[151]

Esse entendimento destaca o papel das relações, dos vínculos e das ligações na ação dos agentes, dentre os quais evidencia a maior possibilidade de acessar diferentes microcosmos e acumular outros tipos de capitais, como o econômico, cultural e o simbólico. Conforme venho demonstrando, esta seria uma forma de contribuir para a entrada das mulheres na política, já que estas não são socializadas desde a infância em *habitus* que as levem ao campo político. Seja através dos serviços e/ou do exercício profissional, principalmente em atividades profissionais de atendimento ao público, elas constroem capital social pois estabelecem relações e

---

[150] GONÇALVES MAGALHÃES, Antonia. Entrevista 07. Wagner Cavalcante Farias. 18 de nov. de 2021.

[151] Bordieu, 2007, p. 67. Cf. BOURDIEU, Pierre. O campo social: notas provisórias. Tradução de Magali de Castro. Revisão de Maria Alice Nogueira. In: _____. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Organizadores). 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, 65 – 69.

se tornam conhecidas. Regina Elena, antes de entrar no campo político, era comerciante e narra que conhecia todo mundo através do comércio, e isso pode ter auxiliado na sua campanha.

Mas não basta ter capital social, é preciso haver motivos que as levem até a política, e no caso de Regina Elena foi a necessidade de uma liderança para o movimento emancipacionista catundense. Tratarei melhor dessa questão na seção *O ordinário é citadino*, quando pensarei sobre a formação territorial e social de Catunda e a invenção da cidade, para agora destaco somente a narrativa de Regina Elena sobre sua relação com a emancipação do município. Ela diz:

> [...] entrei na política para conseguir né, porque o processo era difícil, foi vetado várias vezes e aí a gente sentiu necessidade de ter que estar dentro da política também. A gente entrou na política por essa necessidade, enquanto nós estivermos fora, só os políticos fazendo por a gente, nós não vamos conseguir. Então a gente precisava de alguém nosso dentro do processo político para ver se as coisas aconteciam e graças a Deus aconteceu.[152]

Foi o grupo de comerciantes que liderou o movimento pró-emancipação que resultou no desmembramento do distrito da cidade de Santa Quitéria e na consequente criação do novo município no início dos anos 90. Regina Elena foi uma das lideranças que se destacou nesse cenário, principalmente por ser comerciante e, juntamente com seu marido à época, fazer parte do grupo de oposição aos políticos quiterienses que eram contra a emancipação. Ela continua:

> Entrou o Luciano Lobo e ele, ele nem entrou como prefeito, entrou como candidato entendeu? E ele como candidato queria os votos de Catunda, então ele ficou do lado do pessoal da oposição, apoiando a emancipação de certa forma né? E aí, eu até devo muito isso a ele, hoje é em memória, é bom fazer esse registro, porque a gente votava nele aqui e ele foi que chegou para mim e disse "Regina (na época) você vai ser candidata a vereadora. Porque para isso aí [a emancipação] a gente tem que ter um vereador da gente dentro desse negócio aí" eu fiquei "eu? vereadora? nada haver." Aí meu ex-marido foi contra, foi contra, achava que não dava certo, mas o Luciano acabou convencendo e eu fui para vereador. Mas eu fiz campanha nos últimos dias e uma campanha assim, foi sem acreditar muito porque na verdade eu conhecia todo mundo lá dentro do comércio, né? Mas as políticas eram muito diferentes naquela época, mas aí nas últimas semanas a gente entrou mesmo, tive uma grande ajuda da comadre Cidel, andamos muito nesse interior por aí e enfim fui eleita. [...] Enfim com a política a gente dentro, num processo mais efetivo, aí a gente teve essa força né de conhecimento, de acompanhamento, de monitorar essa coisa toda e o processo aconteceu, Catunda foi emancipada nos dois primeiros anos do meu mandato. Então automaticamente as pessoas viram assim "ah

[152] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

> e não vai ter um novo município? Deu certo? A Regina já é vereadora." o próprio grupo que apoiava a gente desse movimento pró emancipação simplesmente disseram "pronto você também vai ser a candidata a prefeita" eu falei "Valha, por que que tem que ser eu?" não "porque deu certo. Você já foi vereadora já" e assim foi uma coisa unânime, tudo feita sem nenhum tipo de interesse pessoal, o interesse era Catunda, o nosso interesse era o município, era o desenvolvimento da cidade, era ter uma cidade, era a gente ser cidade e foi assim "não vai ser você" e eu "então eu vou. se é para ir, então vamos" e aí foi assim que a gente virou política.[153]

O capital social construído junto a sua atividade de comerciante ajudou na escolha de seu nome como liderança do movimento emancipacionista[154] e em sua segunda eleição como vereadora em Santa Quitéria. Sobre este assunto, voltarei mais adiante, mas é interessante notar que a entrada de Regina Elena na política tem relação direta com o projeto político que ajudou na emancipação de Catunda. Na participação de Regina no primeiro episódio do podcast da rádio local, Podver, o entrevistador Eldo Gomes chega a dizer que a "emancipação se confunde com Regina."[155]. Certo é que sua permanência na política – após ser vereadora eleita por Santa Quitéria ela se torna a primeira prefeita eleita em Catunda – se deu por sua entrada na política. Em outros termos, foi por já estar no campo político, pelo trabalho prestado no legislativo, "porque deu certo", que seu nome foi de forma "unânime" escolhido para concorrer ao executivo no primeiro pleito municipal. Ela diz até que "Foi uma coisa natural."[156], sem interesse pessoal.

Uma vez eleitas, a chance de serem reeleitas e/ou eleitas em outro cargo ou instância depende de alguns fatores, dos quais se destacam: quais corpos estarão concorrendo com elas, o serviço prestado aos que não estão no campo – os eleitores e eleitoras, ou ditos "profanos" de Bourdieu –, da sua performance no jogo jogado e dos demais agentes envolvidos no campo, mesmo que indiretamente, como é o caso da mídia – tratarei desse assunto mais adiante. A vista disso, um importante capital de acesso e permanência no campo político é o político – ou de reputação. Contudo, a questão é como acumular capital político antes de acessar a

---

[153] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.
[154] Sobre esse assunto sugiro o minidocumentário gravado no âmbito do Projeto Catunda 30 anos que trata diretamente sobre a questão do movimento emancipacionista pela narrativa de Regina Elena. Cf. CENTRO EDUCATIVO PEQUENO PRÍNCIPE. PROJETO CATUNDA 30 ANOS – DOCUMENTÁRIO Catunda 30 anos de Emancipação Política: da luta à conquista por Regina Elena Magalhães. Youtube, 04 de set. de 2020. 29: 53. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPgIMv_hiJ0. Acesso em: 31 de jun. de 2025.
[155] Cf. PODVER NA PLANALTO FM. REGINA ELENA – POD VER #01. Youtube, 25 de mai. de 2022. 2: 56: 36. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w_du2AmyM0o. Acesso em: 31 de jun. de 2025.
[156] Cf. Podver #1.

política? No caso das eleitas anteriormente mencionadas, se nota que é possível acumular tal capital em subcampos do campo político, como sindicatos e ações de lideranças comunitárias, ou ainda por meio de suas atividades profissionais que as colocaram em contato direto com o atendimento ao público, seja nos correios ou através do comércio. Ainda no exercício de suas profissões, podem ter contatos e apesar disso este não terá o mesmo valor quanto mais se adentra no microcosmo político. Desta forma, sendo o capital transferível, a resposta é: por delegação.

Na política de Catunda, assim como no campo político em outros níveis, pode-se notar essa transmissão de capital político a partir da narrativa das eleitas para o executivo e legislativo. Lindomária Perez Muniz, a época da entrevista presidenta da Câmara Municipal, relatou:

> Eu assim, eu nunca gostei muito da política, não vou mentir. Eu pelejava muito para tirar o Ocean disso e aí de repente eu me vi no meio. Minha filha brigava, dizia assim: "mãe como é que pode a senhora tanto que detestava isso aqui, procurava tirar o papai disso." Eu disse: "é mas não tem o ditado, você ama alguém, você quer ver ele feliz, então." Chegou um momento que ele [Ocean] não podia mais entrar [...] Aí na época o Ernane decidiu candidatar a mulher dele e instruiu o Ocean a me colocar. O Ocean de repente chegou em casa: "Lindomária, eu não posso mais ser candidato porque houve um problema com a coligação. [...] Então você vai ser." Eu disse: Deus me livre, eu mesmo não. Ele disse: "Não, é você mesmo". Ai meu Deus eu fui [...][157]

Assim como outras aqui já mencionadas, Lindomária afirmava não gostar do campo político, contudo o "amor" fez com que ela substituísse o marido que já tinha sido vereador no município e estava impedido de concorrer ao cargo eletivo. Os interesses do seu companheiro sobressaíram os seus então nem "deus" a livrou da candidatura. Diferente de Joana e Maria Valdeci, Lindomária não tinha, ou pelo menos não observou possuir capital social, contudo ela recebeu por transferência o capital político que seu marido havia acumulado como vereador.

Ao estar no cargo como prefeita Ravenna Lima aponta que sua entrada foi:

> [...] uma ironia do destino mas é [também] um pouco do sangue na realidade, eu me criei com isso, vendo meu pai, porque tudo ali, embora quando eu olhava aquele movimento na minha casa eu tinha certeza que era aquilo que eu não queria é como as coisas vão mudando. Mas [igualmente] eu acho que foi por conta do direito mesmo, do meu senso de justiça e o principal saber que você pode fazer uma pequena diferença na vida de alguém. Eu acho que na hora que você pode fazer uma pequena

[157] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

> diferença na vida de alguém, para o bem, tanto da pessoa como de uma cidade, aí você vê que vale a pena, então é isso que me impulsiona.[158]

Contudo, para além dessas constatações, ela continuando dizendo:

> [...] o Ernane esteve prefeito duas gestões [...] aí teve um intervalo da gestão anterior e aí ficou aquela história ele vai ou não vai. Ainda estava tendo um entrave judicial se ele poderia ser ou não candidato e o grupo disse que a única forma de unir seria pela ligação com Ernane, né? E eu me assustei com aquilo e eu não vou mentir não, eu chorei muito. Fui conversar com meu tio, que também devo muito à escola da vida [...] Aí eu conversei com ele, aí eu disse pra ele que o Ernane veio conversar comigo e de várias pessoas, passei o final de semana em Catunda, eu morava em Fortaleza a época e várias pessoas me falando se eu vou me candidatar "aí tu acha isso um absurdo Neto?" Neto era o meu tio. Ele disse "não. Questão de inteligência, questão de política, questão de lógica. É óbvio que o seu marido tá certo. Para que patrimônio maior do que o do seu marido, que é o político. O maior patrimônio que ele tem é o político, patrimônio político e a pessoa mais próxima dele quem é? É você, então acho que tá todo mundo correto só você que não tá enxergando."[159]

Sua entrada, portanto, foi o elo que manteria seu marido Ernane na política, "questão de inteligência, questão de política", afinal, não sendo possível que seu cônjuge concorresse e sendo ela a pessoa mais próxima dele, mesmo que ela não tivesse a primeiro momento interesse ou capital político para que pudesse concorrer, a coisa aparentemente mais óbvia seria, utilizando o capital acumulado por seu consorte, garantir sua possível vitória.

Importante destacar que tanto Lindomária e como Ravenna não desejavam entrar no campo político reforçando que este talvez não fosse seu lugar. Em suas narrativas se nota que nunca pensaram e/ou quiseram concorrer a cargos eleitos, principalmente por serem cônjuges de políticos, e, contudo, fizeram o sacrifício de continuar o legado político dos maridos que não podiam mais concorrer. No sistema patriarcal a política é entendida como não-lugar para as mulheres e estas, conforme vemos a partir das experiências de Lindomária e Ravenna, reproduzem esse entendimento, se propondo a disputar eleições somente em momentos em que seus parceiros, líderes políticos, não pudessem disputar.

Sobre essa questão, em um podcast gravado na rádio local, durante a entrevista que o casal Ravenna e Ernane Lima participavam – ditos como "casal de

---

[158] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.
[159] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

prefeitos" –, ela narra o quão difícil e doloroso foi saber que ela "teria que concorrer" as eleições no lugar dele. Ela comenta que chegou a chorar com a notícia, que passou mal antes de alguns comícios e Ernane comenta que inclusive acreditou ter que fazer campanha – pedir votos – sozinho. O filho e o irmão de Ravenna foram contrários à decisão de sua campanha, mas ela reforça que seu tio ratificou que era a decisão mais inteligente, afinal: "Qual o maior patrimônio do Ernane? O político. Quem é a pessoa mais próxima dele? Você. Burro era ele se não escolhesse você."[160]

Ainda nessa entrevista, Ravenna reconhecendo o capital político de seu marido, afirma que "[...] as pessoas não me elegeram, elas elegeram ao Ernane, porque viram em mim a continuidade dele, mas eu ajudo sim, eu fiz o meu lugar." A consciência que recebeu votos por conta do seu companheiro, não anula, como ela mesmo indica, sua participação na política, inclusive na entrevista que me concedeu em 2021, ela afirma que tem seus votos também, tanto que concorreu à reeleição, não somente como "esposa do Ernane", mas como candidata a prefeita com direito a reeleição.

A transferência do capital político dos esposos, foram determinantes para a manutenção do poder no campo político catundense e sem dúvida contribuíram com a eleição dessas mulheres. Essa prática é comum na história política e nas últimas eleições municipais, conforme matéria do colunista Inácio Aguiar do Diário do Nordeste, "chamou a atenção no cenário político cearense: o domínio político regional de prefeituras por casais."[161]

Contudo, apesar da recorrência desses casos de "casais de prefeitos", os estudos sobre a participação das mulheres na política revelam uma assimetria: a transferência de capital político ocorre majoritariamente – para não dizer sempre – do homem para a mulher, seja de esposo para esposa, pai para filha, irmão para irmã, etc. Esse movimento indica que ainda que mulheres ocupem formalmente espaços de poder, como é o caso do executivo municipal, quase sempre a centralidade política permanece ancorada na figura de um homem próximo a ela. Se

---

[160] Cf. PODVER NA PLANALTO FM. RAVENNA E ERNANE– PODVER #20. Youtube, 12 de out. de 2022. 3: 35: 36. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2lqxz992GEY. Acesso em: 31 de jun. de 2025.

[161] Cf. AGUIAR, Inácio. *Amor e poder: maridos e mulheres dividem prefeituras no Interior e ampliam influência política*. *Diário do Nordeste*, 10 out. 2024. Opinião. Atualizado em 10 out. 2024, às 09h20. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/amor-e-poder-maridos-e-mulheres-dividem-prefeituras-no-interior-e-ampliam-influencia-politica-1.3569015. Acesso em 07 de jan. de 2026.

observa então não necessariamente uma alternância de liderança, mas a continuidade de um projeto político familiar cuja "cabeça" segue sendo o homem, então mediado pela mulher eleita – no caso acima destacado, as esposas de líderes políticos em Catunda.

A ideia de "casais de prefeitos", constantemente repetida por Ravenna e seu esposo Ernane Lima em entrevistas ou locuções públicas, assim como escrita por Inácio Aguiar, sugere uma extensão do poder que é primeiramente dele, homem, para ela, mulher. No caso das prefeituras do Ceará, como se lê na matéria, isto permite que um mesmo grupo político, frequentemente encabeçado por um homem, amplie sua influência para além de um único município. A eleição da mulher – neste caso esposa – não representa fundamentalmente uma ruptura com a ordem patriarcal que estrutura o campo político, mas uma tática de reprodução legitimada pelo discurso da inclusão de mais mulheres na política.

Ainda que as mulheres que concorrem a cargos eletivos possuam experiências e vivências para além dos homens de suas vidas, suas trajetórias costumam estar associadas a uma "herança" que eles – esposos, pais, irmãos – transferem temporariamente para elas. O capital político não é deslocado, mas concedido por um tempo. Assim a presença de mulheres na política não deve ser entendida automaticamente como avanço, vitória e/ou efetivação da democracia, mas deve ser, conforme estou fazendo neste estudo, analisada sob a lente das relações de gênero que embasam as relações de poder.

Contudo, a transferência de capital político e motivação para entrada no campo não anula necessariamente a participação das mulheres nas campanhas. Lindomária, por exemplo, chegou a observar isso quando falava de seus comícios. Ela narra:

> Ah meu Deus minhas amigas tudo lá embaixo "fala, fala" e eu dizendo: "falar o quê? E aí como é que tá o buraco da bala?" Mas aí tirei uma brincadeira, minina pronto. Aí o Ocean disse assim: "se você falar isso aí de novo, eu acabo até meu casamento." Eu digo: olha, eu não vou subir no palanque para não ser eu. *Eu sou isso aqui, então não adiantava subir ali sendo diferent*e e eu sei que não era o momento, mas me deu uma doida. Aquilo ali então foi uma faca de dois gumes né, dava para ter acabado comigo e ao mesmo tempo todo mundo ficou curioso "Quem é essa buraco da bala?" Aí pronto, pegou né o buraco da bala.[162]

[162] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

Ravenna Lima também diz que em conversa com seu companheiro disse: “Eu até vou, mas eu não vou ser o papagaio de ombro. Eu só vou se for pra eu participar. Eu não quero tá pra tá dizendo as suas palavras. Eu quero participar. Eu não quero ser a mulher do Ernane, a laranja como se chamava.”[163] Assim, suas participações, mesmo a contragosto, foram condicionadas a não anulação de suas subjetividades como meio de individualizar suas campanhas, ou dirimir as imagens delas atreladas aos esposos. Ainda que seja preponderante a ação deles nas jornadas eleitorais dessas mulheres, como em alguns jogos políticos, vejo que elas reivindicam para si o protagonismo de seus mandatos, que devem ter “suas caras”.

Mas qual é a cara das mulheres na política? Existe mesmo essa cara?

Na última seção da segunda parte desta dissertação trato desse assunto ao pensar os jogos de gênero e a performatividade das eleitas para o executivo e legislativo catundense através de seus fazeres políticos, para agora o que me interessa é compreender a importância da presença de mulheres na política e como sua entrada é um caminho para modificar este campo, afinal, sendo a política um campo onde o *habitus* patriarcal se expressa, e sendo este resultado de diferentes capitais, é certo acreditar que tanto este *habitus* quanto este campo podem e devem ser reestruturados.

Uma forma de formular uma questão a partir desse ponto seria: por que a presença de mulheres e de outros grupos pouco ou ainda não presentes no campo político é importante?

Sobre esse assunto, a cientista política Teresa Sacchet escreve:

> [...] a inclusão de grupos sociais em espaços de tomadas de decisão política, assim como os instrumentos propostos para atingir tal objetivo – em particular as cotas como uma das principais medidas postuladas – são assuntos controversos. Dentre as questões levantadas duas merecem destaque: a primeira refere-se à noção de representação política. O que ou quem os representantes políticos efetivamente representam nas esferas políticas deliberativas não é evidente. Embora se entenda que o papel do representante seja o de defender perspectivas e interesses, há controvérsias sobre a quem esses dizem respeito. Quem os representantes representam? Os projetos de seus partidos? A nação? Os grupos aos quais pertencem? As suas próprias ideias e interesses?
> Em segundo lugar [...]A noção de que membros de grupos sociais discriminados seriam melhores articuladores e defensores dos interesses do seu grupo é acusada de ser essencializante, na medida em que grupos

[163] Cf. Podver #20.

> sociais de composição plural seriam assim tomados como categorias homogêneas.[164]

Basicamente a importância de mulheres e de outros corpos no campo político tem a ver com a questão da representação. Não irei me debruçar especificamente sobre esse ponto, pois entendo que importantes debates são feitos no campo da ciência política sobre esse assunto[165], mas para entender a representação desde a experiência narrada pelas mulheres eleitas em Catunda e sua importância para o sistema democrático, preciso partir do conceito.

O cientista político Luís Felipe Miguel, no livro *Democracia e representação: territórios em disputa* (2014)[166], introduz a discussão tendo como ponto de partida a reflexão sobre a ideia de democracia e de representação. Diferente da democracia grega, o regime democrático contemporâneo é representativo, o que significa, grosso modo, que nós não exercemos o poder de forma direta, mas este é mediado por um outro ou outra que é autorizado e autorizada pela maioria de nós através de eleições. Essas por sua vez são também mediadas por um sistema composto por diferentes instituições e instrumentos legais que garantem – ou devem garantir – a maior integridade do processo de escolha e do consequente mandato exercido após este.

Mesmo que a grande maioria das pessoas tenha em mente o que seria a democracia representativa, em si mesma ela teria muitos desafios ou problemas. Miguel, sintetiza quatro destes, a saber, a "*separação entre governantes e governados*", a "*formação de uma elite política distanciada* da massa", a "*ruptura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes*" e a "*distância entre o momento em que se firmam os compromissos com os constituintes (a campanha eleitoral) e o momento do exercício do poder (o exercício do mandato)*".

---

[164]Sacchet, 2012, p. 401 – 402. Cf. SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. In: *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2), pp. 399 – 341, maio-agosto, 2012.

[165] São muitos os estudos que trabalham com a ideia de representação. Esse conceito foi e é ainda muito usado nas ciências humanas e sociais, como na História, por exemplo. Para nós que estudamos História Política esta categoria é importante na medida que possibilita refletirmos ideias como cidadania, inclusão/exclusão, pertencimento, sistemas democráticos, estado e sociedade. Sobre esse assunto, um estudo indispensável é o da cientista política Hanna Fenichel Pitkin acerca do conceito de representação. Cf. PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Londres: University of California Press, 1967.

[166] Cf. MIGUEL, Luís Felipe. *Democracia e representação*: territórios em disputa. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

Representação política, assim como democracia, tem relação com assimetrias e com jogos específicos ditados desde e para o campo político. Jacques Rancière, em *O ódio à democracia* (2014), conclui que "são apropriados para governar aqueles que têm as disposições que os tornaram apropriados a esse papel" assim como "são apropriados para serem governados aqueles que têm as disposições complementares das primeiras."[167] Diferente da antiguidade grega, não é a lei natural que organiza as disposições necessárias para a política. Conforme Bourdieu, são os agentes desse campo que a um só tempo estruturam e são por ele estruturados, assim são diferentes os capitais e o *habitus* que garantem a posição dos governantes e consequentemente dos governados.

Isto, de acordo com Rancière[168], faz com que os grupos dominantes – a elite – que no século XVIII através das revoluções burguesas organizaram o sistema político democrático, o fizessem com a ideia de "governo da maioria" representada por um grupo seleto – a minoria –uma vez que não caberiam todos os corpos neste campo. Esta ideia moderna de política, feita desde as revoluções francesa e norte americana, inventam a cidadania como princípio de distinção. Os direitos do homem e do cidadão, conforme penso melhor na seção *O político é ordinário*, foram imaginados por e para homens brancos letrados e com posse que reforçaram a divisão dicotômica público e privado. Estes não somente eram os que podiam votar, como também os únicos que poderiam ser votados, afastando do campo político outros corpos, como as mulheres, os negros e negras, os analfabetos e analfabetas e os pobres. Daí a necessidade de representação.

Mas que representação seria essa? Pitinik "constrói uma tipologia que envolve quatro interpretações: a) representação formalística; b) representação descritiva; c) representação simbólica; e d) representação substantiva ou representação como um ato de 'agir por' (*acting for*)."[169] Longe de discorrer sobre cada uma dessas interpretações ou classificá-las de acordo com sua eficácia, afinal todas elas têm prós e contras, quero antes sublinhar que todos esses tipos de representação em menor ou maior grau acontecem no campo político brasileiro.

A relação entre representantes e representados, é mediada por algumas questões referentes não somente a autorização desses últimos aos primeiros para

---

[167] Rancière, 2014, p. 54. Cf. RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.
[168] Cf. Rancière, op. cit., p. 67 – 90.
[169] Sacchet, op. cit., p. 409.

representá-los no campo político e a responsabilização – *accountability* – dos primeiros para com os últimos – isto próprio da representação formalística –, mas leva em consideração tanto a agenda pública do contexto em que as campanhas e mandatos acontecem, como a ideologia defendida desde as instituições partidárias. Assim, não pode ser uma amarra para os representantes, mas estes, a partir de sua capacidade de julgar, autorizados através do voto a representar – defendida por Pitinik, esta seria a representação substantiva.

Ainda que não simplesmente, representação política é a autorização para "agir por" considerando os interesses desse corpo ausente e o contexto do jogo. Maria Iracilda Borges Catunda narra, por exemplo: "Eu não dou nada, eu represento né. E se eu sei que as pessoas têm o direito, eu vou pedir, eu vou atrás pra pessoa. [...] Eu não dei, a gente representa porque está no órgão."[170] Uma vez autorizada por eles e elas através do voto, as pessoas tiveram seus interesses defendidos e garantidos por meio da responsabilização que ela tem com eles e elas.

A partir desse entendimento, de presentificar o ausente a partir dos interesses destes, me pergunto quem ou o que as mulheres eleitas em Catunda, seja para o executivo, seja para o legislativo, representaram. Essa questão apareceu quando questionei a elas "Quais eram as suas prioridades políticas naquele momento? [E se] A questão das mulheres era uma demanda daquele momento?".

Quase que por unanimidade elas disseram representar suas classes. Maria Valdeci dos Santos, eleita convidada a assumir a secretária de educação e desporto do município entre 1993 – 1994, sobre priorizar políticas para mulheres, relata:

> Não. Eu fazia muito pela educação, né? Eu entrava com muito requerimento a favor dos professores, dos funcionários [da educação]. O quinquênio, o anuênio [...] tudo isso aí eu entrava com requerimento e até na educação eu falava muito e não me descaminhava. Eles diziam: "ela só sabe falar de educação aqui". E eu disse: "é claro, eu sou professora né?" Eu tenho que dizer e fazer pela minha classe. É claro que eu falava pelo público, mas muito mais pela educação.[171]

Igualmente, Maria Iracilda Borges Catunda, professora e suplente que acendeu a vaga com a saída de Maria Valdeci para a secretária de educação e desporto, também responde:

---

[170] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.
[171] SANTOS, Maria Valdeci dos. Entrevista 06. Wagner Cavalcante Farias. 17 de nov. de 2021.

> Não, não. Eu nunca priorizei, pelo contrário, eu priorizava a educação, tá entendendo? Porque eu acho que me voltei mais pra área da educação do que pra área da mulher em si, mesmo eu sendo mulher. Mesmo a prefeita que primeiro administrou sendo mulher, que eu fiz parte da legislatura no pleito dela, mesmo eu sendo assistente social, mas eu não visei somente a mulher. Eu visei a educação em si.[172]

Se nota que no discurso dessas eleitas, suas prioridades de atuação política não se orientaram pelas pautas de gênero, ou melhor, elas não priorizaram as políticas para as mulheres diretamente no seu fazer político, mas sim representaram e defenderam os interesses de sua "classe", identificada nos relatos anteriores como categoria profissional – ambas eram professoras, além de terem sido vereadoras. Classe[173] é um conceito polissêmico, portanto não irei me desdobrar sobre ele, mas entendo que a noção de classe mobilizada por estas mulheres se aproxima do entendimento de classe como centrada na ocupação, no pertencimento coletivo e no capital cultural e social que marcam suas trajetórias. Conforme se percebe nas entrevistas, elas prontamente recusam – "Não." – se associar com uma identidade particular – mulher/mulheres – e preferem defender sua atuação desde suas ocupações.

Ainda assim, algumas das entrevistadas mesmo dizendo que não propuseram políticas públicas específicas para as mulheres, narraram projetos que direta ou indiretamente – ainda que percebam ou não – afetaram positivamente a vida das catundenses, como é o caso de Regina Elena Magalhães que conta que:

> Assim eu sempre me preocupei muito com a questão da saúde da mulher… uma gestão de primeira vez você tem muitas prioridades e assim você não tem muito conhecimento né? Mas uma coisa era muito clara na minha cabeça e eu já acompanhava na associação muito do sofrimento das mulheres com seus filhos, essas coisas, então eu sempre dei orientação aos secretários para essa questão de um atendimento mais humanizado com as mulheres, [principalmente] com as mães né? Para a questão da educação as crianças em creches eu abri mais vagas para dar oportunidade para as crianças e assim a gente sabe que aquilo de certa forma estava ajudando as mulheres. E acompanhava também muito a questão da Saúde da Mulher, então na saúde a minha orientação foi, e com muito esforço em relação a isso para ofertar as mulheres o que nem se tinha naquela época, mas que a gente há muito custo conquistou. Nós abrimos um centro de saúde da mulher que era um posto, um posto de saúde que nós abrimos que hoje esse posto ele virou o Centro do Servidor ali, mas ele era um posto de saúde, tinha até o nome da minha sogra, Francisca Fausta de Oliveira,

[172] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.
[173] Cf. CAVALLI, Alessandro. Classe. In: *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 169 – 175.

> ela tinha falecido de câncer e aí a gente abriu essa coisa e as agentes de saúde que eram tudo mulher aqui. Então nesse Centro de Saúde a gente prezava muito pela questão da preservação, das prevenções né que eram muito difíceis naquela época, mas a gente dava muito a atenção a isso, a questão da Saúde da Mulher. A gente tinha muito esse cuidado né, com a gravidez, o acompanhamento, era muito difícil ultrassom naquele tempo, muito difícil por aqui, mas a gente tinha muito esse tipo de cuidado. E um projeto que eu criei, um projeto não, mas um propósito que eu tive, que as mulheres tinham muito filhos, as famílias muito numerosas, muito sofridas e eu conheci a cada uma delas, então eu implantei no hospital, contratei um médico, era o Dr Antônio, todas as quintas-feiras, se eu não me engano eram as quintas-feiras, eu montei o centro cirúrgico para fazer laqueadura. E não era para mulher não ter mais filho não, era para apoiar aquelas mulheres que tinham filhos demais e que não tinha condição, então aí era tudo grátis. Tinha um agendamento, era acompanhamento e engraçado que algumas delas que não passavam nos critérios, que eram muitos, ninguém saía ligando qualquer mulher que queria, primeiro era a idade o número de filhos e etc. Mulher por exemplo tinha dois filhos chegava lá às vezes que não passava nos critérios aí ia falar comigo "mas Dona Regina não quero mais ter filho não sei o quê" aí eu ia convencer ela do contrário, que ela tinha dois, que ela podia ter o terceiro ou que Deus o livre ela não podia ter os dois e que a gente é mortal que podia depois ficar só e ela podia se arrepender e tal, mas assim eu nem sei quantas foram laqueadas mas foram muitas, muitas. Eu acho que isso aí de certa forma eu considero que ajuda em muitas mulheres com esse tipo de serviço aí porque não é no serviço barato não era SUS era do próprio município particular e talvez até um programa usado e perigoso porque você montar um centro cirúrgico numa Catunda de mais de 30 anos atrás né para fazer esse tipo de cirurgia [...] Eu acho que isso ajudou muito a mulher, mesmo porque naquele tempo era muito difícil, tinha mulher que tinha 10 filhos e se não tivesse laqueadura ia para os 12, 13 né? Eu tenho delas que me agradecem até hoje quando me vê.[174]

Fica evidente que o fato de ser mulher reconfigura algumas prioridades e produz políticas sensíveis às experiências socialmente partilhadas por outras mulheres, como é o caso da criação de creches e escolas e ainda de projetos de saúde da mulher. As políticas públicas narradas por Regina revelam que os problemas cotidianos que afetam a vida das mulheres à época e ainda hoje – mães sobrecarregadas, falta de acesso a serviços básicos de saúde e famílias numerosas – orientou sua ação como prefeita. Assim, da abertura de vagas nos centros de educação infantil, a criação de um Centro de Saúde da Mulher, investimento em prevenção e acompanhamento de gestantes, até um projeto de laqueadura gratuito, Regina Elena trouxe questões que pareciam "privadas" para a agenda pública, isto já nos anos 90.

E mesmo algumas políticas públicas, ainda que não formuladas diretamente para atender as demandas das mulheres, incidiram sobre a vida delas, principalmente devido a divisão sexual do trabalho, como vemos a seguir:

---

[174] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

> A água, águas aqui em Catunda, eu acho que as maiores beneficiadas foram as mulheres que sofriam com a falta de água em casa lavar roupa no rio, até para dar banho nas crianças era difícil, não podia comprar pipa d'água, era muito difícil botar água na cabeça. Eram as mulheres que iam buscar em cacimbão, no rio para beber e isso eu acho que as mulheres foram muito ajudadas. Mas especificamente assim "ah porque eu sou perfeita mulher eu vou ajudar as mulheres", não isso não. Teve esse olhar de cuidado, mas não teve esse problema específico só porque era mulher não.[175]

A questão da água afetava desproporcionalmente a vida de homens e mulheres e sendo estas as responsáveis pelos serviços de cuidado, seja doméstico ou familiares, elas eram as mais afetadas. Deste modo, ainda que a ex-prefeita não tenha proposto resolver a questão do abastecimento de água para ajudar especificamente às mulheres, sua presença reordenou as prioridades de ação e seu fazer político afetou a vida das mulheres.

As condições de gênero atravessam as experiências das eleitas, e elas não negam isto completamente, algumas delas até concluem: "[...] a questão de ser mulher nesse sentido ajuda no olhar feminino voltado para políticas voltadas para as mulheres, mas a gente também não pode ser só assim, porque a gente administra homens e administra mulheres [...][176].

Pensando na representação dos interesses dos representados, Joana D'arc até diz:

> Não, não tive oportunidade, nunca cheguei a fazer, a levantar essa bandeira, não tive propostas, também não me incentivei a buscar isso. Porque todos os meus requerimentos [...] que eu representava, eram poucos que eram votados, pouquíssimos, eu buscava uma defesa de políticas públicas, de projeto que eu achava que tava faltando, um calçamento, iluminação pública. Buscava muito isso que eu era muito solicitada pela população, pelas comunidades, né? Então buscava muito isso.[177]

Conforme já mostrei, sua entrada no campo político resulta de uma demanda por representação da classe dos agricultores e agricultoras rurais. Na sua

[175] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.
[176] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.
[177] Ferreira.

participação no podcast da rádio local, ela afirma: “Defendo mesmo o agricultor.” [178]. Seus representados queriam “calçamento”, “iluminação pública”, cisternas e etc, e sua atuação política, feita por sua “classe”, deveria ser para atender as demandas dessa classe. Reforço, isto não indica que as marcas de gênero não aparecem em seus fazeres políticos, algumas vezes até para reforçar estereótipos de gênero.

> […] mulher ela, ela representa a classe da mulher. A mulher é pela mulher, não que a gente discrimine os companheiros homens, eu não discrimino. Eu acho que todo mundo tem seu espaço. A mulher, pra ela tá trabalhando junto com os homens, companheiros, ela tá ajudando a somar. Ela, nós mulheres, têm um domínio que gera paz, harmonia, a organização né tem?! A facilidade. Até para dirigir, a gente dirige melhor (risos). De organizar, de fazer o debate. Nós temos um jeito mais carinhoso, delicado de atender as necessidades e as coisas. Nós encontramos uma mulher que pode desabafar com a gente. [...] eu acho que os homens têm que entender mais que trabalhar do lado da mulher só vem a somar. Não é que nós queremos derrubar eles, tirar espaço, diminuir salário, aqui não. Nós queremos andar ao lado, ao lado para somar e melhorar uma sociedade no Brasil, no governo, onde for e no geral.[179]

A observação de Joana D’arc indica que apesar das dissociações entre gênero e classe, observada nos discursos dessas mulheres, elas têm consciência, mesmo desde um ponto de vista estereotipado – mulheres mais organizadas e com “um jeito mais carinhoso, delicado de atender as necessidades e as coisas” – que não é possível negar as categorias que nos atravessam como corpos. Ainda que não se reconheçam necessariamente como representantes de um coletivo feminino – as mulheres – tanto que não priorizaram, de acordo com suas falas, política específicas para estas, o modo como constroem suas trajetórias, desde antes da entrada do campo político até os desafios que as mulheres enfrentam neste, é evidentemente marcado por sua condição de mulheres que adentram no espaço público entendido como espaço masculino.

Daí a importância da presença de mulheres no campo político, a reatualização desse espaço como de fato um lugar onde todas as vozes poderiam ser ouvidas, não somente a dos representados, mas também a dos representantes. Ravenna Lima, apesar de não querer acessar o jogo político, e ter feito para manter o capital político do marido, relatou que se sentia ouvida, principalmente pelas mulheres, em cada comício. Em suas palavras:

---

[178] Cf. PODVER NA PLANALTO FM. JOANA DO SINDICATO – POD VER #11. Youtube, 03 de ago. de 2022. 2: 41: 10. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a4DUJ9B-7F8. Acesso em: 31 de jun. de 2025.

[179] FERREIRA, Joana D’arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

> [...] quando eu me lancei candidata, a cada comício, a cada discurso, aquelas coisas iam me empolgando eu vi que era ouvida. A gente sabe quando a gente tá sendo escutada, a gente está ali em cima do trio, mas a gente sabe quem tá prestando atenção e a gente, eu via, era impressionante o olhar assim das mulheres, como elas prestavam atenção, então meu Deus a minha responsabilidade é maior.

Não é em todos os espaços que as mulheres são ouvidas, afinal foi a recusa de sua palavra pública que a impossibilitou por muito tempo vivenciar a cidadania. Sua entrada transforma a política. Joana D'arc, por exemplo, contou que em sua experiência como presidenta do sindicato – aproximadamente 21 anos – o número de sócios aumentou, ela construiu a sede do colegiado e reformulou o estatuto para definir a necessidade de paridade nos cargos da diretoria.

> A gente precisa fazer paridade. [...] A gente tem uma coisa entre a gente do movimento sindical que vai compor a mesa não é só uma mulher tem que botar mais entendeu, para representar as mulheres. Então aqui costuma muito, eu vejo, quando montam as mesas de colocar uma mulher só e eu sei que uma pode apresentar todas, mas se você botar, se tem seis homens, porque não pode botar seis mulheres, fica tão bonito a mesa né? Então assim, eu sou muito de defender isso e aqui nós somos quatro mulheres e quatro homens, é paridade, é direitos iguais, é discutido, é encaminhado.[180]

Paridade[181] como garantia do exercício pleno dos direitos e deveres de todos e todas que, nesse caso, compõem o corpo dos sindicalizados e sindicalizadas, isto já é um importante avanço, pensando no campo político do qual o sindicato faz parte. Por óbvio que não se pode afirmar que foi uma decisão tomada somente porque uma mulher estava na presidência desse coletivo, mas sem dúvida sua presença chama atenção para pensar sobre a necessidade da reestruturação do campo político.

---

[180] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

[181] Não quero me demorar nesse assunto, mas é importante pontuar que a paridade está longe de ser atingida no mundo. De acordo com os dados coletados pelo Fórum Econômico Mundial, considerando 100 economias mundiais que estão incluídas na captura e análise dos dados desde 2006, com o decréscimo da desigualdade de gênero, que é mínimo, seriam necessários 123 anos para atingir a paridade de gênero no mundo. O Brasil ocupa a 72º posição no ranking global a análise dos dados brasileiros revelam importantes questões, como o considerável ganho que virias com a paridade econômica, educacional e de saúde, em diferentes momentos da história recente, ainda que distante da paridade política. Sugiro a leitura do *Relatório Global sobre Desigualdade de Gênero 2025* para compreensão do ranking e de outros dados sobre a paridade de gênero. Cf. WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2025*. Genebra: World Economic Forum, 2025. Disponível em: https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2025/. Acesso em: 03 ago. 2025.

Como apresentei até aqui, a baixa presença das mulheres nos espaços de poder é uma de suas principais causas de não acessar esses espaços, em outras palavras, é justamente porque elas não estão no campo político e que dificilmente elas alcançam este campo. Daí a importância da presença de diferentes corpos na política, para além do *homem branco letrado proprietário*, para mudar o *habitus* e reestruturar o campo. Foi a história de outras mulheres na política – além dos outros motivos aqui já refletidos – que encorajou Ravenna Lima a concorrer à prefeitura de Catunda. Ao tratar das mulheres na história da política de Catunda, ela conta:

> Eu fico muito satisfeita e na realidade eu cheguei meio que por último, a Joana já era presidente do sindicato quando eu cheguei e já tinha vereadoras também antes de eu entrar. Então na realidade eu aqui tô seguindo o exemplo das demais. A Dona Regina, ela já foi prefeita. Eu lembro demais, eu tinha uma admiração pela Dona Regina, ela era cliente da minha mãe do banco [...] eu acho que eu nunca disse isso a ela, eu endeusava ela sabe. [...] por isso eu digo, Wagner, eu acho que acaba a gente tendo já uma sementinha dentro que eu não queria aceitar, mas na hora que você descobre que pode fazer a diferença na vida de alguém aí você diz "Ah então eu tô aqui. Eu posso mais. Eu posso ir mais além para ajudar alguém". Aí tudo modifica né? mas eu acho que na realidade eu não sou espelho para elas, elas que foram, que eu me espelhei e vi que aqui tinha essa cultura [...][182]

Fato é que a representação política não se reduz à presença, afinal não basta subir a rampa para garantir uma reestruturação desse campo – ainda que seja no subir a rampa que construímos uma nova política e propomos políticas novas. Conforme refletiu e defendeu Anne Phillips[183], é necessário ideias e presenças presentes!

Ao tratar da presença de mulheres na política, mas também de outros corpos em suas múltiplas intersecções, não se defende somente sua presença para compor, como se somente "colocar uma cadeira na mesa" resolvesse o problema. Quando isto acontece, inclusive, se cai em outra problemática, a de se constituir "totens identitários". A intelectual boliviana, Silvia Rivera Cusicanqui (2010), ao refletir sobre o discurso multiculturalista promovido pelos Estados coloniais em *Uma*

---

[182] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

[183] Cf. PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*. Ano 9, 2º Semestre 2001, p. 268 - 290.

reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores[184], dá elementos para pensar o perigo de uma política de presença sem política de ideias. A autora escreve:

> O multiculturalismo oficial [...] tem sido o mecanismo encobridor por excelência das novas formas de colonização. As elites adotam uma estratégia de travestismo e articulam novos esquemas de cooptação e neutralização. Se reproduz assim uma "inclusão condicionada", uma cidadania recortada e de segunda classe, que molda imaginários e identidades subalternizadas a papel de ornamentos ou massas anônimas que teatralizam sua própria identidade.[185]

Cusicanqui acusa o discurso do Estado de, ao se proclamar como multicultural, dizer que reconhece os povos indígenas e/ou outros grupos marginalizados, mas só o faz formalmente, nunca de fato, por isso uma cidadania incompleta. Essa questão, pensada desde a urgência das mulheres e de outros corpos no campo político, traz à tona a discussão da representação, seja ela formalística – pessoas autorizadas a representar –, descritiva – a presença, nesse caso, das mulheres como reflexo desse coletivo – e substantiva – defesa de pautas de interesse das mulheres como grupo social, ainda que estas não estejam presentes diretamente.

O caso das mulheres eleitas em Catunda, representantes de sua "classe" (professoras, sindicalistas, servidoras e etc) ajuda a compreender a limitação da política de presença quando não vinculada a política de ideias[186]. Contudo, a presença dessas mulheres no campo da política tem um potencial transformador, ainda que estas não defendem pautas feministas ou mesmo priorizem políticas para as mulheres. Assim, mais que aumentar o número de mulheres, é importante refletir como suas presenças podem provocar a reestruturação da política. Enfim, como escreveu Teresa Sacchet:

> Apesar das controvérsias presentes no debate sobre representação especial de grupos, a tendência crescente é considerar que *os espaços*

---

[184] Tradução minha. No original: *Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.* Cf. RIVERA Cusicanqui, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa*: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

[185] Cusicanqui, 2010, p. 60, tradução minha. No original: "El multiculturalismo oficial [...] ha sido el mecanismo encubridor por excelencia de las nuevas formas de colonización. Las elites adoptan una estrategia de travestismo y articulan nuevos esquemas de cooptación y neutralización. Se reproduce así una "inclusión condicionada", una ciudadanía recortada y de segunda clase, que moldea imaginarios e identidades subalternizadas al papel de ornamentos o masas anónimas que teatralizan su propia identidad."

[186] A presença de grupos ditos minorias, como as próprias mulheres, mas também os negros, LGBTQIAPN+ e pobres junto a direita conservadora no Brasil também.

> *político-decisórios são mais representativos e responsivos quanto mais efetivos forem em incorporar no seu processo deliberativo membros de diferentes grupos sociais*. Com todos os problemas inerentes a esse projeto, ele representa um dos mais eficazes para incluir diferentes perspectivas no processo político-decisório, potencializando a construção de políticas que melhor atendam às necessidades e aos interesses de grupos diferentemente posicionados na estrutura social.[187]

[187] Sacchet, op. cit., p. 428, grifo meu.

2.3 ONDE ELAS SE ENCONTRAM?

"É nisso que dá cidade mandada por mulher".[188]

Esta fala foi atribuída ao comandante do policiamento em Catunda na época em que Regina Elena Magalhães, primeira prefeita do município, estava no exercício de seu mandato. Na ocasião, a política foi fazer um pedido pessoal ao chefe do comando policial da cidade – a soltura de uma motocicleta – e este, mesmo atendendo ao solicitado, observou a eleita que isto não aconteceria em uma cidade comandada por um homem. Ao me debruçar nos estudos das mulheres eleitas para a política formal na cidade de Catunda, esse é sem dúvida um dos questionamentos que primeiro me saltam à mente: "no que que dá uma cidade mandada por mulheres?". Nas páginas dessa dissertação anseio, inclusive, que possa dar algumas respostas a essa questão, afinal, através da narrativa das eleitas para o executivo e legislativo catundense, pretendo pensar a cidade das mulheres na política e as mulheres na política da cidade.

A experiência das mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda não pode ser compreendida apenas a partir dos cargos ocupados, dos votos recebidos, das alianças partidárias ou dos caminhos que as levaram ao campo político. Existem elementos que atravessam suas trajetórias marcandas por afetos, tensões e desafios, entre os quais destacam-se a amizade e a violência, duas dimensões que, apesar de parecem opostas, se entrelaçam e entrecruzam a vida dessas mulheres. É na confluência dessas questões que a trajetórias políticas das eleitas se constrói: de um lado o apoio e solidariedade entre elas, expresso nas relações de amizade; de outro, as múltiplas formas de violência que buscam impossibilitar sua entrada, eleição e permanência nos espaços de poder.

A amizade aparece, nesse contexto, como um importante alicerce. Muitas mulheres iniciaram suas vidas na política apoiadas em redes de compadrio, vizinhança e comunidade. Em uma cidade pequena como Catunda, a política se realiza tanto nos espaços mais formais do poder público, mas também na intimidade e na proximidade. A confiança, a convivência e a participação em espaços comuns, como é o caso das vivências em associações comunitárias, sindicatos e conselhos

[188] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

religiosos, constituíram bases de apoio para que, conforme refletido anteriormente, elas constituíssem capital para acesso à vida pública. As amizades, nesse sentido, funcionam como redes de encorajamento e força.

Contudo, é importante destacar, que a presença das mulheres no campo político é marcada, também, por diferentes obstáculos, dentre os quais a violência se destaca. Em suas múltiplas formas, se manifesta como elemento estruturante da vida das eleitas. Nem sempre violência física, mas principalmente simbólica e política, por vezes essas mulheres foram alvos de boatos para desqualificar suas reputações, questionar suas capacidades e atacar suas honras. Deslegitimar suas competências foi recurso utilizado em alguns casos, bem como intimidações e assédios, refletidos mais adiante.

É nesse ponto que amizade e violência se encontram na vivência dessas mulheres eleitas em Catunda. À medida que a violência busca isolar, fragilizar e afastar as mulheres dos espaços de poder, a amizade surge como força contrária, reconstruindo laços e dando condições de enfrentamento. Nas entrevistas se nota a importância do apoio entre mulheres, como busco explicitar mais adiante. Essa solidariedade, ainda que muitas vezes não nomeada como tal, funciona como um recurso para acesso e permanência na política. As mulheres se apoiam para enfrentar situações, compartilham estratégias e encontram na amizade um espaço para combater, dentre muitas coisas, as violências que atravessam suas vidas antes, durante e depois de eleitas.

O estudo sobre as mulheres na política na cidade, portanto, não pode ser reduzido ao perfil dessas eleitas, a dinâmica partidária e aos dispositivos legais e institucionais de acesso ao poder, mas, também, e principalmente, necessita compreender o ordinário, o que é infinitesimal e parece pouco importante por ser cotidiano, como é o caso da amizade e da violência.

Amizade e violência caminham juntas, moldando a forma como essas lideranças se constituem, acessam e permanecem no espaço público, na política. É justamente nesse ponto, conforme buscarei demonstrar, que a vida dessas eleitas se encontra: as paralelas e transversais de suas experiências são os vínculos de amizade e a violência estrutural.

2.3.1 Da amizade

Começo pela amizade.

Entendida como emoção, conforme escreveram Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi no estudo sobre a relação de amizade de mulheres no combate à ditadura civil-militar no Brasil: "[...] é um desafio para nós definirmos ao certo o que é a amizade. Mas, quando se trata dessa emoção, sabemos que a sentimos, sabemos que ela está presente desde que começamos a construir nossos laços e vínculos sociais e, mais do que tudo, sabemos de sua potência."[189] Assim, fato é que as relações sociais que desenvolvemos ao longo da vida têm diferentes configurações, e a amizade é, desde cedo, uma delas, sendo talvez até uma das mais importantes.

A amizade enquanto emoção não foi suficientemente refletida e tampouco foi historicizada, pois por muito tempo foi compreendida como algo legado ao privado, ao íntimo, algo desinteressante. Contudo, alguns trabalhos se dedicaram a compreender a amizade do ponto de vista sociológico e filosófico e alguns o fizeram partindo do esboço dos últimos trabalhos de Michel Foucault sobre o sujeito, como é o caso dos estudos desenvolvidos pelo filósofo espanhol Francisco Ortega em sua *trilogia da amizade*[190].

Em sua obra Ortega busca, apoiado em Foucault, mas também em Derrida, Hanna Arendt e outros filósofos, entender a amizade ao longo do tempo e a sua relação com a sociabilidade e a ação na vida dos indivíduos. A amizade seria formada por uma dimensão ética e poética – afinal seria caminho para uma nova estética da existência –, mas também política, uma vez que esta "pode irromper em qualquer lugar, [seja] nas organizações de base, nos conselhos revolucionários, na mídia, na arte, [e/]ou [até mesmo] na amizade como exercício do político [...]"[191] Deste modo a amizade seria "[...] uma forma de vida, cuja importância reside nas inúmeras formas que podem encarnar."[192]

---

[189] Nunes e Zacchi, 2021, p. 12. Cf. NUNES, Alina e ZACCHI, Lara Lucena. "As pessoas não podem resistir sozinhas": memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul. Organização de Cristina Scheibe Wolff. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 12 – 32.

[190] Formada por *Amizade e estética da existência em Foucault* (1999), *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault* (2000) e *Genealogia da amizade* (2002/2011).

[191] Ortega, 2000, p.42. Cf. ORTEGA, Francisco.),*Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

[192] Ortega, 1999, p. 158. Cf. ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999.

Lida como uma emoção a amizade pertence à humanidade e deve ser compreendida em espaços, tempos e a partir de experiências específicas[193], uma vez que tratar da amizade na Antiguidade não é o mesmo que tratar desta no Modernidade e tampouco falar de amizade para os gregos antigos seria o mesmo que pensar ela desde os romanos antigos. Daí a importância de empreender uma genealogia da amizade, conforme propôs Ortega (2011), pois esta:

> [...] ajuda a compreender como a amizade (a qual tinha uma função fundamental na organização sociopolítica e cultural das *civitas* da Antiguidade greco-romana, e que continuou sendo um elemento significativo no tecido social e relacional da modernidade – fazendo parte das redes de sociabilidade e convivialidade que ligavam os indivíduos entre si) foi progressivamente desaparecendo do espaço público, deslocando-se cada vez mais para a esfera privada e doméstica, e sendo posteriormente integrada à família nuclear.[194]

Da *philia* grega, passando pela *amicitia* romana e cristã, mas também pela fraternidade e a sociabilidade regulada durante séculos, Ortega chega até a modernidade e a despolitização da amizade, resultada da decomposição do espaço público. A partir do século XIX e da institucionalização da família[195] a amizade que até o momento se encontrava hiperpolitizada entrava em declínio e se tornava "[...] mais íntima, mais privada, mais afetiva e exclusiva, e, em consequência, menos política."[196] Contudo, a contrapelo desse entendimento, o filósofo espanhol conclui que se deve buscar caminhos para repensar a amizade, uma vez que "intensificando nossas redes de amizade, podemos reinventar o político."[197]

Ortega escreve:

> A forma, que, segundo Foucault a estética da existência deve ter na atualidade não permanece no nível individual do homem dominante de si representativo da Antiguidade, mas aponta para uma subjetivação coletiva, para uma forma de vida ou para, nas palavras Deleuze, um devir minoritário, que encontra sua expressão na amizade.[198]

---

[193] Cf. Corbin, Courtine e Vigarello (2020).
[194] Ortega, 2011, p. 15. Cf. ORTEGA, Francisco. Genealogia da amizade. São Paulo: Iluminuras, 2011.
[195] Sobre como a família foi um regulador da vida das pessoas, em destaque no século XIX, sugiro a leitura do trabalho de Michelle Perrot para o quarto número da História da Vida Privada no Ocidente. Cf. PERROT, Michelle. Funções da família. In: História da Vida Privada: da Revolução Francesa a Primeira Guerra. Michelle Perrot (org.). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 105 – 120.
[196] Ibid., p. 139.
[197] Ortega, 2011, p. 162.
[198] Ortega, 1999, p. 138.

A partir dos estudos sobre os processos de formação dos sujeitos desenvolvidos por Michel Foucault, o autor sinaliza que é através da amizade, entendida como vínculos horizontais contrários a lógica dominante e hierarquizada das relações, que outros modos de vidas serão possíveis de serem pensados. A amizade seria um espaço onde tanto os objetivos individuais, mas também os interesses coletivos seriam levados em conta para o desenvolvimento de uma nova forma de viver. Foucault, inclusive, em uma entrevista ao jornal Gai Pied, na década de 1980, tece reflexões sobre a amizade como modo de vida e meio para a atualização da estética da existência[199]. Assim, "a amizade constitui [portanto] uma alternativa às velhas e rígidas formas de relação institucionalizadas (família e matrimônio), representando igualmente uma saída ao dilema entre uma saturação de relações, surgido da dinâmica da modernização, e uma solidão ameaçadora."[200] Amizade, enquanto emoção é política.

Mas o que define a amizade? De acordo com o estudo sobre a estética da existência desde Foucault, dentre as principais características que podem ser destacadas, amizade é definida pela "[...] espontaneidade reciprocidade simétrica, não fixação num contexto determinado, igualdade controle interativo (como consequência da pouca normalização e sanção exterior)".[201]

Em síntese, e a pensando como política, se conclui que:

> A amizade é, no fundo, um "programa vazio", outra denominação para uma forma de vida cuja importância reside nas inúmeras formas que pode assumir, uma relação ainda por imaginar, aberta, na qual cada indivíduo deve inventar sua própria ética da amizade. Um novo "direito relacional" exprime esse apelo pela criação de novas formas de vida.[202]

Não existe conteúdo fixo para amizades, nem tampouco receita que enrijeça este vínculo, afinal ela é feita na pluralidade, uma vez que os corpos em relação são subjetividades, ou, em outras palavras, carregam diferentes marcas que devem ser levadas em consideração na troca horizontal da amizade. Esta não é regida pelos princípios jurídicos, mas afetivos, por isso amizade deve ser lida como emoção,

---

[199] De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.
[200] Ortega, 2000, p. 56 – 57.
[201] Ortega, 1999, p. 156.
[202] Ortega, 2000, p. 96.

escapar da rigidez das legislações, mesmo sem deixar de ser um direito, o direito a se relacionar como política.

O que tudo isto tem a ver com as mulheres na política de Catunda?

Nas entrevistas que fiz com as eleitas entre outubro e novembro de 2021 para meu trabalho monográfico, notei uma constante referência de algumas mulheres a outras também eleitas, as mencionadas como amigas, comadres e/ou companheiras. No discurso de posse da então recém reeleita prefeita Ravenna Lima, em 2021, ela marca bem sua relação com a também recém-eleita presidenta da Câmara Municipal, Lindomária Muniz. Ela disse:

> Vereadora. Loira. *Minha amiga*. A quem, foi agora eleita presidente desta casa, onde fico muito feliz que nós temos três mulheres eleitas. Eu queria aqui convidar você, me comprometer, e nós nos comprometemos a cuidar desse povo mais ainda, porque nós exercemos os dois maiores poderes dessa cidade. Então com a nossa força, com a nossa garra, mas com nosso toque feminino, à nossa sensibilidade, pra gente seguir em frente, claro com o apoio dos seus pares aqui na casa e eu com o apoio do vice-prefeito Evandro. Estamos fechadas?[203]

Figura 2 – Captura de tela da transmissão de posse da prefeita Ravenna Lima



Fonte: Facebook Governo Municipal de Catunda.

Tanto o discurso quanto a captura da tela mostram a intimidade entre as duas eleitas. Ravenna não só se refere a Lindomária com um apelido – “Loira” – como a chama de “minha amiga”. Na cena se percebe que a prefeita reeleita e recém-empossada quebrou o protocolo sanitário da época – em que vivenciávamos a

[203] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021 Grifo meu.

pandemia da Covid-19 – convidando a então presidenta da Câmara para a frente da mesa para de mãos dadas afirmar – ou reafirmar – o compromisso de "cuidar do povo" com seus atributos ditos femininos[204].

No contexto da política, a partir das narrativas que tomo como fontes, se percebe que a amizade é mais do que uma emoção, é um meio de reestruturar espaços, os quais se destacam nesse campo político. Lesli Kern, arquiteta e urbanista, ao pensar o cidade feminista como alternativa ao mundo falogocêntrico, e mais especificamente ao escrever sobre a *cidade das amigas,* reflete a amizade como estilo de vida e como potencial caminho para criar mundos. Em suas palavras: "A criação de mundos significa o processo de imaginar e criar espaço(s) onde as coisas podem se desenrolar de outra maneira. Praticar a amizade feminina como um modo de vida é, eu creio, uma atividade que faz o mundo."[205]

Nesse ponto, importante destacar que as amizades não somente são espaço-temporalmente marcadas, mas não são iguais para todos os corpos, tendo marcas de gênero, classe, raça, sexualidade e geração que precisam ser consideradas. As amizades entre mulheres, por exemplo, diferem muito das amizades entre homens, principalmente por ambas serem moldadas por processos históricos de socialização. Eles são socializados a construírem amizades desde prática compartilhadas, como prática de esportes, trabalho e/ou espaços onde o vínculo seja menos sólido e não possibilite muita expressão de emoções. Já as mulheres desde muito novas são ensinadas a criar e manter vínculos mais íntimos e onde expressões emocionais e de cuidado sejam valorizadas, ou seja, em redes com outras mulheres. Quando outros recortes são adicionados à questão de gênero – amizades entre mulheres

---

[204] Importante destacar que, apesar de não poder afirmar que elas estavam vestidas com cores associadas às mulheres/meninas por terem afinidade com os ideais defendidos pela então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, se infere que as ideias que reforçam o sistema patriarcal, como "meninos vestem azul e meninas vestem rosa", eram institucionalmente reforçadas por discursos proferidos, entre tantos corpos, por aqueles que ocupavam altos cargos políticos federais. Isto chega até diferentes camadas como um discurso de autoridade – "se ele/ela (ministro/ministra, ou senador/senadora, ou presidente) estão afirmando isto publicamente, é porque deve ser verdade – a ser reproduzido. Certo é que a escolha da vestimenta de Ravenna e Lindomária aparentemente foi previamente combinada e com o objetivo de, possivelmente, reforçar a imagem da mulher que, apesar de usar terno, ainda sim seria "sensível", "cuidadosa" e "delicada". Essa discussão não cabe dentro dos limites deste trabalho, mas sem dúvida, pensar a relação entre estética e política é crucial. Sugiro um episódio do podcast Fio da Meada da Rádio Novelo, em que Branca Viana entrevista Thaís Farage pensando a moda como política. Cf. Thaís Farage e a moda como ferramenta política. Loucação de: Branca Viana. [S. l.]: Rádio Novelo, 16 de jun. de 2025. Podcast. Disponível em: https://radionovelo.com.br/originais/fiodameada/thais-farage-e-a-moda-como-ferramenta-politica/.Acesso em: 07 de jan. de 2026.

[205] Kern, 2021, p.84. Cf. KERN, Leslie. Cidade feminista: a luta pelo espaço em mundo desenhado por homens. Trad. de Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

negras, ou entre homens gays, ou entre adolescentes – essas diferenças são mais acentuadas. Essas diferenças não são naturais, mas produzidas e reproduzidas refletindo as normas de gênero, classe, raça e geração com o objetivo de manutenção do sistema.

Considerando principalmente o recorte de gênero, e, portanto, a amizade entre as mulheres, Kern conclui que "*a amizade feminina, em resumo, era [e é] mais do que um bote salva-vidas: era [e é] poder.*"[206]

Compreender a amizade como poder é caminho para, conforme já mencionado, criar mundos, ou ainda, recriar o mundo em que vivemos. Para as mulheres – mas também para os homens – isso é uma alternativa para combater o sistema de dominação-exploração patriarcal. Inclusive, como refletiu bell hooks, o vínculo entre as mulheres é uma arma poderosa para vencer a ligação entre os homens que sustenta o patriarcado. Nas palavras da autora:

> Simplesmente presumia-se que homens em grupos ficariam unidos, dariam apoio uns aos outros, seriam um time e colocariam o bem do grupo acima de ganhos e reconhecimento individuais. A ligação entre mulheres não era possível dentro do patriarcado; era um ato de traição. Movimentos feministas criaram um contexto para mulheres se conectarem. Não nos juntamos para ficar contra os homens; juntamo-nos para proteger nossos interesses de mulher.[207]

O sistema *patriarcal supremacista capitalista e imperialista* é também feito de vínculos, de encontros, forma comunidades. Desta forma a associação de mulheres no movimento feminino e/ou feminista amedronta os homens, pois ao unir forças elas se tornam mais potentes para os combates antipatriarcais, antirracistas e de classe. Essa potência feminina/feminista[208] pode ser entendida desde a amizade como emoção política e é justamente por isso que os processos de socialização do sistema criam instituições e normas que difundem a inimizade, ou melhor, que dificultam a criação de amizades entre mulheres, como escreveu bell hooks:

> Fomos ensinadas que nossas relações umas com as outras não nos enriquecem, mas, pelo contrário, deixa-nos ainda mais pobres. Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas "naturais" umas das outras, que a

---

[206] Kern, op. cit., p. 103, grifo meu.
[207] Hooks, 2021, p. 35. Cf. HOOKS, bell. A sororidade ainda é poderosa. In: _____. *O feminismo é para todo mundo:* políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libanio. 16º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021, p. 33 – 39.
[208] Cf. GAGO, Verónica. A potência feminista ou o desejo de feminista transformar tudo. São Paulo, Editora Elefante, 2020.

> solidariedade nunca irá existir entre nós porque não sabemos nem devemos nos unir. [...] Precisamos aprender a viver e trabalhar em solidariedade. Precisamos aprender o verdadeiro sentido e o verdadeiro valor da irmandade.[209]

Leslie Kern inclusive adverte que "[...] se as mulheres dedicassem um pouco mais do seu amor, trabalho e apoio emocional às redes de amizade, o sistema – como os homens o conhecem – desabaria."[210] O que une as mulheres, portanto, não são somente elementos negativos, como a violência, mas é a força dos vínculos criados por elas que contribui para a luta contra o patriarcado e não somente, mas também como contra o racismo e o capitalismo.[211]

Importante destacar que os corpos em aliança[212] são atravessados por diferentes e múltiplos elementos, como o gênero, raça e classe, e assim o vínculo das mulheres não é o mesmo para e entre todas elas. O movimento feminista, por exemplo, desde suas origens teve cor e classe, assim as demandas da dita primeira onda do feminismo atendiam as mulheres brancas de classe média das áreas urbanas e desconsideravam as pautas das mulheres negras pobres escravizadas. As demandas desconsideravam o recorte racial e de classe, reproduzindo mesmo na irmandade entre mulheres, o sistema de dominação-exploração.

Ao tratar do poder da sororidade, bell hooks reflete que:

> Entendíamos que a solidariedade política entre mulheres expressa na sororidade vai além de reconhecimento positivo das experiências de mulheres, e também da compaixão compartilhada em casos de sofrimento comum. A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado. É importante destacar que a sororidade jamais teria sido possível para além dos limites de raça e classe se mulheres individuais não estivessem dispostas a abrir mão do seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres.[213]

---

[209] Hooks, 2019, p. 79. Cf. HOOKS, bell. Irmandade: a solidariedade política entre as mulheres. In: _____. *Teoria Feminista*: da margem ao centro. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 79 – 109.

[210] Kern, 2021, p. 119.

[211] A pesquisadora feminista Erin Wunker escreve em seu livro Notas de uma feminista estraga-prazeres: ensaios sobre a vida cotidiana (no original: Notes from a Feminist Killjoy: Essays on Everyday Life) de 2016 que: "Existem corpos com outros corpos – rindo, chorando, cozinhando, dançando e se abraçando – sem nenhum imperativo de procriação ou outros trabalhos reprodutivos. Amizade como contraponto à ideologia capitalista. Amizade como sua própria economia." Cf. Wunker, 2016 apud Kern, 2021, p. 118.

[212] Tomo de empréstimo o título do livro de Judith Butler *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia* (2016).

[213] Hooks, 2021, p. 36.

Deste modo, assim como nem todas as mulheres são afetadas da mesma forma pela violência, tampouco suas emoções e seus vínculos – por exemplo, a amizade – serão os mesmos para todas elas. Por exemplo, para que as mulheres adentrem aos espaços de poder – a política –, sem dúvida como meio de reestruturá-lo, é preciso que outras mulheres ocupem seus espaços e afazeres domésticos, e estas, na maioria das vezes, são corpos racializados e de classe mais baixa das que concorrem aos cargos eletivos, daí a importância de pensar interseccionalmente e compreender a relação das categorias que atravessam as estruturas sociais. Dito de outra forma, assim como as mulheres não sofrem igualmente as diferentes violências – ainda que todas as sofram – a luta empreendida por elas em associação não é igual, e o recorte racial e de classe precisam ser levados em consideração nesse ponto. A sororidade é poderosa, mas só é possível sem reproduzir os padrões de dominação-exploração.

A mesma autora, ao refletir sobre a irmandade entre as mulheres, conclui que:

> Solidariedade e apoio são coisas distintas. A experiência da solidariedade requer uma comunhão de interesse, crenças e objetivos em torno dos quais se possa formar uma aliança, uma irmandade. O apoio pode ser ocasional. Ele pode ser oferecido e retirado com a mesma facilidade. A solidariedade requer um compromisso firme, contínuo.[214]

Uma coisa é apoiar a causa, outra diferente é combater lado a lado em busca de um mesmo horizonte. Não estou dizendo com isso que amizades precisam sempre concordar ou buscar no outro uma parte do eu, mas a relação amistosa nasce do que nos cerca e nos envolve.

> A amizade, assim, é uma emoção que pode ser voluntária, fruto de escolhas que podem ser resultado de construções sociais, de contextos, gostos e situações partilhadas, que determinam sua subjetividade. Nesse sentido, percebemos que a amizade envolve alguma identificação entre as pessoas, construindo-se a partir de um sentimento de identidade com os seus e por determinadas práticas de sociabilidade, trocas íntimas e ajuda mútua. A amizade também pode ser influenciada pela inserção das pessoas que, em um determinado contexto sociocultural ou em determinada situação de opressão, compartilham ideias e sonhos comuns.[215]

[214] Hooks, 2019, p. 118.
[215] Nunes e Zacchi, 2021, p. 13.

As amizades são construídas em comum, ou melhor em comunhão. Ao refletir sobre a urgência de criar comunidades, bell hooks escreve que "[...] a amizade é o espaço em que a maioria de nós tem seu primeiro vislumbre de amor redentor e comunidade carinhosa."[216] O amor[217], enquanto emoção, é o que nos movimenta em busca do encontro com outros seres.

A amizade entre as mulheres – assim como o vínculo afetivo entre os homens que sustenta o patriarcado – é potente e tem sua força fundamentada no afeto. Como cita Leslie Kern, Kayllen Schaefer, no livro *Me mande uma mensagem quando chegar em casa: a evolução e o triunfo da amizade feminina moderna* (2018)[218], "[...] reconhece que suas amizades femininas "são marcadas por todos os sinais de relacionamento românticos, exceto por serem platônicas. Mas são histórias de amor… não deixamos a outra pessoa".[219]

As amizades entre as mulheres, de modo especial as mulheres da política, são anteriores e mais íntimas, o que contribui com sua entrada e mandato. Ravenna Lima, ao tratar de sua amizade com Lindomária Muniz, lembra que:

> Engraçado que nós entramos juntas. Quando foi para eu me candidatar a prefeita, na primeira gestão, no primeiro mandato e a Lindomária a vereadora era o Ernane e o Ocean conversando com nós duas, eu me lembro, a gente se encontrou até em Fortaleza, no restaurante os quatro para conversar aí o Ocean e o Ernane diziam assim: "vamos encorajar, vamos botar essas mulheres na política" e deu certo a gente já tá aqui hoje no segundo mandato e olha ela como presidente [da Câmara] né?! Então assim, nós entramos juntas e hoje ocupamos os dois cargos de executivo e legislativo e eu acho que quando os dois se dão bem… é como eu tava dizendo pra ela: "parceria na amizade, parceria nos poderes".[220]

Lindomária concluiu, inclusive, que sua amizade com a prefeita, que é anterior a candidatura e exercício de seu mandato, facilita o acesso e ao "atendimento" desta vereadora pelo poder executivo – na pessoa da prefeita. Em suas palavras:

> Eu acho que tudo é política porque eu sou do lado dela, assim do mesmo partido. A gente trabalhou juntas então a gente tem uma afinidade melhor,

---

[216] Hooks, 2021, p. 166. Cf. HOOKS, bell. Comunidade: comunhão amorosa. In: _____. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021, p. 161 – 176.
[217] "É o amor que estabelece as bases para a construção de uma comunidade com estranhos." (Ibid., p. 176
[218] No original: Text Me When You Get Home: The Evolution and Triumph of Modern Female Friendship.
[219] Schaefer, 2018 apud Kern, 2021, p. 111.
[220] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

> eu tenho acesso de chegar e pedir e o ser atendida, mas não por ser mulher, entendeu? Eu acho que é devido a amizade que a gente tem. [...] Eu acho que é uma facilidade maior o melhor atendimento, entendimento porque eu tenho acesso de chegar e falar e achar e dizer o que é que eu tô achando e da mesma forma ela para mim, acho que porque a gente já tinha amizade antes também, né?[221]

Tudo é política, inclusive a amizade.

Esse vínculo afetivo é resistência, uma vez que os afetos "são essência da política"[222]. Assim, as mulheres em coletivo se apoiam umas às outras para, entre outras coisas, por exemplo, concorrer a cargos eletivos. Regina Elena Magalhães, primeira prefeita eleita em Catunda e vereadora responsável pelo projeto de modificação da área territorial que possibilitou a consulta plebiscitária pró-emancipação do distrito, narra no podcast da rádio local – Podver na rádio Planalto Fm – que o movimento que liderou em busca das parcerias na Câmara Municipal de Santa Quitéria para efetivar a emancipação contou com o apoio "da comadre Cidel" – apelido de Maria Valdeci dos Santos. Na mesma entrevista, Regina diz que nas eleições de 2011, quando foi convidada para ajudar a montar a chapa de oposição, pediu que a Maria Valdeci concorresse como vice-prefeita, pois, por gratidão era preciso entender que esse era o "momento da Comadre Cidel".

Durante a participação de Maria Valdeci dos Santos em outro episódio do podcast – que é transmitido pelo canal do Youtube da rádio –, Regina Elena participava com comentários ao vivo ressaltando a importância e parceria de Cidel na história política local. Essa relação de compadrio foi de apoio, conforme se nota, a candidatura dessas mulheres que não somente buscaram travar combates na política se apoiando, mas juntas. Nesse mesmo episódio, Maria Valdeci fala da sua relação com Regina Elena, que é anterior e mais particular do que sua parceria na política. Lembra, por exemplo, que Regina é sua comadre e que, por entre tantos motivos, foi por isso que ajudou no movimento emancipacionista, uma vez que o sonho do município era delas – "era eu e ela"[223]. Ela conta ainda que acompanhava o mandato de Regina como vereadora, esse acompanhamento era tanto nas seções, como também na ajuda em decisões.

---

[221] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

[222] Lordon, 2016, n.p. No original: "Les affects sont la matière même du social, et plus particulièrement ils sont l'étoffe de la politique.". Cf. LORDON, Frédéric. Les affects de la politique, Paris, Seuil, 2016.

[223] Cf. PODVER NA PLANALTO FM. CIDEL – PODVER #4. Youtube, 15 de jun. de 2022. 2: 50: 54. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aaoisyVgtiU. Acesso em: 31 de jun. de 2025.

A partir desse ponto se nota que a amizade como emoção política é um meio de reestruturar o próprio campo político, uma vez que ao se apoiarem elas se potencializam para concorrer e exercer seus mandatos. Não estou com isso afirmando que a presença de mulheres na política é suficiente para que outras mulheres sintam-se dispostas a entrar nesse microcosmo ultrapassando os limites do público e do privado e nem que o apoio entre elas é suficiente para vencer as barreiras que dificultam sua entrada e permanência, mas certo é que "a construção de vínculos entre mulheres [– amizade –] é uma resistência política na medida em que se busca subverter uma ética patriarcal na qual [até] as relações afetivas, muitas vezes, são pautadas em relações de poder e domínio."[224] Deste modo, a amizade entre mulheres contribui para combater a ordem hierárquica do patriarcado, pois lhes dão forças.

> [...] amizade que eu tinha pela prefeita, a presidenta e com outros colegas vereadores mulher dos municípios vizinhos, a gente sempre tava em reunião em curso e tudo mais, aperfeiçoamentos, isso me dava mais força, me dava mais força e assim me ajudava mais no momento de dúvida [...][225]

Maria Iracilda Borges Catunda afirma que as amizades que fez enquanto vereadora fortificaram e ajudavam "no momento de dúvida", eram apoio. Estas amizades, de modo específico entre as mulheres, são formadas na partilha, não só das experiências negativas, mas da disposição da luta, por isso, como diz Margarita Pisano, "[...] acredito que a amizade também passa pelo político. A amizade [...] se constrói com um pé no privado e no coração, e o outro no público-político do pensar... do pensar juntas.[226] Ainda, como Edda Gaviola acredito que, "[...] construir amizade entre mulheres implica se relacionar desde a horizontalidade, na ruptura das hierarquias."[227] sejam elas quais forem, em busca de derrotar o patriarcado.

Neste ponto, só destaco, que não estou afirmando – e tampouco é possível afirmar – que a amizade em si garanta tanto a proteção entre elas, suas eleições

---

[224] Nunes e Zacchi, 2021, p. 28.
[225] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.
[226] Pisano, 2004, p. 82, tradução minha. No original: "[...] creo que también la amistad pasa por lo político. La amistad, me parece, se construye con un pie en lo privado y el corazón, y el otro, en lo público-político del pensar… del pensar juntas." Cf. PISANO, Margarita. Interlocuciones y un ensayo de lectura. In: _____. *Julia, quiero que seas feliz*. Santiago de Chile: Surada, 2004, p. 81 – 89.
[227] Gaviola, 2018, p. 26, tradução minha. No original: "[...]construir Amistad entre Mujeres implica relacionarse desde la horizontalidad, en la ruptura de las jerarquías." Cf. GAVIOLA, Edda. apuntes sobre la amistad política entre mujeres. In: GAVIOLA, Edda e KOROL, Claudia. *A nuestras amigas*: Sobre la amistad política entre mujeres. Pensaré cartonera, 2018, p. 5 – 30.

e/ou ainda que estas necessariamente se apoiem mutualmente, mas, sem dúvida, entendendo a amizade como uma emoção, ou seja, o que sentimos e nos fazem mover, é verossímil que a aliança entre esses as mulheres – leia-se pacto[228] – é um caminho para responder ao sistema de dominação-exploração que cria e sustenta as assimetrias de gênero, raça/etnia e classe.

A vida das mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal em Catunda também se entrecruzam em outro território que não o da amizade, o da violência. Mesmo que nem sempre elas conceituem ou compreendam como violências as situações que vivenciaram antes e durante seus mandatos como vereadoras e/ou prefeitas, se nota ao analisar suas experiências – e a de tantas outras que temos notícia – que ao buscarem transpor a ordem patriarcal e a divisão sexual de ação – homens nos espaços públicos e mulheres nos espaços privados – ao entrarem no campo político elas enfrentam estruturas que querem a manutenção do sistema de dominação-exploração que fundamenta e perpetua as desigualdades. Assim, ao buscarem concorrer a cargos eletivos e uma vez eleitas são atravessadas por violências múltiplas, explícitas ou não, que dificultam suas entradas e permanências nos espaços de poder, conforme penso na subseção a seguir:

2.3.2 Da violência

Tratar de violência exige pensar para além de agressões físicas, para compreender o sistema simbólico que sustenta as disparidades de gênero, raça e classe e naturaliza a dominação masculina. Essa violência é constituída pela simbiose de sistemas – o já mencionado *patriarcado supremacista branco capitalista imperialista* – e atravessa todos os corpos e espaços. Deste modo, compreender as violências a partir das narrativas das eleitas em Catunda é entender a violência inscrita em um campo – pessoal, político e ordinário – e que afeta, ainda que de diferentes formas e proporcionalidade, todos os corpos em suas intersecções. Antes de me ater mais especificamente na violência política de gênero e na violência política contra as mulheres, categorias indispensáveis para pensar as vivências das

[228] Para mais sobre esse assunto, sugiro a leitura do artigo Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres?, escrito pela professora Teresa Kleba Lisboa (2016). Cf. LISBOA, Teresa Kleba. Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres?. Revista Feminismos, vol. 4, n. 1, jan-abr 2016.

vereadoras e prefeitas sujeitos desse estudo, é importante pensar brevemente a categoria violência.

Tamara Amoroso Gonçalves, ao analisar as violências contra as mulheres e as legislações específicas aprovadas nos contextos da Argentina, Brasil e Chile[229], destaca a definição de violência contra a mulher presente "Lei de proteção integral para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres nos âmbitos em que desenvolvem suas relações interpessoais" – lei nº 26.485/2009. No artigo quarto da legislação, se lê:

> Se entende por violência contra as mulheres toda conduta, ação ou omissão, que de maneira direta ou indireta, tanto no âmbito público como no privado, baseada em uma relação desigual de poder, afete sua vida, liberdade, dignidade, integridade física, psicológica, sexual, econômica ou patrimonial, como também sua segurança pessoal. Ficam compreendidas as perpetradas desde o Estado ou por seus agentes.[230]

A legislação argentina de forma objetiva conceitua a violência contra as mulheres de maneira ampla, destacando que pode ocorrer direta ou indiretamente, em diferentes âmbitos da vida das mulheres, sempre baseada numa relação desigual que busca a manutenção dessa desigualdade e que pode, também, ser realizada tanto pelo Estado quanto por aqueles que o compõem.

Este último ponto merece atenção, uma vez que a violência não é natural, mas parte de uma estrutura que a cria e se utiliza dela para a manutenção dessa estrutura. Deste modo, como Françoise Vergès escreve em sua teoria feminista da violência: "[...] a violência [deve ser entendida] como componente estruturante do patriarcado e do capitalismo, e não como uma especificidade masculina."[231], ou seja, esta é componente da e na dinâmica do Estado patriarcal, supremacista, branco, capitalista e imperialista. Este entendimento nos ajuda a compreender que a

---

[229] Cf. GONÇALVES, Tamara Amoroso. Violência contra as mulheres: avanços e limitações das legislações específicas aprovadas na Argentina, no Brasil e no Chile. In: *Gênero e Feminismos*: Argentina, Brasil e Chile em transformação. Eva Alteman Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Rangel (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019, p. 211 – 302.

[230] ARGENTINA. Ley de protección integral para prevenir, sancionar y erradicar la violência contra las mujeres em los âmbitos em que desarrolen sus relaciones interpesonales. No original: Se entiende por violencia contra las mujeres toda conducta, acción u omisión, que de manera directa o indirecta, tanto en el ámbito público como en el privado, basada en una relación desigual de poder, afecte su vida, libertad, dignidad, integridad física, psicológica, sexual, económica o patrimonial, como así también su seguridad personal. Quedan compredidas las perpetradas desde el Estado o por sus agentes.

[231] Vergès, 2021, p. 12 – 13. Cf. VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência*. Trad. por Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editoria, 2021.

violência não é somente a ruptura brutal ou o ataque físico contra os corpos das mulheres, mas, e principalmente, o ataque a seus direitos[232], as violações cotidianas e por vezes pouco lidas como violências. Entre as entrevistadas, somente a ex-vereadora Joana D'arc afimou ter sofrido violência, inclusive compartilhando: "[...] sou vítima de agressão de mulher, até hoje tenho uma medida protetiva da Lei Maria da Penha."[233] Seu ex-companheiro a perseguia e, como mostrarei mais adiante, prejudicou uma de suas campanhas. As demais ou concluíam que não sofreram discriminações, nem violações, mesmo relatando episódios de constrangimento ou perseguições que não foram lidos por elas como violências e tampouco compreendidos pelo fato de sofrerem por serem mulheres.

Claro que essa incompreensão não é ingenuidade, mas o resultado de processos de socialização que naturalizam a violência transformando os corpos masculinos em seus agentes perpetradores e os corpos femininos como os potenciais vítimas, e isto de maneira tão imperceptível que às vezes, quando o ato violento acontecer, ele nem será entendido como violência e tampouco se considerará as questões de gênero e suas intersecções como causas desse ato. A antropóloga Rita Segato, ao refletir sobre *As estruturas elementares da violência*, chama este tipo de ação de violência moral, e a define como:

> [...] o mais eficiente dos mecanismos de controle social e de reprodução das desigualdades. [Uma vez que] A coação de ordem psicológica se constitui no horizonte constante de cenas cotidianas de sociabilidade e é a principal forma de controle e de opressão social em todos os casos de dominação. Por sua sutileza, seu caráter difuso e onipresença, essa eficácia é máxima no controle das categorias sociais subordinadas. No universo das relações de gênero, a violência psicológica é a forma mais maquinal, rotineira e irreflexiva e, no entanto, constitui o método mais eficiente de subordinação e intimidação.[234]

---

[232] Heleieth Saffioti faz uma reflexão sobre a violência contra as mulheres como violência contra os direitos humanos ao pensar gênero, patriarcado e violência. Cf. SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 79 – 83.

[233] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

[234] Segato, 2021, p. 112 – 113, tradução minha. Cf. SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia*: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometo Libros, 2021. No original: La violencia moral es el más eficiente de los mecanismos de control social y de reproducción de las desigualdades. La coacción de orden psicológico se constituye en el horizonte constante de escenas cotidianas de sociabilidade y es la principal forma de control y de opresión social en todos os casos de dominación. Por su sutileza, su carácter difuso y omnipresencia, su eficacia es máxima en el control de las categorías sociales subordinadas. En el universo de las relaciones de género, la violencia psicológica es la forma de violencia más maquinal, rutinaria e irreflexiva y, sin enbargo, constituye el método más eficiente de subordinación e intimidación.

Segato destaca como exemplos dessa violência no contexto latino-americano, a questão do controle econômico, de sociabilidade e mobilidade, o menosprezo estético e sexual e a desqualificação intelectual e profissional.[235] Assim, para além dos ataques físicos, a antropóloga chama atenção para as ofensivas que afligem as mulheres psicológica e moralmente, e que podem ser lidos desde a disparidade dos salários, as dificuldades no socialização e movimentação pelo espaço citadino, as pressões estéticas e sexuais que bombardeiam os corpos considerados femininos e a desatenção dada a suas produções sejam elas intelectuais e/ou profissionais.

No compêndio de ensaios intitulado *Violência,* o filósofo esloveno Slavoj Zizek também reflete sobre o fenômeno chamando atenção para os tipos de violência que estão para além dos atos físicos e identificáveis, denominados por ele de "violência subjetiva". Zizek escreve:

> [...] a violência subjetiva é somente a parte visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma violência "simbólica" encarnada na linguagem e em suas formas [...] Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo de violência "sistêmica", que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político.[236]

Existe, portanto, violências que atravessam os corpos e os espaços de diferentes maneiras e que nem sempre são prontamente compreendidas como tal, e quanto mais sutis elas forem mais perigosas são, pois são estruturas de um sistema que as criou para sua própria sustentação e que são reproduzidas como se fossem naturais. Patriarcado, capitalismo e racismo são sistemas violentos de dominação-exploração que se utilizam de violências, por vezes pouco perceptíveis, para sua própria manutenção.

Em Bourdieu esses tipos de violências são chamados de simbólicas, e ele explica o termo dizendo:

> Ao tornar "simbólico" em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender "simbólico" como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente "espiritual" e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É desta distinção simplista,

[235] Ibid., p. 114 – 115.
[236] Zizek, 2014, p. 17. Cf. ZIZEK, Slavoj. *Violência*: seis reflexões laterais. Trad. de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

> característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação.[237]

Deste modo, a violência simbólica não é necessariamente o contrário da violência física, mas a forma de exercer poder sobre o outro de maneira pouco evidente e ainda assim de forma profunda. Bourdieu destaca que este tipo de violência só é possível pois existe um trabalho anterior de socialização que reproduz estruturas de dominação as naturalizando[238] e que o exercício dessa violência simbólica se dá com a colaboração também dos corpos violados[239].

Inclusive:

> [...] é possível afirmar que o sistema não se reproduz automaticamente nem está predeterminado a se reproduzir como consequência de uma lei natural, se não que o faz mediante um repetitivo ciclo de violência, no esforço pela restauração constante da economia simbólica que estruturalmente organiza a relação entre os status relativos de poder e subordinação representados pelo homem e mulher como ícones das posições masculina e feminina assim como de todas suas transposições no espaço hierárquico global.[240]

Ou seja, a dominação masculina não é natural, mas sócio e culturalmente construída e constantemente reforçada para a manutenção do sistema. Nesse processo a violência é mecanismo ativo para sustentar e reproduzir esta dominação-exploração e o faz para reafirmar a dicotomia homem-público-racional e mulher-privado-emocional.

Outro importante estudo sobre a violência foi o realizado pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Ao refletir sobre o fenômeno Han conflui que historicamente a violência "Desloca-se do visível para o invisível, do direto para o discreto, do físico para o psíquico, do marcial para o medial e do frontal para o

---

[237] Bourdieu, 2021, p. 63. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kuhner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

[238] "[...] são produto de um trabalho incessante (e como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado." (Bourdieu, op. cit., p. 63 – 64)

[239] "O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder." (Ibid., p. 72)

[240] Segato, op. cit., p. 144, tradução minha. No original: [...] es posible afirmar que el sistema no se reproduce automáticamente ni está predeterminado a reproducirse como consecuencia de una ley natural, sino que lo hace mediante un repetitivo ciclo de violencia, en su esfuerzo por la restauración constante de la economía simbólica que estructuralmente organiza la relación entre los estatus relativos de poder y subordinación representados por el hombre y mujer como iconos de las posiciones masculina y feminina así como de todas sus transposiciones en el espacio jerárquico global.

viral."[241], tornando-se naturalizada e hoje quase que positiva. Han pensa a violência topologicamente indo de sua manifestação macrofísica – espetacularização da violência –, a microfísica – controle sobre os corpos – até sua configuração de desempenho na contemporaneidade – violência autoinfligida.

Não irei me prolongar nas reflexões acima, mas é importante concluir desde estes estudos que seja como violência moral, objetiva, simbólica, ou de desempenho, a categoria violência é polissêmica e histórica e o fenômeno da violência não é natural, ou seja, não é biológico e, portanto, também não é inerente a nenhum corpo, mas construído com objetivo de manter as estruturas desiguais de poder. "Expressar que se tem nas mãos a vontade do outro é o propósito ou finalidade da violência expressiva."[242], uma vez que a violência comunica[243].

Rita Segato infere dois eixos de comunicação da violência:

> No eixo vertical, ele [agressor] fala, sim, a vítima, e seu discurso adquire um caráter punitivo e o agressor um perfil de moralizador, de paladino da moral social porque, nesse imaginário, o destino da mulher é ser contida, censurada, disciplinada, reduzida, pelo gesto violento de quem reencarna, por meio deste ato, a função soberana.[244]

No eixo horizontal:

> [...] o agressor se dirige a seus pares, e faz de várias formas: os solicita ingresso em uma sociedade e, desde esta perspectiva, a mulher violada se comporta como a vítima sacrificial imolada no ritual de iniciação; compete com eles, mostrando que merece, por sua agressividade e poder de morte, ocupar um lugar na irmandade viril e até adquirir uma posição destacada na fraternidade que só reconhece uma linguagem hierárquica e uma organização piramidal.[245]

---

[241] Han, 2017, p. 21. Cf. HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

[242] Segato, 2016, n.p., tradução minha. Cf. SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Primo: 2016, epub. No original: Expresar que se tienen las manos la voluntad del otros es el telos o finalidad de la violencia expresiva.

[243] "A violência constituída e cristalizada na forma de sistema de comunicação se transforma em uma linguagem estável e passa a se comportar com o quase automatismo de qualquer idioma." (Ibid., n. p.) No original: La violência constituida y cristalizada en forma de sistema de comunicación se transforma en un lenguaje estable y passa a comportarse con el case-automatismo de culaquier idioma.

[244] Ibid., n.p., tradução minha. No original: En el eje vertical, éll habla, sí, a la víctima, y su discurso adquiere un cariz punitivo y el agresor un perfil de moralizador, de paladín de la moral social porque, en ese imaginario, el destino de la mujer es ser contenida, censurada, disciplinada, reducida, por el gesto violento de quien reencarna, por medio de este acto, la función soberana.

[245] Ibid., n.p., tradução minha. No original: [...] el agressor se dirige a su pares, y lo hace de varias formas: les solicita ingreso en una sociedad y, desde esta perspectiva, la mujer violada se comporta como la víctima sacrificial inmolada en un ritual iniciático; compite con ellos, mostrando que merece, por su agresividad y poder de muerte, ocupar un lugar en la hermandad viril y hasta adquirir una

A violência, e mais especificamente a violência contra as mulheres, deve ser lida como linguagem, e, portanto, tem uma gramática, um destinatário e um suporte para levar a mensagem. Como conclui Rita Segato em seus estudos, os homens aprendem a violar e violam, não porque têm poder, mas porque querem conquistá-lo e comunicar que a partir daquele ato de violação o conseguiram.

Importante reforçar neste ponto que não sendo a violência natural, mas construída sócio culturalmente, ela afeta todos os corpos de diferentes maneiras, inclusive os corpos masculinos. Como homem cis acredito que é importante pensar o papel tanto o das masculinidades nos processos de violência, como a violência que nos afeta, afinal bell hooks escreveu que: "Tudo que não conhecemos intensifica nosso medo e nossa sensação de ameaça. E certamente conhecer os homens apenas no que diz respeito à violência masculina – à violência praticada contra mulheres e crianças – é um conhecimento parcial e inadequado."[246]

Como vimos até aqui a violência é sistêmica, em outras palavras, ela é feita pelo sistema para a manutenção dele mesmo. E entre "a mais letal entre as doenças sociais", se destaca o patriarcado como sistema de dominação-exploração. Na seção *"O pessoal é político"* me debruçarei mais sobre o sistema patriarcal, mas desde já é importante o definir. bell hooks o conceitua como:

> [...] um sistema político-social que insistem que os homens são inerentemente dominantes superiores a tudo e a todos os considerados "mais fracos", sobretudo as mulheres, e que a eles é atribuído o direito de dominar e governar os fracos e manter essa dominância por meio de várias formas de violência e terrorismo psicológico.[247]

Tanto nós homens quanto as mulheres somos desde cedo socializados no patriarcado, seja em nossas famílias, seja nas instituições religiosas e educacionais. A criação patriarcal ensina, conforme escreve hooks, que os corpos masculinos devem anestesiar suas emoções, reprimi-las, em busca de reforçarem a racionalidade e a virilidade expressas na força de dominação-exploração sobre os "mais fracos". Deste modo os homens usam da violência para manutenção do poder

posición destacada en una fratría que solo reconoce un lenguaje jerárquico y una organización piramidal.

[246] hooks, 2025, p. 12. Cf. HOOKS, bell. *A vontade de mudar*: homens, masculinidades e amor. Trad. de Manu Quadros, Lubi Prates. São Paulo: Elefante, 2025.

[247] Ibid., p. 40.

não porque é biologicamente mais propício, mas porque existem expectativas culturais que exigem esse uso para a gerência do sistema. E se tanto as mulheres participam dessa reprodução – uma vez que são também socializadas desde a infância para ensinarem aos futuros homens e mulheres como o sistema têm que funcionar –, os homens também são afetados pela violência que eles mesmo devem perpetrar – afinal, é muito violento crescer aprendendo que o quanto menos você sentir, mais masculino você será e isso é o ideal. E não somente as instituições – família, igreja e escola – contribuem para essa reprodução, mas também "A grande mídia conservadora oferece lições diária de pedagogia patriarcal":

> Naqueles lares em que pais e mães espaciais trabalham diariamente para repudiar a violência, a televisão reafirma a sua importância, tornando flerte com a morte glamoroso e atraente. Meninos e homens adultos pobres da classe trabalhadora costumam encarnar as piores variedades da masculinidade patriarcal, agindo com violência porque é a forma mais fácil e barata de declarar a própria "hombridade". Se você não pode provar ser homem o bastante se tornando Presidente, ficando rico, virando um líder público ou sendo chefe, então a violência é a sua entrada no campeonato de VIRILIDADE do patriarcado, e sua capacidade de praticar violência equilibra o jogo. Nesse campo – o campo da violência – qualquer homem pode vencer.[248]

Deste modo, ainda que não da mesma forma, a violência afeta todos os corpos. Um estudo sobre a violência exige, portanto, compreender os corpos em suas intersecções e como e em que grau ambos são afetados pelo fenômeno. Esse alargamento do entendimento de violência é importante para melhor compreender a categoria e como ela afeta a vida de todos de diferentes maneiras, bem como para a vida de cada um em suas particularidades.

Nas palavras da pensadora feminista Verônica Gago:

> A reconceitualização da violência machista foi essencial para o movimento feminista dos últimos anos. Por duas razões. Em primeiro lugar, porque pluralizou sua definição: conseguimos deixar de falar "só" de violência contra mulheres e corpos feminilizados para relacioná-la a um conjunto de violências sem as quais ela não se explica, e sem as quais se compreende menos ainda seu crescimento histórico. [...].
> Nesse sentido, dar conta da pluralização das violências é uma medida estratégica: uma forma concreta de conexão que produz inteligibilidade e, portanto, permite um deslocamento da figura totalizante da vítima.
> [...]
> Aqui chegamos ao segundo ponto inovador dessa redefinição das violências: as violências contra o corpo das mulheres e os corpos feminizados são lidas a partir de uma situação singular – o corpo de cada

[248] Ibid., p. 99.

> uma –, para então produzirem uma compreensão da violência como fenômeno total. O corpo de cada uma, como trajetória e experiência, se torna assim via de acesso, um modo concreto de localização, a partir do qual se produz um ponto de vista específico: como se expressa a violência, como a reconhecemos, como a combates, como ela se singulariza no corpo de cada uma?[249]

A violência não é só expressa na agressão física, mas deve ser compreendida como parte de múltiplas tantas outras violências, às vezes até imperceptíveis, que compõem a estrutura do sistema de dominação-exploração. As desigualdades, portanto, estão interconectadas, assim patriarcado, capitalismo, racismo, capacitismo e outros "ismos" são fenômenos em simbiose. Ao compreender que as mulheres não são vítimas passivas das violências, assim como os homens não são os únicos violadores ativos, se alarga a compreensão sobre o fenômeno e nos convida a pensá-lo como o é, um problema baseado nas relações de poder que estruturam a sociedade. Deste modo o Estado como concebido hoje como protetor é eles mesmo, estruturado pelas desigualdades, o perpetrador das violências[250].

O combate à violência, nos convoca a pensar que o problema é interconectado – afinal as violências são múltiplas – e a solução exige "uma revolução de valores [...] necessariamente baseada em uma ética do amor.". bell hooks nos convoca a "amar a masculinidade", não recompensando os homens por suas ações, mas compreendendo que também somos afetados pelo patriarcado, ainda que de outra maneira.

A vista disso:

> Quando amamos a masculinidade, estendemos nosso amor, estejam os homens agindo como esperado ou não. Agir é diferente de apenas existir. Na cultura patriarcal, não é permitido aos homens simplesmente ser quem são e se contentar com sua identidade singular. Seu valor é sempre determinado pelo que fazem. Em uma cultura antipatriarcal, homens não precisariam provar seu valor e seu merecimento: eles saberiam desde o nascimento que existir por si só lhes dá o valor e o direito de ser estimado e amado.[251]

---

[249] Gago, 2020, p. 72 – 73. Cf. GAGO, Verónica. *A potência feminista*, ou o desejo de transformar tudo. Trad. de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

[250] "Não é concebível falar em proteger as mulheres das violências sistêmicas a partir de uma abordagem binária, mulheres vítimas e homens algozes, na qual o papel de protetor é confinado ao Estado macho, estuprador, sendo os feminicídios 'a expressão última de um *continuum* de poder que começa com a prevalência das desigualdades. sociais e econômicas, do assédio sexual, das violências e das representações sexistas que estruturam o imaginário social e o espaço público'. (Dorlin, 2019)" (Vergès, op. cit., p. 40)

[251] hooks, 2025, p. 32.

Combater a violência, portanto, exige uma mudança de paradigmas. Para isto é necessário primeiro entender as violências como um *continuum*, sempre conectadas numa "[...] perspectiva compartilhada que é ao mesmo tempo específica e expansiva, crítica e não paralisante, que enlaça experiências."[252] e ainda compreendê-las como nem sempre perceptíveis, mas como estruturas de um sistema que a constroem para sua própria manutenção. Não é possível pensar o combate às violências somente com mecanismos legais e institucionais.

> A adoção de marcos jurídicos protetivos aos direitos das mulheres, de forma integral, é imprescindível. Mas precisa vir acompanhada de políticas públicas e de campanhas públicas; de estruturas para lidar com as denúncias recebidas, encaminhando-as e julgando-as com efetividade; de formação dos profissionais das áreas de saúde e jurídica e, a mais longo prazo, da garantia de uma educação pública laica, que fomente o respeito aos direitos humanas das mulheres e promova a igualdade entre homens e mulheres. Outro aspecto central para o enfrentamento do tema é a produção de dados estatísticos que sejam claros, definidos e desagregados, permitindo o adequando dimensionamento do problema e o desenvolvimento de políticas públicas pertinentes.[253]

Considerando a realidade brasileira, por exemplo, existem importantes mecanismos legais em nível internacional, regional e nacionais que buscam proteger as mulheres e combater as discriminações e violências que as afetam. Destacam-se entre estes as convenções e declarações internacionais e/ou regionais a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*[254], de 1969, a *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher* (CEDAW)[255], de 1979, e a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* (Convenção de Belém do Pará)[256], de 1994, além da *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher* (Conferência de Pequim), de 1995, e *Consenso de Quito*, de 2007.

Importante frisar que:

> A violência contra as mulheres não é um fenômeno exclusivo de países da região latino-americana e do Caribe, mas se verifica em todas as sociedades e em todas as classes sociais. No marco dos direitos humanos, é considerada uma forma aguda de discriminação (ou a manifestação extrema dessa discriminação) e encontra previsão normativa específica [...]

---

[252] Gago, 2020, p. 74.
[253] Gonçalves, 2019, p. 217 – 218.
[254] Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 678/1992
[255] Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 4.377/2002.
[256] Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 1.973/1996.

> tanto no plano regional (Américas) como local (países). Diferenças nos contextos socioculturais, econômicos e de formato de Estado podem interferir significativamente nos modelos de enfrentamento adotados para essa grave violência de direitos humanos.[257]

Assim, mesmo com singularidades, cada país tem suas especificidades e estas são imprescindíveis para compreender as violências contra as mulheres e os caminhos legais de combate. Em âmbito nível nacional, por exemplo, o Brasil é um dos países com maior número de legislações específicas sobre a violência contra as mulheres, contudo os dados do *Atlas da Violência* (2025)[258] mostram que apesar da redução na taxa e no número de homicídios por 100 mil habitantes no país e do aumento da percepção sobre a insegurança[259], "a persistência da violência contra as mulheres no Brasil segue sendo uma das expressões mais alarmantes das desigualdades de gênero no país." e que "a despeito das políticas públicas implementadas nas últimas décadas e dos avanços normativos [...], a letalidade feminina, especialmente daquelas em situação de maior vulnerabilidade, segue como um problema público grave [...][260]

A partir do estudo comparado das legislações contra as violências contra as mulheres na Argentina. Brasil e Chile, Tamara Amoroso Gonçalves conclui que:

> O fato de que os três países em questão [Argentina, Brasil e Chile] possuem marcos jurídicos específicos para lidar com a questão, mas têm grandes dificuldades em avançar nessa pauta, deixa claro que apenas leis não são capazes de resolver o problema. Não se trata de dizer que normas jurídicas não são relevantes, mas sim por delimitar sua importância, ou seja, a lei contribui para dar visibilidade ao tema, a desvelar algo antes oculto, mas não resolve *per se* todos os problemas sociais, é antes um ponto de partida (ou parte da solução).[261]

Muitos fatores contribuem para estas persistências, afinal a violência e em especial a violência contra as mulheres, faz parte de uma estrutura, atingindo, conforme já mencionado, todos os corpos e suas intersecções, ainda que de formas

---

[257] Gonçalves, op. cit., p. 212.
[258] Cf. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. 174 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17165.
[259] Conjuntura da violência no Brasil. In: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025, p. 8 – 11.
[260] Cerqueira e Bueno, 2025, p. 49. Cf. Violência contra as mulheres. In: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025, p. 49 – 72.
[261] Gonçalves, op. cit., p. 292.

e proporções diferentes[262]. Deste modo, não são somente os caminhos legais e normativos meios para a solução do problema.

Voltando a questão das legislações, em um breve levantamento se identifica, além dos decretos que promulgam as convenções internacionais e regionais acima mencionados, uma série de outras legislações[263] que buscam combater direta ou indiretamente as múltiplas violações, em destaque contra os corpos das mulheres. Contudo, não é por decreto que o problema será solucionado, uma vez que as estruturas que o criaram e se beneficiam dele não são somente legais, mas e, principalmente, culturais. Ainda assim, é fundamental frisar a importância da legislação no que diz respeito aos combates às violências contra as mulheres no Brasil e nos países latino-americanos e caribenhos, pois mostram um empenho regional em busca de superar o problema. Tipificar, particularizar e problematizar os atos de violação que afetam mulheres, crianças e adolescente contribui para sua superação.

2.3.2.1 Da violência política contra as mulheres

> A violência endêmica, multifacetada, difusa que ocorre no cotidiano brasileiro precisa ser compreendida em cada uma de suas expressões para vir a ser culturalmente enfrentada e estruturalmente desmantelada. Mas

[262] "Não é possível debater violência de gênero sem pensar em seus recortes, ainda que este seja um fenômeno, tragicamente, vivenciado por *todas* as mulheres." (Ibid., p. 57)

[263] Para citar algumas, sugiro: BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.778.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Decreto nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7393.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13772.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14132.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14245.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; BRASIL. Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14540.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025; Além destas se destacam outras tantas que as alteram ou as complementam, bem como buscam combater as violências que afetam também outros corpos que não somente o das mulheres – crianças e adolescentes independente do gênero.

> reconhecer na violência política a matriz de onde passam suas expressões implica estabelecer em grau de prioridade o seu enfrentamento no exercício do poder político e a defesa efetiva da democracia.[264]

Uma violência específica que afeta a vida das mulheres que concorrem a cargos eletivos, são eleitas e cumprem mandatos, a violência contra as mulheres na política, de acordo com as conclusões e recomendações do *Informe de la Relatora Especial sobre la violencia contra la mujer, sus causas y consecuencias sobre la violência contra la mujer en la política*[265], representa "uma grave violação aos direitos humanos das mulheres"[266], garantidos por diferentes mecanismos legais e institucionais, é uma realidade que afeta não apenas suas vítimas diretas, as mulheres na política, mas suas famílias e comunidades e tem comprometido a construção e a efetivação de verdadeiras democracias.

As categorias violência política de gênero e violência política contra as mulheres, muito evocadas nas últimas décadas para pensar os ataques às mulheres antes, durante e depois de seus tempos na política, tem historicidade. Ou seja, mesmo que no Brasil somente em 2021 com a lei 14.192 tenham se criado "normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher"[267], esta afeta a vida das mulheres que buscam e buscaram entrar no campo político desde muito tempo[268].

Conforme escreveu a então Deputada Federal Maria do Rosário (PT – RS):

> O primeiro aspecto da violência política contra as mulheres encontra-se na histórica e exclusão dos espaços institucionais. Ausência ou ínfima representação institucional das mulheres não é um acaso, mas resultado de um processo cultural articulado e para manter as instituições políticas sem a presença feminina mesmo no período em que foram conquistados formalmente direitos civis e igualitários. À sub representação corresponde um não empoderamento político no Brasil – nas instâncias de poder de decisão – a despeito das lutas feministas de um século, e corresponde

---

[264] Rosário, 2021, p. 138. In: ROSÁRIO, Maria do. *Violência política de gênero*, no singular e no plural.

[265] Relatório da Relatora Especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências sobre a violência contra a mulher na política, tradução minha.

[266] No original: "[...] una grave violación de los derechos humanos de la mujer" p. 19

[267] BRASIL. LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 28 de out. de 2025.

[268] Lembro Olympe de Gouges e o silenciamento que ela sofreu por tentar falar. Tratarei desse ponto na seção *O político é ordinário* desse estudo, quando estiver pensando sobre a ideia de cidadania.

> também o lugar econômico de submissão histórica das mulheres no âmbito doméstico e familiar.[269]

A baixa presença de mulheres nos espaços de poder formal é entendida como prática de violência política de gênero, uma vez que é resultado da divisão dicotômica que relega a elas os domínios do privado, do doméstico e do cuidado e a eles o espaço público, da política e da liderança. Mais adiante aprofundarei as reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e o patriarcado, contudo, antes de concluir sobre esse ponto é importante destacar que o público e o privado estão imbricados, tanto que um não anula a existência do outro, mas reforça a separação – coexistem – desde modo, as mulheres não estão na política, por "terem", segundo esta divisão patriarcal, que estar em outro domínio, o do lar. A ex-deputada Federal Jô Moraes (PCdoB – MG), ao relatar sobre sua vida na política refletindo "*Por que não nos querem?*", disse que:

> Aparentemente, pode-se pensar que os fatos da vida privada nada tem a ver com a vida pública mas eles são parte dos obstáculos que as mulheres enfrentam para exercer suas atividades políticas. Principalmente porque a sociedade lhes dá exclusividade do cuidado. Vivi tudo isso como se fosse um acontecimento natural na vida das mulheres. Demorei a perceber que não era. Minha geração não compreendeu em toda a dimensão. E mesmo as gerações que nos sucederam ainda constroem esse entendimento em meio as tentativas de manutenção do status quo, que afirma que meninas vestem rosa.[270]

Essa exclusão da vida política, lida como violência política de gênero, afeta as mulheres de diferentes formas, assim uma lente de leitura interseccional é importante ao considerar essas questões, uma vez que os corpos das mulheres, negras, de classe média baixa, são os "menos bem-vindos" – os mais excluídos – da vida pública, pois são triplamente legados ao serviço. Talíria Petrone, Deputada Federal pelo Partido Socialista (PSOL) do Rio de Janeiro, afirma:

> Se é fato que há uma elite – branca, rica, proprietária de terra, masculina, hetero cisnormativa, fundamentalista – que desde os tempos coloniais ocupa majoritariamente o poder no Brasil, explorando nossa classe, é

---

[269] Rosário, 2022, p. 140. Cf. ROSÁRIO, Maria. Violência política de gênero, no singular e no plural. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 137 – 148.

[270] Moraes, 2022, p. 112. Cf. MORAES, Jô. Por que não nos querem? In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 111 – 122.

> também notório que qualquer corpo que os enfrenta não é bem-vindo no jogo da política institucional.[271]

O sistema *patriarcal supremacista branca capitalista imperialista* violento, utiliza desses mecanismos, como a exclusão, para a sua manutenção. Deste modo a não presença das mulheres na política é resultado do entendimento do campo político como não lugar para as mulheres, socializadas desde cedo em um *habitus* que reforça seu lugar como sendo o do cuidado. A presença de diferentes corpos na política – seja ele de mulheres, negros, pobres e pessoas com deficiências – mexe com a política e isto assusta o sistema.

A contrapelo da manutenção do sistema, pelo menos nos últimos dez anos, alguns instrumentos normativos buscaram tipificar e combater a violência contra as mulheres na política, desde o *Marco-Normativo para consolidar a Democracia Paritária*[272], aprovado pelo Parlamento Latinoamericano e do Caribe (Parlatino), e a *Declaração sobre a violência e o assédio políticos contra as mulheres*, assinado na Sexta Conferência dos Estados parte da Convenção de Belém do Pará, ambos de 2015, até a *Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres na Vida Política*[273]*,* de 2017, proposta pelo Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o *Protocolo Modelo para Partidos Políticos: Prevenir, atender, punir e erradicar a violência contra mulheres na vida política*[274], da Comissão Interamericana de Mulheres (CMI/OEA), de 2019.

A lei modelo diz que:

> Deve-se entender como "violência contra as mulheres na vida política" qualquer ação, conduta ou omissão, realizada diretamente ou através de terceiros, que, com base no seu gênero, cause danos ou sofrimento a uma ou mais mulheres; e que tenha por objeto ou resultado minar ou anular o reconhecimento, o gozo ou o exercício dos seus direitos políticos. A violência contra as mulheres na vida política pode incluir, entre outras, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica[275].

---

[271] Petrone, 2022, p. 189. Cf. PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher seja livre. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 187 – 200.

[272] PARLATINO – PARLAMENTO LATINOAMERICANO. Marco-Normativo para consolidar a Democracia Paritária. Trad. ONU Mulheres Brasil, 2018.

[273] OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres na Vida Política. 2017.

[274] OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Protocolo Modelo para Partidos Políticos: Prevenir, atender, punir e erradicar a violência contra mulheres na vida política. 2019.

[275] OEA, 2017, p. 5.

A lei mencionada acima representa um instrumento de referência para os países latino-americanos e caribenhos, bem como chama atenção para que estes pensem legislações próprias considerando suas particularidades. Antes desta lei modelo, a Bolívia era – e ainda é – o único país da região que tinha – tem – uma legislação autônoma específica contra o assédio e a violência política contra as mulheres – lei n° 243 de 2012[276]. Outros países têm adotado desde então dispositivos legais que reconhecem a violência contra as mulheres no campo político, bem como a violência política de gênero. Argentina (2009 e 2019), Costa Rica (2022), Chile (2019), El Salvador (2011), Equador (2014 e 2018), México (2007 e 2020), Panamá (2013), Paraguai (2016), Peru (2021) e Uruguai (2018), são alguns dos países que têm legislações de combate a violência contra as mulheres pela questão de gênero em diferentes instancias e, em algumas delas, acrescentando e/ou destacando a política[277].

A lei brasileira, de 2021, ainda que não seja a mais completa, altera o Código Eleitoral (1965), a Lei dos Partidos (1995) e a Lei das Eleições (1997), para criminalizar a violência política contra as mulheres. No texto da lei, se lê:

> Art. 3º Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.
> Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo.[278]

Muitas são as iniciativas legais e institucionais que buscam conceituar e combater as violências contra as mulheres, aqui com ênfase nas que concorrem a cargos eletivos, se elegem e exercem seus mandatos. Ainda assim, conforme já

---

[276] BOLÍVIA. Ley nº 243, 28 de mayo de 2012. Disponível em: https://www.coordinadoradelamujer.org.bo/observatorio/archivos/marco/2012_BOL_Ley243_346.pdf. Acesso em 28 de out. de 2025.

[277] Cf. ARAUJO, Francileide. *Linha do tempo Legislações de enfrentamento à violência política de gênero na América Latina*, 2024. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/02/13/legislacoes-de-enfrentamento-a-violencia-politica-de-genero-na-america-latina. Acesso em: 28 de out. de 2025.

[278] BRASIL. Lei nº 14.192. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). Diário Oficial da União, Brasília-DF, agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: 28 de out. de 2025.

mencionado, sendo um problema estrutural não é resolvido somente com legislações, prova disso é que mesmo que existam leis que buscam auxiliar no acesso das mulheres ao campo político, como a lei de cotas de gênero e tantas reformas eleitorais no Brasil, sendo este campo ainda compreendido como não lugar para elas, quando estas se propõem a concorrer às eleições, tanto durante o processo eleitoral, como no exercício de seus mandatos, elas estão sujeitas a violações somente por seu gênero.

Regina Elena Magalhães, primeira e ex-prefeita de Catunda, ao ser interpelada se o fato de ser mulher teria ajudado ou dificultado sua gestão, diz assim:

> Eu fiz muitas coisas que talvez pra um homem era difícil fazer. Fazer política em si, pedir voto, pra mulher é muito mais fácil essa parte aí. Tipo, você tem o poder do convencimento porque você tem mais acesso. Cê entra na casa, cê vai lá dentro, você tem aquela intimidade com a mulher da casa, com as crianças, com todo mundo. Com o homem é mais restrito né. [...] Teve muita coisa aí que foi bom e teve muita coisa que foi difícil pelo fato de ser mulher, mas... tipo nas coisas pública, nos eventos, o fato de você ser mulher, você fica mais exposta e você sendo política, você perde a identidade e aí as vezes as pessoas em eventos assim, embriagados, que chegam perto de você e tal [...].[279]

Sendo o lar espaço constituído "para as mulheres", na política seria mais fácil que elas o acessassem – "cê entra na casa, cê vai lá dentro, você tem aquela intimidade com a mulher da casa, com as crianças..." – e isto facilitaria o diálogo na campanha, por exemplo. Conforme já visto a partir dos estudos de Bourdieu, as mulheres seriam socializadas para o cuidado – *habitus* – o que lhes daria um capital social que permitiria entrar em outros lares e dialogar mais intimamente, nesse caso, para convencer a serem votadas. Contudo, é importante notar que esta mesma ideia legitima as relações de poder, uma vez que reforça o privado como lugar das mulheres. No público, o mesmo princípio social que facilita a entrada delas no privado não as reconhecem como sujeitos políticos, logo, as mulheres que buscam entrar na política ficam mais vulneráveis, por terem que parecer mais disponíveis, mais públicas. Regina narra que como uma mulher na/da política "você perde a identidade" e fica mais exposta. Assim, o fato de ser mulher tanto possibilita sua atuação, conforme vemos a partir dessa narrativa, mas também reforça a possibilidade de violências por conta do gênero.

[279] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

De acordo com a *Cartilha de Prevenção à violência política contra as mulheres em contextos eleitorais*, desenvolvida pela ONU Mulheres, existem agentes estatais, sociais e políticos como perpetradores dessa violência, conforme se vê na imagem a seguir.

Figura 3 – Agentes perpetradores da violência política contra as mulheres



Fonte: ONU, 2021.

A violência política contra as mulheres é feita por diferentes grupos e/ou indivíduos e de diferentes maneiras, sendo responsabilidade de todos os corpos no patriarcado, estando ou não eles na política – como é o caso dos agentes sociais –, mas se destacando os que compõem este jogo [da política] – agentes políticos e estatais. De acordo com a *Cartilha sobre Violência Política de Gênero*, do Observatório de Violência Política contra a Mulher, essas violências, sendo físicas ou não, podem ser isoladas ou combinadas, diretas ou indiretas e acontecerem no espaço físico e/ou espaço virtual e se manifestam de diferentes formas seja antes ou durante o processo eleitoral, desestimulando e desanimando a entrada destas no campo de disputa política; no exercício e no final do mandato, abreviando a carreira política das mulheres.

Como já pontuado, nem sempre as mulheres, e nesse caso as eleitas compreendem os atos de violação de seus direitos e os ataques aos seus corpos quanto agentes políticos como violências, e/ou não entendem a relação que existe entre essas violências e seu gênero. Ao entrevistar a ex-vereadora Maria Iracilda Borges Catunda, por exemplo, e questioná-la se tinha sofrido discriminações por ser uma mulher na política, ela respondeu: "Não. Não, não. Muitas vezes eu me achei perseguida. Eu não era discriminada." não por ser mulher, ela afirma, mas "por ser Iracilda."[280] Se nota nesse caso como parece pessoal e não uma questão de gênero os ataques sofridos por ela enquanto vereadora, contudo, como pontua Manuela D'Ávila na apresentação da segunda edição do livro *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*: "[...] embora pessoalíssima, a violência política de gênero é um dispositivo utilizado sem piedade contra todas nós. A violência pode ter o nosso rosto e aparentar ser sobre nossa vida, mas não tem como objetivo apenas uma de nós, e sim desencorajar todas." [281]

Deste modo, as perseguições a Iracilda, podem ter tido motivações subjetivas, ainda assim são mecanismos objetivos de violência que buscam afastar as mulheres dos espaços de poder formal em busca de manter o campo político como domínio exclusivamente masculino. Sarah Pinho da Silva, ao refletir sobre a historicidade da violência política de gênero, diz que:

> [...] a violência política de gênero é um instrumento de manutenção do poder masculino, na política institucional, à medida que mais mulheres ingressam na esfera pública, o número de casos de violência cresce, demonstrando um efeito proporcional, que visa impedir/barrar as mulheres de acessar esses espaços independente de elas pertencerem a partidos mais conservadores ou não. Não encaramos a violência política de gênero, apenas, como uma resposta, já que ela é muito mais, funcionando como um mecanismo de poder e controle que há muito tempo vêm sendo executado.[282]

Sendo parte da estrutura e sendo utilizadas para sua manutenção, as violências que afetam a vida das mulheres eleitas muitas vezes são entendidas como "Invisíveis violências. Violências? Alguns dirão [inclusive] que são apenas

---

[280] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.
[281] D'Ávila, 2022, p. 11. Cf. D'ÁVILA, Manuela. Apresentação a esta edição. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 9 – 12.
[282] Silva, 2024, p. 66. Cf. SILVA, Sarah Pinho da. *Violência política de gênero*: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

pequenas indelicadezas. Mas são práticas individuais de uma exclusão coletiva das mulheres nos espaços de poder."[283]. O dilema desse entendimento que naturaliza o problema é que a questão fica invisibilizada, quase confusa, e algumas eleitas não entendem se sofreram/sofrem ou não violência. Ravenna Lima, ex-prefeita de Catunda, ao ser interpelada sobre a questão disse que:

> Preconceitos eu posso dizer para você que eu não tive. Que eu tive, mas isso não me abalou. Já ouvi coisas horríveis. Eu depois de eleita a primeira vez eu ouvi assim de uma pessoa tão próxima e política chegou aqui na prefeitura, eu tava lá em cima na contabilidade, a prefeitura estava fechada, horário de expediente de atendimento ao povo já tinha fechado, a gente tava trabalhando interno, aí disse: "quero falar com seu marido. Você é só um nome, você não resolve nada" e assim eu poderia muito bem responder, mas aquilo ali me feriu não como uma mulher, mas como prefeita, me feriu como ser humano, eu me sentia assim, sei lá ferida, isso me doeu [...][284]

A deslegitimação das mulheres como sujeitos políticos é sem dúvida uma das violências políticas mais perceptíveis e simbólicas, principalmente quando estamos tratando de mandatos executivos e legislativos municipais. O interlocutor ao se referir a Ravenna como "só um nome" e dizer que "seu marido" é quem mandava, reforça a prática discursiva que naturaliza a divisão sexual do trabalho e que relega aos homens o espaço público e de comando, além de questionar a agência dela por ser uma mulher em um espaço de poder. Não é somente um ataque pessoal, conforme ela mesmo entendeu, mas a expressão de um *habitus* que insiste que o campo político não é lugar para as mulheres, mesmo que estas tenham sido eleitas. Ao dizer que se sentiu ferida "não como mulher, mas como prefeita" e, mais profundamente "como ser humano", se pode perceber que a violência de gênero e mais especificamente a violência contra as mulheres na política, não somente contesta a liderança feminina, mas fragiliza seus mandatos, operando como forma de fazer com que elas desistam e/ou não voltem a concorrer no campo político novamente já que seu capital político parece nunca ser levado a sério.

E essa deslegitimação também ocorre durante o período de campanha, conforme narra Regina Elena sobre sua experiência:

---

[283] Moraes, 2022, p. 121. Cf. MORAES, Jô. Por que não nos querem?. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 111 – 121.

[284] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

> [...] a campanha da oposição na época também foi feita em cima todinha de que mulher não serve para governar, que mulher é pra estar em casa [...] já tinha provas de que mulher era capaz de fazer algo mais do que cuidar da sua casa, mas o palanque da oposição era essa coisa "quem vai mandar é o marido dela" entendeu? "Isso daí é só de isca, tá botando ela mas no fim quem vai mandar é isso". "Quem vai mandar é o esposo", "Quem vai mandar é não sei o quê", "Mulher não presta para isso". [...] na época o deputado que apoiava a oposição aqui era o Roberto Pessoa. Eu gravei um discurso do Roberto Pessoa que pasmem eu gravando o discurso dele lá pertinho e o homem dizendo que mulher só prestava para cozinhar, para cozinha. Mulher tinha que pilotar era panela, ele falou assim, não o município [...].[285]

Desde a disputa eleitoral se notam mecanismos que produzem e reforçam a dicotomia público e privado e negam a possibilidade das mulheres na política. A estratégia do grupo de oposição, centrada na ideia de que "mulher deveria estar em casa" e "não servia para governar, utiliza um repertório machista e misógino enraizado pelo sistema patriarcal, que associa mulheres aos espaços doméstico e de cuidado e os homens aos espaços de lideranças fora de casa. O discurso de que Regina seria uma "isca" deslegitima sua agência como liderança feminina e a fala do deputado – sujeito do campo político – reinscreve as mulheres em uma posição subalternizada dentro da divisão sexual do trabalho. Deste modo, a campanha da oposição nesse caso não somente atacava a candidata individualmente, mas sua presença como mulher que quer entrar na política, operando uma violência política de gênero, uma vez que, mesmo que Regina tivesse capacidade de liderar, somente por ser mulher ela não poderia exercer funções políticas e seu lugar era e deveria ser o do espaço privado, dos serviços domésticos e do cuidado.

Regina Elena também sofreu violência política quando tentou se eleger novamente no anos 2000. Naquele contexto eram utilizados panfletos de cordel como artifício político, conforme se vê a seguir:

[285] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

Figura 4 – Capa do “Informativo Popular” tirado durante as eleições de 2000



Fonte: Acervo de Maria Sonalba Borges de Lira.

Encontrei o folhetim *Informativo Popular “O Arrôôxo”* por acaso quando estava arrumando uma biblioteca escolar, guardado no fundo de um baú, foi meu primeiro contato com cordéis políticos da época. Tenho poucas informações sobre esses cordéis, mas Regina Elena ao ser interpelada sobre o assunto me contou que:

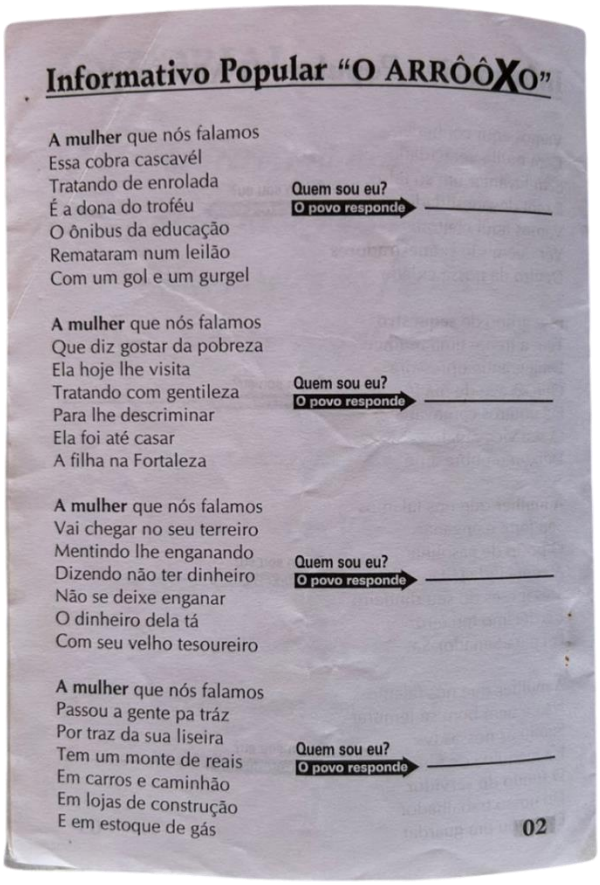
> Eu não tenho eles guardados ou se guardei já dei fim mas assim. Teve uma época as campanhas que eram muito acirradas aqui que esses cordéis andaram saindo e eram uma forma de atacar né e falava mesmo e as músicas eram tudo de ataque era bem interessante a forma de comunicação de ataques. Não era nem tanto no palanque, era nas músicas, nas músicas de campanha e saía esses cordéis [...] mas para mim lhe dizer eu nem guardei os conteúdos deles o que diziam e do que faziam, mas lembro que eram fortes, eram muito fortes.[286]

Importante observar que a literatura de cordel foi – e é – um meio de comunicação bastante difundido na região Nordeste, servindo em alguns casos, conforme vemos na edição acima, como informativo popular. Na disputa eleitoral em

[286] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

Catunda, assim como as músicas políticas, eram utilizados para descaracterizar o adversário e/ou enaltecer seu candidato.

Figura 5 – Segunda página “Informativo Popular”



Informativo Popular “O ARRÔÔXO”

A mulher que nós falamos
Essa cobra cascavél
Tratando de enrolada
É a dona do troféu
O ônibus da educação
Remataram num leilão
Com um gol e um gurgel

Quem sou eu?
O povo responde

A mulher que nós falamos
Que diz gostar da pobreza
Ela hoje lhe visita
Tratando com gentileza
Para lhe descriminar
Ela foi até casar
A filha na Fortaleza

Quem sou eu?
O povo responde

A mulher que nós falamos
Vai chegar no seu terreiro
Mentindo lhe enganando
Dizendo não ter dinheiro
Não se deixe enganar
O dinheiro dela tá
Com seu velho tesoureiro

Quem sou eu?
O povo responde

A mulher que nós falamos
Passou a gente pa tráz
Por traz da sua liseira
Tem um monte de reais
Em carros e caminhão
Em lojas de construção
E em estoque de gás

Quem sou eu?
O povo responde

02

Fonte: Acervo de Maria Sonalba Borges de Lira.

Só a partir do recorte do panfleto acima, se nota que “era muito forte” e funcionou como peça de violência política para “assassinar a reputação” da então candidata Regina Elena. Ainda que não nomeie diretamente Regina a estrutura “Quem sou eu? / O povo responde” indica que os eleitores e eleitoras saberiam de quem se tratava, reforçando o caráter público da difamação. Primeiro ele desmoraliza a candidata chamando-a de “cobra cascavel”, “enrolada”, que “vai lhe enganar”, produzindo uma imagem de perigosa, falsa e manipuladora, assim questionando seu caráter. Além do mais, trata da vida privada da candidata – falando do casamento da filha – um ataque quase exclusivamente direcionado às mulheres, porque são estas representadas do privado no sistema patriarcal. Ainda insinua o enriquecimento ilícito da candidata que à época já havia sido prefeita do

município, e o faz como se fosse boato – “o povo diz” – buscando difamar sua imagem e associá-la à corrupção.

Mesmo que seja uma crítica aparentemente política, a questão de gênero estrutura toda a peça, principalmente o recorte mostrado na imagem. O cordel em nenhum momento discute propostas políticas, faz comparações com gestões e/ou confronta indicadores, tudo gira em torno de moralidade, vida privada, comportamentos esperados de cada gênero, má administração de recursos econômicos e é apresentado como uma “fofoca comunitária”. Ao usar uma linguagem simples, com rimas entendíveis, o cordel em questão se aproxima da oralidade e fica parecendo uma crítica espontânea e não produzida como recurso da oposição. O ataque não só é individualizado, mesmo que direto a candidata Regina Elena, mas reforça o coletivo mulheres como inadequadas ao campo político, deslegitimando a capacidade das mulheres de liderar e reforçando o masculino como dotado de qualidades para governar.

Outro exemplo narrado de violência sofrida durante a campanha eleitoral foi o da ex-vereadora Joana D’arc. Em seu relato, ela disse:

> Eu praticamente fui vítima disso né [...] o meu ex companheiro, ele se candidatou também a vereador, em outro grupo político e tinha sim aonde eu chegava nas casas [...] que ele falava de mim, que não podia votar em mim porque eu era aquilo, era aquele tal e tal. Chegou até dizer, [isso] foi para mim uma discriminação, tentar me diminuir para não entrar, que eu era uma pessoa que tomei tudo dele, deixei ele na lama. [...] Inclusive ele desobedeceu uma medida protetiva que eu tinha no período na política e foi preso por conta disso de desobedecer porque ele não podia tá falando de mim, não podia tá falando meu nome, me esculhambando isso e aquilo. Inclusive ele veio mandar soltar fogos aqui no prédio onde eu trabalho. Querendo ou não [isso] prejudicou um pouco [minha candidatura]. Algumas pessoas que sabem da minha história, da minha versão entenderam e apoiaram [mas] outros discriminaram, ficaram a favor. Teve muito homem também que ficou a favor e teve muita mulher também que ficou a favor da história dele, que ficou com pena. [...] Os homens fazem isso viu, que não deu certo a discriminação dentro disso, discrimina difama mulher que não pode votar nela porque ela não presta para isso e isso e aquilo. Existe muito, não só aqui em Catunda, mas como no Brasil, no mundo inteiro existe isso, querendo diminuir, ganhar votos em cima disso ali ou tá lá dentro da sociedade discriminando alguém prejudicando e assim nós mulheres ainda sofremos muito preconceito de estar nos espaços públicos, de conquistar sua história, de ir para política.[287]

As violências perpetradas a ela por seu ex-companheiro eram primeiramente pessoais, já que conforme ela narrou violavam uma medida protetiva anterior que

[287] FERREIRA, Joana D’arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

determinava o afastamento do agressor dela, uma vez que ela tinha sido vítima de violência doméstica. Contudo, neste caso, a violação da medida protetiva não só afetou Joana pessoalmente, como foi uma maneira de prejudicar a campanha eleitoral que ela fazia como candidata. Assim como vimos no cordel, o agressor que também concorria ao legislativo municipal, tentava desmoralizar, desqualificar e difamar Joana D'Ar através de suas visitas domiciliares, trazendo questões pessoais e íntimas para o jogo político. Ainda tentou intimidar a então candidata com a queima de fogos de artifício próximo ao local de trabalho dela.

Importante perceber, como Joana pontua, que a violência perpetrada contra mulheres, e nesse caso em específico contra mulheres candidatas, afeta a vida de todas que tentam concorrer a cargos eletivos em diferentes níveis de poder – seja no municipal, no estadual ou no nacional – e mais, sendo a desmoralização, desqualificação e a difamação as formas de violência cometidas contra elas, essas violações precisam tanto do agressor que desmoraliza, desqualifica e difama, como também de outros corpos – os eleitores e eleitoras – que acreditem ou não e talvez até reproduzam as desmoralizações, desqualificações e difamações. Saber de sua trajetória pessoal e profissional, segundo narrou Joana, foi – ou não – suficiente para que ela fosse eleita, apesar da violência sofrida durante o período de campanha.

Gostaria de destacar agora um ponto que me chamou atenção quando tratava sobre as campanhas eleitorais das mulheres em Catunda. Uma delas, Ravenna Lima, ao ser interpelada sobre sofrer violências como uma mulher na/da política, lembrou do episódio do Golpe de 2016 que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff do cargo máximo da política federal. Sobre isso ela conta que:

> [A ex-presidenta Dilma] Sendo impeachmada, eu me lembro você acredita? Eu estava no Bom Tempo, lá no bar daquele senhor, Olegário, quando estava passando o impeachment. Eu me lembro demais desse dia e assim é um choque para a gente, mas eu acredito que o fato dela ter sido derrubada do cargo não foi pelo fato de ser mulher, eu acho que foi toda a conjuntura política mesmo, mas não pelo fato de ser mulher, eu não vejo, pode ter alguma coisa em relação a isso [...] embora eu não acho que o fato de ser mulher tenha contribuído, mesmo que a gente tenha escutado muitas piadas "é mulher", "não deu conta", "é mulher" e tudo eu não acho que é derrubada, o impeachment, tenha sido causado por isso, mas acende assim um alerta porque onde a mulher chega no cargo mais alto do país e tem um impeachment e acontece um negócio desse [...]. Foi difícil. Eu me lembro demais nesse dia, eu estava pedindo votos e ali sentei e olhei e eu fiquei cabisbaixa, ele me deixou pensativa, me deixou triste também pelo fato de embora eu diga que eu não acho que o fato dela ser mulher, mas

> me senti triste como mulher, tá entendendo, me senti triste como mulher [...].[288]

Existe uma ambivalência na fala de Ravenna Lima. Ao mesmo tempo que afirma que o processo de impeachment não tinha ocorrido por questões de gênero e nem por improbidades – para lembrar, Ravenna Lima é jurista –, ela relata ter se sentido mal com o ocorrido justamente por ser mulher, e ainda mais pelo contexto em que estava, pedindo votos para sua campanha eleitoral. Assim, mesmo que ela interprete o processo político-criminal que depôs a então presidenta Dilma como resultado da conjuntura política da época, ela tem vivo na memória o momento do anúncio e como isso mexeu com ela própria.

Caroline Criado Perez, ao refletir sobre direitos das mulheres como direitos humanos, pensando a presença ausente destas na vida pública, lembra que "a democracia não é um campo de jogo nivelado"[289] e que "a política como se faz hoje não é um ambiente receptivo para as mulheres."[290] Ravenna, como então candidata, vê o violento episódio sofrido por Dilma Rousseff como parte do jogo político, mas esquece – ou não percebe – que a questão estava imbricada em um jogo maior e tão perverso quanto o da política, o jogo do patriarcado. Assim, o Golpe de 2016, bem como a morte da ex-vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) em 2018, são casos nacionais de violência política contra as mulheres só por estas transporem os limites patriarcais – e no caso de Marielle a levou a sofrer um feminicídio político[291].

Uma vez eleitas, apesar das violências cometidas contra elas, as mulheres enfrentam outras violações como políticas que buscam boicotar sua efetiva participação nas esferas de poder, entre elas as interrupções e/ou ataques dirigidos a elas quando estão fazendo o uso da palavra em tribunas. Maria Valdeci dos Santos, ex-vereadora e a época membro da oposição do governo local, contou que:

> [...] Fiquei isolada no meio das feras, porque a Prefeitura não era mais o nosso lado, né? Era tudo adversário. Aí eu tinha que pesquisar, eu tinha que denunciar coisa errada. A câmera enchia de gente, não era como

---

[288] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.
[289] Perez, op. cit., p. 280.
[290] Ibid., p. 290.
[291] "Marielle vive. E continua sendo farol de esperança para as pessoas que acreditam profundamente, como ela mesma acreditou, na possibilidade iminente da transformação racial no Brasil, nas Américas e em todo o mundo." (Davis, 2023, p. 27)

> agora, porque toda sessão Wagner eu levava coisa para a câmara, né? Aí tanto ia o povo do nosso lado, como o povo do lado deles e o povo do lado deles iam muito mais do que o nosso. Tinha vez que eu chegava lá com um monte de denúncia para fazer na Câmara, pronunciamentos, e aí eu olhava não tinha quase ninguém do nosso lado, mas eles ficavam bulindo assim para mim, né? Pensavam que eu ia me amedrontar, mas eu fazia, nunca, nunca tremi. Aí teve um ano eu fui vereadora, nessa época o Ivan que era do nosso lado virou para eles e aí o Ivan foi ser presidente né [...] aí toda hora que eu ia para a tribuna, eu me escrevia sempre no grande expediente que é 15 minutos, tem o pequeno expediente que é 3 minutos, eu nunca me inscrevi no pequeno porque eu sempre ia falar mais coisas. Aí ele ficava querendo me confundir, dizia assim "olha seu tempo está terminando, está terminando" para me atrapalhar aí eu dizia assim "olha eu tenho um relógio, eu sei a hora, quando for o tempo de parar eu sei". Era assim, ele me confundia, confundi não, ele queria me atrapalhar, mas ele não ia me atrapalhar.[292]

Se nota que ela se sentia sozinha por ser minoria ao compor o grupo de vereadores como membro da oposição. Contudo, mesmo que Valdeci não destaque diretamente, este ambiente hostil como ela o lia também era assim por ser um não lugar para ela, assim como para outras mulheres. Mesmo quando ocupam cargos eletivos, algumas mulheres sofrem, pois o campo político, conforme já refletido acima, não é entendido como campo para estes corpos. Assim, não conseguindo que elas não cheguem a se eleger, uma vez eleitas elas serão as mais interrompidas e/ou silenciadas. As interrupções e/ou tentativas de silenciamento ou mesmo de apagamento das falas desta vereadora são notadas também na leitura dos livros de atas das sessões da Câmara, inclusive a mesma faz reclamações que seus pronunciamentos não eram registrados por completos ou ainda eram distorcidos.

Esses ataques contra Maria Valdeci ainda eram mais reforçados pela presença do grupo da situação que assistia às sessões, conforme ela mesmo narrou, já que a presença dos apoiadores do grupo político que está no comando per si já pode amedrontar, e este ponto é acentuado quando adicionamos a questão de gênero.

O medo aqui é utilizado como emoção para manutenção, conforme escreveu sobre Sara Ahmed na *Política Cultural das Emoções*[293]. "O medo faz algo", nesse caso, os ataques às mulheres na política são respostas aos homens do patriarcado que com medo de perder espaço no poder usam de táticas de amedrontamento para

---

[292] SANTOS, Maria Valdeci dos. Entrevista 06. Wagner Cavalcante Farias. 17 de nov. de 2021.
[293] Cf. AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Trad. Cecília Olivares Mansuy. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2015.

afastar as mulheres desse campo. “O medo implica uma antecipação do dano ou ferida, nos projeta do presente rumo ao futuro.”[294] Em outros termos, é preferível que as mulheres não entrem na política, pois ela é um lugar naturalmente viril – ou melhor, violento. Assim, o espaço privado parece mais seguro, ainda que não o seja. O medo tende a encolher o corpo, a imobilizá-lo e afeta a vida de homens e mulheres de maneiras distintas e desproporcionais[295].

Como se nota a partir da narrativa de Maria Valdeci, não sendo um espaço para as mulheres, a política será mais violenta para elas quando elas forem entendidas como duplamente minorias – por serem de oposição e, principalmente, por serem mulheres eleitas. Assim, mesmo que não presente em sua fala a questão de gênero precisa ser considerada ao pensar a violência sofrida por ela, já que indica não só a baixa presença de mulheres no campo político, como a hierarquia dos corpos que ocupam a política – o presidente da câmara, responsável pelo controle do tempo de fala do legislativo municipal era um homem e em Catunda esse padrão se repetiu em quase todas as sessões – e um padrão social que parece natural, já que historicamente as mulheres foram silenciadas.

Em algumas das atas da Câmara Municipal de Catunda encontrei relatos curtos sobre uma questão ligada ao descarte de lixo da cidade vizinha em lugar inadequado no território de Catunda e os conflitos gerados em torno desta. Esse episódio também é narrado por Valdeci. Ao saber que, com anuência do prefeito Francisco Lima, a prefeitura vizinha de Monsenhor Tabosa pretendia depositar o lixo da cidade na descida da ladeira, ela decidiu anunciar na Câmara que iria denunciar o caso ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) caso o prefeito não tomasse as providências. A situação foi resolvida, mas não sem ataques pessoais à vereadora. Ela conta que:

> Decidi denunciar e falei na câmera umas três vezes aí vieram as humilhações, tinha uns adversários que era do lado dele que diziam assim,

[294] Ahmed, 2015, p. 109, tradução minha. No original: “El miedo implica uma anticipación de daño o herida, nos proyecta del presente hacia um futuro.”

[295] “El miedo al "mundo" como el escenario de un daño futuro funciona como una forma de violencia en el presente, que encoge los cuerpos y los coloca en un estado de temerosidad, un encogimiento que puede involucrar una negativa a salir de los espacios acotados de la casa o una negativa a habitar lo que está afuera de maneras que anticipan el daño (caminar sola, caminar de noche y así sucesivamente). [...] De esta manera, el miedo funciona para alinear el espacio corporal y social: funciona para permitir que algunos cuerpos habiten y se muevan en el espacio público mediante la restricción de la movilidad de otros cuerpos a espacios que están acotados o contenidos.” (Ibid. p. 117).

> que eu era besta, que eu não sabia de nada, que eu criei um negócio lá da água, que "será que eu não podia nem comprar água para beber, não?". Olha só a comparação. E eu disse na Câmara que comprar água pra beber eu podia, mas que o pessoal mais pobre não podia comprar água e que ninguém podia tomar banho e cozinhar com agua contaminada, não.[296]

Assim como Maria Valdeci, Joana D'Arc também foi uma das vítimas da violência política de gênero expressa através da tentativa de silenciamento e de interrupção de uma eleita. Sobre o assunto ela disse:

> É, eu acho que lá eu tive discriminação das duas coisas [ser mulher e oposição]. [...] Então assim, eu recebi uns preconceitos, até eu me identificar e mostrar que eu estava ali [...] eu não abaixei a cabeça, não aceitei as discriminações… teve a minha primeira vez ou foi a segunda que eu fui falar na câmara, eu fui negada, a minha voz, a minha fala e eu passei a me reger em cima do regimento eu passei a pedir o regimento da casa e lá dentro deste regimento eu passei a exigir meus direitos.[297]

Diferente de outras entrevistadas, Joana reconhece a dupla vulnerabilidade por ser mulher e transpor as expectativas de gênero e ainda por ser vereadora de oposição e desafiar, sendo parte da minoria, e contra o grupo dominante. Recusar a tribuna para o exercício da parlamentar e negar sua possibilidade de fala, conforme venho refletindo, é uma violência política simbólica e muito comum praticada contra as mulheres, pois reforça a ideia da desqualificação de suas falas, principalmente quando estas ocupam espaços que socialmente se entende que não lhes pertence, como é o caso do campo político. Contudo, ela usa as regras do jogo político para pautar sua possibilidade de fala, assim, mesmo sem grande capital político, Joana usa de artifícios técnicos e legais para validar seu direito, o que não precisa ser feito por homens, na maioria das vezes.

Apesar dessas regularidades, a violência política de gênero não afeta todos os corpos da mesma maneira e é perceptível que quanto mais alto seja o cargo político exercido pelas mulheres, mas elas sofrem com violências. A epígrafe que abre esta seção é o trecho da narrativa a seguir da ex-prefeita Regina Elena Magalhães:

> E assim alguns machistas aí falava "rapaz como é que pode um município ser mandado só por mulher? a prefeita mulher, a presidente da Câmara mulher" e o secretários ficaram mesclados né, mas tinha educação que era mulher, a saúde era mulher, as duas mais pesadas. Aí tinha algumas piadinhas mas não assim… [...] Agora eu tive problema com comando

[296] SANTOS, Maria Valdeci dos. Entrevista 06. Wagner Cavalcante Farias. 17 de nov. de 2021.
[297] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

> policial que sabe como é interior. Eu tinha muito medo de lidar, foi uma coisa que eu sempre tinha muita dificuldade foi de lidar com os comandos de policiamento porque no interior naquela época existia mais problemas, mais confusão, não os que têm agora era diferente e aí geralmente os comandos eram tipo ligados muito ao município, tinha que manter a casa, aquela coisa sempre, acho que ainda hoje é assim e aí tinha aquele pessoal chegava né acreditava que "ah porque você é prefeita você pode falar com a polícia para mandar soltar fulano" para mandar [soltar] moto que tava lá, pra mandar não sei o que essas coisas e eu tive alguns problemas com algum comando. Eu não gostava muito de fazer isso, mas em determinada vez eu precisei fazer isso… uma das vezes eu ouvi o chefe do comando, eu fui pedir para soltar uma moto de um amigo, que eu não vou dizer agora, a família precisando e tal. Ele tava errado, a moto foi apreendida, eu fui pedir encarecidamente a coisa, mas não pedi para ele entregar a moto a pessoa, pedi pra ele entregar a mim e pra depois eu devolver para pessoa né? Então eu fui de noite, aquela coisa jamais fora da hora e aí ele me recebeu, foi educado, mas infelizmente ele me disse, eu nunca esqueci isso: "oh, eu tô aqui há algum tempo. A senhora nunca me pediu nada e a senhora sabe que a senhora tá errada, você tá pedindo uma coisa que não é certo, mas como é pra você levar para sua casa, não é? E você nunca ocupou a gente com esse tipo de coisa, eu vou liberar a moto para você, mas fico muito triste porque cidade que é mandada por mulher acontecem isso." (risos) *"É nisso que dá cidade mandada por mulher"*.[298]

A ideia do problema de uma "cidade [só por ser] mandada por mulheres" não é só uma anedota, mas um enunciado simbólico, pois reforça o não lugar da mulher nas esferas de poder e reproduz a divisão sexual do trabalho relegando ao homem o campo político, público e racional. Esse entendimento é um ato de violência, porque, conforme já mencionado, naturaliza os lugares de ação e as expectativas de gênero. Nesse relato se nota um espaço tão masculinizado quanto a política: a polícia. O policiamento, em destaque em cidades menores como Catunda, parece mais rígido, pois a autoridade é baseada no *habitus* da masculinidade dura para a coerção e as relações entre a polícia e o poder local são mais estreitas. Parece inclusive um lugar mais dentro do campo de poder que as mulheres não deveriam estar, por isso, como narra Regina, às vezes ela sentiu até medo de lidar diretamente com eles.

No episódio da liberação da moto, núcleo da narrativa, podemos observar tanto o assistencialismo que a população espera de um líder local, mas também, e principalmente, a afirmação da superioridade masculina pelo policial, que até ajudou Regina, mas só o fez depois de esclarecer que ela estava errada – talvez não só por pedir a liberação da moto, mas por estar em um lugar que não deveria ser o seu: o campo político – afinal ele ficou ficou "triste" com a situação, mas não porque a

[298] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.Grifo meu.

prática seria corrupção, indicaria má organização da hierarquia da localidade e etc, mas porque já era o que esperava de uma cidade comandada por mulheres.

Ravenna Lima, assim como Regina, ex-prefeita, não narra muitos acontecimentos de violência contra seu mandato, além do episódio supracitado do "quem manda é seu marido". Ela diz, inclusive, que:

> Então assim, para mim é difícil falar aquele preconceito enraizado, aquela dor mesmo que a gente sente, claro que uma *mulher quando ela sofre eu acho que sofre todas nós sofremos um pouco*, mais que eu passei por isso, por essa dificuldade não, não passei. [...] É essa a questão do preconceito assim em geral. Dói porque eu tô vendo, mas eu mesma assim eu não sofri muito com isso não, somente essa daí e a gente também aqui em Catunda, eu vejo aqui também já um legado de mulheres né? Aqui já tivemos outra prefeita, tivemos vice-prefeita, vereadores, presidente da Câmara é uma mulher. [...] Então assim, eu vejo Catunda com olhares abertos para isso, eu não vejo as pessoas aqui com muito preconceito pelo fato de ser mulher. Tivemos a Dona Regina aí também, tanto como vereadora de Santa Quitéria, como prefeita. Então as pessoas aqui já estavam acostumadas. Bom tinha Dona Netinha vice-prefeita e muitas vereadoras. Foi a dona Toinha que foi presidente da Câmara né? A dona Cidel vice-prefeita. Então a história de Catunda em si, eu acho que a figura da mulher já tá tão embutida na nossa população que não tem espaço para preconceito. sabe. Eu acho que não tem espaço. Claro que tem aquelas pessoas com pensamentos mais arcaicos, mas às vezes é só um modo de criação mesmo, o pensamento, não é que ela quer ser uma pessoa má pessoa.[299]

Sua fala marca sua consciência de que as violações que afetam a vida das mulheres afetam direta e/ou indiretamente todas elas, apesar de que ainda assim ela não ter sido muito atacada. Ela ainda sublinha essa questão como "preconceito enraizado", "pensamentos mais arcaicos", que só reproduzem essas práticas, mas não são pessoas malvadas. Essa percepção indica que é sociocultural a construção da violência, criada e socializada, conforme já refleti, para ser naturalizada, quase imperceptível uma vez que faria parte de uma estrutura.

Ravenna narrou que em Catunda possivelmente isto não seja uma realidade, afinal muitas mulheres ocuparam cargos na política antes dela e a cidade – talvez – tenha "olhares abertos para isso". Em Catunda "as pessoas já estão acostumadas" com mulheres na política e por isso "não tem espaço para preconceito, sabe" – será?

Este é um ponto de atenção. Mesmo com inúmeros registros de casos de violência política contra as mulheres eleitas em Catunda – bem como em outros

[299] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

níveis de poder –, nem todas vereadoras e prefeitas – deputadas, senadoras e governadoras – reconhecem os atos de violação, ainda mais quando este não acontece de forma física. E mais, como refleti até aqui, às vezes até reconhecem atos de violência simbólica, mas não associam a questão de gênero que as atravessam. Isso mostra o quão efetiva é a socialização do sistema patriarcal que se retroalimenta e se reproduz para se manter.

Na introdução do mencionado livro *Sempre foi sobre nós*, a então Deputada Federal Erika Hilton (PSOL – SP) – a época vereadora eleita da cidade de São Paulo – faz um apontamento nesse sentido da manutenção do sistema pelo sistema e ainda um chamamento para a responsabilidade de todos e todas no combate a violência política de gênero. Ela escreve:

> Eu preciso também que a sociedade compreenda que a violência política de gênero não são apenas ataques individuais às mulheres na política. Trata-se de uma violência coletiva, de um ataque a um grupo social, e ofende a sociedade e fragiliza a democracia. Essa prática é a arma dos covardes, daqueles que se apoiam no machismo e na misoginia para manter a estrutura de poder e o privilégio masculino. E não dá para ser conivente com isso. Não é uma piada. Não é uma brincadeira. Não é um exagero. E não vão conseguir nos impedir.[300]

A efetiva democracia precisa da presença de todos[301] – ou da maioria – os corpos em suas múltiplas intersecções para que seja não perfeita, mas completa, mas isso exige uma mudança não só no código eleitoral, mas no sistema que imbricado de ordens de dominação-exploração é muito violento mesmo que nem sempre se perceba.

Como disse Angela Davis:

> Só quero enfatizar que democracia é muito mais que inclusão e assimilação. Tem a ver com os termos da inclusão. Quem precisa ser incluído de acordo com os termos que exigem que repliquemos as estruturas responsáveis pela exclusão? Por que defender a diversidade

[300] Hilton, 2022, p. 22. Cf. HILTON, Erika. Introdução a esta edição. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 17 – 22.

[301] Afinal não seria esta a "essência" da democracia? Silvia Frederici traz essa importante reflexão ao tratar da relação entre democracia e caça às bruxas. "Se a democracia significa autodeterminação, se a democracia significas "governo do povo para o povo", como dizem nos Estados Unidos, e se a democracia significa que todos têm acesso igual aos frutos da Terra, infelizmente sou levada a concluir que nunca houve nada semelhante na história do capitalismo moderno." (Federici, 2023. p. 98) Cf. FEDERICI, Silvia. "A caça Às bruxas não acabou." In: DAVIS, Angela, COLLINS, Patricia Hill. e FEDERICI, Silvia. Democracia para quem?: ensaios de resistência. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 93 – 122.

> racial e de gênero dentro de uma estrutura que continua heteropatriarcal em sua essência? A assimilação espelhada é nossa inimiga.[302]

Da baixa ou nula presença de mulheres na política até o feminicídio político, passando pelas sutis violações que buscam excluir, silenciar e/ou boicotar as mulheres eleitas para que não comecem, não terminem e tampouco renovem seus mandatos, conforme refletido até aqui, a violência política é um mecanismo de manutenção do sistema *patriarcal supremacista branca capitalista imperialista.*
Sempre foi sobre elas e tantos outros corpos que não são bem-vindos, pois estes mudam a cara do poder. Nunca será somente sobre presenças, mas também ideias e mais, meios para a efetiva participação, afinal "Que tipo de democracia é essa que concede o poder de voto, mas não uma perspectiva real de se tornar a pessoa votada?"[303]

[302] Davis, 2023, p. 40. Cf. DAVIS, Angela. "Há muita luta para se afirmar a democracia. In: DAVIS, Angela, COLLINS, Patricia Hill. e FEDERICI, Silvia. Democracia para quem?: ensaios de resistência. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 21 – 56.
[303] Gillard e Okonjo-Iweala, op. cit., p. 41.

3 PARTE II – SUBJETIVIDADES E PODER: GÊNERO E EMOÇÕES

"Nossa, tem que se virar nos 30 viu!"[304]

Essa citação é uma das máximas que me saltaram aos olhos na análise das entrevistas realizadas com algumas mulheres eleitas para o executivo e legislativo catundense entre 1992 e 2020, a saber, a dinâmica das esferas pública e privada, ou melhor, como ao acessarem espaços de poder – nesse caso, exercerem cargos políticos eletivos – suas vidas pessoais – relacionamentos, cuidados domésticos e maternidade – são afetados.

A fala que abre este capítulo é da entrevistada Joana D'arc de Sousa Ferreira, sindicalista e vereadora eleita para a legislatura de 2012 – 2016 em Catunda. Joana, como aprofundarei mais adiante, bem como as outras eleitas, vivencia os desafios e potencialidades de transpor as barreiras do sistema de dominação masculina – patriarcado – que relega a elas o privado e a eles o público. Em seu relato, Joana indica, a partir de sua experiência, que é assim que deve ser o ritmo de vida das mulheres que acessam a "fortaleza proibida"[305]. Afinal, a lógica patriarcal exclama: "se virem nos 30!", para que elas deem conta das funções que são "naturalmente" delas – na esfera privada – e as que elas querem assumir – na esfera pública.

A questão do público e privado como dicotomias que estruturam as expectativas de gênero; os históricos combates que contribuíram para superar essas barreiras, possibilitando a participação das mulheres nos espaços de poder, e o uso político das atribuições privadas em suas administrações públicas, são importantes pontos que aparecem a partir da narrativa das eleitas em Catunda e que serão analisados a partir daqui.

Pode parecer repetitiva a discussão sobre público e privado nos estudos sobre mulheres em espaços de poder. Contudo, tão recorrentes quanto são os

---

[304] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

[305] Metáfora utilizada por Michelle Perrot ao tratar sobre as formas de ação coletiva das mulheres. Segue a citação completa: "Agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto. Mas elas têm atuado, e de muitas maneiras as quais me proponho abordar. Com frequência, apoiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo vai bem. Foi o que aconteceu nos motins por alimento ou na ação caritativa. Tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. Na Atenas de Péricles como na Londres de Cromwell ou na Paris da Revolução Francesa. A política, por muito tempo, foi uma fortaleza proibida." (Perrot, 2019, p. 146)

urgentes combates para reestruturação social e a efetiva democracia. Assim, se reitera essas discussões, porque o problema é insistente e revisitá-las, sem dúvida, colabora com as problematizações expondo as questões de poder que atravessam diferentes esferas de nossas vidas cotidianamente.

Como indica Mary Beard em seu manifesto sobre Mulheres e Poder: "A questão é simples [concordo], mas importante: [uma vez que] até onde podemos recuar na história ocidental, há uma separação radical – real, cultural e imaginária – entre as mulheres e o poder."[306] Ou, entre o que se construiu como domínio público, racional, produtivo e, consequente, masculino – espaço de elocução; e como domínio do privado, emocional, reprodutivo e, portanto, feminino – espaço de silêncio.

As relações assimétricas de gênero – entre elas a divisão sexual do trabalho e as expectativas sobre os corpos em suas múltiplas intersecções – ainda existem e persistem mesmo após os tensionamentos e as importantes conquistas dos movimentos feministas e de mulheres nas últimas décadas. A questão de gênero, inclusive, desde pelo menos os anos 90 do século XX e o início desse século, são pautas centrais nas democracias vigentes[307], afinal segue sendo "forma primária de dar significado às relações de poder"[308], portanto, crucial para compreender as conexões e convívios e traçar os caminhos para as transformações.

Contudo, ele – o gênero – foi "abocanhado" e "regurgitado" de forma que, em alguns contextos, foi reduzido, burocratizado e instrumentalizado para servir aos interesses do monstro de três cabeças[309]. Assim, é preciso revisitá-lo, pois este sendo construção social pode ser constantemente desconstruído e reconstruído. Mas certo é que, mesmo sendo apropriado pelo neoliberalismo a fim de frear os sucessos dos combates feministas, a "teoria de gênero localiza as mulheres e os

---

[306] Beard, 2023, p. 77. CF. BEARD, Mary. *Mulheres e poder*: um manifesto. Tradução de Jennifer Koppe. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

[307] Seja como caminhos para sua efetividade ou como características de sua erosão. Para saber mais, sugiro a leitura do trabalho da cientista política Flávia Biroli sobre a relação entre o neoconservadorismo, o neoliberalismo e a relação com as questões de gênero na América Latina contemporânea. Cf. BIROLI, Flávia. Gênero, "valores familiares e democracia. In: BIROLI, Flávia, VAGGIONE, Juan Marco e MACHADO, Maria Dolores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 135 – 187.

[308] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a História. In: *Educação & Realidade*. (20); julho-dezembro, 1995, p. 86.

[309] Cf. CUNHA, Teresa. Derrotando o monstro das três cabeças: uma reflexão feminista sobre o género. In: *Reflexões Feministas*. junho, p. 1 – 23, 2021.

homens em sua circunstância histórica e por isto dá conta também das relações de produção e de reprodução social como espaços de construção de gênero."[310][311]

Isto posto, e tendo o gênero como categoria de análise, três máximas guiam a tecitura desta parte: "*O pessoal é político*."[312], *O político é ordinário* e *O ordinário é citadino*.

A partir do conhecido slogan feminista dos anos 60/70, se compreende que os limiares da vida pública e privada estão borrados. O que antes parecia – ou foi feito para parecer – apartado, distante, hoje é tênue, e assim deve ser, já que a crença dualista que os separou, só serviu para hierarquizar as relações sociais, construindo e sustentando dicotomias que conferiu a eles – homens, em sua maioria brancos e de classes altas – os direitos de produzir, comunicar e decidir em nome do coletivo e a elas – mulheres – os deveres de reproduzir, educar e cuidar na intimidade do lar. Consequentemente, essa binaridade despolitizou a vida cotidiana, afastando as micro questões e focalizando o macro, como se as decisões ligadas à economia e a política não influenciassem e tampouco dependessem dos acontecimentos do dia a dia e dos sujeitos "comuns" que as vivenciam.

A filósofa norte-americana Angela Davis adverte que: "A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos".[313] Deste modo, calçado nesse entendimento das teorias políticas feministas, aqui entendo o campo político[314] como espaço do cotidiano, portanto, como esfera que afeta cada aspecto de nossas vidas. Ainda que tenham profissionalizado a política, afastando-a da ideia de participação e responsabilização de todos e todas, ela não deve ser domínio dos eventos ou das atrações somente, mas deve ocupar e partir de encontros entendidos informais –

---

[310] LAGARDE, Marcela. *Género y Feminismo*. Desarrollo Humano y Democracia. Cuadernos Inacabados (25). Horas y HORAS la editorial, Madrid, 1996, p. 31 – 32, tradução minha.

[311] No original: "La teoria de género ubica a las mujeres y a los hombres en su ciscunstancia histórica y por ello da cuenta también de las relaciones de produção e de reprodução social como espacios de construcción de género." (Lagarde, 1996, p. 31 – 32)

[312] Este slogan é atribuído a Carol Hanisch, contudo esta nega a autoria e indica que foi na década de 60 do século passado que os grupos de conscientização das mulheres passaram a problematizar essa questão. Para saber mais conferir HANISCH, Carol. *The Personal is Political*. Disponível em: https://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html. Acesso em 11 de setembro de 2024.

[313] Davis, 2019, p. 53. Cf. DAVIS, Angela. Doentes e cansadas de estarmos doentes e cansadas: a política de saúde para as mulheres negras. In: _____. *Mulheres, cultura e política*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 53 – 62.

[314] Quando utilizo este termo estou me referindo ao conceito de Pierre Bordieu (2012) que o define como "um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social." (p. 195). Para saber sugiro a leitura integral do artigo: Bourdieu, P. (2012). O campo político. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (5), 193–216. Recuperado de https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1761. Acesso em: 26 de agosto de 2024.

com amigos e amigas, em jantares e bares –, das salas de aulas, das redes sociais e de outros meios que parecem não servir para os debates políticos, mas que não são só propícios, como importantes.

Assim, politizamos as individualidades em busca de formar comunidades. Essa tarefa é diária e esta cotidianidade é a vida na/da cidade, pois nela se faz e ela constrói. A cidade tomada como lugar e espaço, como estabilidade e movimento, como ambiente relacional, não só teorizado, mas praticado[315]. A cidade como política, uma vez que "o território se fundamenta nas relações de poder"[316]. Em síntese, o dia-a-dia na cidade é um lugar/espaço onde os corpos marcados pelas questões de gênero, raça e classe, e mobilizados pelas emoções, exercem a cidadania[317]

Deste modo, nesta parte revisito algumas leituras sobre o sistema patriarcal e/ou a dominação masculina, para refletir a divisão sexual do trabalho e como esta codificou as expectativas de gênero e as relações entre homens e mulheres na história ocidental. A partir desta reflexão, problematizo as esferas pública e privada, em busca de compreender a "minorização" das mulheres, a despolitização das questões cotidianas e a consequente exclusão – e/ou desigual inclusão – delas nos espaços de poder. Por fim, desde essas reflexões, penso como as mulheres eleitas para a política em Catunda inventaram a cidade com seu fazer político e suas políticas públicas.

---

[315] Para pensar a diferenciação e a relação entre lugar e espaço, sugiro: CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano*: as artes de fazer (1980). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 199 – 217.

[316] SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Território e Gênero: territorialidades ausentes In: *Territorialidades*: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres / Cristiano Rodrigues ... [et al.] (org). Salvador: EDUFBA, 2018, p. 33.

[317] Este conceito é histórico e polissêmico e tratarei sobre ele mais adiante, contudo quero explicar que ao utilizar *cidadania* neste trabalho estou me referindo a ser, ter, pertencer e exercer dentro da cidade, entendida como espaço de vivências e experiências múltiplas. Para aprofundar a discussão sobre o conceito, sugiro: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019., HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. e SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Sila. (Org.) *Dicionário de conceitos históricos* –. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

3.1 “O PESSOAL É POLÍTICO”: SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Etimologicamente, patriarcado seria “uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder”[318]. Existem importantes trabalhos que buscaram dar historicidade à questão bem como entrecruzá-la com a formação e manutenção da sociedade capitalista, com os estudos feministas e com a formação da sociedade brasileira.[319]

As reflexões que seguem se baseiam em importantes obras, tais como *A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens* (1986/2019), de Gerda Lerner; *A dominação masculina* (1998/2021), de Pierre Bourdieu; *O contrato sexual* (1988/1993), de Carole Paterman; *O segundo sexo* (1949/2020), de Simone de Beauvoir; e *O Poder do Macho* (1987), de Helleieth Saffioti.

Alicerçado nessas leituras, minha proposta não é historicizar o sistema patriarcal, mas compreender como se formou e se consolidou a divisão sexual do trabalho, entendida pela teoria feminista como um dos pilares de sustentação que desvaloriza as mulheres e suas realizações, relegando a elas os domínios da esfera privada e fazendo desta um espaço menos importante – despolitizado – e por outro lado valoriza os homens relacionando-os aos domínios públicos, espaços de decisões – politizados.

Nos estudos sobre a dominação masculina[320] – por Pierre Bourdieu (2021) – e sobre a história de opressão das mulheres pelos homens – por Gerda Lerner

---

[318] LIMA, Lana Lage da Gana e SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 578.

[319] Para citar algumas das obras: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2019; LERNER, Gerda. *A Criação do Patriarcado*: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. Trad. de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021. PATOU-MATHIS, Marylène. *O homem pré-histórico também é mulher*. Trad. de Julia da Rosa Simões. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. SAFFIOTI, Helleieth I. .*O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. E os estudos realizados pela filósofa italiana Silvia Frederici, que pensam sobre a relação marxismo e feminismo para problematizar o histórico lugar inferiorizado e desvalorizado legado as mulheres desde o processo de formação e consolidação da sociedade capitalista, dos quais se destacam as traduções de *O calibã e a bruxa* (2023), *O patriarcado do salário* (2021) e *O ponto zero da revolução* (2019).

[320] Ainda que seja um importante estudo sobre a violência simbólica e a condição feminina, conforme lemos no subtítulo da obra, este trabalho de Bourdieu recebe muitas críticas do movimento feminista principalmente por pensar as mulheres como sujeitas dominadas pela estrutura quase como se estas não tivessem agência alguma no processo de resistência e transformação das questões de gênero.

(2021) – se apreende que o binarismo *público* e *privado* resulta da histórica divisão sexual do trabalho, que considera as diferenças físicas, especificamente as características sexuais, como justificativa para o que se pode esperar socialmente de homens e mulheres. Essa dicotomia naturalizada faz parecer que é da "ordem das coisas"[321], que sempre foi e que precisa sê-lo. Ou seja, como se ser os homens produtores, serem políticos e as mulheres reprodutoras e apolíticas fosse algo dado, quase que de forma sobrenatural e perfeita e, portanto, de maneira incontestável.

Esse essencialismo ocidental, que forma e sustenta o sistema patriarcal, foi historicamente estabelecido e ratificado através de estudos arqueológicos, antropológicos, filosóficos, psicológicos e médicos – esses dois últimos principalmente a partir do século XIX – que consideraram e reduziram as capacidades físicas dos corpos masculinos e femininos desde as sociedades antigas e seus mitos e costumes como alicerces para criar dicotomias, dizendo que homens são naturalmente caçadores e mulheres coletoras; que homens são biologicamente completos e mulheres incompletas; que homens são por excelência sujeitos de enunciação e as mulheres de silenciamento. Assim, a eles naturalmente seria legado o comando, a criatividade, a "transcendência" e, consequentemente, a elas a submissão, a repetição, a "imanência".[322]

Contudo, se nota que a própria percepção da diferenciação biológica é tão construída socialmente quanto a seus efeitos culturais. Thomas Laqueur, ao historicizar a diferenciação entre os sexos no livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, diz que:

> [...] não tenho interesse em negar a realidade do sexo ou do dimorfismo sexual como um processo evolucional. Porém desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira *dizer* sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como

Ainda pelo fato de não ter dialogado o suficiente com as produções feministas da época utilizando conceitos como se estes não tivessem já sido anteriormente refletidos.

[321] "Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um de mulher)." (Kergoat, 2009, p. 67). Para saber mais, sugiro: KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trad. por Vivian Aranha Saboia. In: Hirata, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67 – 75.

[322] Cf. BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2020. 2.v.

> no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder.[323]

Não se trata de negar, portanto, a realidade do sexo dentro da compreensão do processo evolutivo, mas, conforme demostra Laqueur, apreender que tudo que se entende por sexo, independente da forma como é concebido, envolve também o gênero. Em outras palavras, o sexo é tão construído e situado como o gênero e, deste modo, sua inteligibilidade também está em torno das disputas de poder.

Sobre a questão Bordieu escreveu que:

> As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos, e fazer ver uma construção social naturalizada (os "gêneros" como *habitus* sexuados) como fundamento in natura da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade.[324]

Deste modo, não se pode arbitrariamente reduzir as diferenças biológicas como inatas, entendendo o corpo como algo dado, não construído, e, portanto, meramente percebido por uma lente que se pretende neutra e universal. Ser homem ou ser mulher, menino ou menina, já não é – e nunca foi – somente definido pelo sexo – pela genitália, melhor dizendo –, uma vez que este – o sexo – é "em si mesmo um produto social"[325] e "sempre político"[326].

Em síntese, a divisão sexual do trabalho como base da opressão e submissão da mulher pelo homem – patriarcado e/ou dominação masculina – é construída, como o próprio nome sugere, a partir das diferenças corporais percebidas entre homens e mulheres e ligadas principalmente ao sexo dito biológico. Todavia, a própria percepção do que seria um corpo masculino e um corpo feminino e suas expectativas de ações – entendidas como gênero –, é socialmente construída e historicamente naturalizada. Os "corpos, sendo agentes das práticas sociais, estão

---

[323] Laqueur, 2001, p. 23. Cf. LAQUEUR, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
[324] BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kühner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021, p. 15.
[325] RUBIM, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a "Economia Política" do sexo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7586284/mod_resource/content/1/Rubin%2C%20G.%20Tr%C3%A1fico%20de%20mulheres.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.
[326] RUBIM, Gayle. *Pensando o sexo*. Notas sobre uma Teoria Radical das políticas da sexualidade. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

envolvidos na própria construção do mundo social [...]. O mundo social nunca é simplesmente reproduzido; é sempre reconstituído pela prática."[327]

A discussão sobre o sistema sexo/gênero como construções relacionais não se esgotou e importantes estudos foram e estão sendo desenvolvidos sobre ela[328], mas o que mais me interessa neste momento é entender como "[...] o patriarcado, ou relação de gênero baseada na desigualdade, é a estrutura política mais arcaica da humanidade"[329] e como este sistema codificou e sustentou as assimetrias de gênero, em busca de compreender como este afetou e afeta a vida das mulheres, em destaque quando estas rompem – em certo grau – com as expectativas de ação que lhes foram socializadas desde a infância e buscam, apesar das barreiras, concorrer, se eleger e cumprir mandato, sendo presença nos espaços de poder, como é o caso das eleitas em Catunda entre 1992 e 2020.

Uma constante aparece na narrativa de algumas das mulheres entrevistadas que permite pensar o patriarcado estrutural que sustenta essas hierarquias de gênero e que está entranhada na socialização das meninas e meninos desde muito cedo, a saber, a da criação e/ou socialização da cultura machista que começa na família.

Joana D'arc narra, por exemplo:

> [...] eu fui criada muito nisso né [...]. Até porque a gente é uma família que naquele tempo era considerada coronéis né?! Dá a ordem ali e tem que obedecer. Então assim, meu vô na época, fui criada por ele, e ele dizia tem que dá ordem, tem que cumprir. [...] Então minha cultura, minha família sempre teve disso, era com as pedrinhas[330], não podia dar um beijo e se o homem naquele período engravidasse a mulher, pode ter certeza que ele só saia de lá casado. Então minha mãe foi desse tempo e tem essa história na minha família, essa cultura.[331]

---

[327] CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. Diferenças sexuais e corpos generificados. In: _____. *Gênero*: uma perspectiva global. Trad. de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 117.

[328] Além dos importantes trabalhos de Gayle Rubim, já citados aqui, sugiro os estudos de Judith Butler em, *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade (2003) e *Desfazendo gênero* (2022) que contribuem bastante para esta questão.

[329] No original: "[...] el patriarcado, o relación de género basada en la desigualdad, es la estructura política más arcaica de la humanidad." n. p., tradução minha. Cf. SEGATO, Rita Laura. "La guerra contra las mujeres". In: *Colección Mapas 45*. Madrid. Traficantes de Sueños, 2016. 188 págs. ISBN 13: 978-84-945978-5-5. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

[330] Essa expressão "Namorar com as pedrinhas" indica ir devagar, sem avançar demais. Era/é muito comum de se usar em alguns contextos no interior. Ouvi muito meus avós disserem que antigamente se namorava assim, "com as pedrinhas", sem pressa. Outra interessante expressão, que significa o oposto desta, é "cuspir no chão". Quando minha mãe queria dizer que eu deveria fazer algo de maneira rápida ela dizia: "Vou cuspir no chão, quando secar eu quero que esteja feito."

[331] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

Cultura, entendida aqui como "comportamento aprendido"[332], se repete na narrativa de Joana reforçando que a criação familiar, ainda que não seja o único caminho, foi sem dúvida o primeiro para a reprodução das ideias de dominação masculina que subjugam as mulheres. Essa criação familiar, ou reprodução cultural, não só reforça as assimetrias entre homens e mulheres – afetando ambos nesse processo, ainda que de formas desproporcionais –, bem como sustenta estereótipos de gênero como *"homem predador" e "mulher sexo frágil",* que por vezes é repetido por estas sem que pensem muito a respeito, afinal, como mencionado anteriormente, o patriarcado – ou nesse caso o machismo, para usar um termo que aparece nas entrevistas – é estrutural e, portanto, se promove quase que imperceptivelmente.

Retorno a um relato de Ravenna que permite compreender essa questão. A então mandatária do município foi abordada na prefeitura "quero falar com seu marido, cê é só o nome, cê não resolve nada". Mesmo ferida "como ser humano" – e não como mulher, como ela destaca –, ela não guardou mágoa do referido e tampouco o julgou, pois: "a criação dele, bem como a nossa, é uma criação machista"[333]. Após esse relato, inclusive, para exemplificar essa criação machista que afeta todos os corpos – homens e mulheres – e que é reproduzida mesmo sem intenção, ela narra um episódio em que viveu com seu filho.

Ao ser solicitada para ajudar com algum trabalho do filho, que exigia força, ela disse que era "coisa pra homem". E, continua, tentando se explicar sobre a situação:

> Assim, o que quero te dizer não é que eu acho que todos nós somos criados na cultura machista, mas ali o que eu queria dizer era assim, que aquele trabalho não era... não é que uma mulher não posso executar, é a pessoa Ravenna que não tem condições de fazer fisicamente ali. Era uma limitação física minha, mas quer dizer, eu usei o termo que é machista "isso não é trabalho para mim" que trabalho não é um trabalho para limitação física da Ravenna, mas as Marias, as Vitórias, as Claras, as Anas, com certeza tem uma delas que ia conseguir fisicamente aquilo ali. Era pegando peso né e eu me vi dizendo essa frase, então a gente vê o quanto a cultura machista ela é incutida na cabeça da gente, até a gente que é mulher.[334]

---

[332] Cultura. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Sila. (Org.) *Dicionário de conceitos históricos* –. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009, p. 85.
[333] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.
[334] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

O que mais me chamou atenção é como ela termina a frase: “incutida na cabeça da gente, até a gente que é mulher.” Importante perceber que a própria eleita Ravenna se reconhece machista e assim faz reforçando que este atributo é aprendido e reforçado através de elementos culturais. Em síntese, como se observa com essas narrativas, este sistema de dominação – exploração[335] foi aprendido pelos homens e absorvido pelas mulheres [in]conscientemente através de processos de repetição – leia-se socialização – como maneiras de se naturalizar. Segundo Bordieu[336], essa repetição é empreitada por três aparelhos de formação das expectativas e hierarquias de gênero que agem quase imperceptivelmente, a saber, a família – como se destaca nas narrativas acima –, a igreja e a escola.

Estas “instâncias” – para utilizar o termo de sociólogo francês – desde a infância socializam os corpos para viverem e desempenharem comportamentos preestabelecidos por estas mesmas em busca da manutenção do sistema que atende suas necessidades. Ainda, é preciso considerar também “o papel do *Estado,* que veio ratificar e reforçar as prescrições e as proscrições do patriarcado privado com as de um patriarcado público”[337], ou seja, em busca de criar e regular em duas esferas a vida cotidiana – entre o público e privado.

O patriarcado, portanto, é “a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças [que começa] na família”[338], berço da divisão sexual do trabalho, e se estende por e entre outras instituições. A família é a célula desse sistema de dominação – exploração e está localizada entre o biológico e o social, tanto que não será qualquer unidade familiar que servirá a manutenção do patriarcado, mas, principalmente, a família nuclear cisheteronormativa, formada por um homem e uma mulher unidos pela conjugalidade matrimonial – o contrato sexual. Escreve Paterman:

> A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. [...] O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. [...] O pacto original é [...] social no sentido

[335] Cf. Saffioti, op. cit., 1987, p. 47 – 51.
[336] Bourdieu, op. cit., 2021, p. 143.
[337] id., ibid..
[338] LERNER, Gerda. op. cit., 2019, p. 295.

> patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres, – e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres.[339]

Assim, ainda que atualizada entre o final do século XIX e início do século XX, a noção de família preserva essa relação contratual reforçando as hierarquias de gênero e naturalizando o que se espera que seja desempenhado socialmente por homens e mulheres, principalmente no que concerne à questão do trabalho[340]. Da mulher casada se exigia ser "uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos [...] responsabilizando-se também pela 'formação moral' das crianças." Bem como ser uma "[...] esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz. Desobrigada [...] de qualquer trabalho 'produtivo' [...] [que] estaria voltada inteiramente aos afazeres do lar, o espaço feminino por excelência". Ao homem, "[...] por sua vez, [o papel 'simples' de] [...] ser o único provedor da família."[341]

O contrato sexual firmado pelo casamento é mais imposto às jovens do que aos jovens[342], sendo desde muito cedo socializadas para encontrar um bom marido que possa assumir o provimento da casa enquanto estas assumem os cuidados domésticos. Casadas, elas assumem os cuidados da casa e dos filhos e filhas e tudo que já parecia pouco possível – como os estudos avançados e/ou o trabalho fora do lar – ficam agora ainda mais difíceis. O trecho a seguir, um relato da entrevistada Regina Elena Magalhães, por exemplo, mostra alguns dilemas que o contrato sexual imposto às mulheres trouxe a ela ainda muito jovem.

> E aí, muito difícil, foi lá [em Nova Russas] que eu fiz 15 anos, no final do ano que estava lá e eu sei que no ano seguinte eu inventei de casar né? Que as coisas era tudo mais difícil pra estudar e tal... não o que foi que aconteceu, mas tudo bem. E fiquei um tempo sem estudar. Aí casei, [fui] ter filho, fui trabalhar em comércio né? [...] me dava vontade de chorar quando

---

[339] Paterman, 1993, p. 16 – 17. Cf. PATERMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

[340] Sobre a condição da mulher casada, sugiro: BEAUVOIR, Simone de. A mulher casada. In: _____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Millet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2020. 2.v, p. 185 – 277.

[341] SCOTT, Ana Silva. Família – O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: In: *Nova História das mulheres no Brasil* / Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.) – São Paulo: Contexto, 2013, p. 17.

[342] Sobre esse assunto, alguns importantes trabalhos são desenvolvidos desde o Brasil, dos quais gostaria de destacar a dissertação da jurista, mestra em direito, Nicolly Carvalho Nogues. Cf. NOGUES, Nicolly Carvalho *O casamento infantil no Brasil*: entre as relações de poder, exercício da autonomia e as violações de direitos humanos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pósgraduação em Direito, Curitiba, 2023.

> eu via o pessoal, todo mundo indo pra escola, ou continuando. Minhas colegas mandavam notícias quando terminaram... a turma que eu iniciei, quando terminou, mandaram fotos né? Eu só faltei morrer de desgosto... mas enfim, esse pensamento nunca saiu da minha cabeça e uns oito anos depois eu fui tentar terminar meu curso normal [...].[343]

Após narrar as dificuldades que passou para concluir os estudos primários, e os caminhos que teve que seguir para continuar estudando, precisou tomar uma decisão – ainda que esta já fosse uma decisão tomada – e, como outras mulheres socializadas dentro do sistema patriarcal, decidiu "livremente" participar desse contrato, já que era a chance de "melhorar" de vida.

A escolha é "livre" e é para "melhorar" a vida das mulheres, fazendo com que estas cheguem mais longe do que chegariam sozinhas, que estas estejam protegidas de outros homens que possam lhe fazer mal, que estas vivam um amor ou sejam felizes pelo menos. É assim que o contrato da conjugalidade matrimonial é apresentado socialmente e o casamento passa a ser desejado, prometendo emancipar as mulheres dos domínios da família paterna e, paradoxalmente, as fazendo criarem "suas" próprias.

O contrato sexual que é imposto às mulheres é tão "floriado" nos processos de socialização desde a infância que algumas delas nem saberiam dizer por que o aceitaram, como conta Maria Iracilda Borges Catunda neste relato:

> Casei-me com 15 anos de idade com um filho de Catunda também, o qual me deu dois lindos filhos que hoje são minha vida né. [...] Então, assim, muito difícil na época. Não me pergunte "porque você casou tão nova?" Não sei. Hoje eu não saberia. Hoje dou aula para os meus alunos, falo muito sobre isso e não encontrei a resposta [de] porque eu casei tão nova, mas assim né, na mesma hora eu acho que Deus faz as coisas e lá na frente você vai entender o porquê.[344]

Com o trabalho que a família, a escola e a igreja realizam para a manutenção do patriarcado, como já mencionado, está "livre" escolha de "melhorar" suas vidas é tomada imperceptivelmente, tanto que algumas só sabem que a decisão foi tomada, ainda que não saibam por que, por obediência – mas a quem? Ao que? –. Inclusive agradecem terem casado em tenra idade, pois apesar de qualquer impedimento em suas vidas, como a dificuldade em seguir os estudos, o casamento impediu as "irresponsabilidades da juventude".

---

[343] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.
[344] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.

> Wagner, quando eu fiquei viúva, meus 35 anos de idade, meus filhos já tinham, uma filha casada e o filho tinha 8 anos não é? Então com responsabilidade, depois de 3 anos que meu esposo tinha falecido, foi que eu fui viver uma adolescência que eu não tinha vivido, com muita responsabilidade, onde eu me divertia com as amigas, isso as minhas amigas casadas claro. [...] eu sempre digo assim, Deus me preparou primeiro como mãe, como esposa, como dona de casa, com toda responsabilidade, pra depois ele me dá oportunidade de eu viver isso com responsabilidade, tá entendendo?![345]

Agora viúva, Maria Iracilda, após cumprir com as cláusulas contratuais do casamento, que é firmado "até que a morte os separe", ela já pode viver a adolescência que lhe foi tirada, contudo com responsabilidade e na companhia de outras mulheres casadas, que assim como ela assinaram [in]conscientemente essa condição e conhecem muito bem esse acordo.

A dominação masculina, fundamentada em argumentos biológicos e sociais, criou e sustentou a divisão sexual do trabalho subordinando as mulheres aos homens uma vez que justamente por não "precisarem" – ou poderem – trabalhar, e consequentemente não serem remuneradas, estas estariam dependentes economicamente de seus parceiros. Formar família, através do casamento, passou a ser então um destino, mas também um projeto.

Em outras palavras, as relações patriarcais, "são mecanismos de poder de domínio que asseguram maiores possibilidades de desenvolvimento a alguns sujeitos de gênero [os homens] frente a outros [as mulheres] que, por seu gênero e sua situação de vida, tem reduzidas as oportunidades."[346]

A responsabilização pelo cuidado é o ponto em que a vida das mulheres é reduzida. Seja da casa, dos filhos e filhas, das pessoas com deficiências e/ou dos e das idosas, as mulheres foram legadas a função de cuidar. A dependência do cuidado é inerente. Somos seres vivos que precisam de cuidado, direta e/ou indiretamente. O cuidado é do campo das relações. Contudo, nem todos são cuidados, assim como nem todos cuidam. Isso ocorre principalmente porque as "relações de cuidado demandam tempo, e em sua forma privatizada, dinheiro." e "apesar de envolverem dimensões profundamente pessoais e afetivas da vida,

---

[345] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.

[346] No original: "son mecanismos de poder de dominio que aseguran mayores posibilidades de desarrollo a algunos sujetos de género frente a otros que, por su género y su situación vital, tienen reducidas oportunidades." Cf. LAGARDE, op. cit., 1996, p. 29, tradução minha.

[essas relações] organizam-se em ambientes institucionais e econômicos específicos."[347]

Isto chama atenção para o fato de que esta divisão sexual do trabalho não incide sobre todos os corpos de igual maneira, nem intra, nem entre gêneros. A ideia de família supracitada, por exemplo, é, em uma leitura histórica, a branca e burguesa[348] idealizada no final do século XIX e início do século XX. Ao tratar do sistema de dominação – exploração que subordina mulheres a homens, e focar na questão da responsabilização do cuidado – e, consequentemente na divisão dos fazeres públicos e privados –, precisamos pensar, além do gênero, as questões de raça e classe[349], uma vez que:

> Atuando no seio das famílias de classe média, mas como *outsiders*, trabalhadoras negras e imigrantes têm avaliado as formas de exploração do trabalho das mulheres e pensados laços estabelecidos no provimento de cuidado, numa realidade em que a pobreza dos seus espaços de origem, as desigualdades regionais e o racismo desempenham um papel fundamental. Cuidando dos filhos de outras mulheres, permitiram que estas se emancipassem e tivessem maior autonomia e reconhecimento profissional. Enquanto isso, para elas, a rotina de trabalho pode ter dificultado o cultivo de laços amorosos e, quando mães enfrentaram o dilema da criação dos próprios filhos em conjunto com o exercício do trabalho remunerado, em condições de precariedade.[350]

Além de exercerem um trabalho mal ou não remunerado no espaço doméstico – o do cuidado –, às mulheres, e em destaque as negras e de baixa renda, são desvalorizadas e tem suas funções pouco ou não regulamentadas, uma exploração ao mesmo tempo econômica, fisiológica e psicológica. Acabam tendo que abrir mão de suas próprias famílias para assumir papel na família dos outros, seus serviços, entendidos como extensão dos comportamentos esperados, são tomados como "familiarizado" – "a tia", "a mãezinha", "ela que já é da família". Esses

---

[347] BIROLI, Flávia. Cuidado e responsabilidades. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 54.

[348] Inclusive está foi uma crítica feita por Nancy Fraser a Habermas, e informada por Mary P. Ryan, quando este em seus estudos considera somente a esfera pública burguesa ignorando os demais comportamentos públicos. Cf. BIROLI, Flávia. Família e maternidade. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 95.

[349] Sobre o assunto, sugiro: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. E alguns textos da Lélia Gonzalez reunidos na coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Org. de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Em destaque: A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica, p. 49 – 64; Pesquisa: mulher negra, p 191 – 196. .HOOKS, bell. Repensando a natureza do trabalho. In: _____. *Teoria feminista*: da margem ao centro. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 147 – 161.

[350] BIROLI, op. cit., 2018, p. 68 – 69.

laços de familiaridade que afetam as mulheres que realizam trabalhos domésticos remunerados ou não, em destaque as negras e pobres, reforçam a desvalorização e chamam atenção para "a patriarcal 'democracia racial' brasileira"[351].

Importante notar também que é este trabalho de cuidado, desvalorizado e invisibilizado, realizado em grande maioria das vezes por mulheres não brancas e de renda baixa, que possibilita que mulheres brancas e de classe média possam sair dos domínios do privado, acessar o mundo do trabalho produtivo e às vezes até os espaços de poder.

Em suma, os homens brancos com posses[352], sem dúvida, são os primeiros beneficiados pelo sistema patriarcal. Eles se fizeram e se anunciaram como os "Uno" e deste princípio aprenderam a subordinar as parceiras – as mulheres brancas, "o outro"[353] – dentro de seus próprios grupos, fazendo deste processo a regra. Estas não são inocentes nesse projeto. Contudo, na dita modernidade, em busca de novos territórios para conquista – colonização –, encontraram corpos que ao não se pareceriam com os deles – eram não brancos –, eram, portanto, também "o outro do Uno destituído de sua plenitude ontológica e reduzido a cumprir a função de *alter*".[354] Estes "Outros" serviram para sua reafirmação como Uno[355], além de ainda hoje, no sistema capitalista, suas condições de vida serem inferiores. Essa dominação – exploração é, portanto, simbiótica, formando um sistema ao mesmo tempo patriarcal

---

[351] Sugiro a leitura da Carta-denúncia do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga, escrita em 1984, tratando sobre a situação da mulher negra e pobre. A referida foi colocada como apêndice no ensaio Mulher negra, de Lélia Gonzalez. Cf. GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: _____. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Org. de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 109 – 111.

[352] "Os homens que, supostamente, fazem o contrato original são homens *brancos,* e seu pacto fraterno tem três aspectos: o contrato social, o contrato sexual e o contrato de escravidão [...]" (Paterman, op. cit., p. 324)

[353] BEAUVOIR, Simone de. Introdução. In: _____. *O segundo sexo*: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Millet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2020. 1.v , 9 – 27.

[354] A citação completa no original: "En el mundo finalizado de la modernidad, el otro del Uno es destituido de su plenitud ontológica y reducido a cumplir con la función de alter, De otro de uno como representante y referente de la totalidad." n. p., tradução minha. Cf. SEGATO, op. cit., 2016.

[355] Sobre a estreita relação entre patriarcado e racismo e a construção da outridade dos corpos negros, sugiro: CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, em especial os capítulos 1, a máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização (p. 33 – 46) e o 4, Racismo Genderizado: "(...) Você gostaria de limpar nossa casa?" – conectando "Raça" e Gênero (p. 93 – 109) GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: _____. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Org. de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75 – 93.

– racista – capitalista[356], ou, como escreve Rita Segato, um "patriarcado colonial moderno"[357].

Não irei me aprofundar nessa questão, mas é importante pontuá-la, pois, assim como o patriarcado não afeta de igual forma a vida de todos os corpos a ele submetidos, às conquistas dos movimentos feministas e de mulheres não atende às demandas de todas e todos, precisando sempre levar em consideração a questão da raça e da classe – bem como da idade e da capacidade física – ao se tratar delas, como refletirei mais adiante.

Conforme já mencionado, público e privado são construções sociais baseadas na divisão sexual do trabalho. E mesmo com vitórias das últimas décadas, essa diferenciação, "[...] base material das relações de gênero e prática cotidiana de atribuir às mulheres um trabalho do qual os homens são liberados, é justificada e permanece como um fator de precarização da vida das mulheres"[358].

Desta forma, é importante questionar quando os domínios públicos foram dissociados dos domínios privados e com qual propósito? Por que a esfera pública foi trazida para o centro da vida – e ainda assim não possibilita que todos os seres viventes a acessem – e a vida privada foi menorizada, legada à margem? A quem serve essa dicotomia?

Rita Segato, refletindo sobre o *Patriarcado: da margem ao centro*, escreveu:

> [...] a história e constituição da esfera pública participa e se entrelaça com a história do próprio patriarcado e sua mutação estrutural a partir da captura colonial-moderna do mundo-aldeia. Visto desta forma, a história da esfera pública ou esfera estatal não é outra coisa que a história do gênero.[359]

A partir desta afirmação, se apreende que assim como o gênero, os domínios público e privado são construções relacionais e recíprocas, ou seja, não estão e tampouco podem estar separados um do outro, pois se produzem mutuamente.

---

[356] Cf. SAFFIOTI, op. cit., 1987, p. 60 – 67.

[357] Cf. SEGATO, Rita Laura. «Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial», *e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 30 agosto 2024. URL: http://journals.openedition.org/eces/1533; DOI: https://doi.org/10.4000/eces.1533.

[358] Cf. BIROLI, op. cit., 2020, p. 152.

[359] No original: "[...] la historia y constitución de la esfera pública participa y se entrama con la historia del propio patriarcado y su mutación estructural a partir de la captura colonial-moderna del mundo-aldea. Visto de esta forma, la historia de la esfera pública o esfera estatal no es otra cosa que la historia del género." Cf. SEGATO, op. cit., 2016.

Estão, portanto, imbricados e "os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidas na outra."[360]

Contudo, esta dualidade é hierárquica e, ainda que interligada, no mundo colonial moderno é construída de forma que "o espaço público, habitado pelos homens com suas tarefas, a política e a intermediação (os negócios, a parlamentação e a guerra), não englobe nem subsuma o espaço doméstico, habitado pelas mulheres, as famílias e seus muitos tipos de tarefas e atividades compartimentadas."[361]

Assim, o lugar dos homens, é constituído e ostentado como universal, político e racional, à medida que o lugar das mulheres, é despolitizado e emotivo, servindo só para reprodução – entendida como natural por fatores biológicos. Esta divisão sexual do trabalho e dos domínios de ação do gênero "[...] incide nas possibilidades de participação política das mulheres [em especial das mulheres negras e de baixa renda] porque corresponde à alocação desigual de recursos fundamentais para essa participação, em especial o tempo livre e a renda."[362]

Quando as mulheres conseguem acessar os ditos lugares dos homens, saindo da esfera privada para assumir ação na esfera pública, esses recursos – tempo e dinheiro – que já são mínimos para elas, parecerão menores, já que agora devem ser divididos nas duas esferas.

Inclusive os domínios domésticos – lugar onde elas "com certeza devem estar" – são invadidos impudentemente para que as demandas políticas sejam atendidas, afinal já que foram elas que decidiram transpor os limites socioculturalmente estabelecidos, "elas que deem conta". Por óbvio não é fácil, ao ser questionada sobre como equilibrava a vida pessoal e política, por exemplo, Regina Elena narra:

> Não conciliava, era tudo uma coisa só, que foi muito difícil. [...] imagine aí, uma primeira vez na cidade, tudo muito novidade você... primeiro que já vinha de vereador que você sustentou município os quatro anos como vereadora como se fosse uma mini prefeitura, tudo era da sua casa, tudo

---

[360] BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 33.

[361] No original: "el espacio público, habitado por los hombres com sus tareas, la política y la iintermediación (losnegocios, la parlamentación y la guerra), no engloba ni subsume el espacio doméstico habitado por las mujeres, las famílias, y sus muchos tipos de tareas y actividasdes compartidas." Cf. SEGATO, op. cit., 2016.

[362] BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 23.

> era no seu comércio, todo mundo que precisava era você, então já tinha sido o primeiro exercício né. Como prefeita, é isso, numa cidade do interior, você morando aqui dentro, sua casa bem no centro, perto do mercado, aí as pessoas querem que esteja aberta lá. [...] interessante, que as pessoas pelo fato de "ah eu conheço", é todo mundo conhecido, [...] o povo vinha pra feira no domingo e reclamavam porque tinha que eu abrir a prefeitura porque eles não podiam vir na semana, então "porque que eu não abria aquela prefeitura no domingo pra receber todo mundo, pra despachar" e eles queriam que eu despachasse mesmo em casa né. Então lá em casa, sábado e domingo virava a prefeitura e eu comecei a ver que [...] eu não ia conseguir dar conta disso, a semana e o fim de semana e essa coisa toda né.[363]

Maria Iracilda, sobre uma situação parecida, relata:

> Você sabe o que é você tá deitada e, naquela época não tinha campainha, era batendo na porta, teco-teco-teco e você responder "quem é?" "É Fulano. É porque eu tô precisando de um carro para levar fulano para Santa Quitéria" [...]. Quantas vezes alguém bateu à minha porta pedindo remédio [...] eu tinha minha conta na farmácia, que eu pagava por mês para poder ajudar. Então assim, tive o apoio do meu esposo, graças a Deus né? [...] Eu tive muito apoio para que isso desse certo, porque eu acho que se eu não tivesse tido apoio não teria sido fácil para mim, porque não é mole, não é brincadeira. Você sabe o que é, [...] ter quatro, cinco pessoas na sua casa almoçando e você tá sentando na mesa, chega uma pessoa do interior diz assim "Eu ainda não almocei" e você vai lá na panela, era a última comida que você tinha botado era a sua, aí você diz assim "sente aqui meu amor, coma, que eu pego uma banana como, daqui a pouco a menina faz outra comida", era assim a vida, porque não era fácil, certo?[364]

Importante observar neste ponto uma prática comum na dinâmica das relações de poder que atravessam o fazer político de homens e mulheres, conforme estou chamando atenção neste ponto, a saber, o clientelismo, que aparece na narrativa acima.

Sobre essa questão, o trabalho de Victor Nunes Leal na obra *Coronelismo, enxada e voto*[365], ajuda a compreender as relações entre quem vota e quem é votado ou votada para manutenção do poder local. No trabalho de Leal, escrito nos anos quarenta do século passado, se observa que a troca de favores para favorecimento das lideranças locais foi uma prática comum no Brasil fortemente agrário durante a Primeira República, esse fenômeno é chamado pelo autor de coronelismo. Entendido como sistema político, o coronelismo é historicamente datado e foi resultado de fatores políticos – a implementação do federalismo – e

[363] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.
[364] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.
[365] Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto:* o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

econômicos – decadência dos fazendeiros – naquele contexto. Essas relações de trocas ainda persistem nas práticas políticas contemporâneas, contudo não da mesma forma e nem nos mesmos termos.

Não irei me demorar nas discussões sobre o tema, pois José Murilo de Carvalho já indicou alguns caminhos para quem quiser enveredar por essa questão[366], mas é importante para o estudo da História Política de Catunda, compreender se e como essas práticas atravessam as relações de poder entre eleitos/eleitas e seus eleitores/eleitoras na cidade.

O que ocorre nas relações políticas contemporâneas não pode ser chamado de coronelismo, nem mesmo é considerada uma atualização desse sistema, pois conforme mencionei, a partir do trabalho de Leal, o coronelismo pertence a um contexto específico, e como observa Carvalho, ele "não existiu antes dessa fase [a saber, a Primeira República,] e não existe depois dela.".

Talvez mais se aproxime das práticas políticas locais – seja municipal, estadual, e/ou regional – o mandonismo, que é uma das características da política tradicional brasileira e que, mesmo que esteja em declínio, ainda pode ser observada em algumas culturas políticas[367]. Ou ainda o assistencialismo/clientelismo, expressos pelos favores que desresponsabiliza o Estado[368], sejam melhores termos para pensar as relações políticas locais, a partir das narrativas das eleitas em Catunda.

Certo é que, a partir da apropriação da máquina pública pelo privado, ou melhor, do uso do que é público para atender os interesses privados dos corpos na política – eleitos/eleitas e eleitores/eleitoras – é que se dá a manutenção de práticas

---

366 Cf. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

367 Cultura política é, sem dúvida, um importante conceito para o estudo da História, principalmente desde a retomada da chamada Nova História Política, por René Rémond. Sobre o assunto sugiro: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebecca (org.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007; BARROS, José D'Assunção. *A Nova História Cultural* – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos - DOI: 10.5752/P.2237-8871.2011v12n16p38. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38–63, 2011. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998; DUTRA, Eliana R. de Freitas. *História e culturas políticas*. Definição, usos e genealogia. Varia História, Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, dez. 2002. KUCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As Dimensões Subjetivas da Política*. Estudos Históricos, São Paulo, n. 24, p. 227-250, 1999; e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história*: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

368 Cf. POTRICH, Maithê. Clientelismo e Assistencialismo: a tradição da assistência social no Brasil. *Revista Vernáculo*, [S. l.], n. 48, 2021. DOI: 10.5380/rv.v0i48.78764. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/78764. Acesso em: 9 jan. 2025.

clientelistas cotidianas, como a observada na narrativa anterior. Abrem-se as portas de suas casas para receber e atender uma demanda quase como se a figura pública – prefeito(a) e/ou vereador(a) – devesse existir integralmente, para além dos espaços de atuação política – "tem que se abrir a prefeitura até aos domingos". Esta prática é integrante[369] de uma cultura política historicamente construída, quase naturalizada em alguns casos, uma vez que sem nem perceber a "boa ação", o "favor", personaliza a política.

Em síntese, através da fala de Iracilda, mas também de outras eleitas, se nota, como mostro mais adiante, que seus eleitores e eleitoras não esperam somente políticas públicas, mas benemerências. Em outras palavras, e nesse caso específico, eles invadem a vida privada dessas mulheres da política em busca de cuidado – o remédio ou a comida. Não que esta prática só afete as eleitas, até porque no clientelismo/assistencialismo do século XX essa questão atravessava mais a vida dos homens, já que elas não estavam nesses espaços de poder. Contudo chamo atenção para dois pontos, primeiro que o clientelismo/assistencialismo está imbricado no fazer político local – ou seja, não foi superado apesar do "fim do governo dos coronéis" – ainda que não seja exclusivamente ligada a ele e mais, afeta de maneiras diferentes a vida dos eleitos e das eleitas, atingindo elas nos domínios domésticos, na cozinha, em busca de cuidados e outras assistências que parecem lhes caber mais.

Elas até criaram estratégias para tentar conciliar a política que invade suas casas – não da maneira como gostariam. Regina Elena, por exemplo, conta que:

> [...] eu não tinha direito de acordar de manhã, sentar na mesa e tomar café. Não, não tinha esse direito, por quê? Porque amanhecia o dia 6 horas já tinha gente lá em casa, ali. Aí qual foi a estratégia que eu [...] que usava? Chegava e ia chegando e tomava conta da cozinha e tomavam um café e comiam o que tinha, eu não comia. Aí eu fazia o quê? Eu acordava, [...] eu ficava no meu quarto resolvendo algumas coisas e eu só levantava na hora que já era pra ir pra prefeitura e aí eu levantava e o pessoal "ah, Dona Regina isso assim", e eu "bora, bora todo mundo pra prefeitura.". Eu descia, a prefeitura era perto, e eu já descia levando todo mundo, aí o meu lanche ia pra lá, meu café ia pra lá, porque se eu sentasse pra tomar o café eu não saia mais, né. Então a estratégia era essa, e foi dando certo.[370]

[369] MALVESTIO, Mateus Roberto Sposito. A cultura política do clientelismo: uma análise no brasil contemporâneo (1988-2010). *Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História*, [S. l.], v. 9, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23192. Acesso em: 9 jan. 2025.
[370] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

Reforço, com isto não estou afirmando – e nem posso afirmar – que somente elas são incomodadas em suas casas atendendo demandas públicas e/ou privadas de munícipes, mas, sem dúvida, isto afeta mais proporcionalmente a vida das eleitas uma vez que o doméstico foi socializado como seu lugar "natural". Das compras aos sacrifícios que devem ser feitos para que todos os outros ao seu redor se sintam cuidados, são elas que fazem.

Retomando a questão, elas podem até conseguir acessar o mundo público – espaços de poder, o campo político, a atuação política – só que devem fazer mantendo o mundo privado despolitizado e ainda sob seus cuidados. Ademais, o cuidado, conforme já refletido anteriormente, está nas atuações políticas das eleitas, pois este foi concebido como fazer das mulheres. Ao assumir cargos públicos, estas cuidam, além de suas famílias – uma vez que não podem deixar de cuidar –, da família de outros também.

Lindomária Peres Muniz, a época da entrevista presidenta da Câmara Municipal de Catunda, diz que:

> [...] tu não tem só tua família. [...] O que é o vereador aqui no interior desse? É o assistencialismo, porque a maioria das pessoas não querem saber o que tu faz na rua, o que tu fez naquele prédio, tu fez aquilo ali… as pessoas não querem saber disso. Elas querem saber que na hora que te procuram, tu atende, tu atende a necessidade deles naquele momento ali o que que tá precisando. Então assim, uma cidade dessa aqui tu pensa que não tem muita gente carente, tem muita gente carente. Então assim, é muito pedido e eu tenho que atender. Eu não tenho só minha família, eu tenho várias né.[371]

Diferentemente de Maria Iracilda, Lindomária reconhece a prática do assistencialismo eleitoreiro como inerente ao seu fazer político. Ela assume que ser uma mulher na política, em sua experiência como vereadora, exige ter "outras famílias", atender imediatamente às demandas em especial de cuidado, desses tantos outros "filhos e filhas" que são agregados. Interessante que, como já observado anteriormente, isto não significa que esta característica de atender as carências dos corpos da cidade seja inerente às mulheres, afinal esse assistencialismo é o que por vezes esperam de vereadores e/ou vereadoras, não somente, mas principalmente em municípios de pequeno porte, como é o caso de Catunda, onde as relações eleitores/eleitoras – eleitos/eleitas são mais próximas.

[371] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

Contudo, a partir do relato se nota que atender essas demandas cria outros vínculos, estreita o pessoal e o político, de forma que o doméstico é quase que público, no sentido de ser ocupado por estes que vêm pedir. De alguma forma isso acaba criando "novas famílias", onde essa mulher que legisla – e nesse caso específico, Lindomária, mas também como relatado anteriormente por Maria Iracilda e Regina Elena – assume o cuidado, como uma mãe que atende ao pedido dos filhos. Um trecho da narrativa de Ravenna corrobora este ponto. Ela declara:

> Você sabe que estando em um cargo público você consegue trazer um pouco de conforto, dá um pouco de mais educação, de mais saúde, de mais assistência, isso faz tanto bem a gente como pessoa e como gestor nem se fala, aliás, como gestor é bom, mas como pessoa a gente se sente mais feliz ainda.

Ademais, este é um dos motivos que fizeram com que ela permanecesse na política – ainda que não seja o que a levou a se candidatar como apresentei na seção anterior – e que mudaram sua percepção do campo político como rígido e meramente burocrático, a levando a compreender este como esfera afetiva, humanizada, movida e movimentadora das emoções.

Retomando a questão da participação das mulheres nos espaços públicos, fora dos domínios domésticos que lhe foram atribuídos "naturalmente", sem nunca escapar destes, Maria Iracilda narra:

> Wagner, você pode ter certeza que é nesse momento que digo para você, com consciência limpa, que a mulher é guerreira, porque fazer o que eu fiz. Não, não estou me gloriando, porque qualquer mulher é capaz de fazer, mas eu pude sentir na pele a responsabilidade grande que é, e eu dei conta. Porque é desafiador você ser esposa, ser mãe, ser educadora e ainda ser vereadora, ou qualquer outro cargo público, certo?

A narrativa de Lindomária corrobora a de Iracilda, ela diz:

> É muito difícil... mãe, dona de casa, vereadora. E aí assim, eu tenho que coligar. De manhã pra meio-dia eu tô numa coisa... eu faço até queijo tá? De manhã eu só posso sair depois que eu termino meus queijos. E aí de 10h em diante eu tô disponível pra algumas outras coisas. Aí tem dois dias aqui na câmara [...]. E aí tem eventos fora, reuniões e aí a gente vai... tu sabe que mulher é igual Bombril né, mil e uma utilidades.[372]

[372] MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.

Ser Bombril e ter “mil e uma utilidades” não é tão bom quanto parece, pois você acaba não se dedicando a melhor execução de algumas atividades, e no caso das mulheres isso pode significar “negligenciar” os trabalhos de cuidado – entendidos como exclusivos seus – ou não se empenhar suficientemente nos debates políticos, o que pode ser usado pelos homens como justificativas para manutenção da ordem patriarcal. No patriarcado capitalista moderno, onde público e privado são entendidos como apartados, ter tantas utilidades – leia-se responsabilidades – pode degradar ainda mais as vidas.

Com isso não estou dizendo que os limites entre público e privado devem ser respeitados e que as mulheres precisam escolher somente uma dessas esferas para atuação. Contudo, é evidente que se exigirá mais delas ao ocuparem o mundo público, porque este não lhe seria “natural”, de acordo com a história patriarcal.

Então:

> Nossa, tem que se virar nos 30 viu! Porque assim, graças a Deus meus filhos são dois abençoados que sempre me entenderam e tiveram muito do meu lado né. Fui casada 9 anos com o pai da Raflésia. Eu já tava no sindicato nesse período e meu marido na época, não entendi, não aceitava minha loucura de viagem, porque quando tava entrando no sindicato, que tava indo para presidência era muita viagem. Era Brasília, era São Paulo, era a região aqui de Inhamus, Crateús. Eu viajava toda [hora] atrás de recursos, de políticas públicas, participar de plenário, congresso, de reuniões, de debates, trazer as coisas pra meu povo aqui. Como eu representava na agricultura, representava na verdade. E aí que é, aconteceu, meu marido na época perguntou assim - entrar na vida pessoal - ou sindicato, ou eu. Eu pensei, já não tava muito bem no casamento e eu escolhi o sindicato né. E nesse tempo foi uma turbulência, [mas] consegui conciliar.[373]

Conforme se observa a partir do relato acima, de Joana D’arc, além da fadiga dessa dupla – tripla – jornada de trabalho, outras podem ter suas “punições” por saírem da margem para o centro, como a perda do casamento – afinal, elas quebraram o contrato sexual. Os esposos se sentem ameaçados, traídos, emasculados.

A vida na política afeta as eleitas não somente no cansaço extremo por terem que equilibrar os domínios político e doméstico, mas por estarem na esfera pública suas vidas são centro de debates sobre o que as mulheres podem ou não fazer. Joana narra o que sentia:

---

[373] FERREIRA, Joana D’arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

> É Joana, por você tá na política, por ser uma pessoa pública, você não pode se sentar na mesa com os amigos e tomar uma cerveja", eu tinha muito isso comigo. Eu tinha um preconceito comigo mesma, nesse sentido e hoje [já sinto que] posso. [...] Porque você se trava [...] por conta de você tá representando um público [...] você não pode ter sua vida social.[374]

Nesse relato a eleita dividiu um sentimento que ela tinha com ela mesma que impossibilitava e/ou dificultava que tivesse vivências privadas em público, afinal se espera que mulheres, principalmente solteiras, e nesse caso representantes políticas, tenham uma vida respeitável, longe das sociabilidades, como se observa no comentário feito por Maria Iracilda mais anteriormente. Este pensamento patriarcal é, como já mencionado, socializado desde muito cedo através de diferentes instâncias – família, igreja, escola e estado – marcando as expectativas de gênero e, desde pelo menos o século XIX[375], delimitando as esferas de ação desses corpos generificados.

Este preconceito consigo mesma resulta dessa socialização, base que reproduz e sustenta o patriarcado e que desmotiva a entrada e permanência das mulheres no campo político, que tem receio de serem ainda mais foco das compreensões machistas – mulheres faladas, mulheres desonestas, mulheres masculinizadas e mulheres perigosas.

Contudo, nem todas as mulheres sofreram com as consequências de subverterem a divisão sexual do trabalho e saírem dos domínios privados para os públicos. Algumas, como é o caso da primeira presidenta da Câmara Municipal de Catunda, Antonia Gonçalves Magalhães, afirmam que "Era muito fácil.", já que estavam trabalhando fora do lar – no caso dela como funcionária dos correios desde os "19 anos até a minha aposentadoria" – antes de concorrerem à política, não era difícil exercer as duas funções e "dava [até] pra conciliar porque, pra começar, as sessões da câmara eram a noite."[376]

Portanto, conforme observamos na narrativa de Antônia Magalhães, o horário das sessões facilitava a participação das mulheres, pois ocorrendo a noite os afazeres domésticos e/ou os serviços prestados profissionalmente já teriam sido

---

[374] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.
[375] Nesse contexto de modernismo romântico, por exemplo, manuais de bons costumes eram comuns e buscavam socializar como as meninas e os meninos deviam agir desde a infância e moldando sua vida adulta. Também eram comuns textos literários – peças teatrais, romances e novelas – que indicavam os caminhos que, principalmente, mulheres deviam seguir para uma vida feliz.
[376] GONÇALVES MAGALHÃES, Antonia. Entrevista 07. Wagner Cavalcante Farias. 18 de nov. de 2021.

cumpridos, possibilitando que elas se dedicassem à política. Contudo, mesmo quando o horário das sessões foi mudado, algumas mulheres eleitas defendiam que isto não poderia afetar seus afazeres públicos.

No Livro de Atas nº 2, da Câmara Municipal de Catunda, na Ata da sessão do dia 06 de fevereiro de 2003, além de ser registrado novo endereço da casa legislativa, foi anunciado novo horário das reuniões ordinárias que passavam das quintas-feiras às 19h da noite para as sextas-feiras às 09h da manhã. Maria Marina Melo de Abreu, vereadora eleita em seu segundo mandato, discorda dos horários alegando seus afazeres fora da vida política. Maria Valdeci replica a colocação de Marina dizendo que o lugar de trabalho de vereadores e vereadoras era na Câmara Municipal, reforçando a ideia da carreira pública como profissão, o que exigia delas principalmente, maior dedicação, já que aquele é um espaço conquistado.

Regina Elena também diz não ter achado tão difícil ocupar os domínios públicos, pois, assim como relatou Antônia, ela já estava um tanto fora dos domínios domésticos, já "não era uma mulher do lar" e fez da política, conforme esperado, sua profissão. Em suas palavras:

> eu abandonei tudo, comércio até praticamente família, filha e essas coisas todas para viver intensamente aquilo ali como uma missão que foi dada. [...] A campanha da oposição na época foi feita em cima todinha de que mulher não serve para governar, que mulher é para estar em casa… só que eu já me sentia uma mulher diferente porque eu não era aquela mulher de casa, do lar. Eu já era uma mulher do comércio, era uma mulher de tá ali atendendo o público, de estar perto do público, então não eu nunca me senti essa mulher, "eu sou uma mulher do lar." Até hoje eu cuido da minha casa, eu cuido das minhas coisas, mas nunca me senti essa mulher do lar né. Na minha cabeça era diferente, era além disso . [...] Então eu já tinha provas de que mulher era capaz de fazer algo mais do que cuidar da sua casa.[377]

Outras ainda, como Maria Valdeci dos Santos, acharam até fácil transpor essas fronteiras com o auxílio de seus companheiros:

> Eu sempre eu tive uma pessoa que morava comigo, umas das meninas né [...] Eu botava uma pessoa aqui pra me ajudar. E o João [...] ele foi a pessoa que mais ajudou em tudo, porque o João nunca reclamou, sabe. Eu levava gente pra Sobral, o João nunca reclamou. Eu trabalhava nessa igreja de tudo, ele ajudava aqui em casa, ele nunca reclamou de nada né. E como ainda hoje ele me ajuda também em casa né. E através dele que eu pude

[377] GONÇALVES MAGALHÃES, Antonia. Entrevista 07. Wagner Cavalcante Farias. 18 de nov. de 2021.

> fazer todas essas coisas aí né. Se não fosse ele eu não tinha feito deste tanto de coisa também não.[378]

Nota-se que o apoio dos cônjuges parece facilitar as vivências das mulheres nos espaços de poder, mas não necessariamente por estes assumirem as responsabilidades do mundo privado. Na verdade, outras mulheres – "uma das meninas né" – substituíram a mulher que precisou sair e eles, quando muito, ajudam principalmente por não reclamarem. Com isto não estou dizendo que eles nunca auxiliam nos cuidados domésticos, mas que, como relatado, sua ajuda é maior por não questionarem a decisão delas de não assumir os comportamentos naturalizados para suas ações.

Mas não é somente o apoio do companheiro que contribui com as vivências das mulheres nos domínios públicos, é preciso do apoio dos filhos e filhas. Joana D'arc relata:

> E assim, quem ainda consegue conciliar entender é meus filhos né. Meus filhos eu vejo eles praticamente à noite e de manhã já saio. Às vezes viajo dois, três dias e quando eu não levo um comigo, eu deixo com alguém. Então assim, Deus foi tão maravilhoso na minha vida que eu sempre encontrei pessoas muito boas, com muita responsabilidade, de confiar e deixar meus filhos. Quando não tinha, eu carregava comigo né? Assim eu nunca achei essa dificuldade para não representar, de não ir trabalhar por conta disso. Então digo que Deus sempre foi muito maravilhoso, sempre abriu as portas e me deu oportunidade de sempre seguir o melhor. E fui indo, fui conciliando e fui vencendo e tudo [...][379]

Conciliar. Esta é a palavra que define as experiências das mulheres entre o público e o privado, afinal elas não podem "abandonar" as performances "naturais" para os quais elas foram preparadas – social e "biologicamente". Assim, a maternidade terá que ser vivenciada e seus filhos e filhas, entendendo a situação – bem como os maridos não reclamando –, já muito contribuem para que elas possam agir nos domínios públicos – espaços de poder.

O peso da compreensão dos filhos e filhas é tão grande que até a decisão de concorrer a cargos públicos deve, em alguns casos, ser conversada com eles e elas e a forma como estas reagem afeta – ainda que não determine – a escolha ao final. Ravenna Lima relata as dificuldades que lhe afetaram desde antes de seu mandato, diz:

---

[378] SANTOS, Maria Valdeci dos. Entrevista 06. Wagner Cavalcante Farias. 17 de nov. de 2021.
[379] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

> É difícil conciliar também com a vida pessoal, meus filhos nunca quiseram que eu me candidatasse. Quando o Ernani foi falar com João Augusto, meu filho… Assim, eu costumo dizer que o João Augusto, [que] tem 19 anos, eu costumo dizer que ele nasceu e se criou dentro de um carro, porque o pai prefeito, eu trabalhava em Fortaleza, o Ernani aqui [em Catunda], então [a gente] vivia se deslocando, ele morava dentro de um carro. Mas assim, ele nunca reclamou. Eu achava que ele sempre convivia muito bem com aquilo, mas também tinha a figura ausente, às vezes, do pai né, mas nunca foi de reclamar. Mas quando foi para me candidatar aí ele disse: "pai, tu já ficou esse tempo todinho ausente, agora tu quer tirar minha mãe da gente." Aí Wagner, nesse dia eu digo, não vou. Nesse dia eu só chorei, não vou, não vou, não vou. Porque quer dizer, depois de adulto, eu ouvir isso? Ele nunca tinha reclamado. Eu posso dizer que também a ausência do pai marcou, embora ele nunca tenha reclamado. Aí eu vi, sim, que ele sentia né, mas como eu sempre estava perto, porque era assim se eu vinha trabalhar em Fortaleza, era ele e direto, ele morava dentro de um carro. Se eu estava aqui era aqui, para onde eu ia eu levava e graças a Deus eu sempre tive pessoas próximas para me ajudar. Eu posso dizer que sou uma pessoa privilegiada nesse sentido, eu sempre tive pessoas maravilhosas para me ajudarem com meus filhos, na minha casa, porque é difícil. Aí quando foi para reeleição eles disseram, "não mãe eu acho que tu já foi eleita, tu tem direito mesmo a ser reeleita, tá dando certo. Vai que a gente agora [se vira]." Aí ficou tudo certo sabe. E o que eu mais temia na primeira vez era justamente como é que ia ser, porque eu sempre fui muito aquela coisa protetora com eles, para tentar suprir um pouco a ausência do Ernani. Embora seja um excelente pai, não tô dizendo que ele não seja, dentro das responsabilidades dele, ele sempre esteve presente, mas não adianta tapar o sol com a peneira, realmente a figura do político é mais ausente da família, mais ausente de casa. Ele vai ao aniversário do vizinho, mas do filho ele não gosta de fazer porque não dá tempo. [...] Então eu consegui conciliar isso muito bem, para o segundo mandato como isso vem dando certo e as mesmas pessoas que desde 2017 começaram a me ajudar hoje permanecem a quem eu sou muito grata, tanto as daqui de Catunda com as de Fortaleza [...]. Então com relação a isso agora zero, zero preocupação não, porque filho é uma preocupação para a vida toda [...].[380]

Independente da idade incide sobre a decisão ouvir de um filho ou filha que você – em especial a mãe – estará ausente e isso é inaceitável para eles. A ausência do pai já é difícil para os filhos e filhas, mas a da mãe incidirá na quebra de outro contrato, agora social, que esta assina ao assumir a maternidade. As cláusulas desse contrato implicam sua presença, ou melhor, sua permanência nos domínios domésticos. Ainda que estas não assumam as responsabilizações de cuidado, por terem "pessoas maravilhosas" que ajudem com os cuidados, é preciso que ela – mãe – esteja o mais presente possível, já que o pai não estará, pois os comportamentos esperados dele permitem – até exigem – que ele saia do espaço privado para assumir o provimento da família.

---

[380] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

Quando ele – pai – assume um cargo político essa ausência paterna justificada ainda será maior, os filhos pouco ou nunca reclamaM, mas a maternidade não será perdoada, por assim dizer, pois a saída da mãe para cargos eleitos – esfera pública – implicará no abandono – quebra do contrato social.

Como já observado, esta questão ainda será contornada com a presença de outras pessoas – em geral mulheres, não brancas e de baixa renda – que vão assumir e desempenhar as performances que as mães, por transporem as fronteiras do privado, não estão assumindo integralmente. Na família nuclear burguesa essas "pessoas maravilhosas", "essas meninas", esse "alguém que ajuda", serão as babás, as trabalhadoras domésticas, as cozinheiras, ou a mulher remunerada que concentrará todas essas funções, entrando na familiaridade – podendo ser a vizinha, uma conhecida ou em alguns casos até da família, como a sogra ou a avó – e vivendo as dores e sabores da responsabilização do cuidado.

Tudo isto posto, é importante concluir que ainda hoje não existem impeditivos legais e coerções identificáveis que excluem as mulheres do domínio público e/ou as obriguem a permanecer somente no privado, existem ações capitalistas neoliberais[381] que reforçam a despolitização de assuntos privados – quase às culpando por não estarem dando atenção única e exclusiva ao que deveria importar para elas e que "por óbvio" não está no mundo público –; dificultam a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho – exigindo delas mais do que dos homens, seja qualificação e/ou recursos básicos como tempo e renda; e transformam a família em "sujeitos de responsabilidade" social, em busca da manutenção de seu status – pai autoridade, mãe cuidadora e filhos como futuros da nação.

Essa questão não só cria e sustenta as assimetrias de gênero, conforme já mencionado, impossibilitando, dentre muitas coisas, a participação das mulheres nos espaços de poder, como também estabelece quais discussões são prioritárias para a agenda pública – temas centrais como economia, governo e conflitos serão sempre considerados – e, obviamente, as pautas ligadas aos corpos femininos e os domínios privados, "eufemisticamente" entendidos como "temas transversais" – como a questão do cuidado, aborto e maternidade – serão pouco ou nunca

[381] Cf. Biroli, op. cit., p. 64 – 65.

considerados[382] e quando são é pela lente do neoconservadorismo e neoliberalismo.[383]

Deste modo, com Flávia Biroli, se entende que o:

> [...] foco – míope – nas instituições políticas e nas disputas entre os atores nos espaços formais de representação pode corresponder o esfumaçamento do cotidiano, das relações de trabalho e da dimensão macroeconômica das decisões, sobretudo quando se considera seu impacto na vida cotidiana. [...] Abre-se, assim, uma distância entre, por um lado, os fenômenos e os espaços considerados para análise da democracia e, por outro, as experiências cotidianas das pessoas; e essa distância se acentua quando se trata das experiências dos grupos que têm menor acesso às arenas políticas institucionais.[384]

Este problema é paradoxal, uma vez que ironicamente as questões da esfera privada não são consideradas na esfera pública – ou em outras palavras, o pessoal não é político, apesar de constar do desejo feminista – justamente porque as mulheres em suas múltiplas intersecções, enquanto corpos ligados ao doméstico, emotivo, reprodutivo, enfim ao privado, são minorias nas instâncias de discussão política, ao mesmo tempo em que estas são o menor número entre os eleitos para cargos públicos dos espaços de poder, precisamente por estarem ligadas ao privado.

Certo é que é antiquíssimo o sistema patriarcal. A divisão sexual do trabalho, por sua vez, bem como a consequente dicotomia das esferas[385] de ação – questão público e privado –, da forma como está configurada atualmente, é um produto da sociedade burguesa[386]. Certo também é que as coisas começaram a mudar graças ao movimento feminista e de mulheres, desde pelo menos o século XIX. Mesmo assim:

---

[382] Cf. Segato, op. cit., 2016.

[383] Cf. BIROLI, Flávia, VAGGIONE, Juan Marco e MACHADO, Maria Dolores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

[384] Biroli, op. cit., p. 55.

[385]"A distinção do público e do privado é, ao mesmo tempo, uma forma de governabilidade e de racionalização da sociedade no século 19." (Perrot, 2005, p. 459)

[386] Para um estudo sobre a histórica construção da esfera pública e sua atual configuração burguesa, sugiro HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Trad. de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Sobre a *História da Vida Privada no Ocidente*, sugiro coleção homônima organizada por Philippe Ariès e Georges Duby. Para entender a ideia de privado como conhecemos hoje – uma invenção da burguesia –, e consequentemente também de público, indico especialmente a leitura dos terceiro e quarto volumes da referida coleção. Cf. CHARTIER, Roger (compilador) *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes.* Volume 3. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. e PERROT, Michelle. (compilador) *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. Trad. de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

> [...] depois que se aceitou que as tarefas domésticas fossem simplificadas, que as panelas não tivessem que brilhar tanto, que as salas não exibissem tantos enfeites, que as refeições cotidianas fossem simplificadas ou até feitas em lanchonetes ou restaurantes por quilo, permaneceu sobre os ombros femininos a responsabilidade de cuidar da casa.[387]

De todas as atividades humanas, por que somente o cuidado não mudou?

Creio, junto com a candidata a presidência de Fáguas, Viviana Sansón, em sua carta programa anexada como material histórico no livro ficcional *O país das mulheres*:

> [...] que não existirá igualdade entre homens e mulheres enquanto não mudar o modelo de organização do trabalho, que pressupõe a separação do Trabalhador de seu lar e, portanto, a existência de uma pessoa que cuide dos filhos e da casa (responsabilidade que tradicionalmente foi assumida pela mulher).[388]

É preciso compreender que "enquanto o roteiro, os objetos de palco, o cenário e a direção ficarem estritamente a cargo de homens"[389], não adiantará as mulheres terem "novos" papéis na teatralidade cotidiana.

> Ou seja, não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. é necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes e mais dignas do que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamentos (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição social em particular.[390]

Afinal, "Se as mulheres não são vistas como totalmente pertencentes às estruturas do poder, não é o poder que precisamos redefinir em vez das mulheres?"[391] O caminho para esta reestruturação é "[...] domesticar a política, desburocratizá-la, humanizá-la numa chave doméstica, de uma domesticidade repolitizada."[392] Este caminho parte da compreensão de que o público e o privado

---

[387] PINSKY, Crala Bassanezi. Imagens e representações 2 – A era dos modelos flexíveis. In: *Nova História das mulheres no Brasil* / Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.) – São Paulo: Contexto, 2013, p. 532.
[388] BELLI, Gioconda. *O país das mulheres*. São Paulo: Verus Editora, 2011, p. 106
[389] LERNER, op. cit., 2019, p. 34.
[390]Miguel, 2016, p. 64. Cf. MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2016.
[391] BEARD. op. cit., 2023, p. 90.
[392] No original: "[...] domesticar la política, desburocratizarla, humanizarla en clave doméstica, de una domesticidad repolitizada." Cf. Segato, op. cit., 2016.

são indissociáveis e, portanto, reciprocamente relacionados. “O pessoal é político!” ecoou da voz das feministas no século passado e ainda ressoa em nossas vidas. “O político é ordinário!” foi o que elas quiseram dizer, se faz no cotidiano, fora do Estado também, no espaço praticado da cidade.

3.2 O POLÍTICO É ORDINÁRIO: SER, TER, PERTENCER E EXERCER

O conceito *cidadania* não é rígido e imutável, mas histórico[393] e polissêmico.

De acordo com o verbete cidadania do Dicionário de conceitos históricos (2009):

> A rigor podemos definir cidadania como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma Nação, complexo que abrange direitos políticos, sociais e civis. Cidadania é um conceito histórico que varia no tempo e no espaço. [...] Além disso, a cidadania é sobretudo uma ação política construída paulatinamente por homens e mulheres para a transformação de uma realidade específica, pela ampliação de direitos e deveres comuns.[394]

Assim, "podemos entender a cidadania como toda prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho, ou na escola."[395]

Maria Xosé Agra Romero, ao escrever sobre a *ciudadanía* do Dicionário crítico de gênero, completa esta discussão indicando que:

> [...] a natureza e o significado de cidadania e a ideia de igualdade que incorpora como elemento fundamental, não é fixa e estática, senão complexa e problemática, cambiante, envolve inclusão e exclusão, tem pré-requisitos. [...] Tão antiga quanto a política, a ideia de cidadania delimita ou molda um determinado tipo de ser humano. Abrange direitos, obrigações e pertencimento. Implica na identidade individual e coletiva. Isso levanta questões de justiça e democracia.[396]

---

[393] Além dos dicionários que utilizo para as reflexões desse tópico, sugiro quatro importantes obras que pensam historicamente o conceito de cidadania no Brasil, são elas: *Cidadania no Brasil*: o longo caminho (2001), do historiador José Murilo de Carvalho; *História da cidadania* (2003), organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky; *Práticas de cidadania* (2004), de organização de Jaime Pinsky; *Cidadania, um projeto em construção*: Minorias, justiça e direitos (2013), organizado por André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz. e mais recentemente *A Cidadania da Mulher Brasileira: Uma Genealogia*, por Ana Maria Colling.

[394] SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. Cidadania. In: _____. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed., – São Paulo: Contexto, 2009, p. 47

[395] Silva e Silva, op. cit., p. 50.

[396] No original: "Dicho de otro modo, la naturaleza y el significado de la ciudadanía, y la idea de igualdad que incorpora como elemento fundamental, no es ija y estática, sino compleja y problemática, cambiante, conlleva inclusión y exclusión, comporta prerrequisitos. […] Tan vieja como la política, la idea de ciudadanía delimita o conforma cierto tipo de ser humano. Abarca derechos, obligaciones y pertenencia. Implica a la identidad individual y colectiva. Suscita cuestiones de justicia y democracia. (Romero, 2019, p. 115 – 116) Cf. ROMERO, Maria Xosé Agra. Ciudadanía. In: Ana Maria Colling e Losandro Antonio Tedeschi (Org.). *Dicionário crítico de gênero.* – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 115 – 119.

As contribuições de Bérengère Marques-Pereira escritas no verbete cidadania do Dicionário crítico do feminismo também me ajudam a pensar o conceito uma vez que,

> A cidadania é vinculada a duas grandes tradições: a tradição liberal (por exemplo, Montesquieu) e a tradição do civismo republicano (por exemplo, Rousseau). O primeiro sublinha os direitos civis e políticos; esses direitos-liberdades que o indivíduo possui face à intervenção do Estado são a garantia da sua autonomia. A segunda tradição é vinculada à formação do interesse geral, tornada possível graças ao envolvimento do conjunto dos cidadãos numa comunidade de interesses políticos; os cidadãos asseguram suas necessidades muito mais nas relações recíprocas do que na sua autonomia.
> Hoje, a noção de cidadania envolve, em geral, três sentidos: a cidadania é um estatuto (um conjunto de direitos e deveres); é também uma identidade (um sentimento de pertencer a uma comunidade política definida pela nacionalidade e por um determinado território); e, finalmente, é uma prática exercida pela representação e pela participação políticas – estas últimas traduzem a capacidade do indivíduo para interferir no espaço público emitindo um julgamento crítico sobre as escolhas da sociedade e reclamando o direito de ter direitos.[397]

Enfim, em busca de sintetizar as ideias supracitadas, usarei quatro verbos[398] para refletir a cidadania e o político como ordinário, a saber, *ser, ter, pertencer* e *exercer*.

3.2.1 Cidadania encarnada: da palavra à prática

Cidadania, tal como entendemos hoje, é uma categoria resultante das chamadas revoluções burguesas, em destaque, a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Desses movimentos que criticavam a sociedade da época, importantes documentos foram redigidos em busca de afirmar quais seriam os sujeitos de direitos e que direitos teriam esses sujeitos.

A Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) inauguram, por assim dizer, a invenção dos direitos humanos. A historiadora Lynn Hunt (2009) traça uma reflexão sobre como historicamente à ideia de direitos humanos foi pensada,

---

[397] MARQUES-PEREIRA, 2009, p. 35 e 36. Cf. MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. Trad. Vivian Aranha Saboia. por In: Hirata, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 35 – 39.

[398] Sendo os verbos unidades gramaticais que expressam ação, em sua complexidade estão carregados de sentidos e sentimentos. Ao refletir com e a partir deles, como observaram Débora Diniz e Ivone Gebera (2022), podemos problematizar a "conjugação patriarcal" (p. 08). Cf. DINIZ, Debora e GEBARA, Ivone. *Esperança Feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

consolidada e aceita desde pelo menos o século XVIII. Os dois documentos citados têm, além do contexto de produção, uma característica comum, como informa Hunt, ambos traziam "[...] referências a 'homens', 'homem', 'todo homem', 'todos os homens', 'todos os cidadãos', 'cada cidadão', 'sociedade' e 'toda sociedade' [que] eclipsavam a única referência [...]"[399] a da universalidade masculina, em sua maioria branca, proprietários de bens, sãos e livres.

A partir desta compreensão, é possível apreender que o próprio conceito cidadania em sua origem moderna – direito de ter direitos – não é universal e que:

> define os que pertencem (inclusão) e [consequentemente] os que não se integram à comunidade política (exclusão); [e] dessa forma, não se pode perder de vista que a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por relações de conflito e pode comportar manipulação e engodo[400]

A conscientização dessa exclusão, somada às ideias de liberdade, igualdade e fraternidade que ecoavam naquele contexto, fez com que as mulheres – as principais excluídas dessa História – reivindicassem direitos e questionassem as hierarquias criadas a partir das questões sexuais.

A francesa Olympe de Gouges (1748 – 1793), pseudônimo de Marie Gouze, em resposta à universalidade proposta pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, e a partir da inflamação da Revolução francesa, escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* em 1791, ano da proclamação da Constituição francesa.

Logo no preâmbulo do documento se lê:

> As mães, as filhas, as irmãs, as mulheres representantes da nação exigem ser constituídas em assembleia nacional. Considerando que *a ignorância, o esquecimento e o desprezo pelos direitos da mulher são as únicas causas dos infortúnios públicos e da corrupção dos governos,* resolveram apresentar em uma declaração solene *os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher*, a fim de que esta declaração, exposta reiteradamente diante de todos os membros do corpo social, recorde-lhes, sem cessar, de seus direitos e deveres; a fim de que os atos de poder das mulheres e dos homens, podendo ser, a todo instante, comparados com o propósito de toda instituição política, sejam mais respeitados; a fim de que as reivindicações das cidadãs, fundadas a partir de agora em princípios simples e indiscutíveis, voltem-se sempre à manutenção da Constituição, dos bons costumes e à felicidade de todos. Por conseguinte, *o sexo superior, tanto*

[399] Hunt, 2009, p. 14. Cf. HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos*: uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. São. Paulo: Companhia das Letras, 2009.
[400] Schefler, op. cit., p. 55.

> *em beleza quanto em coragem*, reconhece e declara, em meio aos sofrimentos maternos, na presença, e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã.[401][402]

Seu texto é importante e ousado, uma vez que questiona não somente as desigualdades entre homens e mulheres, mas indica quais os motivos dessa disparidade sexual e como esta assimetria afeta a vida pública. Em uma leitura atenta, já neste texto encontramos as qualidades[403] que os direitos têm e/ou precisam ter para superar a dicotomia homens/cidadãos e mulheres/não cidadãs e se pretenderem como direitos de todos e todas.

As mulheres participaram ativamente dos primeiros eventos do processo revolucionário[404] e por isso que tendo elas se empenhado para fazer valer os ideais revolucionários, estas queriam ter seus direitos civis, sociais e principalmente políticos reconhecidos, em busca de uma cidadania plena e universal. Contudo, seus companheiros "independentemente de suas filiações políticas, não achavam que liberdade, igualdade e fraternidade se estendiam às mulheres sendo favoráveis

---

[401] Gouges, 2021, p. 39, grifo meu. Importante observar que a citação foi retirada da tradução do texto original publicada pela editora da Câmara dos Deputados do Brasil na Coleção vozes femininas. A referida é bilíngue e contem os textos no original (em francês) e sua tradução (em português). Cf. GOUGES, Olympe de. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos [recurso eletrônico]. Trad. de Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. Disponível em: https://slimcloud.com.br/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada. Acesso em: 18 de junho de 2024.

[402] No original: "Les mères, les filles, les soeurs, représentantes de la nation, demandent d'être constituées en assemblée nationale. Considérant que l'ignorance, l'oubli ou le mépris des droits de la femme, sont les seules causes des malheurs publics et de la corruption des gouvernemens, ont résolu d'exposer dans une déclaration solemnelle, les droits naturels, inaliénables et sacrés de la femme, afin que cette déclaration, constamment présente à tous les membres du corps social, leur rappelle sans cesse leurs droits et leurs devoirs, afin que les actes du pouvoir des femmes, et ceux du pouvoir des hommes pouvant être à chaque instant comparés avec le but de toute institution politique, en soient plus respectés, afin que les reclamations des citoyennes, fondées désormais sur des principes simples et incontestables, tournent toujours au maintien de la constitution, des bonnes moeurs, et au bonheur de tous. En conséquence, le sexe supérieur en beauté comme en courage, dans les souffrances maternelles, reconnaît et déclare, en presence et sous les auspices de l'Etre suprême, les Droits suivans de la Femme et de la Citoyenne." (Gouges, 2021, p. 38)

[403] Essas qualidades são o que embasam os direitos humanos em nossa contemporaneidade. Como escreve Lynn Hunt: "Os direitos humanos requerem três qualidades encadeadas: devem ser naturais (inerentes nos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte)."(Hunt, op. cit., p. 19).

[404] A historiadora Wendy Goldman faz importantes colocações sobre o questionamento da natureza da mulher e sua participação nas revoluções do século XVIII, em especial na Revolução Francesa. Para saber mais, sugiro: GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 37 – 43.

à sua volta para a vida doméstica, onde poderiam gozar dos benefícios da Revolução desde que não subvertessem a 'natureza',"[405]

No pós-âmbulo do documento escrito por Olympe de Gouges lemos:

> *Mulher desperta*; o toque retumbante da razão se ouve em todo o universo; reconhece *teus direitos*. O poderoso império da natureza não está mais envolto em preconceitos, fanatismo, superstição e mentiras. *A chama da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação.* O homem escravo multiplicou suas forças, e teve de recorrer às tuas para quebrar seus grilhões. Liberto, tornou-se injusto com sua companheira. *Oh, mulheres! Quando deixareis de ser cegas, mulheres?* Que vantagens lograstes da Revolução? Um desprezo mais marcado, um desdém mais acentuado.[406][407]

Uma convocação! Uma denúncia! Um verdadeiro chamamento para mobilização das mulheres em busca de dirimir as hierárquicas assimetrias de gênero que a Revolução ignorou.

Outra mulher que deixou importantes contribuições sobre a conscientização das opressões sofridas pelas mulheres e os caminhos para a verdadeira universalidade de direitos, foi Mary Wollstonecraft (1759-1797), considerada uma das fundadoras do feminismo. A inglesa escreveu *Reivindicação dos direitos das mulheres*, em 1792, obra respondendo aos teóricos iluministas da época propondo o "respeito dos direitos da mulher e da educação pública" e fazendo "com um tom firme de amor à humanidade", uma vez que seus argumentos foram "ditados por um espírito desinteressado – [afinal, disse ela] eu advogo por meu sexo, não por mim mesma."[408]

Wollstonecraft traz em seu texto provocações que refletem sobre as opressões às mulheres e outros sujeitos sem direitos naquele contexto – escravizados, por exemplo – e a partir da obra entendemos que ela não só pensa

---

[405] PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 269.

[406] Gouges, op. cit., p. 47

[407] No original: "Femme, réveille-toi; le tocsin de la raison se fait entendre dans tout l'univers; reconnois tes droits. Le puissant empire de la nature n'est plus environné de préjugés, de fanatisme, de superstition et de mensonges. Le flambeau de la vérité a dissipé tous les nuages de la sottise et de l'usurpation. L'homme esclave a multiplié ses forces, a eu besoin de recourir aux tiennes pour briser ses fers. Devenu libre, il est devenu injuste envers sa compagne. O femmes! femmes, quand cesserez- vous d'être aveugles? Quels sont les avantages que vous avez recueillis dans la révolution? Un mépris plus marqué. ''(Couges, op. cit., p. 46)

[408] Trecho da carta escrita "Ao Sr. Talleyrand-Périgord, antigo bispo de Autun". Cf. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016, p. 22.

seu tempo, mas busca transformá-lo. Uma das principais virtudes – para utilizar o termo da escritora – que deve ser celebrada, é a autonomia[409]. Uma autonomia que não impossibilitasse que as mulheres vivenciassem alguns "deveres" como o casamento, a família e a maternidade, contudo que tampouco as imputassem da liberdade racional – "desenvolvimento de suas faculdades" – inerente a toda e qualquer pessoa, independente de seu gênero.

No século XIX, ideias e práticas começam a sustentar e reforçar idealizações ao mesmo tempo em que são caminhos para as transformações, como escrevem Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro ao refletir sobre o longo caminho para cidadania das mulheres. Nas palavras dessas historiadoras:

> [...] o alargamento dos espaços de atuação da mulher se deu, inicialmente, a partir da valorização das próprias virtudes e papéis tidos como femininos ("devoção incondicional", "afetividade", "mansidão", "responsabilidade de zelar pela moral"): as mulheres deveriam "tomar conta" da sociedade, assim como faziam nos seus lares. Dessa forma, mulheres privilegiadas, "respeitáveis" – frequentemente moralistas e conservadoras, mas não só, pois o contato com os miseráveis provocou em algumas a revolta contra as injustiças sociais –, cuidaram de doentes, crianças e idosos, participaram de campanhas de caridade, manifestaram-se contra as bebidas alcoólicas e a exploração da prostituição, praticaram ações destinadas a educar os mais pobres, amparar órfãos e viúvas, divulgar noções de higiene, melhorar a saúde pública. No limite, defenderam, a partir de seus próprios valores, o direito de as mulheres reformarem a sociedade.[410]

Entende-se deste modo, somando as reflexões de Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft – mulheres de seus tempos –, que as reivindicações feitas pelas e para as mulheres, principalmente desde o século XIX, de acesso a espaços pouco ou nunca ocupados por estas, não desconsideram suas formações, ou melhor, não apagam necessariamente suas performances "próprias". Como refletirei mais adiante a partir da experiência das mulheres eleitas em Catunda nos últimos sete pleitos da cidade, por vezes, inclusive, essas virtudes e/ou expectativas de gênero são utilizadas por elas em suas mobilizações políticas.

Com isso, não estou ajuizando que seja bom ou ruim esta ação, mas compreendo que às vezes isto reforça estereótipos e outras tantas os ressignificam. De toda forma, o mais importante é apreender que sendo o pessoal político e o

---

[409] "Há muito tempo considero a independência a grande bênção da vida, a base de toda virtude;" (ibid., p. 22)

[410] Pinsky e Pedro, op. cit., p. 274.

político ordinário, nossas ações como sujeitos de direitos, ou melhor, o *ser*[411] e *ter*[412] cidadania, não independem de gênero, raça e classe, mas tem nessas três categorias – como em outras – suas bases.

Em outras palavras, não é possível universalizar e congelar a ideia de cidadania, pois, além de ser conceito histórico e polissêmico como afirmei anteriormente, esta parte de nossos corpos em suas múltiplas intersecções. "Nós somos necessariamente indivíduos encarnados, e é apenas a partir da nossa situação que podemos aparecer no espaço público."[413]

É por *ser* que busco *ter*. Pensando essa questão, desde a cidadania, quero dizer que *ser* cidadão e cidadã deve indicar, primeiramente, eu existo.[414] Desta forma, é a partir do que sou que a cidadania deveria tomar forma. Assim, sendo preciso *ter*, seja direitos, deveres, espaços de enunciação, lugares para participação. Historicamente sabemos que isto não foi posto bem assim, uma vez que o próprio conceito é definido em meio a lutas e conquistas, qualificando quem são ou não sujeitos de cidadania afinal foram os poucos "EU SOU" – homens brancos cisheterossexuais e de posses – que assim conceituaram.

Os dilemas de igualdade e diferença atravessam as reflexões sobre cidadania. A natureza dos sujeitos cidadãos e cidadãs deve ser considerada na construção dos seus direitos e deveres e assim exigem as presenças e as ideias dos corpos que serão afetados por este processo. A ideia de cidadania encarnada indica, portanto, que mais do que uma categoria teórica, ela se manifesta concretamente nas vivências e experiências cotidianas das pessoas. Ela é incorporada, sendo a um só tempo, reivindicações e mobilizações. Eu sou e eu tenho!

Importante pensar, a partir deste ponto, como a cidadania influencia – e se influencia – as mobilizações na política, em especial no fazer político das mulheres.

---

411 Leia-se existir.

412 Leia-se possuir.

413 Lamoureux, 2009, p. 212. Cf. LAMOUREUX, Diane. Público/privado. Trad. Naira Pinheiro. por In: Hirata, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 208 – 213.

414 É importante pontuar aqui que não estou defendendo uma natureza inerente a todos, como se nascêssemos sendo, o essencialíssimo. A existência proposta aqui através da cidadania como ser, deriva do entendimento de Simone de Beauvoir que "torna-se" algo e alguém. Assim, *ser* na cidadania é existir em meus constantes "tornar-se", mas sempre considerando exatamente isto, o eu sou – inclusive o eu sou constantemente mutável.

Assim sendo, ela encarna, de que forma o *ser* e *ter* repercutem no *pertencer* e *exercer*.

Pertencer é fazer parte de algo. Não somente fazer parte, mas fazer de forma inteira, dedicada, quase que exclusiva. A luta para conquistar a cidadania das mulheres, em destaque no Brasil, é uma luta para pertencer aos grupos de direitos e deveres, que podem decidir por si mesmos, mas também por seus iguais. Deste modo, ser cidadão e/ou cidadã não seria somente se dizer, mas de fato fazer parte para *exercer*.

A partir dessa compreensão, cidadania como pertencer e exercer é sobre se sentir parte para participar ativamente, sentimentos de formar comunidades. Ao pensar sobre isso é importante refletir que nem todas as pessoas, independente do gênero, nascem na cidade em que concorrem a cargos eletivos e isto pode ser um desafio, até porque a legislação eleitoral prevê que para elegibilidade o candidato e/ou candidata tenha domicílio eleitoral no lugar em que concorrerá ao cargo eletivo de no mínimo seis meses antes da votação.[415]

Como narra Ravenna Lima sobre sua experiência: “o fato de eu não ter nascido e me criado aqui em Catunda e como isso foi difícil, é o que eu mais sentia porque... pronto, o preconceito feminino eu não tive, mas esse de ser uma *forasteira* eu tive um pouco.”[416] A partir dessa fala se apreende que não ser da cidade afeta homens e mulheres que concorrem a cargos eletivos, uma vez que parece que estas estão alheias às demandas do município e, nesse caso parece afetar mais ainda elas pois, segundo a lógica patriarcal, elas já seriam alheias à própria política. Assim, é como se elas estivessem duplamente de fora – ou deslocadas – já que na teatralidade cotidiana da cidade elas não seriam protagonistas no campo político, desde antes de se afirmarem como “filhas da terra” ou não.

Ravenna continua dizendo que: “Eu pensava: ‘meu Deus, eu estou prefeita de uma cidade que eu não sou cidadã’”. O direito de votar e ser votada já eram garantidos a ela como mulher, ou seja, legalmente nada impedia que ela concorresse e se elegesse para o executivo municipal, mas era a falta do reconhecimento formal que afetava sua percepção como liderança feminina na

---

[415] BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.* Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º out. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm.Acesso em: 22 nov. 2024.

[416] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021. Grifo meu.

cidade. Conforme suas palavras, ela se via e era vista socialmente somente como “a mulher do Ernane” e isso impedia que se formassem laços mais profundos com a comunidade de Catunda. Daí a importância dos títulos de cidadania na política local. São eles símbolos que reconhecem não somente as contribuições das pessoas que não nasceram no município, mas reforçam valores e possibilitam estreitar laços entre o/a homenageado/homenageada e a cidade.

A relação entre a cidade e os corpos que atuam na política serão mais bem pensadas no tópico seguinte, quando tratarei da relação entre o território e as mulheres na política, por agora é importante compreender que *pertencer*, segundo a fala de uma das eleitas, é caminho para melhor *exercer*.

A partir das atas das sessões da Câmara Municipal de Catunda, construí o seguinte quadro com as propostas de título de cidadania discutidas entre 1995 e 2023. A propositura do título de cidadania não garante que ele foi de fato concedido, uma vez que são projetos. Nas análises das atas nem sempre se encontrou quem fez a propositura e se o título foi ou não homologado, mas acredito que os dados sejam importantes para conhecer quem são e/ou seriam os/as considerados/consideradas cidadãos e cidadãs de Catunda, o que me ajuda a pensar quais suas contribuições políticas.

Quadro 2 – Projetos de Títulos de Cidadania[417] propostos na Câmara de Catunda

Sessão em que foi proposto	**Concedido à**
24/08/1995	Sr. Zacarias
02/05/1996	Maria Inalda Alves dos Santos
16/05/1996	Walter Marques de Sá
24/10/2002	Murizete Farias Negreiros
28/03/2003	Pedro Augusto Timbó Camelo
19/08/2005	Nazareno Damasceno Cavalcante
19/08/2005	Pedro Timbó
02/09/2005	Roberto Soares Pessoa
23/03/2007	Tarciana Ferreira Serafim
18/11/2011	Vital Araújo
	José Hagamenon
22/06/2012	Antonio Granja
29/05/2019	Marcos de Oliveira Costa
19/06/2019	Vital Araújo da Silva
	Jaydê Moraes Gonçalves de Moura
	Glaucio(?) Alves Soares

[417] Na lista o título concedido a Ravenna Lima não aparece, pois não foi encontrado nas referidas atas.

	Rogério Rodrigues de Mendonça
	Bruno Veras Rodrigues
25/06/2019	Mário Rosa
16/07/2019	Fernando Chaves de Oliveira
	Reginaldo Sérgio Sousa da Silva
15/12/2019	Raimundo de Paiva Vieira
11/11/2021	Luiza Luzanira de Negreiros
25/11/2021	Jeová Mota
23/06/2022	Camilo sobreira Santana
01/12/2022	Marcones de Oliveira Costa
02/02/2023	Padre José Bonifácio
02/03/2023	Hagamenon
22/06/2023	Dra. Yldekis
	Pedro (esposo da dra. Yldekis)
	Sr. Gonzaga
	Luiza Dias
19/10/2023	Aurilene Oliveira de Morais

Fonte: Elaboração própria a partir da leitura das Atas das Sessões da Câmara Municipal de Catunda.

Em sua maioria homens, os homenageados e homenageadas acima listadas, são médicos/médicas, professores/professoras e empresários/empresárias. Poucos têm atuação na política formal, seja nas instâncias municipais, estaduais e federais. Então o que fizeram pela cidade para receberem estes títulos? Por que precisavam – se precisavam – desses títulos? Seus afazeres, ainda que não estejam ligados a política eletiva, são da ordem do político? Com estes questionamentos não estou afirmando que só se atuassem na política eles/elas mereceriam esses títulos, até porque cada proposição desta teve sua justificativa. Inclusive destaco a entrega de um título de cidadania, para Tarciana Ferreira Serafim, para pensar o valor simbólico que estes projetos têm e como a homenagem pode ser lida como contribuição para o ser, ter, pertencer e exercer de quem a recebe – ou seja, como esta homenagem é reconhecimento do fazer político ordinário – para além da política – da homenageada.

Proposto em 23 de março de 2007 e entregue em Sessão Solene aos quinze dias de junho do mesmo ano, segundo consta em ata, o título de cidadania de Tarciana Serafim[418] foi uma proposta do vereador Antonio Odacir Rodrigues de Oliveira. À época da homenagem ela já tinha atuado como cirurgiã dentista e coordenadora de saúde bucal no Município de Catunda. Exercia, no ano da concessão do título, o cargo de Secretária Municipal de Saúde da cidade. Paraibana

[418] Importante pontuar que a homenagem contou com a presença da mãe de Tarciana, Maria de Lourdes, que foi vereadora na cidade de Santa Cruz na Paraíba.

de nascença, a homenageada, passa a pertencer, por assim dizer, a Catunda, pois exerceu função pública que contribuíram com a vida dos/das munícipes. Seu fazer, sem dúvida, é político a partir da compreensão que a política se faz no cotidiano, através de ações muito além das partidárias.

Em outras palavras, a casa legislativa catundense, lugar onde esses títulos foram propostos e concedidos, é por essência espaço político, mas a política não se encerra ali, tampouco nessas homenagens. O que estou dizendo, é que cidadania e democracia estão para além de votar e ser votada, é sobre participar da vida na cidade, nesse caso, seja como dentista e/ou como secretária municipal, e/ou como eleitas.

Ainda sobre a política além dos limites da casa legislativa, no Livro de Ata nº 4 das Sessões ordinárias da Câmara Municipal de Catunda, na Ata da sessão do dia 09 de maio de 2014, está registrada a 1º reunião itinerante[419] da Câmara Municipal na escola do Distrito de Vidéo. Esta é mencionada pela então vice-prefeita, Maria Valdeci, como uma aula de cidadania, pois é feita não somente para discutir questões de relevância local, mas em uma instituição de ensino com a presença dos e das interessadas nessas questões. Este ponto reforça meu argumento que a cidadania – da teoria à prática – não se firma somente e tampouco se encerra nas obrigações eleitorais, mas é sobre vivências e experiências que extrapolam o entendimento da política.

Para encaminhar as reflexões é preciso retornar a sua questão primeira, a saber, “o político é ordinário”. Ser cidadão e/ou cidadã não é somente poder votar e ser votado/votada. Ser cidadão/cidadã é sobre identidade, consciência e afirmação de si como corpo em constante mudança. Ter cidadania é, portanto, sobre direitos e deveres, mas sobre direitos e deveres constantemente atualizados a partir da realidade encarnada. Pertencer à cidadania é fazer parte para coletivamente exercer esta cidadania, ou seja, participar ativamente das discussões e decisões políticas, sem necessariamente ocupar uma cadeira nos espaços de poder formal, afinal é no cotidiano que somos, temos, pertencemos e exercemos.

Tomando emprestadas as palavras do historiador René Rémond:

---

[419] Os vereadores e vereadoras, uma vez por mês, ou quando achassem por necessário, segundo consta em ata, realizaram sessões fora da Câmara Municipal para reforçar ao público que todos e todas eram sujeitos políticos e deveriam participar ativamente desse espaço.

> [...] se refletirmos, veremos que o político não interessa subjetivamente apenas aos políticos profissionais, nem se reporta objetivamente só a eles. Pensando bem, praticamente não existe outra atividade que atinja um número maior de homens e mulheres, pelo menos nos países democráticos. O princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas faz da política a 'coisa de todos'.[420]

Deste modo, entender a política como prática cotidiana e não somente como profissional, nos ajuda a pensar o engajamento no fazer político. Ludivine Bantigny, ao refletir sobre o assunto, escreveu: "o político não é apenas, longe disso, a gestão dos negócios, é também 'partilha do sensível', segundo as palavras de Jacques Rancière. [E] Essa partilha se compõe de disposições para agir, de saberes e de habilidades, de heranças e de aprendizados."[421] Ou seja, cidadania como *ser, ter, pertencer e exercer* oferece uma visão holística da experiência de ser cidadão e cidadã. Ela nos mostra que a cidadania vai além do status legal (teórico), englobando uma identidade, um conjunto de direitos e deveres, um senso de pertencimento e, principalmente, uma prática contínua feita a partir da carne.

Em síntese, a cidadania reivindicada pelas mulheres desde pelo menos o século XVIII, não deve ser entendida só como a busca por direitos, mas como reconfiguração do campo social em busca de afirmar seu ser – em suas intersecções – para então ter e efetivamente pertencer e exercer. É isso que as narrativas das mulheres eleitas em Catunda me ajudam a pensar até aqui. Como tratarei mais adiante, é dos seus lugares sociais que essas mulheres se engajam na política e, portanto, jogos de gênero e/ou performatividades são mobilizadas em seus fazeres políticos.

3.2.2 Empoderadas: sobre feminismos, mulheres e poder

Mary Wollstonecraft no século XVIII escreveu: "É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para

---

[420] Rémond, 1994, p. 18. Cf. RÉMOND, Réne. Por que a história política? *Estudos Históricos*. v. 7 n. 13, p. 9 - 19 (1994): CPDOC 20 anos

[421] Bantigny, 1994, p. 189. Cf. BANTIGNY, Ludivine. Engajar-se: política, evento e gerações. In: CORBIN, Alan, VIGARELLO, Georges e COURTINE, Jean-Jacques, *História das Emoções*. Petropolis Vozes, 2020. Vol. 3, p. 188 - 223.

reformar o mundo."[422] O longo caminho da cidadania feminina, sua concretização e efetivação tem na contestação da subordinação e opressão das mulheres pelos homens seu ponto de partida, pois não sendo estas naturais, mas sim construídas, são passíveis de desconstruções e reconstruções. Assim, é "a consciência dessa situação de inferioridade a origem do movimento feminista, que surge em fins do século XVIII e toma corpo no século XIX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos [bem como na América Latina]."[423]

Michelle Perrot ao refletir sobre a recusa do uso público das palavras das mulheres pelos homens[424] escreveu: "O feminismo, desde sua origem, é tomada de palavra e vontade de representação das mulheres."[425] Assim, mesmo que não tenha uma única definição, feminismo é declaração. Parte da palavra – negada e reclamada – à ação – política.

Sobre o movimento, bell hooks disse:

> A luta feminista ocorre a qualquer época onde quer que uma mulher ou o homem se erga contra o sexismo, contra a exploração sexista e a opressão. O movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se reúnem em torno de uma estratégia organizada no intuito de combater o patriarcado.[426]

Este é, portanto, vivo! Parte dos corpos. Têm histórias!

Independente da gênese do feminismo, sua premissa em todo tempo e espaço é a de subverter a ordem patriarcal, questionar a visão androfalocêntrica e construir, consequentemente, uma sociedade mais justa e equânime. Contudo, isto não é suficiente.

Têm-se que compreender o feminismo em sua pluralidade e seu dinamismo, seu encontro e relação com outros importantes movimentos, por exemplo, os que se organizam em torno das desigualdades étnico-raciais, de classe e sexualidade, como o movimento indígena, negro, trans e etc. Como adverte bell hooks, não basta

---

[422] Wollstonecraft, op. cit., p. 86.
[423] Costa e Sardenberg, 2008, p. 25. Cf. COSTA, Ana Alice Alcantara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Feminismo No Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: *O Feminismo do Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg (org.) – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 23 – 47.
[424] Afinal, "O Verbo é o apanágio dos que exercem o poder. Ele é o poder. Ele vem de Deus. Ele faz o homem. As mulheres estão excluídas do poder, político e religioso." (Perrot, 2009, p. 318).
[425] Perrot, 2009, p. 323. Cf. PERROT, Michelle. A palavra pública das mulheres. In: _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 317 – 326.
[426] Hooks, 2019, p. 16. Cf. HOOKS, bell. Prefácio à Nova Edição - Vendo a luz: feminismo visionário. _____. *Teoria feminista*: da margem ao centro . Trad. de Patriota, Rainer. . São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 15 – 21.

aceitar a “definição genérica difundida pela mídia e pela linha oficial do movimento”, de que as mulheres querem se igualar com os homens, pois esta levanta mais questões do que responde, afinal “Se os homens não são iguais entre si dentro da estrutura de classe patriarcal, capitalista e de supremacia branca, com quais homens as mulheres querem se igualar?”[427]

Deste modo, “A importância do movimento feminista (quando não é cooptado por forças reacionárias, oportunistas) é que ele oferece uma nova plataforma ideológica para o encontro dos sexos, um espaço para crítica, luta e transformação.”[428]

No Brasil, bem como em outros lugares, este movimento:

> vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã.[429]

Não irei me alongar na historicidade do movimento feminista brasileiro, pois importantes trabalhos já o fizeram desde pelo menos o início dos anos 90 do século passado, dentre os quais destaco *Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios* (1993/1999) e *Feminismos – Ações e Histórias de Mulheres* (2022), ambos da ativista Maria Amélia Teles; *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), escrito por Céli Regina Jardim Pinto; *História das Mulheres no Brasil* (1997), organizado por Mary Del Priore e Carla Bassanezi Pinsky, e mais recentemente, *Nova História das Mulheres no Brasil* (2012), editado também por Carla Bassanezi Pinsky com auxílio de Joana Maria Pedro; *Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história da mulher no brasil de 1500 a 2000* (2020), com organização de Mary Del Priore. Destaco ainda tantos outros estudos que trazem contribuições importantíssimas para pensar os

---

[427] Hooks, op. cit., p. 48. Cf. HOOKS, bell. Feminismo: um movimento para acabar com a opressão sexista. ___. *Teoria feminista*: da margem ao centro . Trad. de Patriota, Rainer. . São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 47 – 66.

[428] Hooks, op. cit., p. 68. Cf. HOOKS, bell. A importância do movimento feminista. _____. *Teoria feminista*: da margem ao centro . Trad. de Patriota, Rainer. . São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 67 – 77.

[429] Costa e Sardenberg, op. cit., p. 32.

femininos desde a América Latina[430], no recorte do Cone sul[431] e na política no Brasil[432].

O que mais me interessa neste ponto de reflexão é corroborar o entendimento de que o feminismo "é uma corrente de pensamento e de ação política cujo objetivo se sintetiza na conquista da igualdade de direitos para as mulheres e, por consequência, seu propósito é extinguir toda e qualquer tutela masculina subordinante."[433], precisando assim somar-se a outras importantes pautas como o antirracismo e a luta de classes para reestruturar a sociedade em busca de extinguir as assimetrias de gênero, raça e classe.

Concordo com a afirmação de Michelle Perrot de que foi o feminismo "[...] que constituiu as mulheres como atrizes da cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. [Que] Foi um agente decisivo da igualdade e da liberdade. Logo, de democracia."[434] Assim, é importante considerar os avanços legais e institucionais das últimas sete décadas como conquistas deste movimento feminista e de mulheres e refletir quais os impactos que essas vitórias trouxeram para superar a dicotomia público/ privado, pensando a tênue e estreita relação entre feminismos e democracia.

---

[430] Cf. BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

[431] O Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina tem realizado importantes projetos com a proposta de pensar a luta das mulheres, os múltiplos femininos e suas memórias no Cone Sul e questões contemporâneas que atarvessam a vida das mulheres como a internet, os discursos de ódio e as democracias. Destaco os trabalhos: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de (Org.). *Mulheres de Luta*: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (orgs). *Feminismos e democracia*. 2ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Políticas da Emoção e do Gênero no Cone Sul*. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. e mais recentemente WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine (Org.). *A Internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. Para saber mais e ter acesso às publicações – livros, vídeos e podcasts – desenvolvidos como produtos dos projetos do laboratório sugiro acesso ao sítio do LEGH, disponível em: https://legh.cfh.ufsc.br/ ou uma visita presencial na sala localizada no Terceiro piso do Bloco C do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

[432] Para uma *Breve cronologia do movimento feminista no Brasil*, sugiro anexo homônimo na obra *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. Organizado por Eva alterman Blay e Lúcia Avelar, 2017, páginas 329 – 337. Sobre a presença e ação das mulheres no Brasil, em especial no campo político, sugiro: CEVA, Antonia; SCHUMAHER, Schuma. *Mulheres no poder*: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil.Edições de Janeiro; 2015. e SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Org.). *Dicionário de Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

[433] Barrancos, 2022, p. 19.

[434] Perrot, 2019, p. 162. Cf. PERROT, Michelle. Mulheres na cidade. In: _____. *Minha história das mulheres*. Trad. de Angela M. S. Cõrrea. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 135 – 164.

Por fim, ponderar que apesar de sua importância, o feminismo "nem sempre goza de boa reputação"[435] e algumas mulheres, em destaque as mulheres eleitas – leia-se empoderadas, conforme algumas delas se autodenominam –, nem sempre reconhecem as conquistas do movimento e tampouco levantam suas bandeiras, ainda que tenham convicções de que "lugar de mulher é onde ela quiser!".

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) indica em sua *Breve* [e importantíssima] *história do feminismo no Brasil*, que*:*

> Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político, questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.[436]

Suas origens em nossa História se rementem a movimentações de mulheres populares e intelectualizadas que, já desde a colônia[437] buscavam superar o patriarcado colonialista e/ou outros sistemas de dominação – opressão. Contudo foi a partir do século XIX que o movimento foi incorporado e ganhou destaque, se reconfigurando ao longo do tempo, em um contrair e relaxar sem nunca deixar de constantemente se mobilizar.

Acredito que a conceituação de "ondas" dos feminismos, apesar de ter suas limitações, nos ajuda a compreender exatamente isso, a saber, a constante ação política das mulheres que se dizem feministas e/ou não feministas no Brasil desde muito, afinal o feminismo:

> É iminentemente, sincopado, mas ressurgente, porque não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-lo. É [como sugere sua organização] um movimento e não partido – apesar de algumas tentativas frustradas – que se apoiam em personalidades, grupos efêmeros e associações frágeis.[438]

Numa palavra, as "ondas feministas" reforçam as mulheres como sujeitos de *agências*, no sentido em que Dora Barrancos emprega em sua *História dos Feminismos na América Latina*, ou seja, empenhadas em "transformar as condições

---

[435] Ibid., p. 153.
[436] Teles, 1999, p. 10. Cf. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo:
Brasilianas, 1999.
[437] Cf. Teles, 1999.
[438] Perrot, 2019, p. 155.

de existência, em modificar a falta de reconhecimento e a sua subordinação social"[439]. Assim, organizadas coletivamente, as mulheres latino-americanas, em destaque as brasileiras, têm realizado importantes combates, mais sistematicamente desde 1900 e 1910, início da florescente República no Brasil.

Destaco aqui o espaço-temporalidade, pois, seja em ondas e/ou em ciclos, como sugere a mesma autora – Dora Barrancos – na obra supracitada, os movimentos feministas desde a América Latina, possibilitam que se redefinam as circunscrições que as "órbitas norte-americanas e europeias"[440] deram aos feminismos. E mais, não só é possível pensar outros pontos de origem e desenvolvimento desses feminismos na Latino América, justamente por não coincidirem necessariamente com essas "órbitas" do norte global, como também, estes feminismos têm particularidades ligadas à história de seus países. Em nosso caso, por exemplo, muito me agrada a noção de feminismo "à brasileira"[441] que a historiadora Joana Maria Pedro traz ao tratar da segunda onda feminista no Brasil indicando que os embates travadas entre a década de 1970 e 1980 em nosso país, diferentemente de outros, não eram só contra o patriarcado – entendidas como "lutas específicas", mas também contra a ditadura civil-militar e pelo socialismo – indicadas como "lutas gerais".

O primeiro ciclo feminista – do início do século XIX até os anos 1940 –, de acordo com Barrancos, foi majoritariamente feito por mulheres brancas, de classe média e intelectualizadas e suas reivindicações são principalmente pela "igualdade jurídica, a equiparação dos direitos políticos, os benefícios da educação e o reconhecimento dos valores da maternidade"[442] No caso brasileiro, a primeira onda feminista – um pouco anterior ao início desse ciclo – tem como percursora a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, que além das pautas citadas, somava a essas demandas, a defesa da abolição da escravatura e de outras formas de opressão que sujeitavam mulheres e outros grupos marginalizados.

Uma das principais características dessa primeira onda feminista brasileira – lida aqui como prólogo do primeiro ciclo identificado por Barrancos – é a publicização de periódicos que requeriam e/ou defendiam os direitos das mulheres. Importantes feministas, como Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Prisciliana

[439] Barrancos, 2022, p. 15.
[440] Id., ibid., p. 45.
[441] Pedro, 2012, p. 251 - 252.
[442] Barrancos, op. cit., p. 46.

Duarte de Almeida e Josefina Álvares de Azevedo, são exemplos de nomes que fizeram das publicações mecanismos de agência. Esta última, fundadora do periódico *A família,* escreveu uma comédia, *O voto Feminino*, de 1890 para defender os direitos políticos das mulheres, em destaque, o direito ao voto.

Contudo, somente com a fundação do Partido Republicano Feminino (PRF), em 1910, por Leolinda de Figueiredo Daltro e Gilka Machado, foi que se tornou mais entendível o objetivo das lutas feministas naquele contexto, que "não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência."[443]

Bertha Maria Julia Lutz, "se [tornou] uma das maiores referências nos movimentos de mulheres da época e, nos meios políticos nacionais, a feminista mais influente."[444], criando e estando à frente da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), primeira entidade feminina em nível nacional, que fortificou o movimento feminista pela emancipação a partir de 1922.

Importante destacar que esse primeiro ciclo do feminismo brasileiro foi em grande medida, nas palavras de Céli Regina Pinto, "um feminismo bem-comportado"[445], que atendia, como já mencionado, as demandas de mulheres brancas e letradas das classes médias. Apesar disso, para além desse movimento de caráter burguês, outros feminismos menos comportados se desenvolveram nesse período, como as mobilizações das mulheres ligadas a luta de classes e as posições anarquistas. Maria Lacerda de Moura[446] é sem dúvida um dos nomes que lutou pela emancipação das mulheres e que fez isto sem se identificar necessariamente como feminista – ou pelo menos não como as demais feministas da época. Moura tinha

---

[443] Pinto, 2003, p. 18. Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

[444] Soihet, 2012, p. 220. Cf. SOIHET, Rachel. Movimento de Mulheres – A conquista do espaço público. In: *Nova História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.). São Paulo: Contexto, 2018, p. 218 – 237.

[445] Pinto, op. cit., p. 26.

[446] Maria Lacerda de Moura (Minas Gerais, 1887 – Rio de Janeiro, 1945) foi uma importante anarcofeminista. Foi criadora da Revista Renascença, que teve seis edições (1923) e também uma notável escritora versando sobre temas tais como a moral sexual das mulheres, o amor, matrimônio e a maternidade compulsória, a questão de uma educação libertadora, a relação da igreja, o fascismo e o capitalismo. Viveu nove anos (1928 - 1937) em uma comunidade agrícola no interior do Estado de São Paulo, onde teve contato com companheiros anarquistas e desertores. Nesse período foi perseguida pela política ditatorial do Estado Novo. Por mais importante que seja, a vida e obra da ativista foi um hiato durante algum tempo, principalmente por se tratar de um pensamento desviante para seu tempo. Somente na década de 1980 Miriam Moreira Leite dedicou-se a um aprofundado estudo sobre a trajetória de vida de Maria Lacerda de Moura e publicou a obra Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura (1984).

até duras críticas à busca pelos direitos políticos das mulheres tal qual estava sendo empreendido.[447]

Faço essa observação para sublinhar a pluralidade do movimento feminista desde suas primeiras mobilizações e, portanto, seu caráter mutável – elasticidade e plasticidade – e sua possibilidade de concomitância – ser muitos ao mesmo tempo e no mesmo espaço. É aqui que se nota que, assim como a cidadania – uma das lutas empreendidas pelos feminismos –, o movimento é corporificado, sendo, desta forma, múltiplo. Em síntese, penso que os diferentes feminismos partem do SER, para TER, em busca de PERTENCER e EXERCER.

Retornando aos ciclos do movimento feminista brasileiro, desde a década de 1970 – ponto de partida dessa outra fase – se observa "uma mudança notável de agenda"[448] que se intensifica nas duas décadas seguintes. Essa mudança, como observa Joana Maria Pedro, reforça a discussão entre lutas gerais e/ou lutas mais específicas[449], pois parte da ideia de disputa de poder. [450] No Brasil, em plena Ditadura Civil-militar, se teve uma oxigenação dessa questão e, por isso mesmo, diferentemente de outros lugares, a luta não pôde ser somente contra o patriarcado, mas contra outros tantos sistemas de dominação – opressão.[451]

O que mais chama atenção ao tratar do feminismo neste período, é que mesmo dentro de questões diversas e frente a diferentes linhas de lutas, as mulheres, que se denominavam ou não feministas, se organizavam coletivamente para juntas combater. A luta aqui ganha – ou pelo menos reforça – duas importantes

---

[447] Sugiro: MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliques*. São Paulo: Chão Editora, 2022. Na obra em questão, Maria Lacerda de Moura critica a luta das mulheres pelos mesmos direitos políticos dos homens.

[448] Barrancos, op. cit., p. 46.

[449] "O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há consciência muito clara por parte dos grupos organizados que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica." (Pinto, 2003, p.45).

[450] "Há uma narrativa de 'origem' do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais. Essa narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre "lutas gerais e lutas específicas", de um lado, e entre "verdadeiramente feministas e não-feministas", de outro. A forma como foram definidas essas datas reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. Fala de poderes e conflitos." (Pedro, 2006, p. 250). Cf. PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970 - 1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n 52, p. 249 – 272, dez, 2006.

[451] Esse ponto reforça o "feminismo à brasileira". Cf. Pedro, 2012, p. 251 – 254.

características, a saber, a mutualidade e o entendimento de que o "pessoal é político" – e deve ser utilizado como combustível para a reestruturação social – e político é ordinário – está na ordem do dia de cada um dos corpos em suas intersecções. Ambas as características foram representadas através dos grupos de reflexão/consciência onde se somavam e dividiam vivências e experiências que se entrecruzavam ou não, mas que de alguma forma convergiam para o mesmo ponto.

Mais adiante tratarei brevemente dos avanços legais e institucionais que contribuíram para dirimir as assimetrias de gênero e, principalmente desde os inícios dos anos 2000, reorganizaram os movimentos feministas para atender as novas velhas demandas do século. Sobre este que seria o terceiro ciclo feminista latino-americano Dora Barrancos escreveu:

> Mais recentemente as sociedades foram sacudidas por novos desafios para acabar com a violência em todas as suas formas, há reações concatenadas de congêneres muitos jovens e de todos os grupos sociais que não desejam ser assombrados por acossadores nem desejam viver acatando nomes que penalizam a livre vontade de dispor de seus corpos e que podem significar a prisão por não levar adiante gestações não desejadas. *Há uma onda renovada de feminismos de muitas cores por todo solo latino-americano*.[452]

"Feminismos de muitas cores", com muitos corpos, de diferentes lugares e com uma proposta uníssona, visam superar a histórica dicotomia das esferas de ação de gênero e a desigualdade em todas as suas formas, considerando raça, classe, sexualidade, etc.

Olga Duhart adverte, ao refletir sobre a relação entre o movimento feminista e a democracia, que: "O feminismo contemporâneo nos exige planos de pensamento e ação que fazem necessário considerar um amplo conjunto de variáveis a se levar em conta para que este não seja a reiteração das premissas habituais que parecem se esgotar em sua repetição."[453]

Em outras palavras, precisa, revisitando sua história e memória, se sentir-pensar em busca de um novo agir plural e coletivo, de diferentes e múltiplos lugares.

---

[452] Barrancos, op. cit., p. 48, grifo meu.

[453] Duhart, 2019, p. 44. Cf. DUHART, Olga Grau. Escollos y desafios contemporâneos para el feminismo y la democracia. In: PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: fino Traço, 2019, p. 37 – 49. No original: "El feminismo contemporâneo nos exige planos de pensamento y acción que hacen necessário considerar um amplio conjunto de variables a tomar en cuenta para que éste no se ala reinteración de las premissas habituales que parecen agotarse em su repetición." p. 44

Sobre as ondas e/ou ciclos feministas no Brasil, mencionados até aqui, é importante reforçar concisamente, como fez Joana Maria Pedro e Luana Borges Lemes, que:

> As resistências aos retrocessos diversas vezes movimentaram as mulheres no Brasil. A forma destes movimentos tem variado através do tempo. Os suportes da expressão da indignação acompanharam as mudanças tecnológicas. Na "Primeira Onda", as mulheres brasileiras – em sua maioria de elite e camadas médias altas –, usaram periódicos, panfletos, aviões para espalhar panfletos pela cidade e muito lobby junto aos parlamentares – muitos deles seus familiares –, para conquistar o direito ao voto (HAHNER, 2003). As mulheres da "Segunda Onda" utilizaram-se, principalmente, de periódicos e de reuniões – nos grupos de consciência, além de manifestações de rua, pichação de muros, e encontros. As de "Terceira Onda" utilizaram livros e revistas acadêmicas, fundamentando, teoricamente, o campo de conhecimento. As de "Quarta Onda" tornaram-se especialista em redes sociais da Internet e a utilizam para divulgar suas propostas e protestos, e convocar todas para gigantescas manifestações de rua. As alianças que fizeram e poderão fazer dará, certamente, o tom das possíveis conquistas: mais arrojadas ou mais comedidas? A democracia em vigência será muito importante nestas possibilidades.[454]

É tênue e recíproca – ou pelo menos deve ser – entre feminismos e democracia, em busca de um movimento mais democrático e de uma política mais viva – leia-se encarnada.

Certo até aqui é que, pensando em ondas e/ou ciclos, as mulheres, em suas múltiplas intersecções, têm se movimentado desde o século XIX até o XXI e essa movimentação não deve ser exclusiva delas, pois ao se movimentarem, toda a sociedade deve com elas se movimentar em busca de reestruturação social[455]. Contudo, historicamente, não foi assim que as movimentações feministas aconteceram, e o próprio movimento "se desviou do caminho rumo a uma verdadeira igualdade para *todas* as mulheres"[456]principalmente por questões de raça/etnia e classe.

Isto fez surgir em diferentes momentos movimentos feministas que, para além das questões "gerais" defendidas pelas mulheres brancas de classe média intelectualizadas – como a do acesso a educação e/ou o direito ao voto –,

---

[454] Pedro e Lemes, 2019, p. 81. Cf. PEDRO, Joana Maria e LEMES, Luana Borges. A "Primavera das Mulheres" nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: fino Traço, 2019, p. 67 – 83.

[455] Parafraseei a famosa frase dita pela professora e filósofa norte-americana Angela Davis em uma de suas conferências no Brasil. A frase original é: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela."

[456] Davis, 2017, p. 83. Cf. DAVIS, Angela. As mulheres nos anos 1980: derrotas e vitórias. In: _____. Mulheres, cultura e política. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 83 – 85.

reivindicavam pautas específicas, que partiam de seus lugares sociais de mulheres negras e/ou indígenas, de classe baixa, de pouco estudo e periféricas. Importante observar, como escreveu Dora Barrancos ao refletir sobre os vínculos entre feminismo e democracia: “Esta pluralidade [do movimento] significou historicamente acordos transversais sobre algumas questões, mas também pontos de vista que muitas vezes se tornaram críticos e separaram dramaticamente as feministas.”[457]

Esta separação trouxe – e traz – limites, mas também, possibilidades para os combates das feministas. Homônimo ao famoso livro da filósofa bell hooks, um feminismo feito *Da margem ao centro* – ou das muitas margens aos vários centros – é constantemente reinventado, somando e dividindo forças em busca de um objetivo comum, a derrota e superação do sistema patriarcal colonialista e capitalista neoliberal.

Desde a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de Olympe de Gouges e da *Reivindicação dos direitos das mulheres* de Mary Wollstonecraft, ambas do século XVIII, pelo menos nos últimos mais de setenta anos várias são as vitórias dos movimentos feministas expressas, entre outras formas, através de documentos[458] propostos para dirimir as assimetrias de gênero, combater a dominação masculina e a consequente opressão das mulheres e mesmo assim “a plena igualdade de gênero [e suas positivas consequências] não é realidade em nenhum país no mundo”[459].

> [...] se a gente conseguir deixar uma sementinha plantada na cabeça de cada uma no caso das mulheres que a gente está falando aqui, em termos de ser exemplo para as demais mulheres, eu acho que já fez muito. Mas a gente também precisa se policiar, a gente também precisa acordar porque nós somos criados nessa cultura machista e eu fui né. Isso já mudou muito, mudou para melhor e hoje nós temos legislações interessantes. Antes a mulher não poderia estudar, eu acho que é a mais absurda. Não podia votar, não podia ser votada, tinha que ter autorização, se fosse casada tinha

---

[457] Barrancos, 2019, p. 20. Cf. BARRANCOS, Dora. Feminismo y democracia: notas sobre sus vínculos. In: PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: fino Traço, 2019, p. 19 – 36. No original: “Esta pluralidade há significado historicamente acuerdos transversales sobre algunas cuestiones, pero también puntos de vista que a menudo se tornaron álgidos y separaron dramaticamente a las feministas.” p. 20.

[458] Sobre alguns avanços legais e institucionais com o objetivo de inserir e manter as mulheres nos espaços de poder, sugiro: FARIAS, Wagner Cavalcante e FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Onde estamos e por onde caminhamos: a participação das mulheres na política formal nos últimos 25 anos no Brasil. In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). *Histórias Daqui e Dali*: religiosidades, culturas, políticas e literatura. Sobral – CE: SertãoCult; Edições UVA, 2021, p. 217 - 243.

[459] Cf. ONU Brasil. Direitos Humanos das Mulheres. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.

> que ter autorização do marido para tudo. Então assim, como o mundo mudou, mas a gente também precisa mudar a nossa cabeça e se conscientizar e eu me incluo nisso. Sim eu me incluo nisso sim, acho que com a vivência, com o dia a dia com a experiência é que a gente vai tentando dar o exemplo e ser exemplo para alguém.[460]

Esta fala é da segunda mulher a ocupar o executivo catundense em mais de trinta anos. Advogada de formação Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima observa que legalmente vários foram os avanços no que diz respeito a superar os "absurdos" da desigualdade, como mulheres não poderem votar e nem ser votadas. Contudo, o que mais chama atenção na narrativa de Ravenna é sua observação de que ainda que seja importante a legislação, por si só, não é efetiva, afinal "também precisa mudar a nossa cabeça", uma vez que o problema é mais profundo, pois é "cultural" – ensinado, aprendido e reproduzido.

Em síntese, as plataformas legais não são suficientes para vencer os obstáculos da desigualdade e dar passos largos no caminho da equidade, contudo sua importância é inegável e merecem méritos, uma vez que atendem às demandas de seus tempos – e de muitos e tantos tempos. Em outras palavras, são mecanismos datados e constantemente reforçados através de outros mecanismos, com um objetivo quase comum, superar as desigualdades e atingir a equidade. Fiz uma síntese[461] de nove dos documentos internacionais assinados pelo Brasil que nessas últimas sete décadas buscam atender a estas demandas[462].

O quadro em apêndice mencionado anteriormente não apresenta com mais detalhes esses mecanismos legais nem os contextos em que foram criados, por isso, sugiro a leitura dos textos na íntegra[463] que são de fácil acesso. Meu objetivo é

---

[460] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

[461] Ver Apêndice O.

[462] Sobre esse assunto, produzi um artigo, junto com a Profa. Dra. Gleidiane de Sousa Ferreira, para tratar sobre os mecanismos legais e institucionais que buscam dirimir as assimetrias de gênero desde pelo menos os últimos 50 anos, focando na lei de cotas de gênero na política e nas reformas eleitorais no Brasil. Cf. FARIAS, Wagner Cavalcante e FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Onde estamos e por onde caminhamos: a participação das mulheres na política formal nos últimos 25 anos no Brasil. In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). Histórias Daqui e Dali: religiosidades, culturas, políticas e literatura. Sobral-CE: SertãoCult; Edições UVA, 2021, p. 217 - 243.).

[463] Confira as plataformas em: ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por. Acesso em: 28 de out. de 2024. ONU. Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher. 1953. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Mulher/convencao_sobre_os_direitos_politicos_da_mulher.htm. Acesso em: 28 de out. de 2024. ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,

somente apresentar esses dispositivos que não são os únicos, contudo, como já observado, são sem dúvida os principais meios legislativos e institucionais que em pouco menos de um século tentam alcançar a equidade de gênero e empoderar mulheres e meninas em busca de uma sociedade mais justa e efetivamente democrática. O Brasil é signatário[464] de todos esses instrumentos e plataformas bem como de outras propostas em busca de efetivá-las[465].

A conquista dos direitos políticos das mulheres nas primeiras décadas do século passado, conforme se observa no apêndice P, não garantiu a ampla, irrestrita e efetiva participação destas nos espaços de poder formal. Até os anos 1980 todos os países listados já haviam garantido para as mulheres, o direito a votar e serem votadas. O primeiro país foi Equador (1929) e o último foi São Cristóvão e Neves (1983), mesmo assim poucos elegeram imediatamente mulheres para as casas legislativas e em alguns casos ainda hoje nenhuma mulher atingiu a presidência das Câmaras Altas e/ou Baixas, como é o caso do Brasil.

Contudo, não somente os direitos de votarem e serem votadas foram garantidos às mulheres nesses mais de noventa anos, mas também, importantes políticas afirmativas foram pensadas para aumentar a participação delas na política formal, desde as candidaturas passando pela efetiva eleição e a tarefa de se manter nos espaços de poder em diversos níveis. Em nossa região – América Latina e

---

2006, p. 13 – 32. ONU. Declaração e Programa de Ação de Viena. 1993. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024. ONU. Relatório da Conferência Internacional sobre a população e Desenvolvimento — Plataforma de Cairo, 1994. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 33 – 137. ONU. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher – Convenção do Belém do Pará, 1994. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 139 – 146. ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 147 – 258. CEPAL. Consenso de Quito. 2007. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/consensodequito.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.
ONU Brasil. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 28 de out. de 2024..

[464] Para um quadro mais detalhado, acessar: ONU MULHERES. ATENEA — Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024, p. 21.

[465] Como é o caso da Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030. Cf. CEPAL. Estrategia de Montevideo para la Implementación de la Agenda Regional de Género en el Marco del Desarrollo Sostenible hacia 2030. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/entities/publication/cd32ea02-dff6-4e9d-8105-69d333919fa5. Acesso em: 28 de out. de 2024.

Caribe – o principal instrumento foram as leis de cotas de gênero na política (ver Apêndice Q)[466], adotadas principalmente a partir dos compromissos da Conferência de Pequim, em 1995.

No Brasil, a primeira legislação de cotas é deste mesmo ano – 1995 – e no percurso até a contemporaneidade teve importantes modificações que atendem outras demandas de seus tempos[467]. As legislações apresentadas permitem aferir que no que toca aos avanços legais e institucionais para as mulheres no Brasil, em especial à participação feminina na política, nosso país "tem uma legislação avançada em termos de direitos e de cidadania e, no entanto, apresenta uma realidade desigual e injusta, produzindo comumente um sentimento de descrédito e de desqualificação em relação às conquistas legais.". Todas as leis, emendas e/ou resoluções, estando em vigor ou não, foram produzidas a partir de históricos combates, atendendo às diferentes demandas dos múltiplos corpos que pouco ou não estavam nos espaços de poder formal[468] e que teriam dificuldades de acessar esses lugares – como ainda têm até mesmo com toda a legislação. Contudo, longo é o percurso que o Brasil precisa trilhar para chegar à sonhada paridade de gênero em espaços de poder.[469]

---

[466] Alguns estudos têm se dedicado as reflexões sobre as leis de cotas e a participação feminina na América Latina, dos quais destaco dos de HTUN, Mala; A política de cotas na América Latina. In: Rev. Estudos Feministas, v.09 n.01, p. 225 – 230, 2001. Também os de SPOHR, A. P.; MAGLIA, C.; MACHADO, G.; OLIVEIRA, J. O. de. Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e listas fechadas. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 24(2): 292, p. 417 - 441, maio-ago, 2016.; e ainda os de CORRÊA, Diego Sanches e CHAVES, Vanilda Souza. Leis de cotas na América Latina: eficácia em sistemas eleitorais de representação proporcional. In: 12 ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12, 2020, online. Anais. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2020, p. 2 – 20. Esses trabalhos indicam que os países com leis de cotas, sistema eleitoral proporcional e, principalmente, com listas fechadas, como é o notado em alguns países mencionados no apêndice, têm os melhores resultados no que tange às cotas. Importante salientar, contudo, que somente o fato de terem sistemas eleitorais proporcionais e listas fechadas não se assegura inteiramente a eficácia da lei de cotas, prova disto, como se observa no quadro, é que o Paraguai mesmo atendendo aos dois requisitos tem pouco mais de 20% de representação feminina, considerando as duas câmaras, o que só atende a cota mínima; enquanto Cuba, com um sistema de lista aberta e sem cotas legislativas, tem 55,7 % em sua câmara única. Assim, outros fatores precisam ser analisados para se concluir a eficácia da lei de cotas, entre eles, a questão da alternância nas listas e, sobretudo, as questões históricas – estruturais e culturais – de cada país, o que pode ser observado até em países sem legislação específica.

[467] Ver Apêndice R.

[468] Corpos não brancos, não ricos e não cis heteronormativos.

[469] Ao se observar o *Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) *2023/2024,* no que tange o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero (IDHG), valores de 2022, o Brasil ocupa a octogésima nona colocação e, ao considerar o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) a nonagésima quarta. Cf. PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/24. Disponível em: https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24. Acesso em: 28 de out. de 2024. De acordo com o *Mapa Mulheres na Política: 2023*, da ONU Mulheres, ao considerar altos cargos, como ministérios, e/ou número de cadeiras das casas legislativas, nosso país ocupa, respectivamente, a

Em síntese, o que se apreende do exposto até aqui, como escreveram Débora Bithia de Azevedo e Márcio Nuno Rabat ao refletir sobre a conquista do voto no Brasil, é que: “Não [há] como o direito de voto [e outras tantas garantias legais] se transformar em intensa participação eleitoral em uma sociedade estruturalmente marcada pela exclusão das mulheres.”[470] Os traços patriarcais que predominam ainda na organização social latino-americana, em destaque no Brasil, incidem negativamente na ativa e efetiva participação das mulheres na política. As barreiras hoje ainda são legais, no sentido de que a lei por si só não garante sua efetivação, mas exige mecanismos de aplicabilidade como fiscalização e punição caso não seja cumprida. Contudo, são também barreiras culturais que dificultam os acessos e permanências das mulheres e de outros corpos, como os de pessoas negras, nos espaços de poder.[471] Como disse Ravenna Lima, “também precisa mudar a nossa cabeça”.

A antropóloga feminista Marcela Lagarde sugere a “democracia genérica” [472] como forma de participação política onde homens e mulheres, em suas especificidades, diferenças e semelhanças, pactuam que suas individualidades devem ser princípios para vivências e experiências, em destaque no campo político, afinal o político é ordinário.

Ravenna Lima, chama atenção para este ponto, ao narrar que:

---

trigésima sétima colocação com 11 de 30 ministérios comandados por mulheres – dados de janeiro de 2023 – e a centésima vigésima nona com 91 deputadas em um universo de 513 e 10 senadoras entre 81 cadeiras. Cf. ONU Mulheres. Mujeres en la política: 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-05/Women-in-politics-2023-es.pdf. Acesso em: 28 out. 2024. Em busca de atualizar os dados das mulheres nos parlamentos nacionais, acessei a classificação mensal organizada pela organização global dos parlamentos nacionais (União Interparlamentar – IPU) no banco de dados dos parlamentos online (PARLINE). De acordo com os dados referentes a primeiro de setembro de 2024, o Brasil ocupa a centésima trigésima quarta colocação, entre mais de 180 países, tendo 90 mulheres na Câmara Baixa (com 513 cadeiras) e 14 senadoras entre as 81 vagas, algo em torno de 17% das casas legislativas federais. Cf. de Parline – dados globais sobre parlamentos nacionais da União Interparlamentar, disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=9&date_year=2024. Acesso em 28 de out. de 2024.

[470] Azevedo e Rabat, 2012, p. 48. Cf. AZEVEDO, Débora Bithia de e RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de Mulher:* oito décadas do direito de voto. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

[471] Sobre essa discussão, sugiro a conferência com a Profa. Dra. Teresa Sacchet sobre a relação entre dinâmicas partidárias e mulheres na política. Cf. FULBRIGHT BRASIL. Dinâmica Partidária e Mulheres - Profa. Teresa Sacchet - Mulheres no Poder no Brasil e nos EUA. YouTube, 15 de set. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9DAtcbL1gG0. Acesso em: 28 de out. de 2024.

[472] Cf. LAGARDE, Marcela. Género y Feminismo. Desarrollo Humano y Democracia. Cuadernos Inacabados (25). Horas y HORAS la editorial, Madrid, 1996, p. 31 – 32, tradução minha.

> Eu tenho que acreditar na igualdade entre homens e mulheres dentro das suas diferenças, claro. Porque a igualdade total não existe né. Inclusive no direito a gente vê isso que a justiça ela é equidade, é tratar igual os iguais, desiguais como iguais, porque se a gente tratar desigualmente quem é igual vai ficar desigualdade da mesma forma. Então é uma justiça equânime.[473]

Ou seja, sendo sujeitos de gênero e carregados das múltiplas intersecções – como classe, etnia, raça, geração, sexualidade, etc –, é preciso repensar o sistema democrático – direitos e deveres – a fim de que as demandas desses sujeitos, em destaque a das mulheres, sejam levadas em consideração desde suas identidades, trajetórias e subjetividades.

O movimento feminista e de mulheres, sem dúvida, como já refletido anteriormente, foi crucial para o desenvolvimento de mecanismos legais e institucionais que objetivam igual tratamento entre os corpos generificados e suas interseções, equidade de direitos e o fim das discriminações e violências contra as mulheres. *A potência feminista ou o desejo de transformar o mundo*, como escreve Verónica Gago em livro homônimo, parte dos corpos singularizados, mas nunca individuais, "na medida em que cada corpo nunca é só 'um', mas o é sempre com outros"[474], inclusive com forças não humanas – a natureza.

Portanto é coletivo o caminho para escrever novas e outras histórias onde o sistema patriarcal tenha sido superado, pois a hierárquica divisão sexual do trabalho e das expectativas de gênero afeta, ainda que de forma assimétrica, a vida de todos e todas, homens e mulheres, portanto "o feminismo é para todo mundo" e assim deve ser, considerando cada corpo em sua multiplicidade em busca da efetiva democracia.

A partir da narrativa da eleita Ravenna Lima, e também de outras eleitas, se apreende que não é suficiente criar leis e fazer acordos, quando o pacto patriarcal colonialista e capitalista neoliberal ainda é o princípio e a estrutura das relações sociais desde a primeira socialização até as relações de poder que atravessam nossa vida a todo e cada instante.

---

[473] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

[474] Gago, 2020, p. 107. Cf. GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de feminista transformar tudo*. São Paulo, Editora Elefante, 2020.

Deste modo, o empoderamento, entendido como “o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação”[475], é o caminho para “desestabilizar” as estruturas patriarcais e [re]fazer a política, em busca de um novo SER, TER, PERTENCER e EXERCER que considere as subjetividades como princípio, meio e fim das mobilizações. Em outras palavras, como caminho que efetive o pessoal como político e o político como ordinário. Retornarei a essa questão no capítulo seguinte, onde irei refletir sobre o fazer político das mulheres na cidade de Catunda como prática de empoderamento.

[475] Sardenberg, 2012, p. 2. Cf. SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848. Acesso em 11 de nov. de 2024

3.3 O ORDINÁRIO É CITADINO: O SUBJETIVO E O POLÍTICO

Catunda nobre os teus filhos te veneram
É terra nobre que foi da Santa Quitéria
[...]
O nosso sonho é vê tua felicidade
Lindas fazendas e uma linda cidade
Catunda reina com amizade e alegria
Aí se eu pudesse não me separava um dia
[...]
E nasce o sol com seu raio incandescente
Acorda todos e é um dia novamente
É um progresso que se espalha pela terra
Terra querida os teus filhos nunca erram.[476]

Hoje Catunda terra amada
Doce encanto de riso e de paz
Berço alegre de gente guerreira,
Gente humilde, correta e tenaz.
A mais pura das terras cearenses
És tu, Catunda cidade audaz.[477] [478]

As epígrafes acima são duas importantes composições musicais que celebram o município de Catunda, destacando suas qualidades, sua história e o

[476] *Catunda Nobre* é um hino não oficial feito, de acordo com algumas informações que tive para concorrer em um concurso de hinos para o município. A letra e interpretação são de Nestor Magalhães, pai de Regina Elena Magalhães. Mesmo tendo saído vitorioso o hino não foi "aceito" como oficial e hoje é uma música em homenagem a cidade. Cf. COMUNIDADE de Bom Tempo Catunda-CE. Um lindo hino que um filho de Catunda fez para cidade. Youtube, 15 de mai. de 2020. 2: 38. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tA_a2znIiic. Acesso em: 01 de mai. de 2025.
[477] Cf. GOVERNO DO CEARÁ. Hino de Catunda – Aniversário dia 27/12. Youtube, 22 de nov. de 2018. 1: 49. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=46KXbbDNKJY. Acesso em: 01 de mai. de 2025.
[478] Não se tem muita informação dita oficial sobre este hino. Em 2020 o Centro Acadêmico de História Ágora, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, realizou um evento comemorativo em alusão aos 30 anos de emancipação política de Catunda e em um dos encontros entrevistou o então secretário de saúde Rogério Mendonça, um dos criadores da letra do hino. Para saber mais, sugiro: CENTRO ACADÊMICO de História – UVA. ENTRE HISTÓRIAS E SIMBOLOGIAS: REPRESENTAÇÕES OFICIAIS CATUNDENSES (O HINO MUNICIPAL). Youtube, 1 de set. de 2020. 45: 44. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h1J50K1epvo&t=837s. Acesso em: 01 de mai. de 2025.

orgulho dos e das habitantes. Essas letras reforçam a ligação entre o povo catundense e a cidade, uma relação simbiótica como explicarei mais adiante. Posso dizer que essas músicas reforçam o amor pelo lugar – *topofilia* – e este é um dos motes das reflexões que seguem neste capítulo.

Tomo emprestado o conceito do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, topofilia, entendido como "difuso e vívido", por acreditar, como este ao defini-lo, que é um neologismo útil, uma vez que de maneira ampla inclui "todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material."[479]. O termo se relaciona ao emocional, ao afetivo, aquilo que move os seres humanos e faz com que estes estabeleçam relações com os lugares em que vivem. Existem fatores, conforme destaca o autor, que influenciam as respostas dos humanos ao ambiente e dentre estes, a cultura, o gênero, a raça, a classe, a idade e a capacidade física são sem dúvidas os mais preponderantes uma vez que os sentidos e nossa formação subjetiva atuam sobre como percebemos e respondemos ao nosso entorno.

Nesta produção o que mais me interessa a partir do conceito topofilia é compreender se e como a afeição sobre o lugar – neste caso a cidade de Catunda – foi, a um só tempo, resultado e resultante do fazer político das mulheres eleitas, afinal o processo de construção da cidade é multifacetado e envolve aspectos físicos e econômicos – infraestrutura –, mas também, e principalmente, a presença dos corpos e as respostas que estes dão ao espaço.

As letras das músicas que abrem este capítulo não apenas celebram e/ou adjetivam Catunda, mas também destacam e reforçam símbolos como a coragem, a perseverança e a união do povo que marcaram a trajetória da cidade. "A consciência do passado [, escreveu Tuan,] é um elemento importante no amor pelo lugar."[480] sendo a História a ciência "responsável" por este amor. Deste modo, amar a pequena Catunda não só pode ser lido como caminho para se dedicar a ela, em busca pela emancipação e atuação política, por exemplo, como fizeram algumas mulheres na/da política, mas também é um meio de voltando ao passado para recordar e compartilhar, continuar reinventando este lugar – assim como as eleitas fizeram nas narrativas que são fontes para este estudo.

---

[479] Tuan, 1980, p. 107. Cf. TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 1980.
[480] Ibid., p. 114.

Para seguir, é importante ressaltar que "[...] Antes a vida não mudava quando mudavam os governos, mas este invadiu a vida privada de cada um."[481] e colocou tudo de pés pro ar[482]. Está e a constatação do homem de chinelo amarelo e camisa larga, vizinho de José de la Aritmética, personagem do *País das Mulheres* de Gioconda Belli. Sua observação, ainda que em tom de desaprovação, serve para de fato compreender que as mulheres na política, conforme já mencionado, modificam – e precisam modificar – toda uma estrutura social afinal, como se observou nas seções anteriores, os limites entre o público e o privado são tênues e recíprocos, assim o pessoal é político e o político é ordinário implicando não somente na ação das subjetividades na política a partir de suas realidades diárias, como a presença das mulheres e suas demandas nos espaços de poder, mas também, e sobretudo, na interferência do Estado na vida privada, ou seja, no fazer político e como este interfere no cotidiano, afinal como escreveu Joice Berth, ao questionar *Se a cidade fosse nossa*[483], toda pessoa que se veja como urbanista, no sentido de sujeito responsável e atuante na organização e manutenção do espaço da cidade, faz isto desde sua realidade.

Assim, a cidade não é espaço neutro, e não deve ser entendida aqui tão somente como o perímetro urbano e a soma dos seus distritos, mas como "lugar praticado"[484], que é feito por movimentos relacionais. A cidade é, portanto, viva! Ela é – e deve ser – feita, refeita e desfeita na ação. E a um só tempo ela faz, refaz e desfaz, por assim dizer, os corpos que nela vivem. O processo de construção da cidade é relacional – ou simbiótico, como já mencionei.

Carlos Antônio Leite Brandão, arquiteto, urbanista e filósofo que se dedica ao estudo da invenção das cidades, ao refletir sobre a origem "etimológica" e, também, a antropológica desta, partindo do tratado arquitetônico renascentista *De re aedificatoria,* destaca que a *civitas*[485] deriva do *civis*[486] e este por sua vez inventa a primeira para se constituir como tal. Dito de outra forma existe um "conascimento"

---

481 BELLI,. op. cit., 2011, p. 25.
482 Referencia ao símbolo da bandeira do Partido da Esquerda Erótica (PEE) – no original "Partido Izquierda Erótica" (PIE) – da novela da nicaraguense Giocanda Belli. Os pés para cima aparecem logo na capa do livro e indicam o caminhar no mundo em mudança que deve ser feito "um pé após o outro".
483 Cf. BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
484 Certau, op. cit., p. 202.
485 Termo em latim do qual deriva a palavra cidade.
486 Termo em latim do qual deriva a palavra cidadão.

entre a cidade e nós mesmos e assim: “conhecê-la é conhecer a nós mesmos, seja enquanto indivíduos, seja enquanto sociedade.”[487]

Toda cidade é um organismo, porque, conforme mencionado anteriormente, é pensada a partir de outros seres. Estes seres, por sua vez, são corpos constituídos por múltiplas intersecções – gênero, classe, raça, sexualidade, idade, capacidade física – e atravessados por questões de poder. Este último, inclusive, é um importante elemento para pensar a cidade, pois é “onipresente”[488] e, desta forma, também é um elemento de sua invenção, ainda que nem seja uma categoria espacial e/ou temporal, conforme escreveu Claude Raffestin em *Por uma Geografia do poder*[489].

Quem escreve a cidade? Este questionamento é importante e Lesli Kern, em *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*[490] ajuda a refletir essa questão escrevendo sobre a relação entre cidade, gênero e poder. Em suas palavras:

> A cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e estabelecendo as experiências dos homens como “regra”, com pouca consideração de como a cidade cria bloqueios para as mulheres e ignora seu contato diário com a vida urbana. Isso é o que quero dizer com “cidade dos homens”.[491]

Em síntese, são os homens brancos de classe média alta cishetero sem deficiências, ocupantes em sua maioria dos espaços de poder, que planejam e constroem as cidades, desconsiderando as necessidades de quaisquer outros corpos que ocupam e/ou podem vir ocupar o citadino, afinal eles são o padrão, o dito “masculino-salvo-indicação-contrária”[492]. É preciso, então, que mulheres participem da invenção das cidades para que suas demandas sejam atendidas, desde como o espaço é configurado até questões relacionadas ao transporte, saúde, educação e segurança pública. Uma cidade feminista é possível e urgente.

---

[487] Brandão, 2017, p. 337. Cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A cidade contemporânea na atual crise da República e da Democracia: as origens da cidade e a cidade contemporânea. In: República e democracia: impasses do Brasil contemporâneo. André Botelho e Heloisa Murgel Starling (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 331 – 344.
[488] Cf. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
[489] Cf. RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
[490] Cf. KERN, Leslie. Cidade feminista: a luta pelo espaço em mundo desenhado por homens. Trad. de Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
[491] Kern, 2021, p. 19.
[492] Perez, 2023, p. 18.

É aqui pensando a *cidade das mulheres* que refletirei sobre como as mulheres eleitas, partindo de suas experiências, impressas em seus corpos, construíram Catunda através da política desde a luta pela emancipação político-administrativa da cidade, até as políticas públicas que estas propuseram para a cidade, passando pelos primeiros mandatos nos anos 90.

Nas entrevistas e em outras importantes fontes, como periódicos que encontrei recentemente e/ou em episódios de podcast produzidos pela rádio local, aparecem algumas regularidades nas narrativas sobre a política catundense. A primeira delas, expressa na frase de Regina Elena Magalhães: "Se for Catunda, eu tô dentro."[493], é o *movimento emancipacionista e a invenção da cidade*. Foi crucial o papel das mulheres eleitas na movimentação que levou a emancipação política de Catunda no início dos anos de 1990.

A partir desta questão, e após a emancipação política-administrativa da cidade no início da década de 1990, quando finalmente ocorreu o primeiro pleito municipal, em 1992, as mulheres que concorreram aos cargos eletivos e foram eleitas mobilizaram questões de gênero e emoções para atuar na política. Uma matéria de um dos periódicos que encontrei na Biblioteca do Estado do Ceará, datada de 1993, narra que "[...] Catunda cresce sob a visão das mulheres."[494]. A partir desta e de outras narrativas, pensarei os *jogos de gênero e performatividade* dessas mulheres, ou melhor, quais os artifícios que as eleitas mobilizaram para seguirem "Administrando Catunda com amor".

3.3.1 Do movimento emancipacionista a invenção da cidade

As mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal participam do processo de invenção da cidade, conforme já pontuado no decorrer desta escrita, desde antes da emancipação e instalação de Catunda no início dos anos 1990. Após a primeira tentativa anulada de emancipação de Catunda – na década de 1960, conforme já explicitado – logo no início do período da Nova República, mais duas tentativas foram malogradas, de acordo com os periódicos comemorativos

[493] PODVER NA PLANALTO FM. REGINA ELENA – POD VER #01. Youtube, 25 de mai. de 2022. 2: 56: 36. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w_du2AmyM0o. Acesso em: 01 de mai. de 2025.
[494] Cf. Administrando Catunda com amor. **Jornal Diário do Nordeste**, 1º caderno, Interior, Ceará, ano XII, n. 4.192, p. 11, 27 de set. de 1993.

publicados na cidade – a revista *Catunda 15 anos – Novos horizontes* e o jornal *20 anos – Catunda de História e compromisso com o futuro*. A primeira em 1985, quando, por solicitação do então prefeito de Santa Quitéria, Haroldo Martins, a consulta plebiscitária, exigida para criação e instalação de municípios, foi suspensa pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE – CE) horas antes de iniciada por justificativa de insuficiência de número de habitantes.

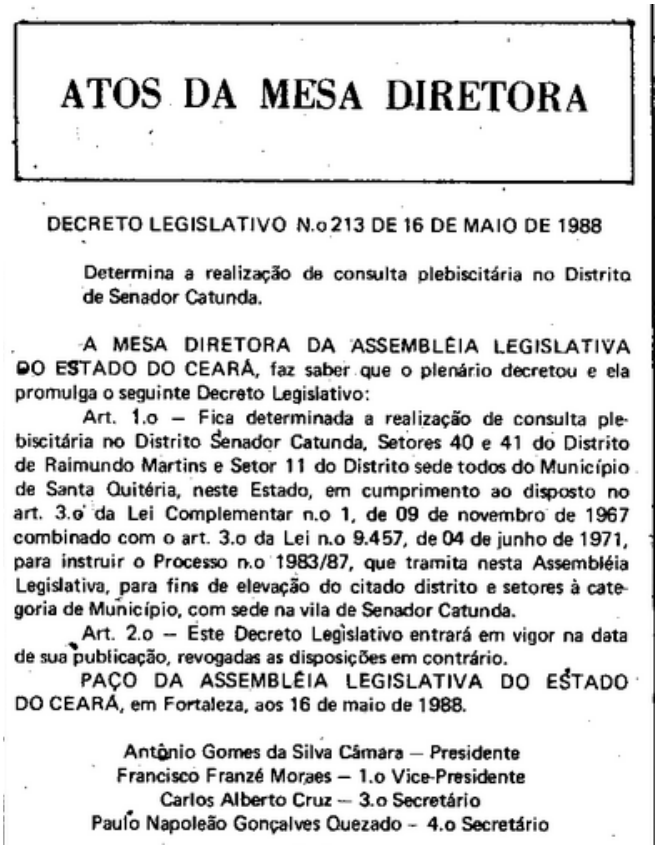
Contudo, conforme escreveu Lira,

> [...] os representantes do povo catundense não se deixaram abater e a luta pela emancipação continuava. Pouco mais de um ano depois dessa tentativa frustrada, em outubro de 1987 o presidente da Assembleia, Antônio Câmara, solicitou ao delegado do IBGE, Antônio Augusto Leite de Castro, a inclusão do setor 41 do município de Santa Quitéria para a formação de nova Unidade Administrativa. Após os trâmites legais e todas as exigências atendidas, é determinada a realização de [nova] consulta plebiscitária no Distrito de Senador Catunda pela Assembleia, era 16 de maio de 1988, foi publicado no D.O. nº 14,822 de 20 de maio de 1988.[495]

A imagem a seguir, é um recorte do Diário Oficial (D.O.) mencionado pela historiadora no editorial da revista. Conforme se nota, foi através do decreto legislativo nº 213 que, por determinação da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE) foi estabelecida a "realização de consulta plebiscitária" no então distrito Senador Catunda para ouvir a população dos setores que compunham aquele território – processo nº 1983 que tramitava na ALECE desde 1987.

[495] Lira, op. cit., p. 5.

Figura 6 – Recorte do Diário Oficial do Ceará nº 14.822, de 20 de maio de 1988



ATOS DA MESA DIRETORA

DECRETO LEGISLATIVO N.o 213 DE 16 DE MAIO DE 1988

Determina a realização de consulta plebiscitária no Distrito de Senador Catunda.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, faz saber que o plenário decretou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1.o – Fica determinada a realização de consulta plebiscitária no Distrito Senador Catunda, Setores 40 e 41 do Distrito de Raimundo Martins e Setor 11 do Distrito sede todos do Município de Santa Quitéria, neste Estado, em cumprimento ao disposto no art. 3.o da Lei Complementar n.o 1, de 09 de novembro de 1967 combinado com o art. 3.o da Lei n.o 9.457, de 04 de junho de 1971, para instruir o Processo n.o 1983/87, que tramita nesta Assembléia Legislativa, para fins de elevação do citado distrito e setores à categoria de Município, com sede na vila de Senador Catunda.

Art. 2.o – Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de maio de 1988.

Antônio Gomes da Silva Câmara – Presidente
Francisco Franzé Moraes – 1.o Vice-Presidente
Carlos Alberto Cruz – 3.o Secretário
Paulo Napoleão Gonçalves Quezado – 4.o Secretário

Fonte: Diário Oficial do Estado do Ceará

Na ocasião, os setores 40 e 41 do Distrito de Raimundo Martins, foram consultados separadamente, e a quantidade de votos positivos necessários para elevação de Senador Catunda a categoria de município não foi atingida, o que mais uma vez impossibilitou a emancipação política e administrativa da localidade. Após mais essa tentativa malsucedida, conforme se lê na revista comemorativa de 15 anos de emancipação política da cidade:

> [...] o sentimento de frustração que tomou conta da população fez nascer uma consciência cidadã de que a luta pela emancipação não deveria ser apenas das lideranças políticas do lugar, como também de todos os segmentos sociais desta comunidade. O movimento cria força e tem participação de políticos, professores, comerciantes, profissionais liberais, fazendeiros e donas-de-casa, e ganha o apoio político do prefeito de Santa Quitéria, Ênio Mesquita.[496]

"Consciência cidadã", entendida como participação ativa e responsável dos agentes sociais para as transformações, nesse caso para a mobilização do

[496] Lira, op. cit., p. 6.

movimento emancipacionista, foi, de acordo com o relato acima, o "combustível" para a realização de uma nova tentativa de emancipação do então distrito de Senador Catunda. Importante destacar que essa ideia da necessidade da agência de diferentes classes para encampar o movimento pró-emancipação, foi um dos motivos que conduziu Regina Elena Magalhães a entrar no campo político, como já refleti.

No ano de 1988, após a negativa da emancipação posterior a consulta plebiscitária, moradores do então distrito viram a necessidade de se organizar, e entre estes se destaca a liderança dos comerciantes. Regina Elena, à época comerciante, ajuda a liderar esse movimento e, sob orientação de Luciano Lobo, candidato à prefeitura de Santa Quitéria pelo grupo de oposição ao então prefeito Haroldo Martins, é convidada a concorrer ao cargo de vereadora por Senador Catunda. Em suas palavras:

> [...] a gente vai se reportar aí a história da emancipação que no início, em todo o processo assim foi um grupo de comerciantes, eu era comerciante, não tinha político nesse meio né. Então meu ex-marido ele era comerciante e ele gostava da política. Ele acompanhava sempre o lado contrário lá de Santa Quitéria né, nunca era o que ganhava, então a gente foi sempre oposição. A gente tem uma origem de oposição. [...] Santa Quitéria na verdade os prefeitos ganhavam, eles não queriam perder Catunda, era um distrito que geralmente era, era o fiel da balança da política. Sempre aqui era o que decidia. [...] E aí de repente teve uma abertura aí para essa criação de municípios, então muitos municípios correram tudo para tentar. Eu fiquei participando do processo mas assistindo as reuniões, ia para as reuniões que havia e tudo. Aí tinha uns negócios de documentação, aquela arrumação toda [...] Entrou o Luciano Lobo e ele, ele nem entrou como prefeito, entrou como candidato entendeu? E ele como candidato queria os votos de Catunda, então ele ficou do lado do pessoal da oposição, apoiando a emancipação de certa forma né? E aí, eu até devo muito isso a ele, hoje é em memória, é bom fazer esse registro, porque a gente votava nele aqui e ele foi que chegou para mim e disse "Regina (na época) você vai ser candidata a vereadora. Porque para isso aí [a emancipação] a gente tem que ter um vereador da gente dentro desse negócio aí" eu fiquei "eu? vereadora? nada a ver." Aí meu ex-marido foi contra, foi contra, achava que não dava certo, mas o Luciano acabou convencendo e eu fui para vereadora. Mas eu fiz campanha nos últimos dias e uma campanha assim, foi sem acreditar muito porque na verdade eu conhecia todo mundo lá dentro do comércio, né? Mas as políticas eram muito diferentes naquela época, mas aí nas últimas semanas a gente entrou mesmo, tive uma grande ajuda da comadre Cidel, andamos muito nesses interiores por aí e enfim fui eleita.[497]

Se nota então que não se negava a participação de lideranças políticas, afinal os processos de emancipação e formação de novas áreas territoriais está no

[497] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

campo político, uma vez que atende a necessidade de grupos específicos, como nesse caso os comerciantes. Inclusive o fracasso da consulta plebiscitária de 1988, deveu-se pela mobilização de donos de terras –fazendeiros – que teriam seus domínios dentro da nova área territorial de Catunda e não mais no território de Santa Quitéria e pela identificação dos moradores do distrito de Raimundo Martins com o então prefeito Haroldo Martins, filho do homônimo da localidade.

Então, como narra Regina, era preciso uma representação política "legitimada pelo movimento de emancipação"[498], para que se atendesse a demanda dos distritenses. Seu nome é sugerido para ocupar esse lugar de representante da emancipação na Câmara Municipal de Santa Quitéria, pelo grupo de oposição. Apesar de Luciano Lobo, então candidato à prefeitura e dito apoiador da causa emancipacionista, não ser eleito, Regina Elena foi eleita vereadora pelo Distrito de Catunda, com o objetivo de conseguir a emancipação. Ela continua:

> O grupo de oposição lá era muito pesado e eles me apoiaram demais e aí a gente começou. Eu comecei a entender o processo, aí fomos fazer uma nova tentativa. Mudamos, [aliás] aí foi mudado a área territorial, criamos [ela] em visitas, idas e vindas no IBGE para criar uma nova demarcação para o município e era aí onde entrava o vereador, porque essa lei demarcando o município novo, a nova área territorial precisava de uma lei, e aí essa lei tinha que ter convencimento lá na câmara, para convencer os vereadores que eram os vereadores de Santa Quitéria tudo contra Catunda se emancipado, porque as fazendas deles ficavam lá não sei onde e eles não queriam que ficasse para Catunda. [...] Enfim com a política a gente dentro, num processo mais efetivo, aí a gente teve essa força né de conhecimento, de acompanhamento, de monitorar essa coisa toda e o processo aconteceu, Catunda foi emancipada nos dois primeiros anos do meu mandato [...].[499]

Foi necessário a modificação da área territorial do distrito para a possibilidade de uma nova consulta plebiscitária pró-emancipação e para isto uma representação política também era preciso. Após estudos, junto ao IBGE, Regina Elena propôs o Projeto de Lei 024 de 1990, que modificou o então território para atender as exigências legais para a emancipação.

Importante reforçar que após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a criação dos municípios dependia das leis estaduais.

---

[498] CENTRO EDUCATIVO PEQUENO PRÍNCIPE. PROJETO CATUNDA 30 ANOS - CEPP: Documentário com Regina Elena sobre Emancipação Política;. YouTube, 04 DE SET. DE 2020. Duração. 29:53 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPgIMv_hiJ0&t=657s Acesso em: 28 de out. de 2025.

[499] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

No contexto em questão a que estava em vigor era a Lei nº 11.659, de 28 de dezembro de 1989. A referida exigiu a representação junto a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará assinada por pelo menos cem eleitores residentes e domiciliados, aqui se destaca a necessidade da posição política favorável de representantes do poder legislativo e executivo estadual[500]. No caso de Catunda, de acordo com as narrativas de Regina Elena Magalhães, se destacaram no apoio do movimento emancipacionista o Deputado Estadual Francisco Figueiredo (PDS, 1983 – 1986), já nas tentativas anteriores a de 1988, e seu filho e sucessor o Deputado Estadual Alexandre Figueiredo (PMDB, 1986 – 1990 / PSDB, 1990 – 1995). Além desse apoio, era importante um estudo de viabilidade para a emancipação, que atendia requisitos como número de habitantes, número de eleitores, memorial descritivo com representação cartográfica e a consulta plebiscitária à população do lugar a ser emancipado.[501]

O projeto de lei de Regina Elena foi votado em caráter de urgência e logo sancionado como Lei nº 132 de 1990, pois o prazo para dar entrada no processo de emancipação junto a ALECE foi curto, conforme ela narra:

> [...] aí vai para o terceiro momento que foi quando a gente realmente teve sucesso, que foi em 90. Foi-se buscar o processo, aí tinha que se criar uma nova área territorial e é onde se precisava ter alguém na câmara [...] *Eu considero um momento assim muito de coragem*. *Eu arrisquei*, porque na nova área territorial que o IBGE fez do município para contemplar a população que era necessária, que atingisse a lei que era possível emancipar... e olha que seriam os últimos, pois depois desses municípios criados não ia mais haver a oportunidade, ou era ali, ou era ali. [...] E aí, nessa nova área territorial incluía [o distrito de] Paraíso. [...] aí se fosse uma coisa bem publicada, que o Paraíso estaria dentro de Catunda, ia ser um novo problema. Quando foi feita a nova delimitação, que os limites do novo município de Catunda com Santa Quitéria que ia ser no riacho, que eu acho que chama riacho dos Pintos, que fica dentro daquele açudizinho de Paraíso, Paraíso ficava todo dentro de Catunda, aí ia começar tudo de novo. Aparentemente eu tinha o apoio de todos os colegas vereadores, eles achavam que era justo. [Até diziam] "se São José dos Frades [distrito de Raimundo Martins] estivesse fora tava tudo bem." [...] Aí no novo processo entrou Entre Montes e entrava também o Paraíso [...] só que os vereadores, meus colegas que não eram da bancada de oposição, que eram da situação ficaram também do meu lado. [...] Todo mundo ficou a favor, só não sabiam que o Paraíso estava dentro [...] da nova lei de criação de área territorial. E eu lembro que quando foi no dia de votação do projeto, a gente tinha um negócio lá que era assim, quando um projeto era para ser votado assim "de urgente" [...] Se tivesse a assinatura de todos, ou da maioria, o projeto passava, não precisava ir para as comissões, para análise, aquela coisa. E

[500] Cf. TOMOIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a constituição de 1988. In: *RBCS* Vol. 17 no 48 fevereiro/2002, p. 61 – 90.
[501] CEARÁ. Lei nº 11.659, de 28.12.89. Disciplina o processo de criação de Município, sua tramitação e dá outras providências. Diário Oficial, de 05 de janeiro de 1990.

> eu e o Zé Maria, que eu disse aí que me ajudava muito, a gente conseguiu convencer todos os vereadores, por unanimidade, assinaram o projeto para ser votado na mesma noite. [...] Aí eu tinha falado com o ele [Dr. Ênio, então prefeito de Santa Quitéria, você assina o projeto de lei quando ele passar na câmara, eu posso trazer aqui de maneira urgente. [Ele disse] "Pode trazer, Regina, assino na hora.". E eu lembro que o projeto foi nesse dia lá e todos os vereadores assinaram. E eu lembro que o Dr. Ênio estava numa casa, ele gostava de jogar baralho [...] e eu bati na porta: "Dr. Ênio?" e abriram a porta: "Olha, Dr. Ênio me disse que estaria aqui e que eu podia chegar que ele ia assinar o projeto". Que no outro dia tinha que ir pra Fortaleza. [...] foi tudo muito corrido. Aí depois que meus colegas descobriram que o Paraíso estava dentro, teve deles que foram pra tribuna me chamaram de irresponsável, que eu tinha enganado eles.
> [Eldo, radialista interrompe e diz:] Dona Regina, *mas ali era um jogo de interesse*. Da mesma forma que eles jogavam pra não perder Catunda, e eles estavam no seu direito [...] você também tinha que jogar com o que você tinha de mais precioso. Com as armas que vocês tinham.
> [Regina continua] E eu fui na tribuna e disse: "colegas, vocês não me perguntaram que tipos de limites eram esse. Então eu não menti, eu omiti.[502]

A narrativa de Regina serve para pensar as habilidades necessárias para "jogar" no campo político historicamente estruturado pelo sistema patriarcal, conforme já refleti. Nesse microcosmo se presume que os homens se mantêm unidos para garantir que "em time que se está ganhando não se mexa", ou seja, para constantemente atualizar este espaço como masculino. Ela assume riscos e elabora estratégias, atuando entre regras e exceções – votação de urgência, omissão de informações, buscar a assinatura do executivo fora de seu expediente e em ambiente não laboral – e isto revela ousadia e esperteza, atributos próprios do *habitus* político. A forma como ela narra sua atuação marca sua agência política como uma das protagonistas do processo de emancipação.

Apesar de seus colegas do legislativo tentarem deslegitimar sua ação política a partir de um julgamento moral, conforme observou o entrevistador, ela somente jogou com as regras que são próprias do jogo no campo político.

Em síntese, a trajetória de Regina Elena no processo de emancipação de Catunda evidencia a atuação feminina no campo político, espaço estruturado pela lógica patriarcal que exige um *habitus* específico para o qual as mulheres não são socializadas. Apesar disso, ela demonstrou conhecer não somente as regras legais e institucionais, como a esperteza de mobilizá-las para atingir o objetivo que, de acordo com suas palavras, a levou à política.

[502] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

“Emancipação se confunde com Regina.”, sublinha o entrevistador do podcast, reconhecendo a importância dessa liderança feminina no processo emancipacionista de Catunda, o que evidencia a agência de mulheres na construção da cidade desde antes mesmo de sua instalação. Contudo, a participação delas também pode ser percebida na invenção da cidade. Regina Elena Magalhães, sobre sua atuação, narra:

> Você entra de repente, e eu tive a sorte que o interventor deu o prédio da prefeitura, porque era assim a campanha era aquela emoção, mas depois quando passou a campanha, vamos à posse e aquelas coisas todas e vamos começar o município: “como é mesmo que começa?” Porque tem muita diferença entre uma gestão que o outro Prefeito termina e o outro ganha e entra em uma gestão nova que você não sabe por onde começar. [...] Eu me considero hoje privilegiada por Deus, por ter me dado essa missão, e eu considero assim que foi uma missão que tipo, missão dada missão realizada, porque dentro das minhas possibilidades eu acho que eu fiz o que para a época era muito difícil para qualquer homem ou uma mulher fazer, entendeu? Então assim foi eu que comecei muitas coisas [...].[503]

No episódio do podcast em que participou, Regina Elena, ao tratar de sua campanha e primeira eleição, destaca a importância da comunicação e propaganda para a política. Dos poucos materiais que se preservam daquele contexto, o “santinho” da eleição de Regina se destaca. Para época, este era um importante material visual de campanha, pois além de serem de fácil reprodução e distribuição, eles sintetizam a proposta eleitoral da candidata.

[503] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

Figura 7 – Santinho Regina Elena campanha de 1992



Fonte: Arquivo pessoal de Regina Magalhães.

No caso de Regina, por exemplo, além de dar visibilidade ao partido político pelo qual concorria – PSDB 45 –, e o apoio do então governador do estado Ciro Gomes, representado pelo símbolo das gotas verde e amarelo, ganha destaque o slogan político “Pra começar bem”. Regina destaca que esta criação foi feita pelo então deputado Alexandre Figueiredo. Na entrevista, ao recordar essa questão, Regina comenta que parece que “viveu um sonho”, e isso é importante pois tanto o “santinho” com destaque ao slogan como essa compreensão da primeira eleição municipal como um sonho, trazem importantes significados para o processo de invenção da cidade e a participação dessa eleita nele.

A ideia que enaltece Regina Elena, destacando a dificuldade que é “fazer do zero” funcionar o município recém-instalado, é encontrada também em uma página do jornal Diário do Nordeste. Na edição Informe do 1º Caderno do referido periódico, uma matéria de página inteira, publicada em 9 de setembro de 1994, destaca “o sonho de emancipação”, tornado realidade em 7 de setembro de 1990 e os vinte meses de administração municipal, dessa que era, conforme indica o título da matéria “distritozinho ontem. Cidade progresso hoje”.

Figura 8 – Matéria comemorativa 04 anos de emancipação de Catunda, jornal Diário do Nordeste, ano XIII, n. 4.503, 1º Caderno, seção Informe, p. 9, 09 de set. de 1994



DIÁRIO DO NORDESTE
Fortaleza, Ceará — Sexta-Feira, 9 de setembro de 1994

Informe

PÁGINA 09
1º Caderno

Missa em ação de graças marca o quarto aniversário de Catunda

Momento patriótico: o hasteamento das Bandeiras

Regina Magalhães entrega prêmios aos vencedores da Maratona

Catunda: distritozinho ontem. Cidade progresso hoje

Regina Magalhães mostra os resultados de uma administração feita com amor

Sete de Setembro. Esta data, muito cara para todos os brasileiros, tem um significado especial para a população de Catunda, que em 1990 viu o seu grande sonho - a emancipação tornar-se realidade. Pertencia ao município de Santa Quitéria, sendo totalmente esquecido pelas administrações sucessivas. No último dia sete, comemorou sua quarto aniversário e apenas 20 meses de administração própria. O distritozinho desenvolvido no passado, quando dependia exclusivamente de Santa Quitéria, hoje possui vida própria e começou a dar seus primeiros passos com a eleição do seu primeiro prefeito, nas eleições de 1992.

A jovem Regina Magalhães foi eleita pela população, através do voto direto e da vontade soberana do povo que acreditou ter ela todos os requisitos necessários para administrar com seriedade os destinos do novo município. Na sua posse, no dia primeiro de janeiro de 92, Regina assumiu o compromisso com a população de trabalhar, diuturnamente, para realizar um trabalho voltado para melhoria da situação econômica do município e, como consequência, a qualidade de vida do povo, que há anos esperava pela emancipação, por acreditar que assim conseguiria seu desenvolvimento.

Com a emancipação, Catunda conseguiu sua autonomia política e a oportunidade de gerenciar seus próprios recursos. A prefeita Regina Magalhães, por sua vez, ganhou a oportunidade ímpar de entrar para a história do município, não somente como primeira administradora, mas, principalmente, para mostrar um trabalho sério e transparante, visando o bem estar da população.

Assim foi o começo. Um começo do 'zero'. A primeira providência foi encontrar prédios para funcionar os órgãos públicos.

Passada essa etapa novos desafios foram surgindo, mas a jovem prefeita não recuou. Em pouco tempo já conseguira estruturar os principais serviços. O distrito de Catunda já podia mostrar sua força e sua beleza. Hoje, a pequena Catunda, conhecida pela sua gente hospitaleira, mostra seu sorriso como prova de alívio dos tempos perdidos quando pertencia a Santa Quitéria. Muitas coisas solicitadas no passado, tornaram-se realidade. Apesar de pequena, Catunda é uma cidade onde a administração municipal trabalha visando, acima de tudo, o crescimento econômico e social. A população, por sua vez, mostra-se satisfeita com o que tem realizado, em pouco tempo, a prefeita Regina Magalhães.

As melhorias podem ser vistas abertamente. Há dois anos, a cidadezinha mais parecia abandonada. Ruas empoeiradas e cheias de lama, iluminação precária, setores de saúde e educação praticamente paralisados. Para quem conheceu Catunda no passado, hoje se admira das mudanças. As ruas estão totalmente calçamentadas e limpas, a iluminação foi trocada e ampliada, a saúde e educação totalmente voltadas para atender a população. "Não fizemos nenhuma milagre", diz a prefeita Regina Magalhães.

Apenas estamos aplicando corretamente os recursos do município referentes ao ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que, diga-se de passagem, muito reduzidos, mas, nas mãos de quem sabe governar com austeridade, significa muito."

Realizações administrativas

- Ampliação, reforma e informatização da Prefeitura Municipal
- Construção da Praça Fernandes Nau
- Construção da Escola no distritos de Vidéu
- Construção da Escola de Catuana
- Construção da Escola de Buenos Aires
- Construção do Chafariz de Vidéu
- Construção de 2.000 metros quadrados de calçamento em Vidéu
- Implantação do posto de saúde de Vidéu
- Eletrificação de Catuana e Recanto
- Ampliação e reforma do Colégio São Zacarias
- Ampliação e reforma do Colégio Filomena B.Nau
- Construção da quadra de esportes do Colégio São Zacarias
- Reforma e ampliação do posto da Telecearà
- Reforma e ampliação das Escolas Paraiso e Flamengo
- Reforma das escolas Baninha, Paraná, Saco Grande, Bem Tempo, Recanto e Olho D'água
- Recuperação da Igreja Paraíso
- Construção de 6000 metros de calçamento em Paraíso
- Reforma da quadra esportiva
- Construção de 30 mil metros quadrados de calçamento na sede
- Construção de cinco cacimbões
- Construção de seis cisternas
- Construção de um chafariz da Beira Rio
- Reforma do Matadouro Público
- Reforma Cemitério Público
- Reforma do Hospital Geral
- Reforma do Posto de Saúde da sede;
- Reforma do prédio da antena parabólica na sede
- Ampliação da elétrica na sede
- Ampliação da rede de abastecimento d'agua
- Aquisição de terreno do estádio
- Construção da passagem molhada em Olho D'água e Vidéu
- Construção da Casa de Farinha em Olho D'água
- Aquisição de televisor público com parabólica em Praiso e Vidéu
- Aquisição do prédio da Escolinha C. Esperança
- Aquisição de dois ônibus para transporte escolar
- Implantação do posto de saúde de Paraíso
- Distribuição de dois kits de irrigação
- Alargamento da estrada Olho D'água/Vidéu
- Início da construção da praça da Matriz
- Início da construção do açude Boa Vista Vidéu

OBRAS DE COOPERAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO

- Construção da creche 'Criança Esperança'
- Construção da Passagem Molhada Açude
- Construção do açude entre Montes
- Construção de 80 cacimbões
- Doação de uma ambulância.
- Construção de fábrica de filtros
- Construção das Bonagens nas comunidades de Varginha, Flamengo e Recanto;
- Construção de uma cisterna em Salitê
- Implantação do sistema de abastecimento de água

O tradicional desfile estudantil deu beleza às festividades

A banda de Música do Município animou a festa

Dupla festa da emancipação

A festa de emancipação de Catunda é comemorada duplamente. Isto porque, a data oficial de criação do município coincide com a data da Independência do Brasil, sete de setembro. Mantendo a tradição as comemorações enfeitadas promovem os desfiles estudantis, hasteamento das palhões do País, Estado e Município, seguido do pronunciamento das autoridades, neste dia. Em Catunda, porém, os festejos foram antecipados e ganharam uma semana de atividades, tendo como ponto alto o dia 7 de setembro. Durante esses 9 dias foram realizadas competições esportivas, desfile mirim com estudantes de 1º ao 8º, alfabetização, e muita movimentação popular. A população mostrou que está satisfeita com a forma como o município está sendo conduzido administrativamente.

PROGRAMAÇÃO

Dia 04 de setembro - Domingo

15h - Abertura dos jogos

18h - Inauguração da reforma de igreja Paraíso, calçamento e ordem de serviço de construção da praça;

20h - Festival de Violeiros e Sanfoneiros na praça Fernandes Nau;

Dia 05 se setembro - segunda-feira

8h - Hasteamento das Bandeiras;

Local: Prefeitura Municipal;

9h - Solenidade de posse coletiva dos novos concursados;

Local: Câmara Municipal;

15h - Inauguração do Colégio Buenos Aires;

17h30min - Inauguração do Colégio Catuana;

18h - Inauguração da eletrificação de Catuana/Recanto;

19h30min - Entrega do Título de Cidadania ao deputado Alexandre Figueiredo

Local: Câmara Municipal;

Dia 06 de setembro - terça-feira

8h - Desfile mirim com participação de alunos das creches e pré-escolar do Colégio São Zacarias);

9h - Passeio ciclístico;

10h - Inauguração da reforma do posto de saúde e implantação dos programas 'Viva Criança e Saúde do Escolar';

12h - Palavra da senhora Prefeita Municipal nas emissoras de rádio - Itataia e Difusora;

16h - Final dos Jogos;

19h - Guerra do saber e show de cabouros

Local: Colégio São Zacarias;

Dia 07 de setembro - quarta-feira

6h - Hasteamento das Bandeira no Colégio São Zacarias;

7h - Missa solene em ação de graças, também no Colégio São Zacarias;

8h - Desfile das escolas;

10h - Maratona e endeiro ciclístico;

11h - Entrega de Troféus e Prêmios

Local: Praça da Matriz;

21h - Festa dançante.

As ruas foram todas calçadas tirando a poeira e lama que antes existia

A praça principal foi totalmente reformada e recebeu arborização

A praça da matriz foi construída e está recebendo jardinagem

Esta creche vai atender melhores as crianças do município

A ambulância facilita o transporte de doentes da zona rural

Este ônibus servirá de transporte para os alunos que residem mais distantes

A fábrica de filtros vai gerar emprego e renda

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará

A matéria não é assinada, mas o autor e/ou autora teceu elogios a administração da então prefeita Regina ao mesmo tempo que pontua o descaso do território quando administrado por Santa Quitéria – “Para quem conheceu Catunda no passado, hoje se admira das mudanças.”. Essa retórica é reproduzida em outras notícias publicadas no *Diário do Nordeste* sobre a cidade de Catunda, inclusive destacando a gestão de Regina Elena e sua “administração feita com amor”.

Em seu discurso de posse, em janeiro de 1993, Regina sintetizou as bases em que buscava alicerçar a criação da cidade recém-instalada. Após o longo processo, concretizado pela “tomada de consciência dos cidadãos”, o município de fato teria vida. Como se lê:

> A instalação do município é o epílogo do processo de sua criação. Este iniciou-se com a tomada de consciência política da comunidade querendo o despertar para a emancipação [...].
> Hoje nosso município começa a ter vida própria, a ser sujeito de direito e de obrigações com a posse agora de prefeito, vice-prefeito e dos vereadores. Com a instalação o poder municipal se materializa passando a nova unidade a desfrutar de autonomia plena. A vida começa passada as comemorações pela materialização da emancipação, a bola começa a rolar no gramado sócio-político, jurídico e administrativo.
> A partir desse momento iniciaremos uma missão nobre e complexa, qual seja a de bem administrar o novo município que ora se instala. Este mandato cresce de importância diante da conjuntura decisiva porque passa o nosso país. A crise econômica nacional que sacrificou os anos oitenta, ameaça permanecer nesta última década do século com visível agravamento dos desequilíbrios regionais e problemas sociais. Este difícil quadro se intensifica no Nordeste, no Ceará, em particular nas cidades de pequeno porte como a nossa.
> [...]
> [...] Esperamos vencer também essa etapa e temos consciência que uma nação não pode progredir sem uma organização para promover progressos, dentre os quais saúde, educação, promoção social, atendimento à infância e defesa civil e o município desponta como principal responsável pelo atendimento direto das necessidades do homem.
> A sociedade brasileira a portas do impeachment presidencial despertou para a cobrança crescente relativa ao comportamento de órgãos e administradores públicos. O combate à corrupção, o desempenho eficiente transparente do gestor dos bens coletivos passou a ser uma preocupação geral e permanente. Consciente estamos que uma boa administração dos recursos públicos poderá libertar o povo da miséria histórica. Vimos o exemplo da intervenção de Santa Quitéria através de Doutor Nazareno que em um ano e dois meses mostrou o que se faz com o dinheiro público.
> Convém destacar a importância do papel do vereador a quem neste momento dirijo minha homenagem e ofereço minha colaboração para que assim seja possível proporcionar melhor desempenho no Exercício da representação Popular que ora assumem.
> [...]
> Acreditamos piamente que com trabalho e dignidade podemos influir de modo decisivo para a *construção* de uma Catunda melhor.
> A Bíblia registra que Deus concedeu o atributo da sabedoria ao Rei Salomão soberano incomparável para com seu povo em realizações e na

> distribuição da Justiça. Que este dom Divino possa presidir as ações para a felicidade de nossos habitantes.
> Quero Agradecer de coração essa vitória que não é minha, mas de todos vocês.[504]

Alguns pontos se destacam. O primeiro é o ato de fundação, proclamado pela eleita. O discurso reforça a ideia de autonomia, própria do federalismo na época, rearticulado pela redemocratização. Catunda se torna "sujeito de direito e de obrigações", tendo "vida própria". A metáfora da bola em campo é interessante, uma vez que entendendo a política como esse microcosmo social, a instalação e estruturação do município se deu como uma partida, pois contou com a atuação de diferentes "jogadores", apoiadores ou não do mandato inaugurado nesta posse, afinal era um campo em formação. Outra coisa que muito chama atenção é a conexão estabelecida com o contexto nacional e regional. Ao pontuar a crise que "sacrificou os anos oitenta" e que ameaçava "permanecer nesta última década do século", ela percebe Catunda recém-instalada em um cenário maior, afetada, apesar da autonomia firmada, pelas questões socioeconômicas e políticas daquele contexto. Ainda se destaca os valores que deveriam ser defendidos na estruturação da cidade, dos quais o combate à corrupção e a importância da transparência. Aqui ela destaca a importância do legislativo nesse processo.

O que mais chama atenção nessa fala é o projeto de construção do município de Catunda. Regina destaca as prioridades – saúde, educação, promoção social, atendimento à infância e defesa civil" –, sublinha a dimensão religiosa e moral como caminho para a administração e reafirma a necessidade de todos na invenção da cidade.

Invenção não como algo fictício, mas como próprio da ação. Penso o inventar a cidade desde as quatro dimensões que o termo comporta, conforme reflete Brandão (2017). O arquiteto escreve que a cidade entrelaça quatro dimensões em seu processo de invenção e constante reinvenção, a saber, "[...] a física e técnica, a política (polis e 'lar'), a imaginária (a cidade como promessa) e a simbólica [...]"[505]. Em outras palavras, a cidade é construída – ou seja, o que se precisou ter para sua emancipação e instalação – e, também, o que se vai construir para estruturá-la. É igualmente espaço de atuação política, arena do campo político reorganizado através da posse das primeiras pessoas para o executivo e legislativo municipal.

[504] Regina Elena Magalhães. Discurso de posse. Câmara Municipal de Catunda, 01 de jan. de 1993.
[505] Brandão, op. cit., p. 342.

Mas é mais ainda aquilo que se sonhou para ela e os símbolos que marcam a concretude desse sonho.

Leslie Kern, ao pensar quem e como se escreve a cidade, declara:

> Acho que aprendi, então, que uma cidade - seus perigos, emoções, cultura, atração e muito mais - reside na imaginação e, também, em seu aspecto material. A cidade imaginada é moldada pela experiência, a mídia, a arte, as fofocas e nossos próprios desejos e medos.[506]

A cidade é, desse modo, espaço relacional, feita de corpos em relação que marcados por suas subjetividades inventam a cidade desde suas convicções e a imaginam desde seus desejos. Para além das construções físicas, ela é:

> [...] produto histórico, político e social da vida coletiva, e reflete, espacialmente as relações que se estabelecem entre as pessoas que a vivem. [Desde modo, para além da importância das ideias, a cidade exige presenças, pois] Se estamos construindo e vivendo em uma cidade regida por um sistema capitalista, patriarcal e racista, podemos entender que a cidade está sendo pensada para os beneficiários diretos deste sistema: homens, brancos e detentores de capital.[507]

Uma cidade que é também várias.

As mulheres eleitas para a política municipal em Catunda, ainda que nem sempre marquem diretamente as questões de gênero em suas falas ou projetos políticos, conforme já refleti, são sujeitos de subjetividades que imaginaram a cidade e o fizeram desde suas marcas de gênero, raça, classe e geração. Por óbvio que nem sempre seus planos foram os escolhidos, pois assim como o microcosmo político, a invenção da cidade é um campo de disputa – dialógico e dialético. Dessa forma, e ainda como política, a cidade é o lugar do ordinário, do cotidiano, daquilo que atravessa nossas vidas e é por nossas vidas atravessado.

Regina Elena Magalhães destaca que como mulher eleita – prefeita –, mas, e principalmente como munícipe, sonhou uma Catunda que existia, não por ter sido um projeto exitoso, mas por justamente ter sido imaginada. Ela narra:

> [...] Minha gestão, os quatro anos, *eu tinha um projeto muito maior*, mas infelizmente só foram quatro anos, não tinha reeleição e depois nas

---

[506] Kern. 2021, p. 25. Cf. KERN, Leslie. *Cidade feminista*: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Trad. de Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

[507] Oliveira, 2021, p. 74. OLIVEIRA, Misiara. Os desafios do direito à cidade a partir da construção de políticas públicas promotoras da igualdade de gênero. *E se as cidades fossem pesadas por mulheres*. Sito, Laura e Felix, Mariana (org.) Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 73 - 87.

> tentativas depois não deu certo. Mas eu tinha traçado um projeto para Catunda, um projeto que *eu conhecia Catunda, cada centímetro do meu Município eu conhecia*. Cada rua dessa eu já sabia. O projeto que eu tinha na minha cabeça não era um plano piloto, uma coisa assim, mas eu sabia tudo que eu queria para o meu Município. Eu sabia tudo que eu queria. Eu me colocava no lugar de como munícipe, de como moradora da cidade, filha da cidade. Então, isso já estava traçado na minha cabeça. Então eu tinha para mim… Não foi nada difícil porque eu sabia exatamente o que eu queria para Catunda não é?! E foi isso.[508]

Era "um projeto maior", feito, de acordo com suas palavras, por quem conhecia cada centímetro do município, afinal, contribuiu com a construção do território desde antes de sua instalação como cidade através do movimento emancipacionista. Essa Catunda projetada por Regina Elena, uma Catunda do desejo, ainda que não totalmente realizada, não deixa de ser uma parte da cidade, uma vez que uma das dimensões desta é a imaginada, aquela feita desde as subjetividades, dos corpos, dos sonhos.

Ao tratar sobre possibilidade de retorno ao campo político, Regina Elena retorna à cidade dos sonhos, seu "projeto para Catunda". Em suas palavras:

> [...] eu lhe falei de um projeto que eu tive, um planejamento, um projeto que eu tinha para Catunda. Muita coisa, [ou] algumas coisas do que eu imaginava acontecer de certa forma foram realizadas, não na forma como eu pensei, mais claro né trinta anos vai acontecendo. Mas assim, eu ainda com a idade que eu tenho, eu passo na cidade de carro em algumas ruas e ainda passo nos locais que eu pensei isso e isso e que não tá feito e eu penso assim… não de eu voltar e fazer, porque eu sei que isso [não é possível], eu também sou muito real. Eu tentei muitas vezes, eu fui muitas tentativas e eu ia para a campanha sabendo que era muito difícil ganhar, mas de qualquer maneira *eu me sentia na obrigação de participar* porque era um projeto que eu tinha, complementar. Mas hoje eu sei que não, eu tenho pé no chão, eu sei que não existe essa possibilidade de retorno e assim não que seja frustração, mas às vezes eu vejo com tristeza "isso poderia ter sido feito se eu tivesse oportunidade", eu penso né. Não sei se eu tô sendo assim tipo sonhando demais né?! Talvez tenha sido só muito sonho, mas às vezes eu penso "será que se eu tivesse ganho naquela época eu teria feito isso aí?" eu penso, "pô, será que se eu tivesse tido a oportunidade…" Mas oportunidade a gente tem uma vez né, duas também [é rara], três, quatro já é sorte. O que eu imaginei para primeira eu superei, as próximas tinham muita coisa. Eu vejo até hoje coisas que ainda estão no meu sonho, nos sonhos assim que eu sonhei, que eu planejei, que seriam para fazer, fazer diferente, mas que não aconteceram, mas voltar? Quero muito ainda estar até que eu possa contribuir de alguma forma. [...] Quero fazer parte, eu não quero mais aquelas coisas de competitividade, isso para mim não levou a muita coisa, não construiu, acho que Catunda perdeu muito nesses anos de competitividade, nessa briga acirrada do poder pelo

[508] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021. Grifo meu.

> poder. As pessoas querendo e querendo desmanchar o que o outro fez e não [fazer] o que é. Eu acho que quem perdeu foi a cidade.[509]

Aqui sua memória se mistura com a da cidade imaginada. Ao passear pela cidade construída – *urbs* – ela percebe outros projetos concretizados e lugares onde ela tinha pensado outras coisas. O sentimento de "poderia ter feito" se entrecruza com o questionamento "será que se eu tivesse ganho naquela época eu teria feito isso aí?". Contudo, o que mais chama atenção é que mesmo sabendo que era difícil, ela se propôs a concorrer a outras eleições como se sua participação política fosse uma obrigação quase moral. A cidade política – como *polis* – é, conforme já mencionado, campo de disputa, então a competitividade foi e é elemento na invenção de Catunda – "desmanchar o que o outro fez". Assim, através da narrativa dessa eleita, se nota Catunda entre o sonhado e o ainda possível.

Apesar do destaque que Regina Elena tem quando se trata do processo de emancipação e invenção da cidade, ela não é a única que teve agência nessa questão. Maria Valdeci dos Santos, em entrevista ao podcast Podver, recorda que o sonho do município, desde antes de sua instalação, era delas. Como já refleti no primeiro capítulo, a narrativa dessas eleitas, em destaque a de Regina Elena e Maria Valdeci, apesar de suas particularidades, se entrecruzam e a amizade entre elas pode ser lida como ação política – como poder. Leslie Kern afirma, ao refletir sobre a cidade das amigas como uma possibilidade de se pensar a cidade feminista, que "Praticar a amizade feminina como um modo de vida é [...] uma atividade que faz o mundo." Claro que um estudo sobre a amizade e a solidariedade entre mulheres eleitas ainda precisa ser feito, contudo acredito que não estar sozinha pode contribuir para que seja mais viável imaginar uma cidade e tentar colocar este projeto em ação.

Essas movimentações por Catunda, desde a luta pela emancipação até a invenção da cidade, revela o interesse e a agência das mulheres. Maria Iracilda Borges Catunda, diz que mesmo não pretendendo se candidatar novamente, por exemplo, ainda que [...]lutar por Catunda, estou aqui, sou eleitora [...]"[510] Lindomária Perez Muniz, no exercício da presidência da Câmara Municipal, à época da entrevista, também destaca sua disposição por Catunda: "Eu amo meu município,

---

[509] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021. Grifo meu.
[510] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.

então assim, o que eu puder fazer em relação a contribuir com ele, com certeza a gente vai correr atrás."[511] Regina Elena, resume suas convicções em relação à cidade, dizendo: "Não sou política, sou municipalista. Se for Catunda, eu tô dentro."[512]

Nesse ponto é importante rememorar que é dialético o processo de invenção e reinvenção das cidades, pois é no seu chão que se exerce a cidadania. Como escreveu Joice Berth, "A condição de existência nas cidades está intrínseca à consolidação da cidadania. O indivíduo se torna cidadão mediante um exercício político de atuação nas cidades e é a cidade o espaço que a soma das cidadanias constitui. Sem cidadão, não há cidades."[513] O ser, ter, pertencer e exercer – imperativos da cidadania encarnada – sintetizam o exercício dos direitos e deveres, contudo "[...] cidadania também é a síntese da nossa constituição subjetiva (indivíduo e sujeito) e objetiva (social e política)."[514]

Conforme disse na introdução desta dissertação, cidade, mulheres e política mobilizam meu trabalho, ou melhor, a experiência das mulheres eleitas para a política na cidade de Catunda é meu objetivo, e aqui, ao pensar a invenção desse município por elas, desde o processo de emancipação e instalação, noto que estas ajudaram a construir este espaço, ao mesmo tempo que foram pelo exercício de suas funções políticas aqui também remodeladas. Daí a importância da presença de mulheres nos espaços de poder, nos quais se destacam a política e a cidade.

> Contudo [...] pensar uma cidade sob a ótica feminina não seria garantia de que na mesma haveria democracia, igualdade social, entre outros aspectos. Naturalmente pensarmos, visto que somos antes de raça, credo, sexo, etnia, seres humanos e, por isso, complexas o suficiente para sermos, cada uma dentro da sua individualidade, surpreendentes. Porém, em um momento em que, na grande maioria, começamos a pensar em específico, conquistar maior espaço nas arenas do poder para que possamos atuar é necessário e urgente. A presença de muitas talvez não venha a transformar significativamente a sociedade atual, mas com certeza mudaria a "cara" do poder atual.[515]

---

511 MUNIZ, Lindomária Peres. Entrevista 04 concedida à Wagner Cavalcante Farias. 8 de nov. de 2021.
512 Podver #1.
513 Berth, op. cit., p. 255 e 256.
514 Berth. op. cit., p. 158.
515 Homero, 2021, p. 98. Cf. HOMERO, Maria Noelci. Saberes, farezes e dizeres: caminhos e caminhadas coletivas. *E se as cidades fossem pesadas por mulheres.* Sito, Laura e Felix, Mariana (org.) Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 89 - 100.

Por óbvio a simples presença das eleitas por si não reestrutura o campo político, e já refleti isto ao tratar da representação no primeiro capítulo, mas é indiscutível que quando estas chegam a esse microcosmo as coisas começam a se modificar. Mudar a "cara" do poder não seria a solução, mas já é de grande ajuda.

3.3.2 Jogos e performance: o fazer político das eleitas

A presença – mesmo que baixa – de mulheres na política da cidade de Catunda evidencia tensões que atravessam o campo político historicamente estruturado como masculino e atravessado por questões de gênero, classe e raça. Ainda que o município tenha tido nesses mais de trinta anos mulheres na liderança, seja como prefeitas, vereadoras e/ou vice-prefeitas e secretárias, diferente do que acredita Ravena Lima, essas presenças não eliminaram o *habitus* que estrutura a política e tampouco fez com que esta mudasse substancialmente, afinal mulheres nos espaços de poder ainda parecem ser exceções, desvios e/ou concessões. Nesse contexto, emoções e performances de gênero se tornam centrais do processo de legitimação do fazer político das eleitas, que não apenas têm que administrar o município, mas também o gênero e as emoções – performando, negociando e/ou reconfigurando essas questões – para atuar e sobreviver neste jogo.

Tudo isto se dá na e sobre a cidade, afinal, a presença de mulheres na política reforçam que o "pessoal é político", ao tempo que o político é ordinário e o ordinário é citadino.

A partir das entrevistas e de outras importantes fontes pude perceber como as mulheres mobilizam o que é entendido como feminino e as expectativas de gênero para atuar na política. Dito isto, é preciso partir de quatro categorias que servem para as reflexões que seguem, a saber, jogos de gênero, jogos de identidade, performatividade e emoções.

Gênero, conforme refletiu Joan Scott, "é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder"[516]. Ou seja, gênero é relacional. Se constitui nas relações ao mesmo tempo que é pelas relações constituído, por isso

[516] Scott, 1995, p. 86. Cf. SCOTT, Joan W. *Gênero:* uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 02, p.71-99, jul./dez.1995.

expõe diferenças e desigualdades, hierarquias e assimetrias, tudo pretensiosamente naturalizado para o exercício do poder.

Isto posto, é importante pensar a primeira categoria, os jogos de gênero.

O historiador francês Luc Capdevila reforça que:

> Gênero é uma construção cultural que, ao estabelecer a diferença entre os sexos, codifica e distribui o poder, designando aos "homens" e às "mulheres" atribuições específicas. Até recentemente, no imaginário social ocidental, a esfera masculina era associada ao espaço público, enquanto, se associava o feminino à esfera doméstica. Acreditava-se que as mulheres teriam autoridade em questões de cuidado, filhos e administração do lar. No entanto, as situações de crise política têm levado a "confundir o gênero": pela alteração das atribuições dos sexos, durante as guerras totais, pela redefinição dos limites entre as esferas pública e privada, sob as ditaduras.[517] p. 163

Para enfatizar, gênero não é biológico, mas socioculturalmente construído e vivenciado por um conjunto de normas, expectativas e representações que estruturam as relações sociais. O gênero pode ser entendido como uma tecnologia[518] que, desde a ideia de poder, o "codifica e distribui", dividindo o trabalho e delimitando os espaços de atuação dos corpos, definindo seus comportamentos e, portanto, reforçando assimetrias entre o que se constrói como masculino e feminino – como refleti ao pensar o patriarcado.

O que se destaca da citação acima é que o gênero se desloca – e/ou é deslocado – a depender do contexto e do momento de crise, como as guerras e os regimes de exceção estudados por Capdevila. Seja para reforçá-lo e/ou rearranjá-lo, importante é compreender o gênero como não fixo e, portanto, deslocável.

Desde esse ponto fica a questão: A quem o gênero serve, como e por quê?

Se percebe a partir das entrevistas dadas pelas eleitas, que estas mobilizaram algumas estratégias para legitimar sua atuação no campo político, ou melhor, utilizaram táticas para melhor jogar o jogo da política. Esse jogar inclui artifícios retóricos, como a suavização dos discursos, para não parecem "mandonas" ou "megeras" demais, mas também o reforço de características entendidas como tipicamente femininas, como discursos de cuidado e zelo como competências e

---

[517] Capdevila, 2021, p. 163. Cf. CAPDEVILA, L. .; ROCHA, S. R. S. .; PEDRO, J. M. . Resistência Civil e Jogos de Gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. (Segunda Guerra Mundial - Anos 1970-1980). *Revista de História Bilros*: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [S. l.], v. 9, n. 19, p. 160–191, 2022. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203.

[518] Cf. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

ainda práticas de valorização da moral feminina. Essas manobras são o que Capdevila chama de jogos de gênero. Em suas palavras:

> Os jogos de gênero são, antes de mais nada, jogados como um divertimento, como uma brincadeira de esconde-esconde, o gênero aparece aqui como máscara. Os jogos de gênero são, também, o jogo como um equipamento; assim como os jogos de xadrez, são como um conjunto de peças à disposição dos atores políticos, para intervir no espaço público. Os jogos de gênero são também a diferença, entre encenações, o que realmente é, e o que é percebido pelo adversário. Os jogos de gênero, enfim, é a ideia de um mecanismo, de uma impulsão, de um equilíbrio instável, onde o senso ou as dinâmicas iniciadas pelas crises podem induzir uma redefinição das relações homem/mulher em um quadro limitado, conduzindo, na margem, a um ajuste do masculino e feminino… por vezes a uma simples oscilação.[519]

Jogar esse jogo de gênero não significa plena conformidade com as expectativas do binarismo masculino-público-racional x feminino-privado-emotivo, mas revela a necessidade de estratégias para legitimar a atuação das mulheres no campo político. Deste modo o jogo é duplo, uma vez que reforça o estereótipo de gênero por um lado, mas mostra também que as mulheres exercem poder sem abdicar de seu gênero.

Esses jogos se conectam diretamente com os jogos de identidade[520], ou seja, os modos pelos quais, nesse caso, as mulheres acionam os múltiplos comportamentos sociais atribuídos a suas identidades, entendidas como não fixas, nem essencialistas e/ou permanentes. A politização das subjetividades permite que, assim como o gênero, a identificação seja deslocada a depender do contexto e do propósito em questão. No caso das mulheres na política elas mobilizam imagens associadas à maternidade, ao cuidado e o afetivo tanto para se aproximar mais do eleitorado, quanto para legitimar seu fazer político, como se nota a seguir.

---

[519] Capdevila, op. cit., p. 164.

[520] Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Figura 9 – Primeira matéria encontrada tratando de Catunda pós emancipação, jornal Diário do Nordeste, ano XII, n. 4.192, 1º Caderno, seção Interior, p. 11, 27 de setembro de 1993.



PÁGINA 11
1º Caderno

'Administrando Catunda com Amor'

A prefeita Regina Magalhães (foto), fiel ao slogan 'Administrando Catunda com Amor' vem imprimindo um toque de beleza ao recém-emancipado município, ex-distrito de Santa Quitéria. Ela foi vereadora em Santa Quitéria e desde esta época sempre defendeu os interesses do seu torrão natal e hoje se sente satisfeita em poder doar a sua força de trabalho em prol do desenvolvimento da localidade. É incrível ver a forma como Regina Magalhães vem tratando os problemas da cidade e estruturando-a para sua prosperidade futura.

Ali tudo é feito com carinho e toque de beleza. A ruas, todas calçamentadas e limpas mostram o cuidado com a limpeza pública e a prevenção contra doenças epidêmicas. Novas ramificações de energia, a implantação da rede de abastecimento, construção do Estádio Municipal, hospital e a reforma do cemitério público são testemunhos do trabalho da prefeita. Na lista de benefícios está a reforma do posto da Teleceará, cadeia pública e reformas e ampliações em escolas. O município conta ainda com uma fábrica de filtros em construção, uma creche em estágio final de acabamento, enfim, uma série de melhoramentos que Catunda jamais esperava contar se hoje não fosse emancipada.

Como ex-distrito, é uma prova de que quando um administrador tem compromisso e interesse, o dinheiro reproduz. Quem conheceu Catunda no ano passado e for hoje à cidade terá surpresas agradáveis, a começar pelas ruas bem cuidadas e pelos serviços oferecidos à população. Ao desenvolver um plano de manutenção dos serviços e obras essenciais, a Prefeitura une o útil ao agradável, gerando dezenas de empregados. Hoje 60% das ruas da cidade estão totalmente calçadas, realizando um antigo sonho da população. E o melhor... com o impulso da nova administração, novas construções surgem ao redor da sede, formando-se novos bairros, numa amostra de que o povo está acreditando e começa a investir na cidade que está começando do zero.

O trabalho burocrático da Prefeitura está totalmente informatizado, com computador, impressora e fax. E não pára por aí. A prefeita sonha que, num futuro bem próximo, poderá contar com o sistema DDD/DDI que espera receber da Teleceará. Ele já entrou em contato com o presidente da empresa, Tarcísio Farias, a quem explicou como o sistema existente é defasado para o município que conta somente com 50 telefones, enquanto a demanda é de mais 250 unidades. Analisa Regina Magalhães, que com a implantação do sistema DDD/DDI, pelo menos 250 novos terminais serão vendidos pela Teleceará que, além resolver um problemas crônico do atual posto, também suprirá as necessidades de uma população que espera um futuro melhor para Catunda, ainda em sua primeira administração.

Nesse ritmo, Catunda cresce sob a visão das mulheres. A começar pela prefeita, Regina Magalhães, o município conta com o trabalho da presidente da Câmara, Antonia Gonçalves Magalhães; Secretária de Educação, também vereadora Maria Valdery dos Santos; Secretária de Ação Social, Francisca Damasceno de Sousa; Saúde, Maria Sulivan Farias Lopes; Chefe de Gabinete, Maria Teresinha P. de Oliveira; diretora de Cultura, Tereza Euda Gonçalves; diretora do Departamento Pessoal, Maria Neyde Saraiva; e chefe do Departamento de Contabilidade, Ray Pereira Jorge. É uma prova inconteste de que a mulher cearense, a cada que passa, assume seu papel na construção de um Ceará Melhor.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará.

Logo no título da matéria “Administrando Catunda com Amor” – lema escolhido por Regina Elena Magalhães para caracterizar sua gestão – o jornal aciona um repertório simbólico que é associado socialmente ao feminino: amor, carinho, beleza e cuidado. O autor ou a autora buscou, ao tecer elogios a gestão da então prefeita, não somente destacar sua ação como mandatária, mas como uma mulher que cuida bem e isto justificaria o sucesso administrativo. Logo no segundo parágrafo se lê “Ali [em Catunda] tudo é feito com carinho e toque de beleza.” e esses termos reforçam as ideias de gênero e da divisão sexual do trabalho, pois naturalizam as competências do cuidado e a questão da beleza como ligadas ao feminino, deste modo, é como se as ações da então prefeita fossem extensões das funções historicamente associadas às mulheres. Esse ponto, também aparece na narrativa de Regina:

> Doutor Nazareno foi muito bom no começo quando ele chegou aqui que ele foi o interventor. Ele gostava muito de trabalhar com mulher, valorizava muito o trabalho da mulher. O pessoal dizia assim: “Dr. Nazareno porque você gosta tanto de trabalhar com mulher?” Aí ele dizia assim: “Sai nas repartições e abre as gavetas das mulheres, depois abre a dos homens. Mulher é muito organizada, mulher é centrada, a mulher sabe o que ela vai fazer no trabalho ali e tal. Ela tem organização e planejamento.” Então eu acho que é isso aí. Eu agradeço pelo fato de ser mulher e pelas conquistas que eu pude realizar como mulher [...][521]

Mesmo que não seja uma ideia sua, mas do interventor municipal, ela conta como se concordasse com a compreensão de que mulheres são mais organizadas, já que são socializadas desde cedo para organizar. A matéria reforça esse entendimento de que a prefeita “mantém tudo limpo”, “cuida”, “embeleza”, “organiza”, apresentando a cidade como extensão de uma casa, e Regina como uma boa dona do lar. Inclusive, sendo um município recém-emancipado, era preciso de toda essa atenção primária, como disse Maria Iracilda:

> [...] quando Catunda em si se desmembrou de Santa Quitéria, que passou a ficar livre, desimpedida, então é como se nós tivéssemos uma mãe que separou do filho e fomos tentar crescer. [...] eu como professora, por incentivo do meu esposo e do meu cunhado “vamos, você quer? A gente ajuda? Você quer entrar na política?”. Eu falei, nossa, eu poderei fazer algo melhor por Catunda. E Catunda estava começando naquele exato momento, é como se nós tivéssemos casado e fossemos pra dentro de uma casa onde não tinha nem um móvel. Assim era Catunda, não tinha nada.

[521] MAGALHÃES, Regina Elena. Entrevista 01. Wagner Cavalcante Farias. 28 de out. de 2021.

> Era uma menina que se desmembrava dos braços de uma mão, a qual nós iríamos colocar tudo nos pontos.[522]

A cidade aparece neste relato como um corpo feminino – Catunda menina – e a emancipação é representada como processo familiar – Santa Quitéria mãe e Catunda criança. A entrevistada – lembrando, uma das vereadoras responsáveis pela instalação do município pós emancipação – transforma a administração pública numa extensão do lar, convertendo desafios estruturais de uma cidade pequena e recém-emancipada em tarefas domésticas, legitimando a entrada de mulheres na política para "arrumar a casa recém-construída"[523]. Essa compreensão cria um espelhamento, por assim dizer, uma vez que a cidade menina precisa do cuidado feminino e isso se dá através da entrada delas no poder. Mulheres, portanto, podem governar porque "seu jeitinho feminino" se adapta à administração, lida como maternagem.

"Nesse ritmo, Catunda cresce sob a visão das mulheres", conforme se lê na matéria do jornal, indica quase como se a presença das mulheres na política fosse um fato extraordinário – e conforme refleti ao longo desta dissertação, não é bem assim – ao mesmo tempo destaca a gestão de Regina marcada pelo "estilo feminino" que é naturalmente sensível e zeloso.

Interessante notar que no contexto que venho estudando, onde as mulheres eleitas são vítimas de violência quando rompem e ultrapassam os limites estabelecidos pelo sistema patriarcal e acessam a política, as narrativas aqui apresentadas, seja no periódico, seja desde as entrevistas, servem como uma contra narrativa, já que é usando o próprio gênero e os comportamentos esperados delas que estas lideram. Regina, por exemplo, é apresentada como uma eficiente gestora não por romper com as expectativas de gênero, mas por se utilizar delas.

Em síntese o gênero e as identidades são recursos acionados conforme a situação para fortalecer a ideia de mulher responsável, competente e preparada para o cuidado coletivo que a política exige. Isto ocorre na fronteira entre reforçar noções tradicionais da feminilidade e reinterpretar a capacidade de ação das mulheres nos espaços de poder.

---

[522] CATUNDA, Maria Iracilda Borges. Entrevista 04. Wagner Cavalcante Farias. 2 de nov. de 2021.

[523] "O imaginário familista leva os homens a perceber as mulheres como seres menores, que estão fora de cena, quando intervêm na esfera pública; mas, no seu papel quando agem em relação à esfera doméstica, são pensadas como detentoras de uma autoridade essencialista quando estão envolvidas na gestão da casa e em assuntos educacionais." (Capdevila, 2022, p. 180)

É nesse cenário que a noção de performatividade[524] se torna central. Desenvolvida por Judith Butler, a performatividade, conforme o nome indica, pensa o gênero como não inato, mas como algo construído socioculturalmente e manifestado em atos, gestos e ações. Nas palavras da autora: "Dizer que a realidade de gênero é performativa significa, de maneira muito simples, que ela só é real na medida em que é performada."[525] Essa performance se desenvolve desde um roteiro feito a partir da divisão sexual e naturalizado de forma que a repetição – mas não somente ela – faça parecer que somente uma "peça" é possível.

> O ato que o gênero é, o ato que os agentes corporificados são – na medida em que corporificam dramática e ativamente determinadas significações culturais, além de propriamente vesti-las –, claramente não é um ato de alguém isolado. Sem dúvida, existem maneiras matizadas e individuais de alguém fazer o gênero, mas o fato de que esse alguém o faz de acordo com certas sanções e proscrições claramente não é uma questão apenas individual. Reitero que não quero com isso minimizar o efeito de certas normas de gênero que se originam dentro da família e que se impõem por certos modos familiares de punição e recompensa, podendo, portanto, ser interpretadas como altamente individuais, porque inclusive nesse âmbito as relações familiares recapitulam, individualizam e especificam as relações culturais pré-existentes; elas são radicalmente originais apenas raramente, ou mesmo nunca. O ato que alguém faz, o ato que alguém performa, é, em certo sentido, um ato que já estava sendo realizado antes de esse alguém entrar em cena. Assim, o gênero é um ato que já foi ensaiado, assim como um roteiro sobrevive aos atores específicos que fazem uso dele, mas depende de atores individuais para ser novamente atualizado e reproduzido como realidade. É preciso distinguir os componentes complexos que compõem um ato para compreender o tipo de atuação em conjunto e em consonância que, invariavelmente, a atuação do próprio gênero é.[526]

Assim, o que performo é anterior a mim – roteirizado – ainda que possibilite minha própria interpretação. Nas palavras de Butler:

> Como ação pública e ato performativo, o gênero não é uma escolha radical nem um projeto que reflete uma escolha puramente individual, mas também não é imposto nem inscrito no indivíduo, como argumentariam alguns deslocamentos pós-estruturalistas em relação ao assunto. O corpo não é passivamente roteirizado por códigos culturais, como se fosse um recipiente sem vida de todo um conjunto de relações culturais anteriores. O "eu" corporificado, no entanto, tampouco pré-existe às convenções culturais que dão fundamentalmente significado aos corpos. Os atores estão desde sempre no palco, dentro dos termos da performance. Assim como um

---

[524] Essa discussão aparece em alguns importantes trabalhos da filósofa, dos quais destaco Problemas de Gênero – Cf. BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Os atos performativos e a constituição do gênero – Cf. BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Chão da Feira, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.

[525] Butler, 2018, p. 12.

[526] Butler, op. cit., p. 10 e 11.

> roteiro pode ser encenado de diferentes maneiras, e assim como uma peça requer tanto texto quanto interpretação, também o corpo generificado atua em seu papel dentro de um espaço corporal culturalmente restrito, encenando interpretações dentro dos limites diretivos pré-existentes.[527]

Na política, por exemplo, as mulheres precisam performar seu gênero de forma equilibrada, mesclando traços ditos femininos – delicadeza, sensibilidade e atenção – e traços ditos masculinos – firmeza, racionalidade e liderança – sendo que estes últimos precisam ser bastantes dosados. É isto que Julia Gillard e Ngozi Okonjo-Iweala identificam como "enigma do estilo", sua terceira hipótese a partir da experiência de algumas mulheres líderes. Uma mulher em espaços de poder não deve apresentar traços tidos como inerentes à liderança, pois isto seria contra a natureza do gênero dela – ou melhor, contra o roteiro de atuação. "Em vez disso, [conforme escrevem as autoras] ela deve andar em uma corda bamba muito específica, equilibrando-se entre ser vista como 'homem' o suficiente para liderar e não ser percebida como tendo mudado as características esperadas das mulheres."[528]

Em um dos episódios do podcast Podver da rádio local catundense, uma frase dita pelo líder político e então primeiro-cavaleiro da cidade, Ernane Lima, representa essa questão. Na ocasião, tanto Ernane Lima como a então prefeita Ravena Lima eram entrevistados, como um "casal de prefeitos", já que o mencionado já tinha sido gestor municipal em dois mandatos. Não podendo se reeleger três vezes seguidas, ele indicou para o suceder nas eleições de 2012 a ex-secretária de Administração e filha de um personagem político de Catunda – ex-prefeito Chico Lima – Silvania Lima. Ao tratar do insucesso de Silvania ao ganhar aquelas eleições, Ernane Lima diz que ela não era tão popular, pois seu jeito era de "mão de ferro", termo que deve ser lido como estereótipo de gênero, uma vez que é uma "[...] suposição implícita de que uma mulher é fraca demais para liderar, a menos que seja feita de um material forte."[529] Contudo, caso seja lida como forte demais, não conseguirá acessar ao campo político, afinal "Mandonas" não são bem-vindas.

Em síntese, conforme mencionado, as mulheres, mesmo antes de entrar na política, mas principalmente depois de eleitas, precisam manter a performance

---

[527] Ibid., p. 11.
[528] Gillard e Okonjo-Iweala, 2022, p. 138
[529] Ibid., p. 139.

escrita para seu gênero e ainda atuar, sem muito exagero, com a escrita definida como pertencente ao gênero masculino. Elas devem modular a voz, as expressões, gestos e até a intensidade das emoções para evitar serem lidas como frágeis para estarem ali e ainda como "megeras" demais para ocupar também aquele espaço.

Chegamos finalmente às emoções, um campo de disputa. Há emoções que se esperam das mulheres – sensibilidade, empatia, amor – e emoções que se esperam dos homens e, portanto, são proibidas a elas – ambição, raiva e racionalidade. Assim, gêneros são emotivos e as emoções têm gênero, e ambos se fazem desde as relações de poder.

Antes de seguir é importante fazer alguns apontamentos sobre as emoções. Primeiro, elas têm história[530].Na introdução da coletânea História das Emoções, logo no primeiro volume, Alain Corbin, Jean Jacques Coutrine e Georges Vigarello, escrevem que:

> [...] a emoção, em suas variantes históricas, em suas nuanças, em suas versões, reflete primeiramente uma cultura e um tempo. Ela responde a um contexto, desposa um perfil de sensibilidade, traduz uma maneira de viver e existir, dependendo, ela mesma, de um ambiente preciso, singular, que oriente o afeto e suas intensidades.[531]

As emoções nos fazem movimentar[532], tem a ver com dinamicidade. Elas se dão no interior e exterior dos corpos[533], ainda que a modernidade tenha interiorizado, colocado as emoções cada vez mais para o privado[534] e até o século XIX elas vão se moldando e moldando as relações.[535]

Essa interiorização reforça, desde o sistema patriarcal, que o emocional está mais próximo do gênero feminino, assim as mulheres precisam realizar um

---

530 ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções*: problemas e métodos. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e voz, 20111.

531 Corbin, Courtine e Vigarello, 2020, p. 12 Cf. Introdução Geral. In: *História das emoções 1:* Da Antiguidade às Luzes. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 9 – 18.

532 THOMASSET, Claude. VIGARELLO, Georges. "Esmouvir", "Esmouvement": Arqueologia medieval do termo "emoção". In: *História das emoções 1*: Da Antiguidade às Luzes. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 161 – 168.

533 AHMED, Sara. Introducción: sentir el próprio camino. In: AHMED, Sara. *La Política cultural de las emociones*. México, PUEG/UNAM, 2015, p. 19 – 45.

534 VIGARELLO, Georges. A emergência do termo "emoção". *História das emoções 1*: Da Antiguidade às Luzes. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 286 – 293.

535 Cf. *História das emoções 2*: Das luzes até o final do século XIX. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello; Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: RJ: Vozes, 2020.

gerenciamento das emoções e quando estas entram no campo político esse gerenciamento deve ser melhor feito, conforme estou refletindo. Por óbvio, isso não significa que naturalmente as mulheres sejam mais emotivas, essa ideia é socialmente construída e reproduzida pelas socializações[536]. Ainda assim, até mesmo algumas delas reforçam esse entendimento.

> a mulher tem um domínio de gerar a paz, harmonia. [Tem] a organização, né? Tem a facilidade… até pra dirigir a gente dirige melhor (risos). De organizar, de fazer o debate… nós temos um jeito mais carinhoso, delicado, de atender as necessidades e as coisas. Nós encontramos mulheres que podem desabafar com a gente. É muito difícil ter mulher que vai desabafar com homem que tá lá no poder [...][537]

Joana D'Arc, ex-vereadora em Catunda, nessa fala, destaca atributos tidos como femininos para justificar a atuação das mulheres na política. "Gerar paz, harmonia", "organização", facilitariam o "fazer o debate", articular discussões. Além do mais, o "jeito mais carinhoso, delicado" ajudariam as eleitas a atender as demandas dos eleitores e eleitoras e aproximá-las destes, mais ainda de outras mulheres.

Isto reforça o cuidado como característica ligada ao feminino e a sensibilidade como base para a atuação das mulheres na política. Ravena Lima, ex-prefeita, ao tratar sobre sua gestão no período da crise sanitária da Covid-19, destaca:

> Passamos períodos difíceis com essa pandemia e tudo mais, a gente vem conseguindo fazer as coisas organizadamente. É difícil o trabalho aumentou, teve dias que como ser humano eu só tive a Deus para recorrer. Acho que o dia mais difícil na minha vida foi um domingo onde o Rogério desesperadamente já tinha tentado oxigênio procurando em tudo que você possa imaginar nos municípios vizinhos e o oxigênio só ia dar até o final da noite [...] e eu ajoelhei no chão e eu comecei a rezar porque eu não tinha mais a quem recorrer. Mas Deus, acho que ouviu e aí misteriosamente a secretária de, acho que de Monsenhor Tabosa, liga para ele dizendo que tinha conseguido uma válvula. Dava para gente passar a noite e amanhã no dia seguinte [...] *então você se vê com vida nas suas mãos assim, é uma responsabilidade. Não sei acho que eu nunca ia me perdoar, mas eu não tive mais a quem recorrer. Então assim, a gente tem a questão da sensibilidade né, eu não posso dizer que os homens não têm a sensibilidade, mas existe a sensibilidade feminina a gente não pode negar que existe*.[538]

---

[536] "Levando em conta os estereótipos de gênero que atribuem às mulheres o papel dos sentimentos e da emotividade, e aos homens o da razão e da não emoção, homens de verdade teriam aversão a qualquer conversa a respeito do amor." (hooks, 2021, p. 40)

[537] FERREIRA, Joana D'arc de Sousa. Entrevista 03. Wagner Cavalcante Farias. 5 de nov. de 2021.

[538] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

Na narrativa Ravena se apresenta como uma gestora sensível, e naquele contexto mais sensível ainda, por se sentir responsável pela vida da população. Emocionalmente atravessa pela situação, conectada com a espiritualidade, identificada com o sofrimento coletivo. Se nota como o cuidado recai mais sobre a vida dos corpos femininos e estes se sentem mais responsáveis pelos outros. O ato narrado acima [re]produz uma identidade, a de "mãe de todos"[539], cuidadora da comunidade. Em outro momento de fala, por exemplo, Ravena Lima reforça isso ao tratar de como a política lhe modificou: "A gente tem uma família inteira para cuidar, eu costumo dizer que tenho muitos filhos"[540].

Como refleti ao tratar da relação público e privado, essa ideia da esposa, doméstica e mãe aparece na fala das entrevistadas reforçando que apesar de vivenciarem os comportamentos tradicionais de gênero, elas ainda conseguiam liderar e fizeram isso equilibrando as questões, sem nunca as negar.

[539] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.
[540] LIMA, Ravenna Fernandes Gomes Mesquita. Entrevista 05. Wagner Cavalcante Farias. 9 de nov. de 2021.

Figura 10 – Matéria comemorativa 05 anos de emancipação de Catunda, jornal Diário do Nordeste, ano XIV, n. 4.851, 1º Caderno, seção Informe, p. 13, 07 de setembro de 1995



DIÁRIO DO NORDESTE
Informe
PÁGINA 13
1º Caderno

A praça da matriz foi construída, mudando completamente a fisionomia da bonita Catunda

A cidade que hoje completa sete anos de emancipação

Moradores da sede receberam o sistema de abastecimento, resolvendo de vez com o problema

Cinco anos de emancipação política

Regina Magalhães 'constrói Catunda com amor'

Na administração pública, no lar e na mulher, como se um gabinete-de-estar, arruma tudo de forma discreta, sem os desperdícios inerentes ao gênero oposto. Exemplo desse quadro podemos encontrar no município de Catunda, a 230 quilômetros de Fortaleza, pela Rodovia Central do Estado. A administração municipal está entregue à senhora Regina Magalhães, 33 anos, casada, mãe de dois filhos, que pretende a completar o terceiro ano de trabalho, ela se sente gratificada por ter participado ativamente da construção do município, mas preocupada porque não conseguiu realizar tudo que pretendia.

Há cinco anos, o então distrito de Catunda conseguiu emancipar-se de Santa Quitéria, garantindo sua autonomia. Regina esteve à frente do movimento de emancipação. Encampou o desafio da implantação do município e uma vez eleita, iniciou uma luta constante: "fazer a cidade acontecer". Após a gestora desdobra-se para fazer tal qual como planejara, ainda naquela etapa da luta. Uma tristeza realidade, contudo, a ficar pensativa, a distância entre o ideal e a realidade.

Ou seja, da conquista da emancipação, eleita administradora primeira do lugar, o sonho de concretizar tudo que se pretendeu não aconteceu de forma desejada. Obstáculos surgiram na caminhada, e não foram poucos. Problemas que não se restringiram somente à esfera administrativa local, mas que abala as estruturas do País. "E talvez seja isso a raiz das nossas maiores frustações, porque a gente sonhou demais. Felizmente, ao final das contas conseguimos realizar muito daquilo que se sonhou" desabafa a prefeita.

As tradicionais promessas não foram feitas, em campanha e, sim, o compromisso por vida melhor para os catundenses. Um acordo de, medida do possível, tentar pôr em prática o que fosse rigorosamente prioritário. "Após os dois primeiros anos de administração ocorreram atropelamentos de ações. Agora no terceiro, esbarramos na questão financeira. Com o Plano Real passamos a sofrer entraves em relação a projetos e algumas realizações do início da gestão, sofreram solução de continuidade" observa Regina Magalhães.

Soluções para o devido esclarecimento da população acerca dos projetos do executivo de Catunda, a prefeita viabiliza no contato direto com a comunidade. Através de reuniões, Regina tenta repassar, então, a verdade sobre o presente momento. "É a comunidade o nosso ponto de apoio para se chegar a essa soluções". Ela é incisiva em afirmar que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, já implantado no município e que tem representação de todas as comunidades, está sendo útil para o planejamento estratégico, ouvindo as prioridades de cada região, mostrando os problemas la mesmo no local. Regina presta contas de tudo que ocorre e uma das alternativas encontradas é a utilização do rádio.

Hoje, ao encerrar as comemorações de aniversário que se desenvolvem desde o dia quatro, a prefeita comandará alvorada festiva, desfiles das escolas, inauguração da praça Monsenhor Luis Ximenes de Aragão e maratona, pela manhã, seguida da entrega de prêmios. À noite festa dançante. Ontem, houve um desfile mirim com as creches e pré-escola, encerramento dos jogos esportivos, homenagem ao professor Zacarias Ferreira de Matos, no Colégio São Zacarias, seguida da sessão solene de entrega do título de cidadania ao professor Zacarias Ferreira de Matos e homenagem ao vereador Francisco Gomes Martins (in memoriam). Uma disputa denominada "guerra do saber" movimentou estudantes das escola de 1º e 2º graus com shows de calouros, gincana, festival de música, no Colégio São Zacarias.

Defendendo aposentadoria para deficientes

Como membro da Comissão de Assistência Social da Amece, Regina Magalhães esteve em Brasília para encontro com a secretária nacional de Assistência Social, dra. Lúcia Vânia. No encontro foram esclarecidos para os municípios sobre qual será o comportamento da assistência social em 1996. A expectativa, segundo a prefeitura, é que a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) venha beneficiar os municípios, notadamente os que já são comprometidos com investimentos próprios na educação e na saúde, para que as contas não se tornem ainda mais onerosas.

"Dentro da Loas é importante frisar a aposentadoria, a pensão para o deficiente com o pagamento mínimo, por exemplo" defende. Após o encontro no Distrito Federal, garante Regina, a grande expectativa é a realização das Conferência Regionais para discussão da Lei Orgânica para, em seguida, acontecer a Conferência Estadual. Delas, será tirada a posição do Ceará para ser levada ao encontro nacional a se realizar em novembro.

Observa a prefeitura, que num município que vive da agricultura de subsistência, sem condições de abrigar e consolidar projetos capazes de determinar a abertura de emprego e renda, promover a ação social plena é mesmo um desafio. "Mulher, idoso, criança, a moradia para as famílias... Em todas essas vertentes dá-se a ajuda que se pede, mas não a que se quer", enfatiza.

O idoso em Catunda é atendido através de um convênio com a antiga LBA, garantido até dezembro. São 120 velhinhos assistidos por uma associação comunitária, afora outros 60 mais. Eles se encontram toda semana, numa convivência considerada muito harmoniosa. O atendimento aos jovens é outra grande preocupação da administração. O município oferece a educação e esporte, mas não dispõe, ainda, de um programa de emprego para o segmento. Isto em razão da da pobreza. Inexiste, portanto, fontes de emprego e renda que atenda aos jovens, diz a prefeita, lamentando que "sequer há campo de trabalho para os pais de família.

O sistema de telefonia foi ampliado, melhorando a comunicação. O DDD virá em breve

Várias escolas como esta foram construídas aumentando o número de vagas na rede escolar

Ruas limpas e calçadas dão um novo visual e a cidade já não enfrenta o lamaçal dos invernos

Água e sanemanento, obras prioritárias

Apesar das inúmeras dificuldades, Regina Magalhães tem motivos para sentir-se realizada. Uma delas é o abastecimento de água do município. Se antes a população usava as rudimentares cacimbas e ancuretas, o precioso líquido chega hoje a cada lar pelas canalizações da Cagece. Mas falta saneamento. "Veja como é uma questão de cultura do povo. Ele sabe que tem a água mas não está preparado para um sério problema advindo: onde escoar as águas, esgotar a água poluída, sem falar em deixá-la rolar a céu aberto. Só que o município não tem condições de executar obras de saneamento por conta próprio. Só cruzar os braços é que 'nada não fará'", conta Regina, procurando correr atrás das soluções.

Através do FGTS, da Caixa Econômica Federal, a administração pleiteou recursos e está à espera de repasses. Junto ao governo do Estado, uma comissão do Pró-Sanear e Pró-Moradia estudam, analisar a questão. Por intermédio de um grupo criado por representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Cagece e representações dos prefeitos, serão analisadas as demandas anteriormente enviadas à CEF.

"Não há tempo a perder" conclama a prefeita, uma vez que as águas poluídas estão correndo para o rio Macaco, mesmo manancial de onde a Cagece tira a água que abastece o município. Funciona mais ou menos assim: a água é retirada do rio Macaco para abastecer os consumidores da sede e retorna, me forma residual, ao leito próprio córrego. Regina observa que a Cagece já foi informada do problema e que, sem ônus para a prefeitura, projeta no sentido de conter o problema.

A população de Catunda briga por uma estação de tratamento, mas a solução definitiva para o tratamento e até para o próprio desenvolvimento do município, seria a construção do açude Carmina. O pedido foi feito junto ao Prourb.

Programas reforçam cuidados com a saúde

A saúde da população de Catunda recebe uma atenção toda especial, como se Regina estivesse cuidando dos próprios filhos. O setor funciona satisfatoriamente com recursos do município, muito embora o processo de municipalização tenha sido encaminhado à Secretaria de Saúde do Estado. O município conta com um pequeno hospital - Hospital Geral -, funcionando em regime com 24 agentes de saúde. Estes são colunas que sustentam a saúde local. Funcionam como orientadores e oferecem grande serviço à população.

Também em fase de implantação está o Programa do Leite, do Inan, cuja distribuição foi iniciada no último mês de agosto. E, por ocasião da festa do município, que acontece hoje, será implantado o programa Viva Mulher, que se constitui um dos grandes sonhos da prefeita que, como mulher, lutava para dar uma maior assistência às mulheres da sua terra. A redução da mortalidade infantil é uma outra meta a ser alcançada. Neste sentido, a prefeita, como integrante do programa da AMECE - Mutirão Contra a Mortalidade Infantil, está empenhada com todas as forças.

CATUNDENSES

Regina Magalhães, primeira gestora de Catunda

Estamos tentando viver na nossa prática administrativa o slogan de nosso governo 'CONSTRUINDO CATUNDA COM AMOR'.

Como primeira gestora municipal tenho me esforçado para administrar com nacionalidade, lisura e transparência. Muitos tem colaborado, a quem queremos dedicar toda nossa gratidão. A implantação do CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável nos abre uma maior oportunidade de fazermos juntos, governo municipal e comunidade, de onde esperamos a participação, colaboração mais efetiva para continuarmos na luta para desenvolvermos Catunda.

Nesta semana que comemoramos o 5º aniversário de emancipação política de nosso município e a Independência de nossa pátria, apresentamos uma breve prestação de contas do nosso trabalho. Sabemos que muito ainda precisa ser feito, mas temos a consciência de ter cumprido aquilo que nos foi possível fazer e de estarmos cada dia mais na busca para que nosso povo tenha qualidade de vida que merece e esse é o nosso maior compromisso.

"FELIZ ANIVERSÁRIO CATUNDA!"
PARABÉNS AO NOSSO POVO CATUNDENSE!"

Educação avança e mostra resultados

A Educação foi uma dos pontos que mais avançou, garante Regina. Como ex-distrito, Catunda tinha uma educação atrasada. A preocupação foi colocar na sala de aula todas as crianças que não estudavam. Num primeiro instante, conseguiu-se 80%. O número de matrícula dobrou. A cada localidade, por mais distante que fosse, foi levado o ensino à criança. "Infelizmente não se pode contar com preparação docente adequada no interior do Estado. Porém, estamos capacitando nosso professores. Até um Núcleo de Capacitação foi criado", revelou.

Conselhos Escolares foram inaugurados para auxiliar no setor. Por tudo isso, a Educação é uma das secretarias que vai muito bem no município e que tem à frente a professora Maria Inalda dos Santos. Lamenta a prefeita que a remuneração dos mestres não reflita a realidade pretendida. Acontece que em Catunda, 100% da educação é municipalizada, sem nenhum bônus do Estado. "Que venha ajuda para complementar o que a gente faz em nível de educação, até para melhoria salarial dos professores, os grandes colaboradores do município".

O relacionamento com os professores é melhor possível. Há um grupo que trabalha junto aos profissionais, onde são realizadas negociações, mostradas as dificuldades e capacidade de investimento. "Quando pleiteiam aumento sentase para discutir. Eles compreendem, levam os resultados ao restante da categoria e consegue-se um acordo entre as partes. A sensibilidade à maior" arremata Regina.

Parcerias garantirão desenvolvimento

O grande aliado das administrações municipais têm sido as parcerias. Com Catunda não é diferente. Esclarece Regina Magalhães, que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) será o responsável pelo encaminhamento dos principais projetos. Através dele a prefeitura de Catunda está definindo seu planejamento estratégico, as prioridades por região. E dentro destas regiões, está o projeto São José. Esta é uma das parcerias com o Estado, que garante recursos a fundo perdido da maior importância para o Ceará.

O município tem alguns projetos encaminhados, mas, essencialmente, vive o processo inicial de esclarecimento, de divulgação. "Levamos informações às comunidades para que organizadas, possam ver quais as prioridades e busquem os melhores resultados". Outro grande parceiro do município, é o poder legislativo, que trabalha em sintonia com as necessidades do município, sendo que o maior deles é o programa da comunidade.

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará.

A matéria acima, última que encontrei no periódico *Diário do Nordeste* sobre a gestão de Regina Elena Magalhães, reforça em alguns pontos a feminilidade como base da legitimidade da gestão das mulheres. Desde o título que destaca o slogan da prefeita, “Construindo Catunda com amor”, a ideia de sensibilidade, beleza e cuidado reaparecem como marcas do primeiro mandato na cidade recém-emancipada. Logo no primeiro parágrafo, o autor/a autora associa a administração pública com a casa, se lê:

> Na administração pública, no lar, a mulher, como se um gabinete fosse a sala-de-estar, arruma tudo de forma discreta, sem os desperdícios inerentes ao gênero oposto, numa legítima adequação do esboço às necessidades reais. Exemplo desse quadro podemos encontrar no município de Catunda, 23º quilômetros de Fortaleza, Região Central do Estado. A administração municipal está entregue a senhora Regina Magalhães, 33 anos, casada, mãe de dois filhos. Prestes a completar o terceiro ano de trabalho, ela se sente gratificada por ter participado ativamente na construção do município, mas decepcionada porque não conseguiu realizar tudo que pretendia.

A naturalização da ideia que as mulheres são inerentemente administradoras do lar é reforçada ao comparar a prefeitura como “sala-de-estar”, bem cuidada por estar “entregue a senhora Regina Magalhães”, como destaca a matéria. É sublinhado que a gestora é “casada, mãe de dois filhos”, com objetivo de destacar o amor que esses comportamentos exigem e, também, a confiabilidade que eles transmitem, o que reforça a ideia de uma liderança moralmente aceitável que participa da invenção da cidade e da arrumação da casa recém fundada.

Ainda a matéria destaca os desafios enfrentados por Regina Elena naquele contexto, com a criação e implementação do Plano Real e da crise política do início dos anos 1990. Apesar disto a prefeita frisava que os projetos por Catunda seguiam e “a comunidade [era] nosso ponto de apoio para se chegar a soluções.” A ideia de comunidade que unida ajuda na resolução de problemas comuns, aproxima a figura da gestora municipal dos e das munícipes.

No recorte da matéria, como vemos a seguir, Regina Elena se dirige aos catundenses para comunicar que estava tentando viver na prática o slogan que escolheu para sua administração – “Administrando Catunda com amor”. Nesse instante, lembro os estudos sobre amor desenvolvidos por bell hooks[541] e uma de

[541] A filósofa produziu importantes reflexões sobre o amor publicadas no Brasil como uma trilogia. Hooks inicia suas análises em *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (2021). Em seguida, no livro "Salvação*: pessoas negras e o amor"* (2024), se dedica a pensar o amor em um contexto racializado.

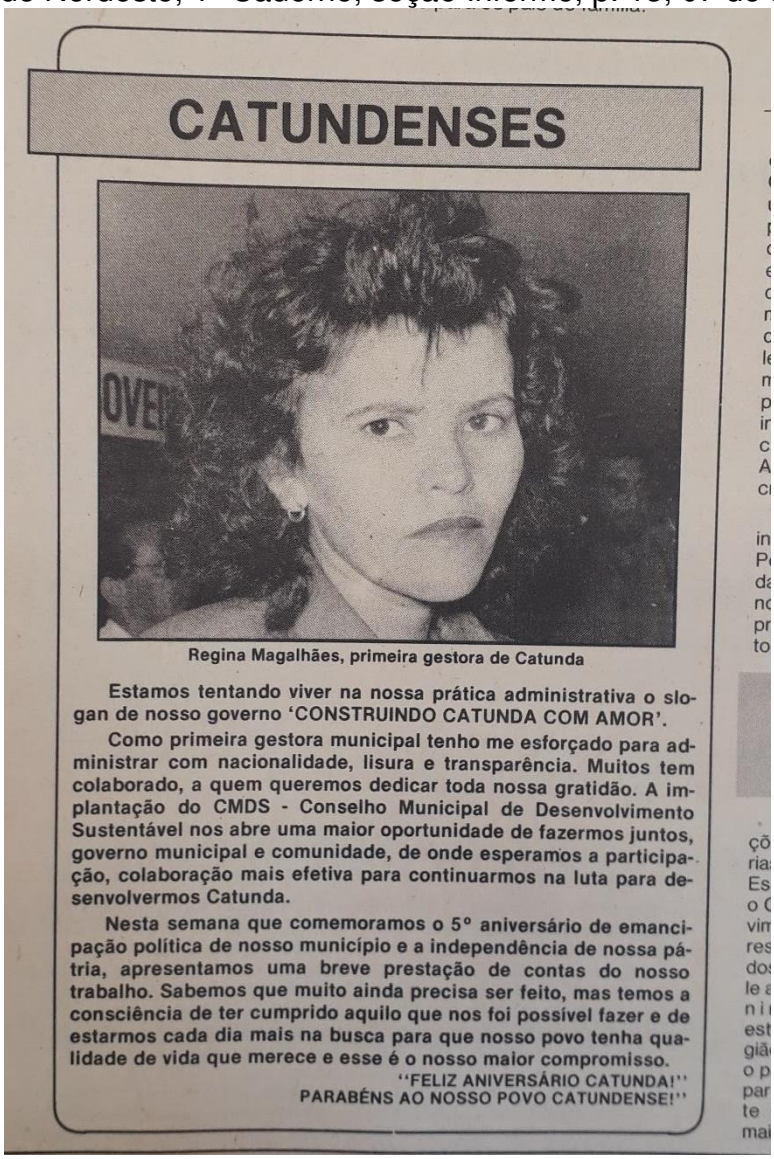
suas importantes reflexões sobre as comunidades como “uma comunhão amorosa”[542]. Somos ensinados, desde o sistema patriarcal, que falar sobre amor ou ter o amor como ação é uma questão feminina, assim, existem marcas de gênero nessa questão.

Não que seja impossível que um prefeito “administre com amor” ou pelo menos tome essa ideia como identidade para seu fazer político, contudo somos socializados, homens e mulheres, que o amor não é para todo mundo, assim como o campo político também não. Então, quando mulheres adentram na política, como foi o caso de Regina Elena Magalhães, por vezes reforçam algumas questões de gênero para legitimar suas atuações, como vimos até aqui, e uma das melhores questões para frisar seria a ligado ao amor, uma vez que ele está ligado a maternidade, cuidado, afeto, características que se espera de uma liderança feminina.

Por fim, em “*Comunhão: a busca das mulheres pelo amor”* (2024), ela foca seus estudos sobre o amor em uma perspectiva de gênero. Recentemente foi publicada "A vontade *de mudar"* (2025) uma outra importante obra da autora que se dedica ao estudo do amor, agora focando nos homens e nas masculinidades. Partindo da urgência de se pensar sobre o amor, recomendo a leitura desses importantes estudos.

[542] Cf. HOOKS, bell. Comunidade: uma comunhão amorosa. In: _____. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. Trad. de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021, p. 160 – 177.

Figura 11 – Recorte da matéria comemorativa 05 anos de emancipação de Catunda, jornal Diário do Nordeste, 1º Caderno, seção Informe, p. 13, 07 de set. de 1995.



CATUNDENSES

Regina Magalhães, primeira gestora de Catunda

Estamos tentando viver na nossa prática administrativa o slogan de nosso governo 'CONSTRUINDO CATUNDA COM AMOR'.

Como primeira gestora municipal tenho me esforçado para administrar com nacionalidade, lisura e transparência. Muitos tem colaborado, a quem queremos dedicar toda nossa gratidão. A implantação do CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável nos abre uma maior oportunidade de fazermos juntos, governo municipal e comunidade, de onde esperamos a participação, colaboração mais efetiva para continuarmos na luta para desenvolvermos Catunda.

Nesta semana que comemoramos o 5º aniversário de emancipação política de nosso município e a independência de nossa pátria, apresentamos uma breve prestação de contas do nosso trabalho. Sabemos que muito ainda precisa ser feito, mas temos a consciência de ter cumprido aquilo que nos foi possível fazer e de estarmos cada dia mais na busca para que nosso povo tenha qualidade de vida que merece e esse é o nosso maior compromisso.

''FELIZ ANIVERSÁRIO CATUNDA!''
PARABÉNS AO NOSSO POVO CATUNDENSE!''

Fonte: Acervo da Hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará.

A matéria comemorativa (figura 10) traz quase que uma prestação de contas da gestão de Regina Elena Magalhães até aquele momento destacando a questão da água e do saneamento básico, da saúde, da assistência social e da educação como prioridades do mandato. No trecho "Água e saneamento, obras prioritárias" destaca o orgulho que a prefeita sentia, apesar das dificuldades, em conseguir fazer com que "o precioso líquido chega[sse] a cada lar pelas instalações da Cagece." Em outras ocasiões Regina já narrou que uma das políticas que marcaram seu período como prefeita foi a escavação de um poço profundo e a instalação de pontos de água até as residências da cidade e sublinhou que as mais beneficiadas com essa

política foram as mulheres que eram as responsáveis por “carregar água na cabeça”, ainda que, conforme já refleti, deixe entendido também que não fez isso por elas, mas só por entender suas demandas, já que é mulher.

Essa ideia aparece também quando se trata de saúde pública em Catunda. Logo no começo do trecho “Programas reforçam cuidados com a saúde” se lê que: “A saúde da população de Catunda recebe uma atenção toda especial, como se Regina estivesse cuidando dos próprios filhos.” Aqui se reforçou o papel de mãe de Regina, enquadrando a prefeita nessa identidade, associando o cuidado público ao cuidado maternal e ressignificando o campo político como extensão do lar. Por vezes quando algumas mulheres agem nos espaços de poder a maternidade é tomada não só como símbolo, mas como compromisso, fazendo com que as áreas da saúde, da educação e da assistência social sejam, quase que naturalmente, as prioridades dos governos das mulheres, já que estas são socializadas no *habitus* do cuidado e do afeto, conforme se nota a partir da experiência das eleitas em Catunda. Não posso e não estou afirmando com isso que estas áreas são necessariamente as mais investidas pelas mulheres, mas são, sem dúvida, as mais associadas a seus fazeres políticos, como aponta recente pesquisa da Agência Patrícia Galvão[543].

“E, por ocasião da festa do município, que acontece hoje, será implementado o programa Viva Mulher, que se constitui um dos grandes sonhos da prefeita que, como mulher, lutava para dar uma maior assistência às mulheres da sua terra.” Salvo engano este foi o mesmo programa que Regina Elena narrou ao tratar das políticas desenvolvidas para as mulheres na entrevista que me concedeu em 2021, mas o que mais chama atenção é a criação de identificação e de autoridade política criada pela experiência, em outras palavras, ela governa como uma mulher que cuida de outras mulheres e divide com elas não só as experiências de gênero, mas também o território como formador de suas identidades.

Ao focar na assistência social – “Defendendo aposentadoria para deficientes” – a matéria também reforça essa identificação da prefeita com os grupos mais vulneráveis, o que se espera do gênero construído como inerente ao cuidado.

---

[543] Cf. AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *89% dos brasileiros querem mais mulheres candidatas nas próximas eleições*. Agência Patrícia Galvão, 2025. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/89-dos-brasileiros-querem-mais-mulheres-candidatas-nas-proximas-eleicoes/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 02 de jan. de 2026.

> Observa a prefeitura que num município que vive da agricultura de subsistência, sem condições de abrigar e consolidar projetos capazes de determinar a abertura de emprego e renda, promover a ação social plena é mesmo um desafio. 'Mulher, idoso, criança, a moradia das famílias. Em todas essas vertentes dá-se a ajuda que se pede, mas não a que se quer', enfatiza.

Aqui a prefeita é apresentada como conhecedora da realidade dos munícipes, em destaque os que mais precisam, o que reforça a ideia de proximidade e sensibilidade que o governo de uma mulher exigiria e possibilitaria. Como já destacado por Regina Elena em uma de suas falas, parece ser mais fácil para as mulheres esse contato com os eleitores e eleitoras.

Outro campo em destaque na matéria é o da educação, um campo, no imaginário social, fortemente feminizado. Historicamente é dado às mulheres o dever de ensinar, educar e orientar. No trecho "Educação avança e mostra resultados", se lê que:

> A Educação foi um dos pontos que mais avançou, garante Regina. Como ex-distrito, Catunda tinha uma educação atrasada. À preocupação foi colocar na sala de aula todas as crianças que não estudavam. Num primeiro instante, conseguiu-se 80%. O número de matrícula dobrou. A cada localidade, por mais distante que fosse, foi levado ensino à criança.

Regina Elena, conhecedora da cidade que ela ajudou a inventar desde antes da emancipação, garante, conforme apresentado na matéria, que essa é a área que mais avançou na sua gestão. A ampliação da oferta de ensino é destacada pela própria ex-prefeita em outras narrativas, quando ela afirma que entregou, em 48 meses, 43 sala de aulas em diferentes localidades do município e, que apesar de não voltar a contribuir como gestora mesmo depois de muitas tentativas, ter aceitado voltar em 2013 a frente da Secretaria de Educação e Desporto, na gestão do prefeito Antonio Pereira Leitão.

Até aqui se percebe como a matéria buscou construir uma imagem de uma prefeita sensível, cuidadosa e atenta as demandas sociais, algo que, de acordo com o sistema patriarcal, não deveria ser lido com muita dificuldade já que ela era uma mulher, mãe e esposa. Inclusive as áreas apresentadas como prioridades de seu mandato – assistência social, educação e saúde – são historicamente associadas ao feminino: o cuidado e o doméstico. O campo político, desta forma, é entendido como uma extensão do privado, do lar, da família. E não somente os periódicos [re]produziam essa imagem, mas a própria prefeita se narra assim.

Crucial se observar, antes de concluir, que apesar de mobilizarem os jogos de gênero e de identidade, a performatividade e as emoções para legitimar e efetivar suas ações na política, as mulheres não conseguem, em muitos casos, converter essas manobras em reeleições ou permanências duradouras em espaços de poder. Isso indica que apesar de serem importantes ferramentas para a entrada e atuação delas no campo político, são *táticas* – em um sentido gramsciano[544] – ou seja, ações situadas que ajudam elas a experienciar um microcosmo estruturado e reproduzido sobre a lógica patriarcal, mas sem causar profundas e fundamentais alterações.

Ao acionarem emoções, identidades e performances de gênero – como o cuidado, a maternidade, a proximidade com o eleitorado, a sensibilidade – as mulheres ocupam, ainda que momentaneamente, o campo político, mas não necessariamente o modificam, já que estas ações são táticas e não estratégias capazes de produzir transformações estruturais.

A questão é que estas táticas acabam por reforçar, ainda que não intencionalmente, os limites da política. Ao utilizarem as "peças" historicamente construídas e já naturalizadas – que relegam a elas o privado, o emocional e o doméstico – no jogo dito masculino, elas contribuem para a reprodução de uma lógica que até aceita a presença de mulheres na política desde que estas se mantenham compatíveis com o que se espera delas, qualquer coisa diferente é desviante e deve ser combatida. Isto reflete, inclusive, no insucesso nas reeleições. Regina Elena, por exemplo, nunca foi reeleita em Catunda, apesar da importância de sua atuação na política local desde antes da emancipação e instalação do município. Ainda que existam diferentes razões para sua não reeleição, sem dúvida, isso reflete um problema estrutural ainda não resolvido: política como não lugar para mulheres.

Esse ponto pode ser notado até quando mulheres concorrem entre si, como foi o caso das eleições municipais de 2020 em Catunda, quando Joana D'Arc foi uma das concorrentes da então prefeita Ravenna Lima. O que explica, neste caso o êxito de Ravenna e a não eleição de Joana, dentre outros fatores foi o capital

[544] Importante reforçar que tática e estratégia, bem como as noções de guerra de posição e guerra de movimento, são categorias analíticas implícitas desenvolvidas durante algumas obras de Antonio Gramsci, dos quais se destacam os Cadernos do cárcere. Tática seriam as ações imediatas e estratégias ações políticas a longo prazo, não estando elas separadas, mas sendo momentos distintos de uma mesma práxis política. Para saber mais sugiro a leitura dos cadernos que podem ser facilmente acessados na Galeria Internacional Gramsciana do Brasil – Instituto Gramsci Brasil. Disponível em: https://igsbrasil.org/galeria. Acesso em: 07 jan. 2026.

político mobilizado pela vitoriosa conforme já refleti, e não necessariamente os jogos mobilizados por ela em seu tempo como prefeita.

A verdade é que, apesar das táticas por elas criadas para a entrada e permanência nesse microcosmo – reiterando a norma ao mesmo tempo em que possibilita a ação –, não existem estratégias suficientes que desestruturem e reestruturem o campo político consolidado hegemonicamente como masculino.

Certo é que ao observar os jogos de gênero e de identidade, a performatividade e as emoções mobilizadas pelas mulheres na/da política em Catunda, se pode inferir que as eleitas não só disputam um espaço no campo político, mas os significados do que é ser uma liderança. Ao conseguirem entrar nesse microcosmo, mesmo que socializadas desde a infância para não o fazerem, elas têm que utilizar dos artifícios que possuem para legitimar e efetivar seus mandatos e, por vezes, utilizam as expectativas de gênero para essa ação.

Fazendo da cidade a extensão do doméstico, onde público e privado se borram e o pessoal torna-se político e o político ordinário – cotidiano – elas mostram, a partir de seu fazer política, que o ordinário é o que desenvolve o citadino e, assim, tanto quando o Estado interfere na vida de munícipe, estes corpos, em suas intersecções e subjetividades também interferem na vida do Estado. Por isso a importância de suas presenças e ideias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevo – ou melhor, escrevi – a partir das narrativas das *mulheres* eleitas para a *política* na *cidade* de Catunda, porque era uma demanda do agora. Era necessário e urgente que as narrativas dos corpos que fizeram parte da política municipal, em destaque as eleitas, fossem problematizadas, em busca de revisitar e narrar de outra forma essa História, desde as questões de gênero e das emoções que atravessam as relações de poder.

Nesta dissertação pretendi complexificar algumas questões já presentes em meu trabalho monográfico em busca de apurar a História feita na e sobre Catunda, tendo o gênero, as emoções e as relações de poder que atravessam ambos como lentes de observação.

Das *Paralelas e transversais* – primeira parte deste trabalho –, apresentei os sujeitos desse estudo, a saber, a cidade, as mulheres e a política. Pondo *Catunda em perspectiva* busquei mostrar o município em sua constituição, trazendo um breve histórico deste, fazendo reflexões sobre a relação entre território e poder, pensando a cidade como "lugar praticado", feita para além do espaço físico, pela política e pelos corpos que a constituem.

Neste tópico fiz alguns importantes levantamentos para compreender a participação das mulheres na política local, como o número de eleitas nos municípios circunvizinhos, o que me deu dimensão que a presença de mulheres nos espaços de poder, mesmo que baixa, não é inexistente. Todas as cidades do levantamento tiveram pelo menos uma eleita no intervalo de tempo de 1988 e 2024. Em síntese, tratar de mulheres na política não é pensar ausências, mas baixas presenças e ainda silenciadas.

Catunda, em oito pleitos, teve 42 eleitos e eleitas, sendo a maioria homens (34) com baixa instrução e mais velhos em comparação as oito mulheres, mais instruídas e mais jovens que estes, conforme notei no breve perfil que fiz. Um dado importante desse perfil foi a lacuna dos dados estatísticos de raça. Uma vez que em minhas entrevistas não questionei as eleitas sobre a questão de raça, a ausência e/ou tardia presença das autodeclarações raciais dos candidatos e candidatas ao sistema eleitoral foi mote para as reflexões sobre a questão racial desde Catunda, contextualizando nessa discussão a formação racial no Ceará e no Brasil.

Assim como gênero, a raça – e também a classe, a capacidade física e a sexualidade –, é elemento crucial nos estudos sobre política, pois os corpos que ocupam majoritária ou minoritariamente os espaços de poder são constituídos e atravessados por todas essas questões, sendo, portanto, indispensáveis para pensar essas presenças no campo político.

No tópico *Eleitas: mulheres na/da política* pensei como estas decidiram entrar na política. Utilizei os conceitos bourdieusianos de *campo, habitus* e *capital* para compreender o que leva ou não as mulheres a concorrerem a cargos eletivos. Em Catunda, a partir das narrativas das eleitas, se nota que nem todas pensavam em entrar na política, algumas até nem queriam concorrer, isto porque são socializadas desde novas que a esfera pública não é espaço de atuação para elas e que as expectativas de gênero esperam que estas permaneçam na esfera do cuidado, do doméstico, do privado. Em sua maioria foram as necessidades que as levam à política. No caso de Regina Elena a necessidade de uma liderança para o movimento emancipacionista. No caso de Maria Valdeci e Antônia Gonçalves, a necessidade de Regina de pessoas próximas para a invenção da cidade recém instalada. Para Joana D'Arc a necessidade de representar os interesses da classe sindicalizada e para Lindomária Muniz e Ravenna Lima a necessidade de continuar o legado político dos maridos que, por questões legais, não podiam mais concorrer a cargos públicos.

Pude observar nesse ponto a importância dos partidos políticos para as candidaturas e êxito ou não nas eleições das mulheres – também de pessoas negras. As reflexões sobre essas organizações abriram caminho para pensar a questão da democracia e da representação, uma vez que o sistema democrático contemporâneo é um sistema representativo, isto significa, grosso modo, que os eleitos e eleitas recebem uma autorização para representar seus eleitores e eleitoras nas decisões políticas, e por sua vez, precisam prestar contas por isso. Daí a importância da diversidade de corpos no campo político, para a efetiva democracia. Contudo, não se pode afirmar que a mera presença garante essa efetivação, é necessário idéias.

01 de janeiro de 2023.

Lembro o quanto chorei nesse dia ao assistir pela televisão a posse, pela terceira vez, do líder do campo progressista no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Contrária da emoção que me acometeu com a eleição de Bolsonaro em 2018, meu

coração naquele momento pulsava de alegria de ver que aquele em que “apostei minhas fichas” e para quem fiz campanha por acreditar ser o melhor naquele contexto, receberia mais uma vez a faixa presidencial. É viva a memória de ver um presidente eleito subir a rampa do Planalto ladeado por oito diferentes corpos que simbolizavam a sociedade civil e que entregariam a este a faixa presidencial. Contudo, em três anos de governo muitos foram os deslizes do governo Lula. Digo isso para ilustrar que não basta subir a rampa para fazer democracia, é necessário ideias consistentes e que atendam demandas de diferentes pessoas, ainda mais das maiorias minorizadas.

Em Catunda, por exemplo, a experiência das mulheres eleitas me fizeram questionar: “o que elas representam?”, ou melhor, quais as políticas públicas foram desenvolvidas por elas. A maioria delas afirmou não priorizar as mulheres em seus mandatos, mas suas classes – seja como professoras e sindicalistas –, ou ainda “governarem para todos sem distinção de gênero”. Deste modo, se reforça que não basta ser mulher e estar na política, é preciso ter ideias que priorizem esse grupo. Ainda assim, a presença de mulheres nesse campo é importante, pois reestrutura as bases que consolidaram esse microcosmo.

Para finalizar essa primeira parte, após pôr as vivências e experiências das eleitas em paralelo, as pus em transversais, pensando: Onde *elas se encontram?* A partir das entrevistas notei que duas eram as máximas que respondiam a essa questão, a amizade e a violência.

Entendida como emoção, a amizade, o compadrio e/ou a parceria, foi destaque na fala de algumas eleitas. Regina Elena e Maria Valdeci, em suas entrevistas – seja para mim, seja para o podcast da rádio local – constantemente se referenciam, destacando a importância que uma tem na vida pessoal e política da outra, narrando os casos que vivenciaram juntas e a força que se deram em cada um deles. Lindomária Muniz e Ravenna Lima também destacam em suas narrativas a amizade entre elas que é anterior a suas entradas na política.

Partindo do entendimento que o patriarcado é um vínculo entre homens que se juntam para manutenção do próprio sistema, após trazer um histórico da questão, pensei como a amizade, especificamente a amizade entre as mulheres, é um poderoso caminho para os combates antipatriarcais e uma forma de repensar o campo político.

Outro ponto em que a vida delas se encontra é na violência. Desde antes de entrarem na política, as mulheres e os corpos femininos são atacados pelo sistema *patriarcal supremacista capitalista e imperialista.* Esta violência afeta a vida de todos de diferentes formas e graus independente destes estarem ou não no microcosmo político, mas, conforme observou, afeta principalmente elas quando elas transpõem a esfera do privado e ascendem ao público. Como apresentei desde a experiência das eleitas, as mulheres que concorrem a cargos eletivos sofrem violências desde os períodos de campanha até seus mandatos. Deslegitimar, desmoralizar e difamar foram meios pelos quais essa violência política contra as mulheres se apresentou na vida das eleitas em Catunda.

Apesar das múltiplas formas de violações contra as mulheres, existem importantes legislações para combater as violências perpetradas antes, durante e depois delas entrarem ou não na política, mas leis não são suficientes para vencer o sistema patriarcal, conforme mostrei nas páginas dessa dissertação.

Na segunda parte deste trabalho – *Das subjetividades e do poder* – foquei mais atentamente na questão do *gênero e* das *emoções* aprofundando alguns pontos já refletidos desde as *Paralelas e transversais* – primeira parte – dentre eles a questão do sistema patriarcal. Na seção *"O pessoal é político"* refleti o patriarcado como estrutura criada para a manutenção do próprio sistema. A divisão sexual do trabalho e as diferenciações das esferas de atuação dos corpos – público e privado – não são neutras, mas constituídas como estruturais desse sistema de dominação-exploração masculina através da naturalização das expectativas de gênero – que associam os homens aos domínios públicos, da produção, razão e elocução, e às mulheres ao íntimo, a reprodução, a emoção e ao silêncio. Conforme refleti até aqui, essa compreensão fez com que o campo político fosse entendido como não lugar para as mulheres, justificando sua baixa presença na política. Contudo, tal arranjo, uma vez que não é natural, mas historicamente construído, foi passível de questionamentos.

Inclusive na seção *O político é ordinário,* evidenciei como, desde pelo menos o século XVIII, as mulheres organizadas em movimentos problematizaram esse sistema de dominação-exploração desafiando o "poder do macho". O movimento de mulheres e feministas foram, como mostrei, responsáveis pela conquista da cidadania das mulheres, cidadania essa entendida não somente como o direito de participar da vida pública através do voto, mas encarnada no *ser, ter, pertencer* e

exercer. Ainda que alicerçado, através de avanços legais e institucionais, os esforços são contínuos para reduzir as assimetrias de gênero e reorganizar as esferas de poder, e, como busquei mostrar com esse trabalho, a participação das mulheres na política é um caminho para efetivar a democracia.

Finalmente, após percorrer as reflexões sobre *"O pessoal é político"* e *O político é ordinário,* retorno a Catunda para pensar o *Ordinário é citadino*. Neste tópico retornei às categorias principais das reflexões dessa dissertação, a lembrar, a *cidade*, a *política* e as *mulheres*. Compreendendo a cidade como espaço vivo, pensei a atuação das mulheres eleitas na/da política local, desde o movimento emancipacionista até a instalação e invenção do município e nesta seção específica pude interpretar as práticas políticas das eleitas nesse contexto desde as noções de jogos de gênero, jogos de identidade, performance, performatividade e emoções mobilizadas. Ainda que a utilização desses elementos não tenha garantido a reeleição das mulheres em Catunda, conforme se pode concluir, eles foram fundamentais como táticas de legitimação do fazer político dessas mulheres, evidenciando que a presença delas na política não apenas significa a possibilidade de outros corpos, mas outras formas de exercer o poder e, portanto, caminhos para o reestruturá-lo.

Desta forma, nos limites desta dissertação busquei, articulando importantes referenciais teóricos com as narrativas das mulheres eleitas para o executivo e legislativo municipal de Catunda, compreender as questões de gênero e das emoções que, historicamente construídas, atravessam as relações de poder. Ao mobilizar categorias como *cidade, política* e *mulheres* e, também, as demais até aqui destacadas, procurei evidenciar não apenas os limites impostos e as violências perpetradas às eleitas para o acesso ao campo político, mas as estratégias de ação, negociação e legitimação destas ao entrarem nesse microcosmo. Longe de encerrar essas discussões neste trabalho, o reconheço como processo aberto: ainda existem desafios políticos e de análise a serem enfrentados, assim como novas questões a serem formuladas, outros sujeitos e sujeitas a serem ouvidos e dinâmicas a serem exploradas.

A partir das *memórias* e das *subjetividades* divididas comigo entre *paralelas* e *transversais*, mais do que oferecer respostas definitivas, nesta pesquisa apontei caminhos possíveis de leitura para a História das Mulheres na Política de Catunda e das lutas por uma democracia efetiva, na qual a presença e as ideias de diferentes

corpos em suas intersecções não sejam apenas reconhecidas, mas valorizadas, afinal está na hora de mudar a cara, a cor e a voz do poder.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. *89% dos brasileiros querem mais mulheres candidatas nas próximas eleições*. Agência Patrícia Galvão, 2025. Disponível em: https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/89-dos-brasileiros-querem-mais-mulheres-candidatas-nas-proximas-eleicoes/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 02 de jan. de 2026.

AGUIAR, Inácio. *Amor e poder: maridos e mulheres dividem prefeituras no Interior e ampliam influência política*. *Diário do Nordeste*, 10 out. 2024. Opinião. Atualizado em 10 out. 2024, às 09h20. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/inacio-aguiar/amor-e-poder-maridos-e-mulheres-dividem-prefeituras-no-interior-e-ampliam-influencia-politica-1.3569015. Acesso em 07 de jan. de 2026.

AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. Trad. Cecília Olivares Mansuy. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2015.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As mobilizações das carnes: História, desejo e política ao rés dos corpos. In: _____. *A pele da História:* corpo, tempo e escrita historiográfica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025, p. 81 – 108.

_____. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. In: _____. *O tecelão dos tempos*. Novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 79 – 103.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, [S. l.], n. 24, p. 193 – 215, 2005.

ARAÚJO, Francileide. *Linha do tempo Legislações de enfrentamento à violência política de gênero na América Latina*, 2024. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2023/02/13/legislacoes-de-enfrentamento-a-violencia-politica-de-genero-na-america-latina. Acesso em: 28 de out. de 2025.

AZEVEDO, Débora Bithia de e RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de Mulher:* oito décadas do direito de voto. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BANTIGNY, Ludivine. Engajar-se: política, evento e gerações. In: CORBIN, Alan, VIGARELLO, Georges e COURTINE, Jean-Jacques, *História das Emoções*. Petropolis Vozes, 2020. Vol. 3, p. 188 - 223.

BARBOZA, Edson Holanda Lima.; MARIZ, Silviana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. *Revista Brasileira de História*, 14 março 2021., p. 111 – 134.

BARRANCOS, Dora. Feminismo y democracia: notas sobre sus vínculos. In: PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: fino Traço, 2019, p. 19 – 36.

BARRANCOS, Dora. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BEARD, Mary. *Mulheres e poder*: um manifesto. Tradução de Jennifer Koppe. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Millet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2020. 2.v.

BELLI, Gioconda. *O país das mulheres*. São Paulo: Verus Editora, 2011.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa*: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BIROLI, Flávia. Cuidado e responsabilidades. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, P. 53 – 90.

_____. Divisão sexual do trabalho. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 21 – 52.

_____. Família e maternidade. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 91 – 132.

_____. Feminismo e atuação política. In: _____. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p.171 - 204.

_____. Gênero, "valores familiares e democracia. In: BIROLI, Flávia, VAGGIONE, Juan Marco e MACHADO, Maria Dolores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 135 – 187.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 31 – 46.

BLAY, Eva Alteman e AVELAR, Lúcia. Breve cronologia do movimento feminista no Brasil. In: *50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. Organizado por Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar, 2017, p. 329 – 337.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BOLÍVIA. Ley nº 243, 28 de mayo de 2012. Disponível em: https://www.coordinadoradelamujer.org.bo/observatorio/archivos/marco/2012_BOL_Ley243_346.pdf. Acesso em 28 de out. de 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kuhner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: __. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando de Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.163 – 207.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Imprenta: Lisboa :Fim do Século, 2003, p. 119 – 126.

_____. O campo político. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193 – 216.

_____. O campo social: notas provisórias. Tradução de Magali de Castro. Revisão de Maria Alice Nogueira. In: _____. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Organizadores). 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, 65 – 69.

_____. O *habitus* e os espaços de estilo de vida. In: _____. *Distinção*: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme]. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p. 162 – 210.

_____. Os três estados do capital cultural. Tradução de Magali de Castro. Revisão de Maria Alice Nogueira. In: _____. *Escritos de educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Organizadores). 9ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007, 70 – 79.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A cidade contemporânea na atual crise da República e da Democracia: as origens da cidade e a cidade contemporânea. In: *República e democracia*: impasses do Brasil contemporâneo. André Botelho e Heloisa Murgel Starling (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 331 – 344.

BRASIL. *Lei 12.288*, *de 20 de julho de 2010*. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 30 de jun de 2025.

_____. *Lei nº 14.192*. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). Diário

Oficial da União, Brasília-DF, agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm

_____. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997***.** Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º out. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm.Acesso em: 22 nov. 2024. Brasilianas, 1999.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Os atos performativos e a constituição do gênero – Cf. BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Chão da Feira, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.

_____. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Chão da Feira, *Caderno n. 78*, p. 1-16, 2018.

CAPDEVILA, L. .; ROCHA, S. R. S. .; PEDRO, J. M. . Resistência Civil e Jogos de Gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. (Segunda Guerra Mundial - Anos 1970-1980). *Revista de História Bilros*: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [S. l.], v. 9, n. 19, p. 160–191, 2022. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/8203.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. *O branco ante a rebeldia do desejo*: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional: a branquitude acadêmica: Volume 2. Curitiba: Appris Editora, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

CAVALLI, Alessandro. Classe. In: *Dicionário de política I*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 169 – 175.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto. *Mulheres no parlamento cearense*. Osmar Maia Diógenes (Org.). 2º edição. Fortaleza: INESP , 2015.

_____. *Lei nº 11.659, de 28.12.89*. Disciplina o processo de criação de Município, sua tramitação e dá outras providências. Diário Oficial, de 05 de janeiro de 1990.

_____. *Lei nº 11.772, de 27.12.90*. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/desenv-regional-recursos-hidricos-minas-e-pesca/item/2381-lei-n-11-772-de-27-12-90-do-27-12-90>. Acesso em: 04 de ago. de 2022.

CENTRO ACADÊMICO de História – UVA. ENTRE HISTÓRIAS E SIMBOLOGIAS: REPRESENTAÇÕES OFICIAIS CATUNDENSES (O HINO MUNICIPAL). Youtube, 1

de set. de 2020. 45: 44. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h1J50K1epvo&t=837s. Acesso em: 01 de mai. de 2025.

CEPAL. Consenso de Quito. 2007. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/consensodequito.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.

_____. Estrategia de Montevideo para la Implementación de la Agenda Regional de Género en el Marco del Desarrollo Sostenible hacia 2030. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/entities/publication/cd32ea02-dff6-4e9d-8105-69d333919fa5. Acesso em: 28 de out. de 2024.

_____. Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. Disponível em: https://oig.cepal.org/. Acesso em 25 de out. de 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025.

CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: _____. *A invenção do cotidiano*: as artes de fazer (1980). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 199 – 217.

CEVA, Antonia; SCHUMAHER, Schuma. *Mulheres no poder*: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil.Edições de Janeiro; 2015.

CHARTIER, Roger (compilador) *História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes.* Volume 3. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antônio. *Dicionário crítico de gênero* – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

COMUNIDADE de Bom Tempo Catunda-CE. Um lindo hino que um filho de Catunda fez para cidade. Youtube, 15 de mai. de 2020. 2: 38. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tA_a2znIiic. Acesso em: 01 de mai. de 2025.

CONNELL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. Diferenças sexuais e corpos generificados. In: _____. *Gênero*: uma perspectiva global. Trad. de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

CONRAD, Sebastian. O que é a História Global? Lisboa: Edições 70, 2019.

CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges. Introdução Geral. In: *História das emoções 1:* Da Antiguidade às Luzes. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 9 – 18.

CORRÊA, Diego Sanches e CHAVES, Vanilda Souza. Leis de cotas na América Latina: eficácia em sistemas eleitorais de representação proporcional. In: 12

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12, 2020, online. Anais. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2020, p. 2 – 20.

COSTA, Ana Alice Alcantara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O Feminismo No Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: *O Feminismo do Brasil*: reflexões teóricas e perspectivas / Ana Alice Alcantara Costa, Cecília Maria B. Sardenberg (org.) – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 23 – 47.

CUNHA, Teresa. Derrotando o monstro das três cabeças: uma reflexão feminista sobre o género. In: *Reflexões Feministas*. junho, p. 1 – 23, 2021.

D'ÁVILA, Manuela. Apresentação a esta edição. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 9 – 12.

DAVIS, Angela. "Há muita luta para se afirmar a democracia. In: DAVIS, Angela, COLLINS, Patricia Hill. e FEDERICI, Silvia. *Democracia para quem?:* ensaios de resistência. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 21 – 56.

DAVIS, Angela. As mulheres nos anos 1980: derrotas e vitórias. In: _____. *Mulheres, cultura e política*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 83 – 85.

DAVIS, Angela. Doentes e cansadas de estarmos doentes e cansadas: a política de saúde para as mulheres negras. In: _____. *Mulheres, cultura e política*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 53 – 62.

DE OLIVEIRA COSTA, Homero. Crise dos partidos e as transformações dos governos representativos. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 274, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/1700. Acesso em: 21 jun. 2025.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DUHART, Olga Grau. Escollos y desafios contemporâneos para el feminismo y la democracia. In: PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: fino Traço, 2019, p. 37 – 49.

FARIAS, Wagner Cavalcante e FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Onde estamos e por onde caminhamos: a participação das mulheres na política formal nos últimos 25 anos no Brasil. In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). *Histórias Daqui e Dali*: religiosidades, culturas, políticas e literatura. Sobral – CE: SertãoCult; Edições UVA, 2021, p. 217 – 243;

_____. *Do conhecido fio aos inexplorados rastros*: história e memória das mulheres na política de Catunda – Ceará (1992 – 2021). Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2021.

_____. Emoções, relações de gênero e histórias na avenida: a (co)memoração do 7 de setembro em Catunda – Ceará (2013 – 2022). In: *V Jornadas do LEGH*: anais eletrônicos. Org. Elaine Schmitt e Wagner Cavalcante Farias. Florianópolis, Ed. dos Autores, 2023, p. 570 – 584.

FEDERICI, Silvia. “A caça Às bruxas não acabou.” In: DAVIS, Angela, COLLINS, Patricia Hill. e FEDERICI, Silvia. *Democracia para quem?:* ensaios de resistência. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 93 – 122.

FOUCAULT, Michel. De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed. 48. São Paulo: Global, 2003.

FULBRIGHT BRASIL. Dinâmica Partidária e Mulheres - Profa. Teresa Sacchet - Mulheres no Poder no Brasil e nos EUA. YouTube, 15 de set. de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9DAtcbL1gG0. Acesso em: 28 de out. de 2024.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de feminista transformar tudo*. São Paulo, Editora Elefante, 2020.

GAVIOLA, Edda. apuntes sobre la amistad política entre mujeres. In: GAVIOLA, Edda e KOROL, Claudia. *A nuestras amigas*: Sobre la amistad política entre mujeres. Pensaré cartonera, 2018, p. 5 – 30.

GILLARD, Julia e OKONJO-IWELA, Ngozi. *O que elas têm a dizer*: experiência de liderança de algumas das mulheres mais influentes do mundo. Trad. de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Nacional, 2022.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 37 – 43.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. *Ser pardo* – o limbo identitário-racial brasileiro e a reinvindicação da identidade. Vol. 05, n. 01, jan – mar, 2019, p. 67 – 78.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. Violência contra as mulheres: avanços e limitações das legislações específicas aprovadas na Argentina, no Brasil e no Chile. In: *Gênero e Feminismos*: Argentina, Brasil e Chile em transformação. Eva Alteman Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Rangel (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019, p. 211 – 302.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra. In: _____. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Org. de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 109 – 111.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139 – 150.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75 – 93.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos* [recurso eletrônico]. Trad. de Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. Disponível em: https://slimcloud.com.br/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada. Acesso em: 18 de junho de 2024.

GOVERNO DO CEARÁ. Hino de Catunda – Aniversário dia 27/12. Youtube, 22 de nov. de 2018. 1: 49. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=46KXbbDNKJY. Acesso em: 01 de mai. de 2025.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: *Exercícios de micro-história* / Organizadores: Mônica Ribeiro de Oliveira e Carla Maria Carvalho de Almeida. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Trad. de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HANISCH, Carol. *The Personal is Political*. Disponível em: https://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html. Acesso em 11 de setembro de 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.

HILTON, Erika. Introdução a esta edição. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 17 – 22.

HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 35 – 39.

HOMERO, Maria Noelci. Saberes, farezes e dizeres: caminhos e caminhadas coletivas. *E se as cidades fossem pesadas por mulheres.* Sito, Laura e Felix, Mariana (org.) Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 89 - 100.

HOOKS, bell. A importância do movimento feminista. _____. *Teoria feminista*: da margem ao centro . Trad. de Patriota, Rainer. . São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 67 – 77.

_____. A sororidade ainda é poderosa. In: _____. *O feminismo é para todo mundo*: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvi Libanio. 16º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021, p. 33 – 39.

_____. *A vontade de mudar: homens, masculinidades e amor*. Trad. de Manu Quadros, Lubi Prates. São Paulo: Elefante, 2025.

_____. Comunidade: uma comunhão amorosa. In: _____. *Tudo sobre o amor*: novas perspectivas. Trad. de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021, p. 160 – 177.

_____. Feminismo: um movimento para acabar com a opressão sexista. ___. *Teoria feminista*: da margem ao centro . Trad. de Patriota, Rainer. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 47 – 66.

_____. Introdução. In: _____. *Escrever além da raça*: teoria e prática. Trad. de Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022, p. 21 – 30.

_____. Irmandade: a solidariedade política entre as mulheres. In: _____. *Teoria Feminista*: da margem ao centro. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 79 – 109.

_____. Prefácio à Nova Edição - Vendo a luz: feminismo visionário. _____. *Teoria feminista*: da margem ao centro . Trad. de Patriota, Rainer. . São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 15 – 21.

_____. Repensando a natureza do trabalho. In: _____. *Teoria feminista*: da margem ao centro. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019, p. 147 – 161.

HTUN, Mala; A política de cotas na América Latina. In: Rev. Estudos Feministas, v.09 n.01, p. 225 – 230, 2001.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos*: uma história. Tradução Rosaura Eichenberg. São. Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE. *Cidades. Catunda*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/catunda/panorama. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

_____. Decreto-lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938 (Limites inter-municipais e inter-distritais em que se baseia o quadro territorial-administrativo

judiciário e policial do Estado. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=214055. Acesso em 21 de nov. de 2024.

IDEA – Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral – Banco de dados de cotas de gênero. Disponível em: https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas-database Acesso em 25 de out. de 2024;

INSTITUTO Gramsci Brasil. Galeria Internacional Gramsciana do Brasil. Disponível em: https://igsbrasil.org/galeria. Acesso em: 07 jan. 2026.

IPECE. *Catunda*. Caracterização geográfica. Disponível em: http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

IPU Parline - dados globais sobre parlamentos nacionais. Disponível em: https://data.ipu.org/. Acesso em 25 de out. de 2024;

IPU. Mulheres na política 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2025/04/IPU_WomenInPolitics_2025_PT-1.pdf. Acesso em: 02 de jun. de 2025.

JORGE, Vladimyr Lombardo, FARIA, Alessandra Maia Terra de e SILVA, Mayra Goulart da. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 33. e227686, 2020, pp 1 – 44.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trad. por Vivian Aranha Saboia. In: Hirata, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67 – 75.

KERN, Leslie. *Cidade feminista*: a luta pelo espaço em mundo desenhado por homens. Trad. de Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGARDE, Marcela. *Género y Feminismo*. Desarrollo Humano y Democracia. Cuadernos Inacabados (25). Horas y HORAS la editorial, Madrid, 1996.

LAMOUREUX, Diane. Público/privado. Trad. Naira Pinheiro. por In: Hirata, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 208 – 213.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo*: corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. Trad. de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, 2014, v20.

LINHARES, B. F. ; MENDONÇA, Daniel de . Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: *10. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2016, Belo Horizonte/MG. Anais Eletrônicos do 10. Encontro da ABCP, 2016.

LIRA, Maria Sonalba Borges. Fazendo História. In: *15 anos Catunda – Novos Horizontes,* Catunda – CE, nº 1, 2005, p. 2 – 8.

LISBOA, Teresa Kleba. Democracia de gênero: é possível um pacto entre as mulheres?. *Revista Feminismos*, vol. 4, n. 1, jan-abr 2016.

LORDON, Frédéric. Les affects de la politique, Paris, Seuil, 2016.

MALVESTIO, Mateus Roberto Sposito. A cultura política do clientelismo: uma análise no brasil contemporâneo (1988-2010). *Dia-Logos*: Revista Discente da Pós-Graduação em História, [S. l.], v. 9, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/23192. Acesso em: 9 jan. 2025.

MARQUES, Danusa. Linha do tempo Ações afirmativas para mulheres na política eleitoral brasileira. In: Nexo Jornal, 2024. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2024/04/16/acoes-afirmativas-para-mulheres-na-politica-eleitoral-brasileira. Acesso em: 28 de out. de 2024.

MARTIUS, Karl Friedrich von. Como se deve escrever a História do Brasil. Tradução e introdução de José Honório Rodrigues. *Revista de Historia de América*, n. 42, p. 433–458, dez. 1956.

MENDES, Pedro Vítor Gadelha. *Racismo no Ceará*: herança colonial, trajetórias contemporâneas. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 63 – 78.

_____. *Democracia e representação*: territórios em disputa. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

MORAES, Jô. Por que não nos querem? In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 111 – 122.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará*: 1945-1985. Fortaleza: Stylus, 1985.

MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliques*. São Paulo: Chão Editora, 2022. Na obra em questão, Maria Lacerda de Moura critica a luta das mulheres pelos mesmos direitos políticos dos homens.

MULHERES. ATENEA — Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024, p. 21.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. *Invenção da liberdade*: o Instituto Histórico Do Ceará e o discurso racial no I Centenário da Abolição (1984). Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2018) - Universidade Estadual do Ceará. 2018. Disponível em: http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84263. Acesso em: 20 de jul. de 2025.

NOGUES, Nicolly Carvalho *O casamento infantil no Brasil*: entre as relações de poder, exercício da autonomia e as violações de direitos humanos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pósgraduação em Direito, Curitiba, 2023.

NUNES, Alina e ZACCHI, Lara Lucena. “As pessoas não podem resistir sozinhas”: memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: *Políticas da emoção e do gênero no Cone Sul.* Organização de Cristina Scheibe Wolff. Curitiba: Brazil Publishing, 2021, p. 12 – 32.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres na Vida Política*. 2017.

_____. Protocolo Modelo para Partidos Políticos: Prevenir, atender, punir e erradicar a violência contra mulheres na vida política. 2019.

OLIVEIRA, Misiara. Os desafios do direito à cidade a partir da construção de políticas públicas promotoras da igualdade de gênero. *E se as cidades fossem pesadas por mulheres*. Sito, Laura e Felix, Mariana (org.) Porto Alegre: Zouk, 2021, p. 73 - 87.

ONU Brasil. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 28 de out. de 2024..

_____. Direitos Humanos das Mulheres. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.

ONU MULHERES. ATENEA — Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.

_____. Mujeres en la política: 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-05/Women-in-politics-2023-es.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ONU. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher – Convenção do Belém do Pará, 1994. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 139 – 146.

_____. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 13 – 32.

_____. Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher. 1953. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Mulher/convencao_sobre_os_direitos_politicos_da_mulher.htm. Acesso em: 28 de out. de 2024.

_____. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 147 – 258.

_____. Declaração e Programa de Ação de Viena. 1993. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por. Acesso em: 28 de out. de 2024.

_____. Relatório da Conferência Internacional sobre a população e Desenvolvimento — Plataforma de Cairo, 1994. In: BRASIL. Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 33 – 137.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1999.

_____. *Genealogia da amizade*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

_____. *Para uma política da amizade*: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PARLATINO – PARLAMENTO LATINOAMERICANO. Marco-Normativo para consolidar a Democracia Paritária. Trad. ONU Mulheres Brasil, 2018.

PARLINE – dados globais sobre parlamentos nacionais da União Interparlamentar, disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_month=9&date_year=2024. Acesso em 28 de out. de 2024.

PATERMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria e LEMES, Luana Borges. A "Primavera das Mulheres" nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: PEDRO, Joana Maria e ZANDONÁ, Jair (Org.). *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: fino Traço, 2019, p. 67 – 83.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970 - 1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n 52, p. 249 – 272, dez, 2006.

PEREZ, Caroline Criado. Mulheres invisíveis: o viés dos dados em um mundo projetado por homens. Trad. de Renata Guerra. Rio de Janeiro: intrínseca, 2022.

PERROT, Michelle. (compilador) *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Volume 4. Trad. de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

_____. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru: Edusc, 2005.

_____. Mulheres na cidade. In: _____. *Minha história das mulheres*. Trad. de Angela M. S. Cõrrea. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 135 – 164.

PESSÔA JÚNIOR, José Raulino Chaves. *Articulação entre as instâncias partidárias*: o caso do PMDB, PT e PSDB do Ceará nas eleições de 2012 e 2014. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituo de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2018.

PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher seja livre. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 187 – 200.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*. Ano 9, 2º Semestre 2001, p. 268 - 290.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 265 – 310.

PINSKY, Crala Bassanezi. Imagens e representações 2 – A era dos modelos flexíveis. In: *Nova História das mulheres no Brasil* / Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.) – São Paulo: Contexto, 2013, p. 513 – 544.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISANO, Margarita. Interlocuciones y un ensayo de lectura. In: _____. *Julia, quiero que seas feliz*. Santiago de Chile: Surada, 2004, p. 81 – 89.

PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Londres: University of California Press, 1967.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/24. Disponível em: https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24. Acesso em: 28 de out. de 2024.

POTRICH, Maithê. Clientelismo e Assistencialismo: a tradição da assistência social no Brasil. *Revista Vernáculo*, [S. l.], n. 48, 2021. DOI: 10.5380/rv.v0i48.78764. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/78764. Acesso em: 9 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117 – 142. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio a democracia*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

REMOND, Rene. Do político. In: *Por uma história política*. Direção de René Remond. Trad. de Dora Rocha. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441 – 450.

_____. Por que a história política? *Estudos Históricos*. v. 7 n. 13, p. 9 - 19 (1994): CPDOC 20 anos.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII – Trad. Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 07 – 37.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

RIVERA Cusicanqui, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa*: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROCHA, Hortência Sousa. Pardo: uma identidade construída no limbo? Processos de subjetivação dos pardos no contexto brasileiro. Dissertação (Mestrado) – programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão, São luís, 2023.

ROSÁRIO, Maria. Violência política de gênero, no singular e no plural. In: *Sempre foi sobre nós*: relatos da violência política de gênero no Brasil. Manuela d'Ávila (org.). 2º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022, p. 137 – 148.

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções*: problemas e métodos. Trad. Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e voz, 20111.

RUBIM, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a "Economia Política" do sexo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7586284/mod_resource/content/1/Rubin%2C%20G.%20Tr%C3%A1fico%20de%20mulheres.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

_____. *Pensando o sexo*. Notas sobre uma Teoria Radical das políticas da sexualidade. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

SACCHET, Teresa. "A Culpa é dos Partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais". In BIROLI, Flavia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Mulheres, *Poder e Ciência Política*. Editora da Unicamp. 2020. p. 71- 105.

_____. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. In: *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2), pp. 399 – 341, maio-agosto, 2012.

SACCHET, Teresa; AFLALO, Hannah Maruci; ALVES, Marcus Vinícius C. e CHAVES, Vanilda Souza. Não é só sobre dinheiro: diferentes dimensões do financiamento eleitoral em perspectiva de gênero e raça no Brasil. In: *Rev. Bras. Ciênc*. Polít. v.44, p. 1-41, e291774, 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848. Acesso em 11 de nov. de 2024.

SCHEEFFER, Fernando. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. *E-Legis* - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 11, n. 27, p. 119-142, set./dez. 2018.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. Território e Gênero: territorialidades ausentes In: *Territorialidades*: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres / Cristiano Rodrigues ... [et al.] (org). Salvador: EDUFBA, 2018, p. 33.

SCHUMAHER, Schuma e CEVA Antonia. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Org.). *Dicionário de Mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz; FISHER, Jeff. *História da vida privada no Brasil* – Vol. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. Companhia de Bolso. Edição do Kindle.

_____. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Ana Silva. Família – O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: In: Nova História das mulheres no Brasil / Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.) – São Paulo: Contexto, 2013, P. 15 – 42.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: *Projeto História*. N.16. São Paulo: PUC, 1998.

_____. Gênero*:* uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 02, p.71-99, jul./dez.1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*: novas perspectivas. – Trad. de Magna Lopes – São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63 – 95.

SEGATO, Rita Laura. “La guerra contra las mujeres”. In: *Colección Mapas 45*. Madrid. Traficantes de Sueños, 2016. 188 págs. ISBN 13: 978-84-945978-5-5. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map45_segato_web.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

_____. «Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial», *e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 30 agosto 2024. URL: http://journals.openedition.org/eces/1533; DOI: https://doi.org/10.4000/eces.1533.

_____. A cor do cárcere na América Latina: Notas sobre a colonialidade da justiça em um continente em desconstrução. In: _____. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e a antropologia por demanda*. Trad. de Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 287 – 313.

_____. *Crítica da colonialidade em oito ensaios*: e uma antropologia por demanda. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

_____. *Las estructuras elementales de la violencia*: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometo Libros, 2021.

_____. Os rios profundos da raça latino-americana: uma releitura da mestiçagem. In: _____. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e a antropologia por demanda*. Trad. de Danielli Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 247 – 286.

SENADO. *Qual o principal motivo que levou você a escolher o partido que representou quando se candidatou?*. Brasília: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2022. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/dados;pergunta=Qual%20o%20principal%20motivo%20que%20levou%20voc%C3%AA%20a%20escolher%20o%20partido%20que%20representou%20quando%20se%20candidatou%3F. Acesso em: 31 jun. 2025.

SENADO. *Você acredita que, hoje, os partidos políticos fornecem ou não fornecem condições iguais de concorrência para homens e mulheres?*. Brasília: Instituto de Pesquisa DataSenado, 2022. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/dados;pergunta=Voc%C3%AA%20acredita%20que,%20hoje,%20os%20partidos%20pol%C3%ADticos%20fornecem%20ou%20n%C3%A3o%20fornecem%20condi%C3%A7%C3%B5es%20iguais%20de%20concorr%C3%AAncia%20para%20homens%20e%20mulheres%3F. Acesso em: 31 jun. 2025.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique Sila. (Org.) *Dicionário de conceitos históricos* –. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

SILVA, Sarah Pinho da. *Violência política de gênero*: a gestão de Maria Luíza em Fortaleza-CE (1985-1988). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

SOIHET, Rachel. Movimento de Mulheres – A conquista do espaço público. In: *Nova História das mulheres no Brasil*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (org.). São Paulo: Contexto, 2018, p. 218 – 237.

SOUZA, Maria Alédia Aparecida de. CATAIA, Márcio Antonio e JUNIOR, Rubens de Toledo. *Território, lugar e poder*: elementos da geografia eleitoral do Ceará. Sobral: Edições UVA; Campinas: Territorial, 2002.

SPOHR, A. P.; MAGLIA, C.; MACHADO, G.; OLIVEIRA, J. O. de. Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e listas fechadas. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 24(2): 292, p. 417 - 441, maio-ago, 2016.;

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo:
THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. In: RAP, Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. In: *RAP*, Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

THOMASSET, Claude. VIGARELLO, Georges. “Esmouvir”, “Esmouvement”: Arqueologia medieval do termo “emoção”. In: *História das emoções 1*: Da Antiguidade às Luzes. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 161 – 168.

TOMOIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a constituição de 1988. In: *RBCS* Vol. 17 no 48 fevereiro/2002, p. 61 – 90.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos em formação. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao. Acesso em: 08 de jun de 2025.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse. Acesso em 08 de jun de 2025.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 1980.

VERGÈS, Françoise. Uma teoria feminista da violência. Trad. por Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editoria, 2021.

VIGARELLO, Georges. A emergência do termo “emoção”. *História das emoções 1*: Da Antiguidade às Luzes. Direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello; Trad. de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020, p. 286 – 293.

WELMA, Jéssica. Ceará tem recorde de mulheres eleitas deputadas federais e estaduais em 2022. Diário do Nordeste, Fortaleza, 06 de out de 2022. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/jessica-welma/ceara-tem-recorde-de-mulheres-eleitas-deputadas-federais-e-estaduais-em-2022-1.3286122. Acesso em: 02 de jun 2025.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2025*. Genebra: World Economic Forum, 2025. Disponível em: https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2025/. Acesso em: 03 ago. 2025.

ZIZEK, Slavoj. *Violência*: seis reflexões laterais. Trad. de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE A – QUADRO DE FONTES

Quadro 3 – Fontes de pesquisa para a História Política de Catunda

(continua)

Grupo	Fontes	
"Ditos" primeiros documentos	**Título:** Estudos Regionais – Querer é aprender	**Ano:** 1995
	Arquivo original: Regina Elena Magalhães (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Apostila
	Título: Conhecendo Catunda	**Ano:** 1993/1994
	Arquivo original: Regina Elena Magalhães (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Relatório
	Título: 15 anos – Catunda Novos Horizontes	**Ano:** 2005
	Arquivo original: Mª Sonalba Borges de Lira (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Revista
	Título: 20 anos – Catunda de História e compromisso com o futuro	**Ano:** 2010
	Arquivo original: Mª Sonalba Borges de Lira (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Jornal
	Título: Vamos conhecer Catunda de ontem e Catunda de Hoje	**Ano:** 2014
	Arquivo original: Ant. Raí Azevedo de Mesquita (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Textos
Catunda 30 anos	**Título:** Projeto Catunda 30 anos – Documentário Catunda 30 anos de Emancipação Política: da luta à conquista por Regina Elena Magalhães	**Ano:** 2020
	Arquivo original: Canal do Youtube do Centro Educativo Pequeno Príncipe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wPgIMv_hiJ0	**Tipo:** Audiovisual – Documentário
	Título: Projeto Catunda 30 anos – Catunda: Memórias, sentimentos e saudades	**Ano:** 2020
	Arquivo original: Elaboração própria. Disponível em: https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda	**Tipo:** Virtual – Site
	Título: História em Retratos: um registro afetivo do desfile cívico 07 de setembro pelos arquivos dos catundenses	**Ano:** 2020
	Arquivo original: Elaboração própria. Disponível em: https://catunda30anos.wixsite.com/30anoscatunda/hist%C3%B3ria-em-retratos	**Tipo:** Virtual – Exposição

Quadro 3 – Fontes de pesquisa para a História Política de Catunda

(continua)

Grupo	Fontes	
Cordéis	**Título:** Catunda Quem te viu e quem te ver	**Ano:** 2000
	Arquivo original: Mª Sonalba Borges de Lira (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Cordel
	Título: Catunda, somos nós, os verdadeiros sequestradores do dinheiro de vocês	**Ano:** 2000
	Arquivo original: Mª Sonalba Borges de Lira (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Cordel
	Título: Coligação Catunda, Unida e Forte	**Ano:** 2000
	Arquivo original: Mª Sonalba Borges de Lira (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Cordel
	Título: História Política de Catunda	**Ano:** 2015
	Arquivo original: Ant. Raí Azevedo de Mesquita (pessoal)	**Tipo:** Escrita – Cordel
Jornais encontrados na hemeroteca da Biblioteca do Estado do Ceará	**Título:** Catunda	**Ano:** 1993
	Arquivo original: Hemeroteca da BECE	**Tipo:** Escrita – Jornal
	Título: Administrando Catunda com Amor	**Ano:** 1993
	Arquivo original: Hemeroteca da BECE	**Tipo:** Escrita – Jornal
	Título: Sexto aniversário de Catunda movimenta cidade com muita festa e inaugurações	**Ano:** 1994
	Arquivo original: Hemeroteca da BECE	**Tipo:** Escrita – Jornal
	Título: Catunda: distritozinho ontem. Cidade progresso hoje	**Ano:** 1994
	Arquivo original: Hemeroteca da BECE	**Tipo:** Escrita – Jornal
	Título: Cinco anos de emancipação política. Regina Elena constrói Catunda com amor.	**Ano:** 1995
	Arquivo original: Hemeroteca da BECE	**Tipo:** Escrita – Jornal

Quadro 3 – Fontes de pesquisa para a História Política de Catunda

(continua)

Grupo	Fontes	
Podcast Podver	**Título:** Regina Elena – Podver #1 **Arquivo original:** Canal do Youtube da Rádio Planalto FM. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=w_du2AmyM0o	**Ano:** 2022 **Tipo:** Audiovisual – Podcast
	Título: Cidel – Podver #4 **Arquivo original:** Canal do Youtube da Rádio Planalto FM. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=aaoisyVgtiU	**Ano:** 2022 **Tipo:** Audiovisual – Podcast
	Título: Joana do Sindicato – Podver #11 **Arquivo original:** Canal do Youtube da Rádio Planalto FM. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=a4DUJ9B-7F8	**Ano:** 2022 **Tipo:** Audiovisual – Podcast
	Título: Ravenna e Ernane– Podver #20 **Arquivo original:** Canal do Youtube da Rádio Planalto FM. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=2lqxz992GEY	**Ano:** 2022 **Tipo:** Audiovisual – Podcast
	Título: Iracilda Catunda– Podver #33 **Arquivo original:** Canal do Youtube da Rádio Planalto FM. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=XREqcxqEO4o	**Ano:** 2023 **Tipo:** Audiovisual – Podcast

Quadro 3 – Fontes de pesquisa para a História Política de Catunda

(conclusão)

Grupo	Fontes	
Documentos da Câmara Municipal de Catunda	**Título:** Livro nº 1 – Ata das Sessões da Câmara Municipal de Catunda – Início: 01 de janeiro de 1993. Término: 1998 **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 1993 – 1998 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: Livro de Atas nº 2 **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 1998 – 2003 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: Livro nº 3 de Atas das sessões ordinárias da Camara Municipal de Catunda CE **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 2003/2004 – 2008 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: Câmara Municipal de Catunda – CE. Livro de Ata. Sessões ordinárias. Livro nº 4. **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 2009 – 2014 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: Livro de Ata **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 2018 – 2023 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: Livro de Ata Sessões Extraordinárias **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 2010 – 2023 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: Livro nº 1. Transcrição das leis. Da lei 001 à **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 1993 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata
	Título: **Arquivo original:** Câmara Municipal de Catunda	**Ano:** 1993 – 1995 **Tipo:** Escrita – Livro de Ata

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE B – PRIMEIRAS MULHERES A OCUPAREM ESPAÇOS DE PODER FORMAL NO BRASIL REPUBLICANO

Quadro 4 – Mulheres que primeiro ocuparam cargos de poder formal – eletivos ou não – no Brasil republicano

(continua)

Ano	Nome	Cargo / Descrição
1928	Celina Guimarães Viana	Primeira eleitora brasileira, registrada na lista de eleitores de Mossoró, Rio Grande do Norte.
	Luíza Alzira Soriano Teixeira	Primeira prefeita eleita no Brasil, na cidade de Lajes no Rio Grande do Norte.
1933	Carlota Pereira de Queirós	Primeira Deputada Federal do Brasil pelo Partido Constitucionalista de SP.
1934	Antonieta de Barros	Primeira mulher negra a se eleger Deputada Estadual no país, pelo Partido Liberal Catarinense, em Florianópolis Santa Catarina.
	Maria do Céu Fernandes	Primeira mulher a se eleger Deputada Estadual eleita por voto popular, no Rio Grande do Norte.
1947	Zélia Martins Ramos de Barros	Primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta de uma Câmara Municipal no Brasil, na cidade de Cariré – CE.
1958	Aldamira Guedes Fernandes	Primeira prefeita eleita por voto popular, em Quixeramobim no Ceará.
1979	Eunice Mafalda Berger Michiles	Primeira mulher senadora, assumindo após morte do titular da cadeira, pelo Partido Democrático Social do Acre.
1981	Laélia Contreiras Agra de Alcântara	Primeira Senadora negra no Brasil, pelo Acre.
1985	Maria Luíza Menezes Fontenele	Primeira mulher prefeita de capital em Fortaleza Ceará
1986	Iolanda Ferreira Lima (Iolanda Fleming)	Primeira mulher a governar um estado, o Acre, como interina e depois assumindo definitivamente para que o então governador concorresse ao senado.

Quadro 4 – Mulheres que primeiro ocuparam cargos de poder formal – eletivos ou não – no Brasil republicano

(conclusão)

Ano	Nome	Cargo / Descrição
1988	Benedita Sousa da Silva Sampaio	Foi a única mulher afro-brasileira eleita para o cargo de deputada federal constituinte. Foi também a primeira mulher e primeira negra a governar o Estado do Rio de Janeiro, em 2002, elevado do cargo de vice-governadora.
1990	Zélia Cardoso de Mello	Primeira Ministra do Brasil, assumiu a pasta de Economia no governo Collor
	Cnéa Cimini Moreira de Oliveira	Primeira mulher a ocupar um cargo em um Tribunal Superior no Brasil, no Tribunal Superior do Trabalho. Foi também a primeira a mulher a presidir o TST no Brasil.
1992	Kátia Tapety	Primeira mulher trans a assumir cargo eleitvo no Brasil como vereadora de Oeiras no Piauí.
1994	Roseana Macieira Sarney Murad	Primeira mulher eleita governadora no Estado do Maranhã
2000	Ellen Gracie Northfleet	Primeira mulher a integrar a Suprema Corte do Brasil, o Supremo Tribunal Federal. Também primeira mulher a tomar posse como ministra do Tribunal Superior Eleitoral.
2010	Dilma Vana Rousseff	Primeira mulher presidenta do Brasil
	Serys Marly Slhessarenko GOMM	Primeira mulher a assumir efetivamente a presidencia do Senado, em período de licença.
2016	Laurita Hilário Vaz	Primeira mulher a presidir o Superior Tribunal de Justiça.
2018	Joenia Wapichana	Primeira mulher indígena eleita Deputada Federal. Também foi a priemira mulher indígena a exercer a advocacia.
2021	Eliselma Silva de Oliveira	Primeira e única mulher indígena eleita Prefeita no Brasil
2022	Duda Salabert e Erika Hilton	Primeiras mulheres trans eleita Deputada Federal
2023	Edilene Lôbo	Primeira ministra negra do Tribunal Superior Eleitoral
2024	Maria Elizabeth Rocha	Primeira mulher a presidir o Superior Tribunal Militar.
2025	Daniella Velloso Borges Ribeiro	Primeira mulher primeira-secretária do Senado.

Fonte: Elaboração própria com base em SCHUMAHER, Schuma e CEVA Antonia. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

APÊNDICE C – MULHERES ELEITAS PARA O EXECUTIVO NO CELAC

Quadro 5 – Mulheres eleitas para o executivo – presidenta ou primeira-ministra – na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (1973 – 2023)

(continua)

Nome	**Cargo**	**Partido**	**Período**	**País**
Dame Louise Agnetha Lake-Tack	Governadora-geral	Não encontrado	2007 – 2014	Antígua e Barbuda
María Estela Martínez de Perón	Presidenta	Partido Justicialista	1974 – 1976	Argentina
Cristina Elisabet Fernández de Kirchner	Presidenta	Partido Justicialista	2007 – 2015	Argentina
Sandra Prunella Mason[1]	Presidenta	Independente	2021 – atual	Barbados
Mia Amor Mottley	Primeira-Ministra	Partido Trabalhista de Barbados	2018 – atual	Barbados
Lidia Gueiler Tejada	Presidenta	Partido Revolucionário da Esquerda Nacionalista	1979 – 1980	Bolívia
Jeanine Áñez Chávez[2]	Presidenta	Movimento Democrático Social	2019 – 2020	Bolívia
Dilma Vana Rousseff	Presidenta	Partido dos Trabalhadores	2011 – 2016	Brasil
Verónica Michelle Bachelet Jeria	Presidenta	Partido Socialista do Chile	2006 – 2010 / 2014 – 2018	Chile
Laura Chinchilla Miranda	Presidenta	Partido de Libertação Nacional	2010 – 2014	Costa Rica
Dama Mary Eugenia Charles	Primeira-Ministra	Partido da Liberdade de Dominica	1980 – 1995	Dominica
Sylvanie Burton	Presidenta	Partido Trabalhista de Dominica	2023 – atual	Dominica
Lupe Rosalía Arteaga Serrano	Presidenta	Movimento Independente para uma República Autêntica	1997	Equador
Janet Rosalie Jagan[3]	Presidenta	Partido Popular Progressista	1997 – 1999	Guiana

Quadro 5 – Mulheres eleitas para o executivo – presidenta ou primeira-ministra – na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (1973 – 2023) (conclusão)

Nome	Cargo	Partido	Período	País
Ertha Pascal-Trouillot[4]	Presidenta	Independente	1990 – 1991	Haiti
Iris Xiomara Castro de Zelaya	Presidenta	Partido Liberdade e Refundação	2022 – atual	Honduras
Portia Lucretia Simpson-Miller	Primeira-Ministra	Partido Nacional Popular	2006 – 2007 / 2012 – 2016	Jamaica
Claudia Sheinbaum Pardo	Presidenta	Movimento Regeneração Nacional	2024 – atual	México
Violeta Barrios de Chamorro[5]	Presidenta	União Nacional Opositora	1990 – 1997	Nicarágua
Mireya Elisa Moscoso Rodríguez de Arias	Presidenta	Partido Arnulfista	1999 – 20004	Panamá
Dina Ercilia Boluarte Zegarra	Presidenta	Peru Livre	2022 – atual	Peru
Kamla Persad-Bissessar	Primeira-Ministra	Parceria Popular	2010 – 2015	Trinidad e Tobago
Paula-Mae Weekes[6]	Presidenta	Independente	2018 – 2023	Trinidad e Tobago
Christine Kangaloo	Presidenta	Independente	2023 – atual	Trinidad e Tobago

Fonte: Elaboração própria com base em BBC NEWS. The women presidents of Latin America. BBC News, 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-latin-america-11447598. Acesso em: Acesso em: 10 ago. 2024; PRIMERA, Maye. A década das mulheres no poder. El País Brasil, 2013. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/24/internacional/1387849097_772281.html. Acesso em: Acesso em: 10 ago. 2024; WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Lista de mulheres eleitas chefes de Estado. Wikimedia, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mulheres_eleitas_chefes_de_Estado#:~:text=Table_title:%20Lista%20de%20mulheres%20chefes%20de%20Estado,%C3%8Dndia%20%7C%20Fim%20do%20mandato:%20Incumbente%20%7C. Acesso em: Acesso em: 10 ago. 2024.. CNN BRASIL. Quantas presidentas a América Latina teve em sua história?. CNN Brasil, 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quantas-presidentas-a-america-latina-teve-em-sua-historia/. Acesso em: 10 ago. 2024.

Notas:
[1] Foi governadora-geral de Barbados entre 2018 e 2021, quando o país insular vivia um regime de monarquia parlamentarista quando era um reino da Comunidade.
[2] Sucessão constitucional como segunda vice-presidente do Senado.
[3] Não nascida na Guiana.

[4] Primeira mulher presidenta de ascendência africana nas Américas.
[5] Primeira mulher eleita para o cargo por meio de uma eleição no continente americano, a segunda no hemisfério ocidental e a quinta no mundo.
[6] Segunda mulher presidenta de ascendência africana nas Américas.

APÊNDICE D – MULHERES ELEITAS PARA O LEGISLATIVO ESTADUAL CEARENSE

Quadro 6 – Mulheres eleitas para o legislativo cearense entre 1974 e 2022 em ordem cronológica de legislatura

(continua)

Nome	Legislatura(s)	Partido(s)
Maria Zélia Mota	1975–1978	Arena
Douvina Aleuda Eduardo de Castro	1979–1982 / 1983–1986	Arena / PDS
# Maria Luiza Menezes Fontenele [1]	1979–1982 / 1983–1986	MDB / PMDB
Maria Lúcia Magalhães Corrêa	1979–1982 / 1987–1990 / 1991–1994 / 1995–1998	Arena / PMDB / PSDB / PSDB
Maria Dias Cavalcante Vieira [2] @	1983–1986 / 1987–1990	PDS / PMDB
Maria Shylene Osterno Aguiar Silveira	1991–1994	PSDB
# Maria Gorete Pereira	1995–1998 / 1999–2002	PFL
Cândida Maria Saraiva de Paula Pessoa @	1995–1998 / 2003–2006	PSDB / PPB
Fabíola Alencar de Biscuccia	1999–2002 / 2003–2006	PPB
Inês Maria Corrêa de Arruda@	1999–2002 / 2003–2006 / 2011–2014	PSDB / PMDB /PMDB
# Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes @	1999–2002 / 2011–2014	PPS / PDT
Maria Gislaine Santana Sampaio Landim @	2003–2006	PSB
Maria Íris Tavares Farias	2003–2006	PT
Maria Leda Moreira e Silva	2003–2006	PSL
# Luizianne de Oliveira Lins	2003–2006	PT
Luzia Maria Rocha Costa Lima	2003–2006	PSDB
Regina Lúcia Cardoso Barbosa	2003–2006	PL
Virgínia Adélia Rodrigues Carvalho	2003–2006	PV
Tânia de Fátima Gurgel Nobre	2003–2006 / 2007–2010	PSDB
Ana Paula Gomes da Cruz Napoleão	2003–2006 / 2007–2010 / 2011–2014	PFL / PMDB / PMDB
* Rachel Ximenes Marques @	2003–2006 / 2007–2010 / 2011–2014 / 2015–2018	PT
Lívia Corrêa de Arruda	2007–2010	PMDB
Eliane Novaes Eleutério Teixeira	2011–2014	PSB
Maria de Fátima Santana Arrais Leite	2011–2014	PRTB
Maria Bethrose Fontenele Araújo @	2011–2014 / 2015–2018	PRP
Mirian de Almeida Rodrigues Sobreira @	2011–2014 / 2015–2018	PSB / PROS
# Fernanda Eneida Pessoa Caracas de Souza	2011–2014 / 2015–2018 / 2019–2022	PR / PR / PSDB

Quadro 6 – Mulheres eleitas para o legislativo cearense entre 1974 e 2022 em ordem cronológica de legislatura

(conclusão)

Nome	Legislatura(s)	Partido(s)
* Silvana Oliveira de Sousa @	2011–2014 / 2015–2018 / 2019–2022 / 2023-2027	PMDB / PMDB / PR / PL
# Augusta Brito de Paula	2015–2018	PCdoB
Ana Laís Peixoto Correia Nunes	2015–2018	PROS
Maria Aderlânia Soares Barreto Noronha [3] @	2015–2018 / 2019–2022	SD
Érika Gonçalves Amorim @	2019–2022	PSD
Patrícia Pequeno Costa Gomes de Aguiar	2019–2022	PSD
Marta Maria do Socorro Lima Barros Gonçalves @	2023-2027	PL
Gabriella Pequeno Costa Gomes de Aguiar	2023-2027	PSD
Lia Ferreira Gomes	2023-2027	PDT
Luana Régia de Freitas Lima @	2023-2027	CID
Josefa Medeiros Farias	2023-2027	PT
Juliana de Holanda Lucena Rodrigues	2023-2027	PT
Larissa Maria Fernandes Gaspar da Costa[4]	2023-2027	PT
Maria Emilia Pessoa de Lima Carneiro	2023-2027	PSDB

Fonte: Elaboração própria a partir do Livro Mulheres no Parlamento Cearense, da ALECE (2019). Site do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Site da Assembleia Legislativo do Estado do Ceará. Portal da Câmara dos Deputados.

Notas:

[1] Foi à primeira mulher eleita prefeita de uma capital logo após a Ditadura Civil-militar.

[2] Presidenta fundadora da Associação das Primeiras Damas do Estado do Ceará.

[3] Primeira mulher a compor a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

[4] Primeira mulher vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Mulheres que ocuparam cargos tanto no legislativo estadual, quanto como representantes do Ceará no legislativo federal (Senado ou Câmara dos Deputados).

* Ocupou o cargo por quatro legislaturas seguidas. @ Foi também primeira dama.

APÊNDICE E – MULHERES ELEITAS PARA O LEGISLATIVO FEDERAL PELO CEARÁ

Quadro 7 – Mulheres eleitas para o legislativo federal pelo Ceará entre 1988 e 2022 em ordem cronológica de legislatura

Nome	Legislatura(s)	Partido(s)	Cargo
Maria Alacoque Bezerra Figueiredo	1983–1990	PDS	Senadora
Moema Correia São Thiago	1987–1990	PDT	Deputada Federal
Maria Luiza Menezes Fontenele	1991–1994	PSB	Deputada Federal
Maria Gorete Pereira	2003–2006 / 2007–2010 / 2011–2014 / 2015–2018	PL / PL / PR / PR	Deputada Federal
Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes	2003–2010	PPS	Senadora
Luizianne Lins de Oliveira	2015–2018 / 2019–2022 / 2023-2027	PT	Deputada Federal
Dayany Bittencourt Santil	2023-2027	UNIÃO	Deputada Federal
Fernanda Eneida Pessoa Caracas de Souza	2023-2027	UNIÃO	Deputada Federal
Augusta Brito de Paula[1]	2023-2031	PT	Senadora

Fonte: Elaboração própria a partir do Livro Mulheres no Parlamento Cearense, da ALECE (2019). Site do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Site da Assembleia Legislativo do Estado do Ceará. Portal da Câmara dos Deputados.

[1]Suplente que assume após saída de Camilo Santana para o Ministério da Educação

APÊNDICE F – PARTIDOS POLÍTICOS DAS ELEITAS NO CEARÁ

Quadro 8 – Partido das mulheres eleitas para o legislativo estadual e federal, Ceará (1975 – 2022)

Sigla	Nome	Reg.[1] / Dis.[2]	Nº da Legenda	Espectro Político
Arena	Aliança Renovadora Nacional	1966 – 1979	-----	Extrema–direita
CID*	Cidadania	2019 – atual	23	Centro-esquerda a centro-direita
MDB	Movimento Democrático Brasileiro	1966 – 1979	-----	Centro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	1988 – atual	65	Centro-esquerda à esquerda
PDS	Partido Democrático Social	1980 – 1993	11	Direita
PDT	Partido Democrático Trabalhista	1981 – atual	12	Centro-esquerda à esquerda
PFL	Partido da Frente Liberal	1985 – 2007	25	Centro-direita
PL	Partido Liberal	1985 – 2006	22	Centro a centro-direita
PL#	Partido Liberal	2019 – atual	22	Direita à extrema-direita
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro	1981 – 2017	15	Todo tipo à centro
PPB	Partido Progressista Brasileiro	1995 – 2003	11	Centro à centro-direita
PPS	Partido Popular Socialista	1992 – 2019	23	Centro-esquerda à esquerda
PR	Partido da República	2006 – 2019	22	Centro-direita
PROS	Partido Republicano da Ordem social	2013 – 2023	90	Centro
PRP	Partido Republicano Progressista	1991 – 2019	44	Direita
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	1997 – atual	28	Direita à extrema-direita
PSB	Partido Socialista Brasileiro	1988 – atual	40	Centro-esquerda
PSD	Partido Social Democrático	2011 – atual	55	Centro à centro-direita
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	1989 – atual	45	Centro à centro-esquerda ou centro-direita
PSL	Partido Social Liberal	1998 – 2022	17	Direita à extrema-direita
PT	Partido dos Trabalhadores	1982 – atual	13	Centro-esquerda à esquerda
PV	Partido Verde	1993 – atual	43	Centro-esquerda à esquerda
SD*	Solidariedade	2013 – atual	77	Centro-esquerda à esquerda
UNIÃO	União Brasil	2022 – atual	44	Centro-direita

Fonte: Elaboração própria a partir do Livro Mulheres no Parlamento Cearense, da ALECE (2019) e em JORGE, Vladimyr Lombardo, FARIA, Alessandra Maia Terra de e SILVA, Mayra Goulart da.

Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 33. e227686, 2020, pp 1 – 44. LINHARES, B. F. ; MENDONÇA, Daniel de . Ideologia e partidos políticos no Brasil: elementos teóricos e metodológicos para uma proposta de classificação. In: *10. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2016, Belo Horizonte/MG. Anais Eletrônicos do 10. Encontro da ABCP, 2016. SCHEEFFER, Fernando. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. E-Legis - *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v. 11, n. 27, p. 119-142, set./dez. 2018. TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos em formação. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/criacao-de-partido/partidos-em-formacao. Acesso em: 08 de jun de 2025. TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse. Acesso em 08 de jun de 2025.

Notas:

1 Ano do registro.

2 Ano da dissolução.

* Não é a sigla oficinal do partido, utilizei essa sigla fictícia para reduzir o nome.

O Partido Liberal tem uma longa história e existe diferença na composição partidária da sigla a depender do ano em que se refere, por isso ele aparece duas vezes no quadro.

APÊNDICE G – CRUZAMENTO DE ELEITORADO, VOTAÇÃO E PERFIL DE VOTANTES EM CATUNDA (2000 – 2024)

Tabela 3 – Eleitorado apto, comparecimentos, abstenções e perfil de votantes em Catunda entre 2000 e 2024

Ano	Eleitorado apto	Comparecimento	Abstenção	Votação nominal	Perfil de votação para executivo			Perfil de votação para legislativo		
					H	M	Total	H	M	Total
2000	6.982	5.534	1.448	9.969	2.828	2.445	5.273	3.758	938	4.696
2004	6.304	5.972	332	10.862	2.878	2.759	5.637	4.542	683	5.225
2008	7.681	6.713	968	12.365	4.107	2.207	6.314	5.308	743	6.051
2012*	H: 4.323 M: 4.089 T: 8.412	H: 3.435 M: 3.413 T: 6.848	H: 888 M: 676 Total: 1.564	12.483	3.401	2.964	6.365	5.312	806	6.118
2016	H: 4.436 M: 4.270 T: 8.706	H: 3.552 M: 3.351 T: 6.903	H: 884 M: 739 T: 1.623	13.126	3.193	3.612	6.805	5.020	1.301	6.321
2020	H: 4.171 M: 4.070 T: 8.241	H: 3.686 M: 3.632 T: 7.318	H: 485 M: 438 T: 923	13.782	3.085	4.046	7.131	4.874	1.777	6.651
2024	H: 4.805 M: 4.747 T: 9.552	H: 4.221 M: 4.215 T: 8.436	H: 584 M: 532 T: 1.116	16.318	#NE	#NE	8.255	5.989	2.074	8.063

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do TSE.

Nota:

*A partir de 2012 os dados acessados estavam divididos por sexo, o que possibilita uma análise melhor desse perfil.

H = Homens

M = Mulheres

T = Total

#NE = Não encontrado

APÊNDICE H – RESULTADO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CATUNDA ENTRE 1992 – 2024

Quadro 9 – Resultado das eleições municipais em (Senador) Catunda, 1992

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	02	01	Regina Elena Magalhaes	Regina	PSDB	Eleito(a)	2.252
			#NE				
Vice-prefeito(a)	02	#NE	Joao Furtado De Sousa	#NE	PSDB	Eleito(a)	Não se aplica
			#NE				
Vereador(a)	#NE	#NE	Maria Valdeci Dos Santos	#NE	PSDB	Eleito(a) por QP	180
			Antonia Goncalves Magalhaes	#NE	PSDB	Eleito(a) por QP	180
			Francisco Odali Pereira Claudino	#NE	PSDB	Eleito(a) por QP	177
			Francisco Gomes Martins	#NE	PFL	Eleito(a) por QP	174
			Jose Didi Vasconcelos	#NE	PFL	Eleito(a) por QP	169
			Jose Goncalves De Oliveira	#NE	PFL	Eleito(a) por QP	168
			Francisco Freires Camelo	#NE	PFL	Eleito(a) por QP	144
			Joaquim Timbo Muniz	#NE	PDT	Eleito(a) por QP	129
			Francisco Paiva Feitosa	#NE	PSDB	Eleito(a) por QP	120

Fonte: Elaboração própria a partir do Resultado das Eleições Oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Disponível em: https://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/tre-ce-resultados-eleicoes-1992.zip.Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

#NE = Não encontrado

Quadro 10 – Resultado das eleições municipais em (Senador) Catunda, 1996

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	02	#NE	Francisco Antonio Lima	Chico Lima	PFL (C)#	Eleito(a)	1.631
			#NE				
Vice-prefeito(a)	02	#NE	#NE				
Vereador(a)	#NE	#NE	Jose Vanderlei Mesquita De Farias	#NE	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	366
			Maria Marina Melo Abreu	#NE	PFL (C)	Eleito(a) por QP	345
			Jose Goncalves De Oliveira	#NE	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	297
			Maria Valdeci Dos Santos	#NE	PSDB (C)*	Eleito(a) por QP	247
			Francisco Odaly Pereira Claudino	#NE	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	235
			Francisco Paiva Feitosa	#NE	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	224
			Jose Didi Vasconcelos	#NE	PFL (C)	Eleito(a) por QP	224
			Francisco Freire Camelo	#NE	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	222
			Antonio Joao De Oliveira	#NE	PFL (C)	Eleito(a) por QP	186

Fonte: Elaboração própria a partir do Resultado das Eleições Oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Disponível em: https://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201996.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

#NE = Não encontrado.

#PDT/PFL/PSD

*PSB/PSDB

Quadro 11 – Resultado das eleições municipais em (Senador) Catunda, 2000

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	02	01	Francisco Antonio Lima	Chico Lima	PFL (C)#	Eleito(a)	2.828
			Regina Elena Magalhães	Regina	PSDB (C)	Não eleito(a)	2.445
Vice-prefeito(a)	02	00	Antonio Pereira Leitão	#NE	PFL (C)	Eleito(a)	Não se aplica
			Valdenir Mourão Lira	#NE	PSDB (I)	Não eleito(a)	
Vereador(a)	24	04	José Vanderlei Mesquita De Farias	Vanderlei	PFL (C)	Eleito(a) por QP	510
			Henrique Alves De Oliveira	Henrique Nizo	PFL (C)	Eleito(a) por QP	363
			Manoel Noé Filho	Manoel Noé	PSDB (C)*	Eleito(a) por QP	357
			Maria Valdeci Dos Santos	Cidel	PSDB (C)	Eleito(a) por média	335
			Maria Marina Melo Abreu	Marina	PFL (C)	Eleito(a) por QP	330
			José Didi De Vasconcelos	Didi Rodrigues	PFL (C)	Eleito(a) por QP	319
			Francisco Paiva Feitosa	Ivan	PFL (C)	Eleito(a) por QP	305
			Francisco Odali Pereira Claudino	Odaly	PFL (C)	Eleito(a) por média	303
			Francisco Freire Camelo	Chico Pela	PSDB (C)	Eleito(a) por média	297
			José Agamenom Silva	H Do Povao	PSD (C)	Suplente	234
			Antônio João De Oliveira	Oliveira	PFL (C)		218
			Auberlene Farias Muniz	Auberlene	PSDB (C)		162
			Maria De Fátima Oliveira	Fatinha Do Bel	PFL (C)		140
			Francisca Damasceno De Sousa	Damasceno	PSD (C)		133
			Antonio Paiva Feitosa	Totô	PSDB (C)		110
			Luiz Rodrigues Da Costa	Luiz Meton	PFL (C)		109
			José Barros Jorge	Zeca	PSD (C)		95
			Mario Andrade Da Silva	Mario	PSDB (C)		95
			Francisco Jorge Felipe	Chico Nonato	PSDB (C)		74
			Raimundo Barbosa	Tenente	PSDB (C)		32
			Francisco Dias Cavalcante	Chico Dias	PPS (C)		28
			Antônio Deusdete Lobo	Lobo	PT (I)	Não Eleito	116
			Sebastiao De Sousa Farias	Sebastião De Sousa Farias	PT (I)		31
			Francisco Antonio Duarte do Vale	Tilor	PSD (C)	#NE	-----

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_municipio=SENADOR%20CATUNDA&p0_uf=CE&session=3196655335670. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2000&uf=CE&municipio=Senador+Catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

PFL/PSD/PMDB

*PPS/PSDB

Quadro 12 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2004

(continua).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	03	01	Francisco Ernane Peres Lima	Ernane	PFL (C)#	Eleito(a)	2.878
			Regina Elena Magalhães	Regina	PSDB (C)*	Não eleito(a)	2.759
			Antônio Pereira Leitão	Tony Jorge	PDT (I)	Renúncia	----------
Vice-prefeito(a)	04	00	Francisco Freire Camelo	Chico Pela	PFL (C)	Eleito(a)	Não se aplica
			Antônio Evandro Farias Negreiros	Evandro	PSDB (C)	Não eleito(a)	
			Antônio Pereira Leitão	Tony Jorge	PDT (I)	Renúncia	
			Antônio Ávila Jorge	Antônio Gago	PDT (I)	Inapto	
Vereador(a)	30	04	José Vanderlei Mesquita De Farias	Vanderlei	PRP (C)	Eleito(a) por QP	586
			Antonio Odacir Rodrigues De Oliveira	Odacir	PPS (I)	Eleito(a) por QP	431
			José Magalhães Rosa	Oséias	PFL (C)	Eleito(a) por QP	398
			Maria Marina Melo Abreu	Marina	PFL (C)	Eleito(a) por QP	346
			Henrique Alves De Oliveira	Henrique Nizo	PFL (C)	Eleito(a) por QP	287
			Francisco Odali Pereira Claudino	Odaly	PFL (C)	Eleito(a) por média	286
			Francisco Paiva Feitosa	Ivan	PFL (C)	Eleito(a) por média	251
			Francisco Flavio De Cena Elmiro	Flavio Mozart	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	232
			Raimundo Paiva Vieira	Raimundo Zinebra	PSDB (C)	Eleito(a) por média	221
			José Barros Jorge	Zé Barros	PPS (I)	Suplente	201
			José Didi Vasconcelos	Didi Rodrigues	PFL (C)		189
			Maria Valdeci Dos Santos	Cidel	PSDB (C)		177
			Francisco Wagner Noé De Mesquita	Vaguinho Noé	PFL (C)		176
			Luiz Rodrigues Da Costa	Luiz Meton	PFL (C)		174
			Maria De Fátima Oliveira	Professora Fatinha	PPS (I)		135
			Jose Eraldo Abreu Neto	Eraldo	PMDB (C)		78
			Francisco Jorge Felipe	Chico Nonato	PFL (C)		33
			João Farias Araújo	João Vigia	PPS (I)		31
			Jurandir Abreu Martins	Jurandir	PSDB (C)		30

Quadro 12 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2004.

(conclusão).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Vereador(a)	30	04	Francisco Cleano Melo Rodrigues	Cleano	PMDB (C)	Suplente	6
Vereador(a)	30	04	Raimundo Nonato Bezerra De Mendonca	Raimundinho André	PT (C)	Não eleito(a)	149
			Francisco Antonio Sampaio De Sousa	Sampaio	PSB (C)		80
			Antônio Cleyton Duarte Paiva	Cleyton Zinebra	PP (I)		37
			Antônio Deusdete Lobo	Lobo	PT (C)		32
			Auberlene Farias Muniz	Auberlene	PP (I)		25
			José Agamenom Silva	Agamenon	PP (I)		429
			Edilson Azevedo Lopes	Professor Edilson	PT (C)		166
			Cezário Felisberto Dias Loiola	Cezário Loiola	PP (I)		20
			Manuel Lopes De Araujo	Nelzinho Do Partido	PT (C)		19
			José Alves Lino	Dude	PDT (I)	Inapto	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_municipio=SENADOR%20CATUNDA&p0_uf=CE&session=306392352297430. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2004&uf=CE&municipio=Senador+Catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[#]Coligação Catunda cada vez mais forte (PP / PTB / PMDB / PPS / PFL)

[*]Coligação Catunda para quem te ama (PRP / PSDB)

Quadro 13 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2008

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	02	01	Francisco Ernane Peres Lima	Ernane	PR (C)#	Eleito(a)	4.107
			Regina Elena Magalhães	Regina	PRB (C)*	Não eleito(a)	2.207
Vice-prefeito(a)	02	00	Francisco Freire Camelo	Chico Pela	PCdoB (C)	Eleito(a)	Não se aplica
			Francisco Artidonio Bezerra Muniz	Tidonio Muniz	PT (C)	Não eleito(a)	
Vereador(a)	24	03	Ocean Vasconcelos Gomes	Ocean	PMDB (C)	Eleito(a) por QP	626
			Antonio Odacir Rodrigues De Oliveira	Odacir	PPS (C)	Eleito(a) por QP	578
			Rondinele Rodrigues De Oliveira	Rondineli	PCdoB (C)	Eleito(a) por QP	550
			José Vanderlei Mesquita De Farias	Vanderlei	PRP (C)	Eleito(a) por QP	473
			Henrique Alves De Oliveira	Henrique Nisio	PR (C)	Eleito(a) por QP	459
			José Magalhães Rosa	Oséias	DEM (C)	Eleito(a) por QP	386
			Francisco Wagner Noé De Mesquita	Vaguinho Noé	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	341
			Francisco Flavio De Cena Elmiro	Flavio Mozart	PSDB (C)	Eleito(a) por QP	320
			Antonio Misterdan Lourenço Dos Santos	Misterdan	PRB (C)	Eleito(a) por média	270
			Raimundo Paiva Vieira	Raimundo Zinebra	PR (C)	Suplente	311
			Francisca Aubenia Farias Leitão	Bena	PR (C)		279
			Quitéria Rocha De Sousa	Quitéria Rocha	PTB (C)		238
			Maria Aparecida Camelo Viana	Cida	PP (C)		226
			José Barros Jorge	Zé Barros	PR (C)		219
			Guilherme Antonio Magalhães	Guilherme	PRB (C)		211
			Lincoln Pontes Lira	Lincon	PTB (C)		210
			Luiz Rodrigues Da Costa	Luiz Meton	PR (C)		141
			Raimundo Nonato Bezerra De Mendonça	Raimundinho André	PT (C)		114
			João Duarte Do Vale	João Duarte	PSB (C)		44
			Antonio Barbosa Dos Santos	Egídio	PSDB (C)		19
			João Farias Araújo	Joãozinho	PR (C)		18
			Jurandir Abreu Martins	Jurandir	PSDB (C)		13
			Francisco Das Chagas Marques Fideles	Chico Fideles	PMDB (C)		4
			Francisco Antonio Sampaio De Sousa	Sampaio	PSB (C)		1

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2008&session=306392352297430. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2008&uf=CE&municipio=Catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[#] Coligação Abraçando Catunda (PR / PC do B / PMDB / DEM / PRP / PPS / PP)

[*] Coligação Trabalhando por Catunda (PTB / PSDB / PDT / PRB / PT / PSB)

Quadro 14 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2012

(continua).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	02	01	Antonio Pereira Leitao	Tony Jorge	PSC (C)#	Eleito(a)	3.401
			Silvania Peres Lima Buck	Silvania	PSB (C)*	Não eleito(a)	2.964
Vice-prefeito(a)	02	01	Maria Valdeci Dos Santos	Cidel	PRB (C)	Eleito(a)	Não se aplica
			Ocean Vasconcelos Gomes	Ocean	PMDB (C)	Não eleito(a)	
Vereador(a)	32	11	Antonio Odacir Rodrigues De Oliveira	Odacir	PPS (C)	Eleito(a) por QP	613
			Francisco Freire Camelo	Chico Pela	PCdoB (C)	Eleito(a) por QP	481
			Rondinele Rodrigues De Oliveira	Rondineli	PCdoB (C)	Eleito(a) por QP	473
			José Magalhães Rosa	Oséias	DEM (C)	Eleito(a) por QP	459
			Antonio Misterdan Lourenço Dos Santos	Misterdan	PRB (C)	Eleito(a) por QP	425
			Raimundo Paiva Vieira	Raimundo Zinebra	PR (C)	Eleito(a) por QP	391
			José Barros Jorge	Zé Barros	PR (C)	Eleito(a) por QP	380
			Henrique Alves De Oliveira	Henrique Nisio	PSC (C)	Eleito(a) por QP	360
			Genivaldo Gonçalves Camelo	Geni	PT (C)	Eleito(a) por média	357
			Quitéria Rocha De Sousa	Quitéria Rocha	PV (C)	Suplente	351
			Maria Aparecida Camelo Viana	Cida	PP (C)		309
			Guilherme Antonio Magalhães	Guilherme	PV (C)		287
			Anastacio Pereira De Andrade Filho	Junior	PR (C)		269
			Antonio Freire Do Prado	Antonio Burema	PT (C)		236
			Francisco Wagner Noé De Mesquita	Wagner Noé	PSDB (C)		194
			Francisco Mendonça De Sousa	Chico Andre	PV (C)		189
			Francisco Flávio De Cena Elmiro	Flávio	PSDB (C)		163
			Maria Auxiliadora De Mesquita	Dorinha	PSB (C)		61
			Gemma Galgani Timbo Elmiro	Gemma Timbo	PSC (C)		50
			Moises Da Silva Novo	Moises	PV (C)		35
			Teresa Pereira De Mesquita Costa	Tia Tetê	PSD (C)		34
			Raimunda Letice Rodrigues Dos Santos	Letice	PSC (C)		1
			Mary Darlene Camelo De Lira	Darlene	PSDB (C)		0
			Maria Auxiliadora Da Silva	Nega	PCdoB (C)		0
			Barbara Paiva Freires De Mesquita	Barbara	PSDB (C)		0

Quadro 14 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2012

(conclusão).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Vereador(a)	32	11	Fabia Maria Pereira Gomes De Sena	Fabinha	PSDB (C)	Suplente	0
			Raimundo Nonato Araújo Da Silva	Nonato	PR (C)		0
			Luiz Rodrigues Da Costa	Luiz Meton	PSC (C)	Não eleito(a)	0
			Manoel Linhares De Almeida	Nelinho	PSD (C)		0
			Maria Celma Ferreira de Sousa	Celma	PR (C)	Inapto(a)	Não se aplica
			Petronilo Anacleto de Oliveira	Nilo	PSD (C)		
			Francisco de Assis Viera da Costa	Assis Frauzino	PSC (C)		

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_sit_totalizacao=&session=306392352297430. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2012&uf=CE&municipio=Catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

Coligação: Catunda Missão esperança, Catunda em tempo de mudança (PRB / PT / PSC / PPS / PSDB / PSD).

*Coligação Catunda em mãos confiáveis (PP / PMDB / PR / DEM / PSB / PV / PC DO B)

Quadro 15 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2016

(continua).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	02	01	Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima	Ravenna	PDT (C)#	Eleito(a)	3.612
			Antonio Pereira Leitao	Tony Jorge	PP (C)*	Não eleito(a)	3.193
Vice-prefeito(a)	03	02	Antonio Evandro Farias Negreiros	Evandro	PSDB (C)	Eleito(a)	Não se aplica
			Maria Valdeci Dos Santos	Cidel	PRB (C)	Não eleito(a)	
			Ana Rachel Magalhaes Mesquita de Oliveira	Rachel Magalhaes	PHS (C)	Renúncia	
Vereador(a)	36	12	Marcos De Oliveira Da Costa	Marquinho Genro Do Vanderley	PP (C)	Eleito(a) por QP	635
			Lindomaria Peres Muniz	Lindomaria	PMDB (C)	Eleito(a) por QP	511
			Thiago De Souza Feitosa	Thiago Feitosa	PCdoB (C)	Eleito(a) por QP	477
			Antonio Avelino Viana De Oliveira	Avelino Viana	PP (C)	Eleito(a) por QP	390
			Joana Darc De Sousa Ferreira	Joana Do Sindicato	PTdoB (C)	Eleito(a) por QP	382
			Joao Arrais De Oliveira Neto	João Neto	PP (C)	Eleito(a) por QP	381
			Raimundo De Paiva Vieira	Raimundo Zinebra	PROS (C)	Eleito(a) por QP	369
			Osni Rodrigues Ferreira	Osni O Chefe	PSD (C)	Eleito(a) por média	341
			Luciano Brito Claudino	Luciano Brito	PDT (C)	Eleito(a) por QP	336
			Elizomar Noé De Mesquita	Louro Noé	PP (C)	Suplente	314
			Raimunda Letice Rodrigues Dos Santos	Irmã Leticia	PP (C)		303
			Cleiton Mesquita De Sales	Cleiton	PSDB (C)		292
			José Barros Jorge	Zé Barros	PR (C)		291
			Antonio Misterdan Lourenco Dos Santos	Misterdam	PRB (C)		247
			Henrique Alves De Oliveira	Henrique Niso	PDT (C)		239
			José Magalhaes Rosa	Oseias	DEM (C)		238
			Tiago Freire Da Costa	Tiago Neto	PP (C)		163
			Aldecir Lourenço Dos Santos	Louro Noé	PP (C)		314
			Antonio Alves Saraiva	Antonio Saraiva	PSDB (C)		68
			Francisco Artidonio Bezerra Muniz	Professor Tidonio	PT (C)		64

Quadro 15 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2016

(conclusão).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Vereador(a)	36	12	Gemma Galgani Timbo Elmiro	Gemma Timbo	PP (C)	Suplente	52
			Jonyragno Damasceno De Sousa	Jonnyragno	PTN (C)		42
			Edson Mauro Paiva Freires	Anjo Da Noite	PTdoB (C)		26
			Maria Socorro Freire Do Prado	Socorro Burema	PT (C)		15
			Antonio Barbosa Dos Santos	Egidio	PSC (C)		15
			Terezinha Euda Gonçalves	Terezinha Euda	PSD (C)		14
			Cristina Abreu De Pinho	Cristina Abreu	PT (C)		10
			Francisco Das Chagas Marques Fideles	Chico Fideles	PSC (C)		9
			Francisca Danyara Germano Gomes	Danyara	PCdoB (C)		9
			Mª Francineusa Marques De Mesquita Sousa	Léia	PDT (C)		3
			Reginaldo Rosendo De Almeida	Reginaldo	PR (C)		2
			Antonia Aila Ribeiro	Aila	PMDB (C)		2
			Luisa Rodrigues Pinto	Luiza	DEM (C)		0
			Maria Gomes De Vasconcelos	Maria Gomes	PMDB (C)		0
			Rondinele Rodrigues de Oliveira	Rondineli	PCdoB (C)	Renúncia	
			Antonio Odacir Rodrigues de Oliveira	Vereador Odacir	PP (C)	Não eleito(a)	

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2016&session=217211808670514. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2016&uf=CE&municipio=catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

#Coligação Unidos por uma Catunda forte e independente (PDT / PMDB / PTN / PR / DEM / PSDB / PC do B / PROS)

*Coligação Catunda no caminho certo (PP / PT / PSC / PRB / PSD / PT DO B / PHS / PTB)

Quadro 16 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2020

(continua).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	03	02	Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima	Ravenna	PDT (C#)	Eleito(a)	3.844
			Antônio Neto Farias Abreu	Neto Do Posto	PP (I)	Não eleito(a)	3.085
			Joana DArc De Sousa Ferreira	Joana Do Sindicato	PT (I)		202
Vice-prefeito(a)	03	01	Antonio Evandro Farias Negreiros	Evandro	PSDB (C)	Eleito(a)	Não se aplica
			Rebeka Maria Farias Leitão	Rebeka Leitão	PP (I)	Não eleito(a)	
			Joabson De Souza Rodrigues	Dodó Da Lígia	PT (I)		
Vereador(a)	30	11	Cleiton Mesquita De Sales	Cleiton	PDT	Eleito(a) por QP	725
			Lindomaria Peres Muniz	Lindomária	PDT	Eleito(a) por QP	600
			Marcos De Oliveira Da Costa	Marquinhos	PDT	Eleito(a) por QP	541
			João Arrais De Oliveira Neto	João Neto	PDT	Eleito(a) por QP	507
			Mary Darlene Camelo De Lira	Darlene Lira	PP	Eleito(a) por QP	507
			Thiago De Sousa Feitosa	Thiago Do Ivan	PDT	Eleito(a) por QP	418
			Francisco Fernando Farias Pereira	Fernando	PDT	Eleito(a) por média	417
			Anastácio Pereira De Andrade Filho	Júnior	PDT	Eleito(a) por média	415
			Raimunda Letice Rodrigues Dos Santos	Irmã Leticia	PP	Eleito(a) por QP	386
			Osni Rodrigues Ferreira	Osni "O Chefe"	PDT	Suplente	354
			Raimundo De Paiva Vieira	Raimundo Zinebra	PDT		333
			José Barros Jorge	Zé Barros	PP		305
			Cícero Helio Viana Alves	Helio Viana	PP		183
			Francisco Wagner Noé De Mesquita	Wagner Noé	PP		69
			Antonio Aurino Pereira	Irmão Aurino	PP		67
			Jonyragno Damasceno De Sousa	Professor Jony	PP		64
			Francisco Josidan Rodrigues Timbó	Josidan Timbó	PP		41
			Iranede Vera Martins De Mesquita	Iranede	PDT		29

Quadro 16 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2020

(conclusão).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Vereador(a)	30	11	José Vandy Gonçalves Camelo	Zezinho Bendô	PP	Suplente	27
			Francisco Das Chagas Marques Fideles	Chico Fideles	PP		20
			Maria Auxiliadora Da Silva	Nega	PDT		17
			Maria Socorro Freire Do Prado	Socorro Burema	PP		6
			Maria Vilani Jorge De Souza Santana	Vilani	PDT		5
			Francisco De Assis Vieira Da Costa	Assis Do Salitre	PP		3
			Maria De Fatima Lopes Duarte	Dona Fátima	PP		0
			Lucas Timbó Soares Mesquita	Lucas Timbó	PSDB	Não eleito(a)	365
			Maria Jaqueline Pereira Lopes	Jaqueline Pereira	PSDB		173
			Elizabete Claudino De Sousa	Bel Do Romão	PT		20
			Jose Erivando Vieira Domingos	Zé da Luiza do Dão	PT		20
			Maria Abreu De Mesquita	Mariinha Abreu	PT		1

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_sit_totalizacao=&session=217211808670514. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2020&uf=CE&municipio=catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[#] Coligação: Unidos por uma Catunda cada vez melhor (PC do B / PDT / MDB / PSDB / PL)

Quadro 17 – Resultado das eleições municipais em Catunda, 2024

(continua).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Prefeito(a)	2	0	Douglas Rodrigues Negreiros	Douglas Negreiros	PSB (C)	Eleito(a)	5.210
			Antonio Pereira Leitao	Tony Jorge	UNIÃO	Não eleito(a)	3.045
Vice-prefeito(a)	2	0	Rondinele Rodrigues de Oliveira	Professor Rondinele	PRD	Eleito(a)	Não se aplica
			Antônio Neto Farias Abreu	Neto do Posto	UNIÃO	Não eleito(a)	
Vereador(a)	30	10	Lindomaria Peres Muniz Gomes	Lindomaria	PSB	Eleita por QP	728
			Marcos de Oliveira da Costa	Marquinhos	PSB	Eleita por QP	673
			Francisco Fernando Farias Pereira	Fernando Do Bidico	PSB	Eleita por QP	668
			Mary Darlene Camelo de Lira	Darlene	PSB	Eleita por QP	515
			Lucas Timbó Soares Mesquita	Lucas Timbó	UNIÃO	Eleita por QP	513
			Anastácio Pereira de Andrade Filho	Júnior Andrade	UNIÃO	Eleita por QP	506
			Antonio Avelino Viana de Oliveira	Avelino Viana	PSB	Eleita por média	483
			Cleiton Mesquita de Sales	Cleiton do Bom Tempo	UNIÃO	Eleita por QP	399
			Elizomar Noé de Mesquita	Louro Noé	REP	Eleita por QP	322
			João Arrais de Oliveira Neto	João Neto	UNIÃO	Suplente	397
			Georges Henry dos Santos Alves	George Niso	UNIÃO		380
			Thiago de Souza Feitosa	Thiago Do Ivan	UNIÃO		341
			Gilvan Mesquita do Nascimento	Gilvan Do Paredão	PSB		311
			Antonia Ariana Rodrigues de Andrade	Ariana	REP		304
			Antonio da Silva Ferreira	Henrique Silva	REP		236
			José Barros Jorge	Zé Barros	PSB		323
			Rebeka Maria Farias Leitão	Rebeka Leitão	UNIÃO		200
			Evani Dias de Sousa	Evani Dias	UNIÃO		181
			Cicero Helio Viana Alves	Hélio Viana	PSB		149
			Aldecir Lourenço dos Santos	Neguinho	REP		114

Quadro 17 – Resultado das eleições municipais no município de Catunda, 2024

(conclusão).

Cargo	Cand.	Candidatas	Nome Completo	Nome Na Urna	Partido	Situação Eleitoral	Votos Válidos
Vereador(a)	30	10	José Jurandi Rocha Sousa	Zé Bujão	REP		109
			Mariana Pinho Borges	Mariana	PSB	Suplente	76
			Francisca Jaqueline Martins de Oliveira	Jaqueline Oliveira	REP		63
			Francisco Evernando Pinheiro de Sousa	Evernando	REP		60
			Luiz Rodrigues da Costa	Luiz Rodrigues	UNIÃO		50
			Joabson de Souza Rodrigues	Dodó Da Ligia	REP		46
			Maria Vilani Jorge de Souza	Vilani	REP		7
			Ana Rachel Magalhães Mesquita de Oliveira	Rachel Magalhães	UNIÃO	Não eleito(a)	19
			Maria de Fátima Sousa Medeiros	Fafá do Sindicato	PT	Renúncia	Não se aplica
			Carlos Eduardo de Sales Saraiva	Carlinhos do Sindicato	PT		

Fonte: Elaboração própria a partir do Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e619;uf=ce;mu=13447;ufbu=ce;mubu=15598;tipo=3/resultados. Acesso em: 23 de novembro de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em https://monitor.poder360.com.br/politicos-do-brasil?cargo=0&ano=2024&uf=CE&municipio=CATUNDA&partido=&nome=&status=&pg=1. Acesso em: 23 de novembro de 2024.

Notas:

#COLIGAÇÃO: JUNTOS, CONSTRUINDO UMA CATUNDA VEZ MELHOR! (REPMDB/PR/PSB/SOL/PCDOB/PT/PV)

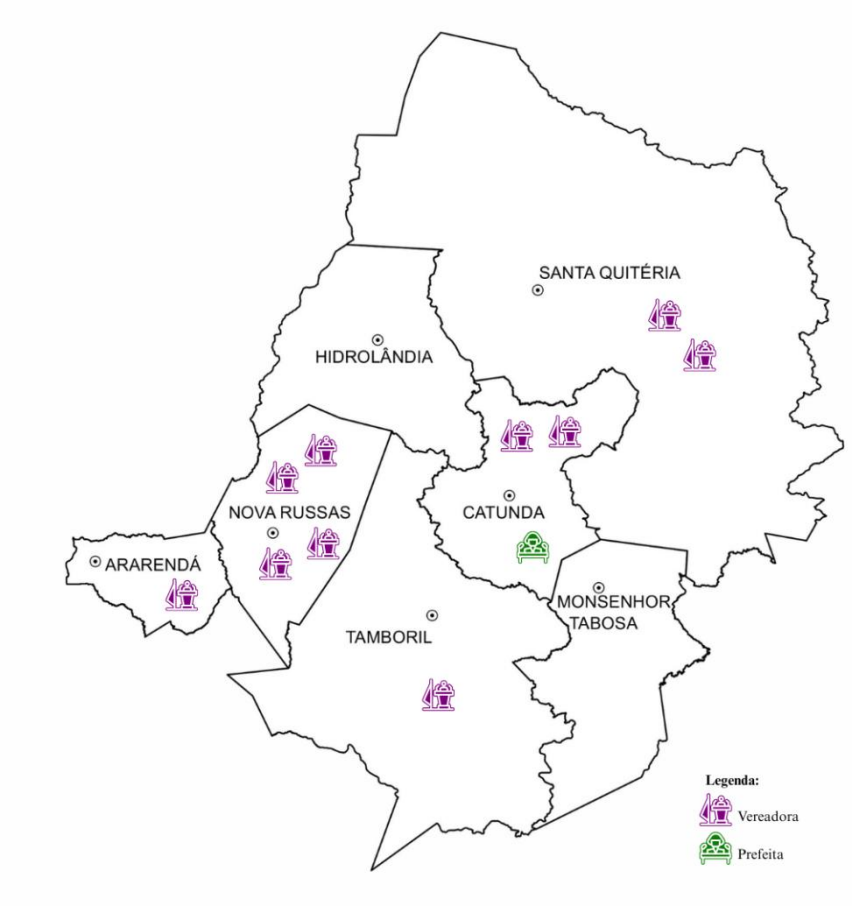
APÊNDICE I – REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS MULHERES ELEITAS NAS ZONAS ELEITORAIS 048, 054 E 061 DO TRIBUNAL REGIONAL EELEITORAL DO CEARÁ, ENTRE 1988 – 2024

Figura 12 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 1988.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 13 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 1992.



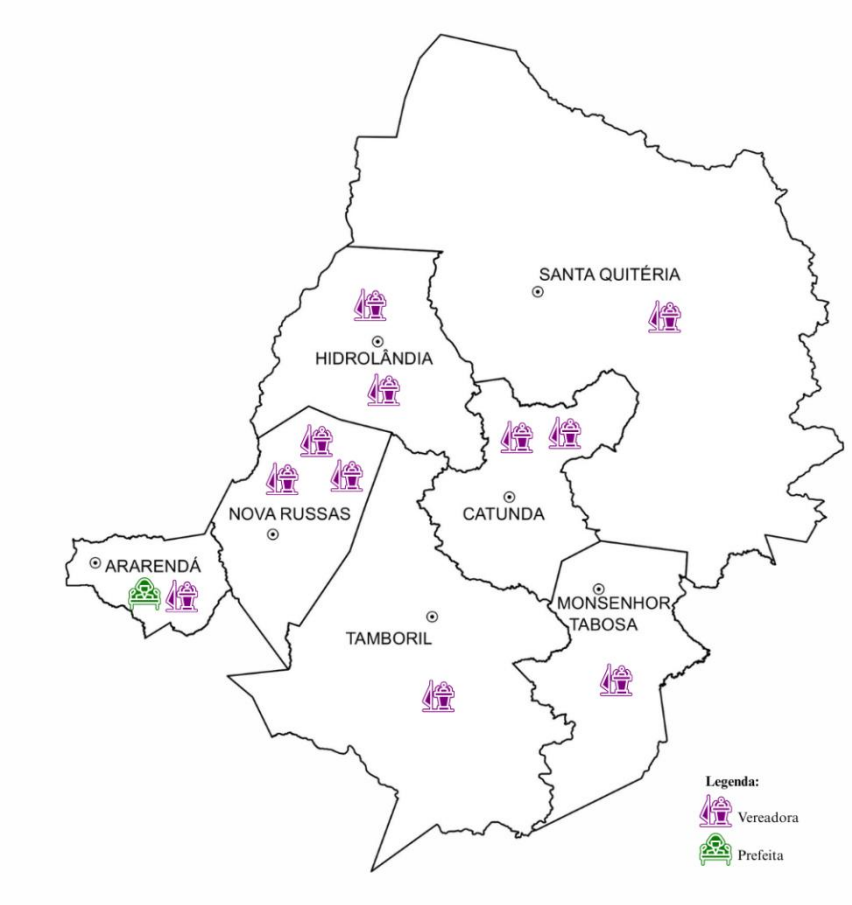
Fonte: Elaboração própria.

Figura 14 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 1996.



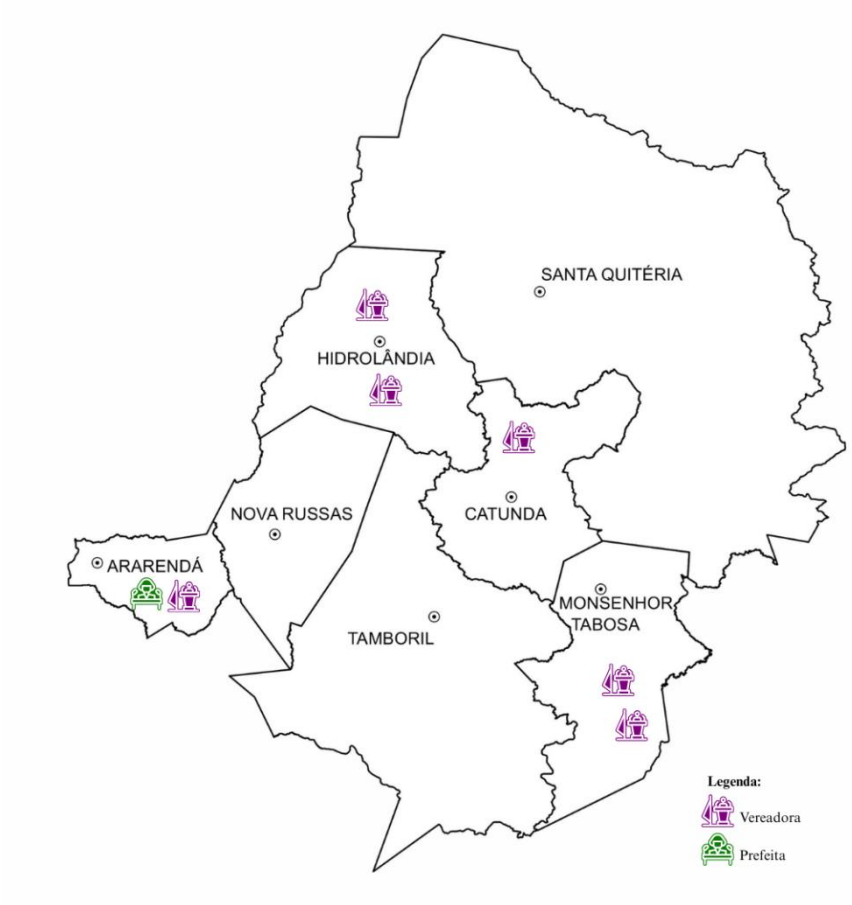
Fonte: Elaboração própria.

Figura 15 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2000.



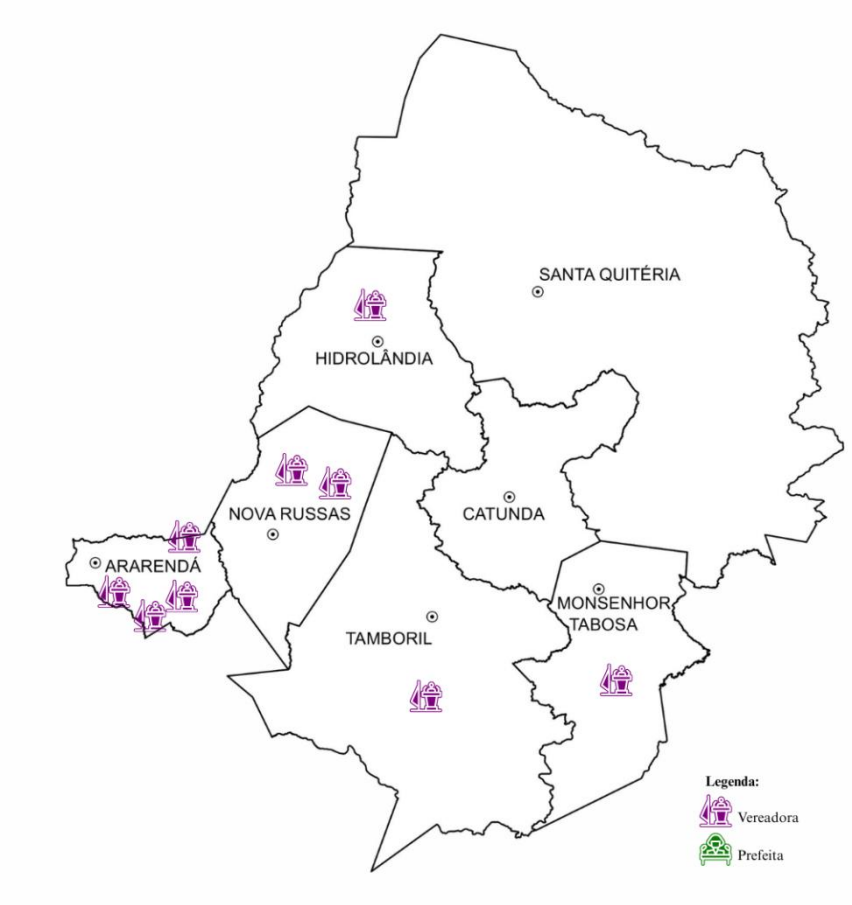
Fonte: Elaboração própria.

Figura 16 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2004.



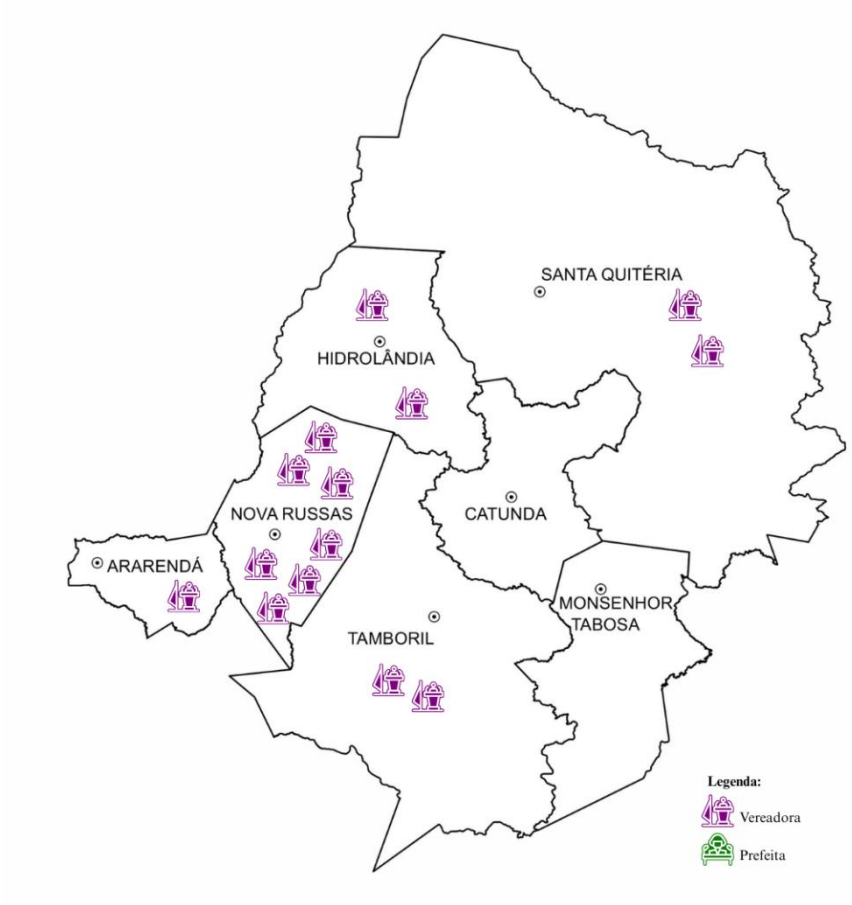
Fonte: Elaboração própria.

Figura 17 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2008.



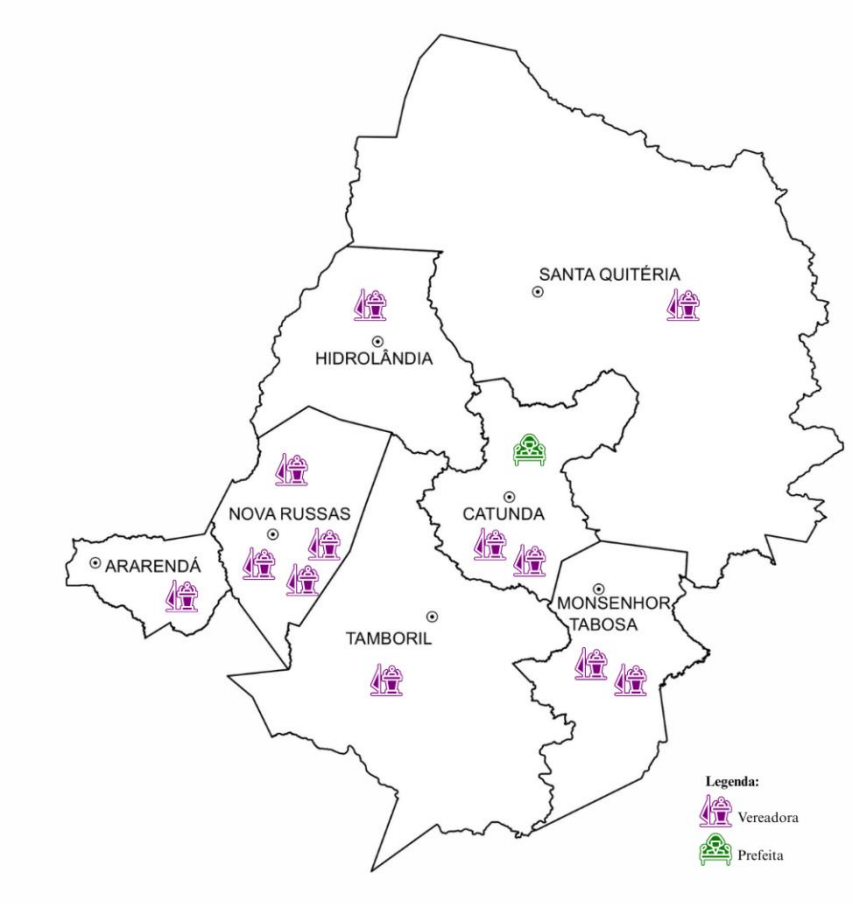
Fonte: Elaboração própria.

Figura 18 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2012.



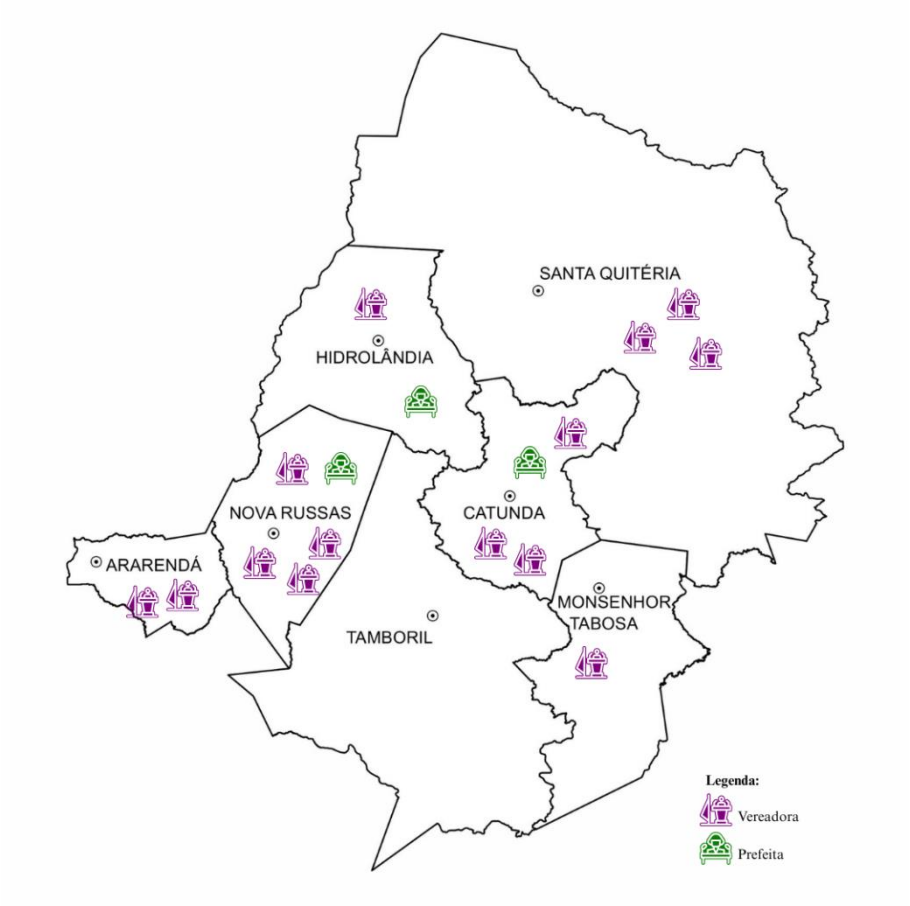
Fonte: Elaboração própria.

Figura 19 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2016.



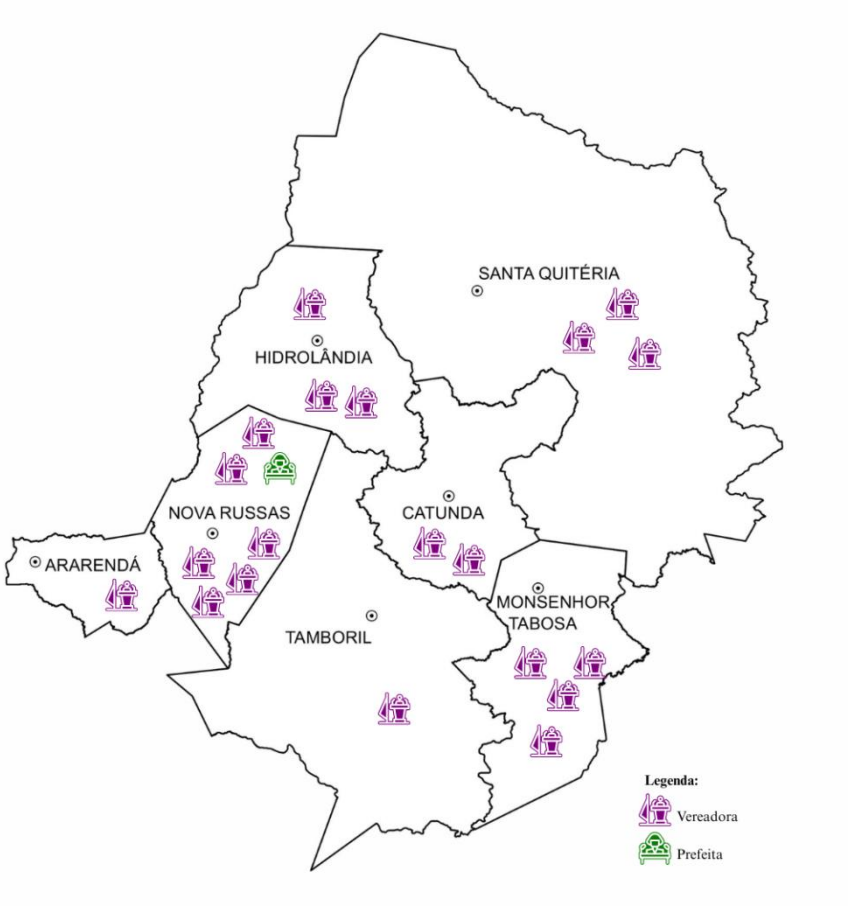
Fonte: Elaboração própria.

Figura 20 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2020.



Fonte: Elaboração própria

Figura 21 – Mapa mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 nas eleições de 2024.



Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE J – MULHERES ELEITAS NAS ZONAS ELEITORAIS 048, 054 E 061 DO TRE – CE, ENTRE 1988 – 2024

Quadro 18 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nas eleições de 1988[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
061	Monsenhor Tabosa	Maria das Graças Jorge Teixeira	PFL	Legislativo	218
048	Nova Russas[4]	Maria do Socorro Mourão Veras	PMDB	Legislativo	805
		Maria Sônia Frota Farias	PTB	Legislativo	375
054	Santa Quitéria[5][6]	Carolina Armênia Parente Chaves	PFL	Legislativo	934
		Regina Elena Magalhães	PMDB	Legislativo	532
		Cosma Peres Abreu	PDS	Legislativo	494
061	Tamboril	Maria das Graças Farias Medeiros	PFL	Legislativo	332
		Maria Graciete Mecedo Teixeira	PMDB	Legislativo	279

Fonte: Resultado das Eleições Oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Disponível em: https://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/tre-ce-resultados-eleicoes-1988.zip. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição a cidade de Hidrolândia, Zona Eleitoral 054, não elegeu nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não consta no quadro.

[2] ZE = Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

[4] O Município de Ararendá ainda não tinha sido criado a época, sendo somente um distrito da cidade de Nova Russas, Zona Eleitoral 048.

[5] O Município de Catunda ainda não tinha sido criado a época, sendo somente um distrito da cidade de Santa Quitéria, Zona Eleitoral 054.

[6] As informações é que duas das três eleitas nesse pleito pela referida cidade, são do distrito de Senador Catunda.

Quadro 19 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 1992[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Joana D'arc Farias Mourao	PDS	Legislativo	262
048	Nova Russas	Marcia do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	PDT	Legislativo	462
		Maria Sônia Frota Farias	PDT	Legislativo	554
		Mirian Ribeiro Alves de Aragão	PMDB	Legislativo	335
		Lucimar de Sousa Diogo	PMDB	Legislativo	224
054	Santa Quitéria	Francisca das Graças Tavares Andre	PFL	Legislativo	617
		Maria de Jesus Catunda Lopes	PDMB	Legislativo	522
054	Senador Catunda	Regina Elena Magalhães	PSDB	Executivo	2.252
		Antonia Goncalves Magalhães	PSDB	Legislativo	180
		Maria Valdeci dos Santos	PSDB	Legislativo	180
061	Tamboril	Maria Antonieta Pereira Camelo	PSDB	Legislativo	439

Fonte: Resultado das Eleições Oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Disponível em: https://apps.tre-ce.jus.br/tre/eleicoes/resultados/tre-ce-resultados-eleicoes-1992.zip.Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição as cidades de Hidrolândia e Monsenhor Tabosa, respectivamente Zona Eleitoral 054 e 061, não elegeram nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não constam no quadro.

[2] ZE = Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 20 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 1996[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Margarida Maria De Sousa Paixao	PDT (isolado)	Legislativo	425
054	Hidrolândia	Francisca Sena de Araújo	PFL (PL/PFL/PSD)	Legislativo	439
048	Nova Russas	Maria Iranede Veras Rosa	PSDB (PDT/PFL/PSDB)	Executivo	7.535
		Marcia do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	PDT (PDT/PFL/PSDB)	Legislativo	547
		Maria Sônia Frota Farias	PSDB (PDT/PFL/PSDB)	Legislativo	713
		Antonia Alba Madureira Rosa	PSDB (PDT/PFL/PSDB)	Legislativo	500
		Lucimar de Sousa Diogo	PMDB (PPB/PT/PMDB/PC DO B)	Legislativo	389
		Teresinha Lima Chagas Ribeiro	PT (PPB/PT/PMDB/PC DO B)	Legislativo	284
054	Santa Quitéria	Quitéria Mororó Sales	PSDB (PL/PFL/PSD/PSDB)	Legislativo	645
		Maria de Jesus Catunda Lopes	PSD (PL/PFL/PSD/PSDB)	Legislativo	465
054	Senador Catunda	Maria Marina Melo Abreu,	PFL (PDT/PFL/PSD)	Legislativo	345
		Maria Valdeci dos Santos	PSDB (PSB/PSDB)	Legislativo	247
061	Tamboril	Maria de Fátima Farias de Medeiros Jorge	PSDB (PT/PMDB/PSDB)	Legislativo	415

Fonte: Resultado das Eleições Oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Disponível em: https://apps.tre-ce.jus.br/tre/download/Eleicoes%201996.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição a cidade de Monsenhor Tabosa, Zona Eleitoral 061, não elegeu nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não consta no quadro.

[2] Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 21 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2000

ZE[1]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Tania Paiva Nibon Mourao	PMDB (PMDB / PT)	Executivo	2.800
		Margarida Maria De Sousa Paixão	PSD (PFL / PSD)	Legislativo	296
054	Hidrolândia	Isabel Cristina Parente Dias	PSD (isolado)	Legislativo	669
		Francisca Sena de Araújo	PFL (isolado)	Legislativo	819
061	Monsenhor Tabosa	Cléa Teixeira Rodrigues	PSDB (isolado)	Legislativo	656
048	Nova Russas	Maria Do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	PDT (PDT / PSC)	Legislativo	447
		Antonia Mariné Veras De Oliveira	PSDB (PT / PSDB)	Legislativo	418
		Maria Das Graças Alves Castro Martins	PPB (PPB / PMDB / PPS / PFL / PC DO B)	Legislativo	330
054	Santa Quitéria	Quitéria Mororó Sales	PTB (PMDB / PTB / PL)	Legislativo	858
054	Senador Catunda	Maria Marina Melo Abreu	PFL (PFL / PSD)	Legislativo	330
		Maria Valdeci dos Santos	PSDB (PSDB / PPS)	Legislativo	335
061	Tamboril	Maria de Fátima Farias de Medeiros Jorge	PSDB (PSDB / PSD / PT)	Legislativo	436

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_municipio=&p0_uf=CE&session=301389961915877. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=13&ano=2000&uf=CE&municipio=&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Zona Eleitoral.

[2] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 22 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2004[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Tania Paiva Nibon Mourao	PMDB (PT / PMDB / PRP)	Executivo	3.736
		Francisca Das Chagas Domingos Da Hora	PMDB (PT / PMDB)	Legislativo	427
054	Senador Catunda[4]	Maria Marina Melo Abreu	PFL (PMDB / PFL)	Legislativo	346
054	Hidrolândia	Isabel Cristina Parente Dias	PRP (PTB / PRP / PSDB)	Legislativo	525
		Francisca Sena de Araújo	PHS (PP / PMDB / PL / PHS)	Legislativo	439
061	Monsenhor Tabosa	Luciana De Queiroz Ximenes	PSDB (isolado)	Legislativo	828
		Maria Eridan Magalhães Martins	PSDB (isolado)	Legislativo	754

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_sit_totalizacao=&session=317333636161473. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2004&uf=CE&municipio=Senador+Catunda&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição as cidades de Santa Quitéria e Tamboril, respectivamente Zona Eleitoral 054 e 061, não elegeuram nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não constam no quadro.

[2] Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

[4] Até as eleições de 2004 o município era registrado no TRE CE como Senador Catunda.

Quadro 23 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2008[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Francisca Das Chagas Domingos Da Hora	PMDB (PMDB / PSB)	Legislativo	471
		Francisca Djanaine Rodrigues Lopes	PSB (PMDB / PSB)	Legislativo	386
		Fábia Aparecida Marques De Souza	PMDB (PMDB / PSB)	Legislativo	386
		Francisca Pereira De Sena	PRP (PT / PSDB / PRP)	Legislativo	334
054	Hidrolândia	Isabel Cristina Parente Dias	PSDB (PSDB / PRP)	Legislativo	638
061	Monsenhor Tabosa	Maria Eridan Magalhães Martins	PSDB (PR / PSDB)	Legislativo	493
048	Nova Russas	Maria Do Socorro Jorge De Oliveira Café Gomes	PSB (PRB / PSB / PP)	Legislativo	852
		Karla Ladyanae Loiola Ferreira	PCdoB (PSL / PV / PMN / PT / DEM / PC do B)	Legislativo	803
061	Tamboril	Rozeangela Mesquita Martins	PSB (PT / PSB)	Legislativo	863

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_municipio=&p0_uf=CE&session=317333636161473. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2008&uf=CE&municipio=&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição as cidades de Catunda e Santa Quitéria, Zona Eleitoral 054, não elegeram nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não constam no quadro.

[2] Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 24 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2012[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Rachel Silva Bernardino Eduardo	PT (PT / PSDB)	Legislativo	430
054	Hidrolândia	Maria de Fátima Gomes Mourão	PSD (PDT / PT / PTB / PMDB / PSL / PR / PPS / DEM / PRTB / PSDB / PSD / PC do B)	Executivo	6.559
		Isabelle Dias Varela	PSB (PP / PSC / PSDC / PHS / PMN / PSB / PV / PPL)	Legislativo	553
048	Nova Russas	Maria do Socorro Jorge de Oliveira Café Gomes	PSD (PSL / PR / PSD)	Legislativo	520
		Karla Ladyanae Loiola Ferreira	PCdoB (PSC / PRTB / PC do B / PT do B)	Legislativo	506
		Heloisa Rejane Veras De Sousa	PSB (PRB / PP / PSB)	Legislativo	824
		Emilia Mendes Guedes Diogo	PMDB (PT / PMDB / PPS / PTC)	Legislativo	788
		Antonia Freitas de Carvalho	PTC (PT / PMDB / PPS / PTC)	Legislativo	545
		Maria do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	PDT (PDT / PTB / PTN / DEM / PV / PSDB)	Legislativo	702
		Kátia Maria dos Santos Soares	PSL (PSL / PR / PSD)	Legislativo	490
054	Santa Quitéria	Joana Carolina Saraiva de Paula Pessoa	PSDB (PTN / PR / PSDB)	Legislativo	1.191
		Sonia Maria Paiva Ferreira	PSDB (PTN / PR / PSDB)	Legislativo	605
061	Tamboril	Rozeangela Mesquita Martins	PSB (PT / PSL / PSB / PSD)	Legislativo	830
		Maria Leda de Mesquita Silva	PSDB (PDT / PMDB / DEM / PSDB)	Legislativo	624

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_sit_totalizacao=&session=102513767291984. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2012&uf=CE&municipio=&partido=&nome=.Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição as cidades de Catunda e Monsenhor Tabosa, respectivamente Zona Eleitoral 054 e 061, não elegeram nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não constam no quadro.

[2] Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 25 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2016

ZE[1]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Rachel Silva Bernardino Eduardo	PT (PT / PR)	Legislativo	622
054	Catunda	Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima	PDT (PDT / PMDB / PTN / PR / DEM / PSDB / PC do B / PROS)	Executivo	3.612
		Lindomaria Peres Muniz	PMDB (PDT / PMDB / PTN / PR / DEM / PSDB / PC do B / PROS)	Legislativo	511
		Joana Darc De Sousa Ferreira	PTdoB (PP / PT / PSC / PRB / PSD / PT do B / PHS / PTB)	Legislativo	382
054	Hidrolândia	Ires Moura Oliveira	PDT (PDT / PT / PR / PSB / PEN / PC do B / PROS)	Executivo	7.001
061	Monsenhor Tabosa	Francisca Solange Rodrigues Baltazar	PDT (PDT / PSL / PHS / PROS / PC do B)	Legislativo	695
		Antonia Claudino Silva Gomes	PSDB (PTB / PMDB / PSDB / PT)	Legislativo	639
048	Nova Russas	Izabel Moura de Carvalho	PTN (PTB / PRTB / PTN / PT do B)	Legislativo	668
		Heloisa Rejane Veras De Sousa	SD (PMDB / PT / DEM / SD / PP / PROS / PRB)	Legislativo	594
		Maria do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	PMN (PMN / PSC / PC do B / PSDB / PSDC / PSB)	Legislativo	403
		Antonia Freitas De Carvalho	PMDB (PMDB / PT / DEM / SD / PP / PROS / PRB)	Legislativo	463
054	Santa Quitéria	Sonia Maria Paiva Ferreira	PSDB (PMDB / PTN / PR / PRP / SD / PSDB / REDE)	Legislativo	1.908
061	Tamboril	Jardelina Castro Torres	PDT (PDT / PROS / PTC / PSDB / PSD / PMB)	Legislativo	744

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_sit_totalizacao=&session=102513767291984. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2016&uf=CE&municipio=&partido=&nome=.Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Zona Eleitoral.

[2] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 26 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2020[1]

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Rachel Silva Bernardino Eduardo	PT (isolado)	Legislativo	1.480
		Luzerlani Rodrigues De Sousa	PT (isolado)	Legislativo	338
054	Catunda	Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima	PDT (PC do B / PDT / MDB / PSDB / PL)	Executivo	3.844
		Lindomaria Peres Muniz	PDT (isolado)	Legislativo	600
		Mary Darlene Camelo De Lira,	PP (isolado)	Legislativo	507
		Raimunda Letice Rodrigues Dos Santos	PP (isolado)	Legislativo	386
054	Hidrolândia	Ires Moura Oliveira	PDT (PT / PDT / SOLIDARIEDADE / MDB)	Executivo	7.259
		Antonia Janne Magalhães	PDT (isolado)	Legislativo	794
061	Monsenhor Tabosa	Francisca Rosimary De Farias Ximenes	PDT (isolado)	Legislativo	697
048	Nova Russas	Giordanna Silva Braga Mano	PL (PL / PMN / PMB / PP / PDT / PATRIOTA / PSDB / DEM / REPUBLICANOS / SOLIDARIEDADE)	Executivo	9.929
		Keyla Maria Guerreiro De Sena	PP (isolado)	Legislativo	580
		Maria do Socorro Veras de Sousa Magalhães	PL (isolado)	Legislativo	687
		Maria do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	PMB (isolado)	Legislativo	870
		Vanda Calaça Monteiro Da Silva	PMN (isolado)	Legislativo	459
054	Santa Quitéria	Quiteria Gessiane Pinto Cordeiro	MDB (isolado)	Legislativo	780
		Maria Aurismenia Chaves Farias Paiva	MDB (isolado)	Legislativo	693
		Jarina Raimunda Magalhães Cavalcante	SOLIDARIEDADE (isolado)	Legislativo	661

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?p0_ano=2020&session=102513767291984. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=2020&uf=CE&municipio=&partido=&nome=. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Notas:

[1] Nessa eleição a cidade de Tamboril, Zona Eleitoral 061, não elegeu nenhuma mulher para o executivo ou legislativo municipal, por isso não consta no quadro.

[2] Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

Quadro 27 – Mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nas eleições de 2024

ZE[2]	Município	Nome	Partido	Função[3]	Votos válidos
048	Ararendá	Rachel Silva Bernardino Eduardo	PT (PCdoB / PT / PV)	Legislativo	1.595
054	Catunda	Lindomaria Peres Muniz Gomes	PSB	Legislativo	728
		Mary Darlene Camelo de Lira	PSB	Legislativo	515
054	Hidrolândia	Antonia Janne Magalhaes	PSB	Legislativo	1.010
		Gesla da Silva Sousa	PSB	Legislativo	695
		Antonia Joélia de Sousa Martins	PSB	Legislativo	681
061	Monsenhor Tabosa	Raquel de Queiroz Porfírio	PSB	Legislativo	826
		Joyce Vasconcelos de Sousa	REP	Legislativo	768
		Antônia Ferreira Fernandes	PT (PCdoB / PT / PV)	Legislativo	676
		Antônia Marsilvia Almeida dos Santos	PT (PCdoB / PT / PV)	Legislativo	643
048	Nova Russas	Giordanna Silva Braga Mano	PRD (PRD / PL / MDB / PP / PSB / MOBILIZA / CIDADANIA / PSDB / AVANTE)	Executivo	16.736
		Maria do Socorro Veras de Sousa Magalhaes	PRD	Legislativo	1.332
		Maria Dalva de Abreu Farias	PRD	Legislativo	961
		Antonia Freitas de Carvalho	PRD	Legislativo	909
		Camilly Alves de Lima	PT (PCdoB / PT / PV)	Legislativo	695
		Maria do Socorro Holanda Rosa Pedrosa	MOBILIZA	Legislativo	614
		Francislane Ribeiro de Carvalho da Silva	PL	Legislativo	413
054	Santa Quitéria	Jarina Raimunda Magalhaes Cavalcante	PSB	Legislativo	1.177
		Arlene Emanuela Martins Barbosa	REP	Legislativo	666
		Maria Aurismenia Chaves Farias Paiva	MDB	Legislativo	635
061	Tamboril	Paloma Timbó Araujo	PSB	Legislativo	811

Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e619;uf=br;tipo=3/resultados. Acesso em: 21 de novembro de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://monitor.poder360.com.br/politicos-do-brasil?cargo=0&ano=2024&uf=CE&municipio=&partido=&nome=&status=&pg=1. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

Notas:

[2] Zona Eleitoral.

[3] Executivo: prefeita. Legislativo: vereadora. Para essa análise, as vice-prefeitas não foram consideradas.

APÊNDICE K – PARTIDOS DAS ELEITAS NAS ZONAS ELEITORAIS 048, 054 E 061 (1998 – 2024)

Tabela 4 – Partidos das mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará entre 1998 e 2024

(continua)

Partido	Sigla	Número de eleitas por eleições										Total
		1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024	
Mobilização Nacional[C-D] Partido da Mobilização Nacional	MOBILIZA	--	--	--	--	--	--	--	1	1	1	3
Movimento Democrático Brasileiro[C] Partido do Movimento Democrático Brasileiro	MDB	3	3	1	1	2	2	1	2*	2	1	18
Partido Comunista do Brasil[E]	PCdoB	--	--	--	--	--	1	1	--	--	--	2
Partido da Frente Liberal[D]	PFL	3	1	2*	2*	1*	--	--	--	--	--	9
Partido da Mulher Brasileira[C-D]	PMB	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	1
Partido da Social Democracia Brasileira[C]	PSDB	--	4***	6*	4*	2	2	3	2	--	--	23
Partido Democrático Social[D]	PDS	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	2
Partido Democrático Trabalhista[C-E]	PDT	--	2	2	1	--	--	1	4*	5**	--	15
Partido dos Trabalhadores[E]	PT	--	--	1	--	--	--	1	1	2	4	9
Partido Humanista da Solidariedade[C-D]	PHS	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	1
Partido Liberal[C-D]	PL	--	--	--	--	--	--	--	--	2	1	3
Partido Progressista Brasileiro[D]	PPB	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	1
Partido Renovação Democrática[D]	PRD	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4
Partido Republicano Progressista[C-D]	PRP	--	--	--	--	1	1	--	--	--	--	2
Partido Social Democrático[C]	PSD	--	--	1	2	--	--	2	--	--	--	5
Partido Social Liberal[D]	PSL	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	1
Partido Socialista Brasileiro[C-E]	PSB	--	--	--	--	--	3	3	--	--	8**	14

Tabela 4 – Partidos das mulheres eleitas nas Zonas Eleitorais 048, 054 e 061 do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará entre 1998 e 2024

(conclusão)

Partido	Sigla	Número de eleitas por eleições										Total
		1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024	
Partido Trabalhista Brasileiro[C-D]	PTB	1	--	--	1	--	--	--	--	--	--	2
Partido Trabalhista Cristão[C]	PTC	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	1
Partido Trabalhista do Brasil[C-E]	PTdoB	--	--	--	--	--	--	--	1*	--	--	1
Partido Trabalhista Nacional[C-D]	PTN	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	1
Progressistas[C-D]	PP	--	--	--	--	--	--	--	--	3**	--	3
Republicanos[D]	REP[1]	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	2
Solidariedade[C-E]	SD[1]	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--	2
Total de eleitas		8	11	13	12	7	9	14	13	17	21	125

Fonte: Elaboração própria feita com base nos dados do site do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Notas:

C-D = Centro-direita

C = Centro

C-E = Centro-esquerda

D = Direita

E = Esquerda

1: a sigla partidária é o nome do partido. Para fins de abreviação estou usando REP e SD.

Cada * indica uma mulher eleita por aquele partido naquele ano na cidade de Catunda.

APÊNDICE L – ELEITOS E ELEITAS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CATUNDA (2000 – 2024)

Quadro 28 – Pequeno perfil das eleitas e eleitos nas eleições municipais de Catunda, 2000 – 2024

(continua).

Nome completo	D. N.	Gênero	Raça	Estado civil	Grau de instrução	Ocupação principal
Anastácio Pereira De Andrade Filho	10/10/1983	Masculino	Parda	Casado	E.M. incompleto	Vereador
Antonio Avelino Viana De Oliveira	13/03/1994	Masculino	Branca/Parda	Casado	E.S. completo	Técnico em Agronomia e Agrimensura
Antonio Evandro Farias Negreiros	05/04/1969	Masculino	Parda	Solteiro	E.M. completo	Comerciante
Antonio João De Oliveira	16/03/1947	Masculino	#NE	Casado	Lê e escreve	Outros
Antonio Misterdan Lourenço Dos Santos	06/02/1970	Masculino	Branca	Solteiro	E.S. completo	Professor de Ens. Médio
Antonio Odacir Rodrigues De Oliveira	16/05/1978	Masculino	Branca	Casado	E.M. completo	Técnico em Informática
Antonio Pereira Leitão	16/05/1951	Masculino	Parda	Divorciado	E.M. completo	Empresário
Cleiton Mesquita De Sales	12/01/1983	Masculino	Parda	Casado	E.M. completo	Vereador
Douglas Rodrigues Negreiros	15/05/1985	Masculino	Parda	Casado	E.S. Completo	Contador
Elizomar Noé de Mesquita	22/08/1977	Masculino	Branca	Casado	E.M. incompleto	Servidor Público Municipal
Francisco Antonio Lima	05/04/1936	Masculino	#NE	Casado	Lê e escreve	Outros
Francisco Ernane Peres Lima	29/11/1970	Masculino	#NE	Casado	E.S. completo	Prefeito
Francisco Fernando Farias Pereira	25/04/1985	Masculino	Parda	Casado	E.S. completo	Vereador
Francisco Flavio De Cena Elmiro	26/03/1973	Masculino	#NE	Casado	E.M. incompleto	Comerciante
Francisco Freire Camelo	23/03/1960	Masculino	#NE	Solteiro	E.F. completo	Agricultor
Francisco Odali Pereira Claudino	15/03/1953	Masculino	#NE	Casado	E.F. completo	Vereador
Francisco Paiva Feitosa	02/04/1953	Masculino	#NE	Casado	E.F. incompleto	Vereador
Francisco Wagner Noé De Mesquita	12/03/1979	Masculino	Branca	Solteiro	E.M. completo	Comerciante
Genivaldo Gonçalves Camelo	20/12/1970	Masculino	#NE	Casado	E.M. completo	Agricultor
Henrique Alves De Oliveira	15/03/1970	Masculino	Branca	Casado	E.F. incompleto	Vereador
Joana Darc De Sousa Ferreira	05/06/1979	Feminino	Branca/Parda	Solteira	E.M. completo	Agricultora

Quadro 28 – Pequeno perfil das eleitas e eleitos nas eleições municipais de Catunda, 2000 – 2024

(conclusão).

Nome completo	D. N.	Gênero	Raça	Estado civil	Grau de instrução	Ocupação principal
Joao Arrais De Oliveira Neto	11/05/1989	Masculino	Parda/Branca	Casado	E.S. completo	Farmacêutico
José Barros Jorge	03/12/1962	Masculino	Branca	Casado	E.M. completo	Outros
José Didi Vasconcelos	30/04/1936	Masculino	#NE	Solteiro	E.F. completo	Vereador
José Magalhães Rosa	20/03/1953	Masculino	Parda	Casado	E.F. incompleto	Vereador
José Vanderlei Mesquita De Farias	20/06/1967	Masculino	#NE	Solteiro	E.M. completo	Vereador
Lindomaria Peres Muniz	03/04/1973	Feminino	Branca/Parda	Casada	E.S. completo	Vereadora
Lucas Timbó Soares Mesquita	13/05/1993	Masculino	Parda	Solteiro	E.S. completo	Advogado
Luciano Brito Claudino	09/05/1979	Masculino	Branca	Solteiro	E.M. completo	Motorista de veículos de transporte coletivo
Manoel Noé Filho	29/07/1947	Masculino	#NE	Casado	E.F. incompleto	Outros
Marcos De Oliveira Da Costa	01/11/1977	Masculino	Branca/Parda	Casado	E.M. completo	Comerciante
Maria Marina Melo Abreu	09/02/1948	Feminino	#NE	Viúva	E.F. completo	Vereadora
Maria Valdeci Dos Santos	23/10/1950	Feminino	Parda	Casada	E.S. completo	Aposentada
Mary Darlene Camelo De Lira	28/04/1986	Feminino	Parda	Viúva	E.M. completo	Vereadora
Ocean Vasconcelos Gomes	25/11/1972	Masculino	#NE	Casado	E.F. incompleto	Vereador
Osni Rodrigues Ferreira	08/07/1968	Masculino	Parda	Solteiro	E.M. completo	Agricultor
Raimunda Letice Rodrigues Dos Santos	27/06/1968	Feminino	Branca/Parda	Casada	E.S. completo	Aposentada
Raimundo Paiva Vieira	05/02/1959	Masculino	Parda	Casado	E.M. incompleto	Motorista de veículos de transporte coletivo
Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima	18/01/1977	Feminino	Branca	Casada	E.S. completo	Advogada
Regina Elena Magalhaes	14/11/1960	Feminino	#NE	Solteira	E.S. completo	Pedagoga
Rondinele Rodrigues De Oliveira	23/01/1980	Masculino	Parda	Solteiro	E.S. completo	Advogado
Thiago De Souza Feitosa	20/11/1985	Masculino	Parda	Casado	E.S. completo	Vereador

Fonte: Portal de Divulgação de candidaturas e contas eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao. Acesso em: 15 de julho de 2024. Site Eleições Monitor do Poder360. Disponível em: https://eleicoes-

monitor.poder360.com.br/?cargo=&ano=&uf=CE&municipio=&partido=&nome=. Acesso em: 21 de dezembro de 2024. Histórico das Eleições do Portal Diário Cidade. Disponível em: https://www.diariocidade.com/eleicoes/. Acesso em: 01 de nov. de 2024.

#NE = Não encontrado e/ou informado.

E. F. = Ensino Fundamental.

E. M. = Ensino Médio.

E. S. = Ensino Superior.

APÊNDICE M – POPULAÇÃO RECENSEADA 2010 E 2022 CONSIDERANDO COR OU RAÇA

Tabela 5 – População recenseada em quatro níveis de abrangência (2010 – 2022) considerando cor ou raça

Ano	Abrangência	Branca em nº	Preta em nº	Parda em nº	Amarela em nº	Indígena em nº	Total em nº
2010	Brasil	91.051.646 (47,7%)	14.517.961 (7,6%)	82.277.333 (43,2%)	2.084.288 (1,1%)	817.963 (0,4%)	190.749.191
	Nordeste	15.627.710 (29,4%)	5.058.802 (9,5%)	31.554.445 (59,5%)	631.009 (1,2%)	208.691 (0,4%)	53.080.657
	Ceará	2.704.732 (32,0%)	392.733 (4,7%)	5.230.214 (61,9%)	105.307 (1,2%)	19.336 (0,2%)	8.452.322
	Catunda	2.554 (25,6%)	225 (2,2%)	7.115 (71,5%)	57 (0,6%)	1 (0,1%)	9.952
2022	Brasil	88.252.121 (43,4%)	20.656.458 (10,2%)	92.083.286 (45,4%)	850.130 (0,4%)	1.227.642 (0,6%)	203.069.637
	Nordeste	14.571.557 (26,7%)	7.127.018 (13,0%)	32.559.846 (59,6%)	68.749 (0,1%)	327.725 (0,6%)	54.654.895
	Ceará	2.456.214 (27,9%)	595.694 (6,8%)	5.690.973 (64,7%)	11.256 (0,1%)	39.982 (0,5%)	8.794.119
	Catunda	2.239 (21,5%)	387 (3,7%)	7.729 (74,0%)	21 (0,2%)	67 (0,6%)	10.443

Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do IBGE.

Notas:

Nº = número absoluto

% = porcentagem. Valor aproximado.

APÊNDICE N – CRUZAMENTO DE COR/RAÇA E GÊNERO NO PERFIL DE CANDIDATURAS ENTRE 2016 – 2024

Quadro 29 – Perfil de candidaturas 2024, em diferentes níveis de abrangência, considerando cor/raça e gênero

Abrangência	Gênero	Amarela	Branca	Indígena	N.I.	N.D.	Parda	Preta	Total em nº
Brasil	Feminino	666	74.570	961	940	46	62.481	19.387	159.003
	Masculino	1.125	142.446	1.617	1.823		124.268	33.064	304.343
	Total em nº	1.791	217.016	2.578	2.763		186.749	52.451	463.394
Nordeste	Feminino	202	11.425	235	270	1	23.142	5.920	41.194
	Masculino	275	20.825	369	492		45.832	10.636	78.429
	Total em nº	477	32.250	604	762		68.974	16.556	119.624
Ceará	Feminino	29	1.589	21	17	---	2.690	331	4.677
	Masculino	31	2.641	16	31		5.219	598	8.536
	Total em nº	60	4.230	37	48		7.909	929	13.213
Catunda	Feminino	---	---	---	---	---	10	---	10
	Masculino	---	3	---	---		19	2	24
	Total em nº	---	3	---	---		29	2	34

Fonte: Elaboração própria feita com dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral.

Notas:

N.I. = Não informado

N.D. = Não divulgável

Quadro 30 – Perfil de candidaturas 2020, em diferentes níveis de abrangência, considerando cor/raça e gênero

Abrangência	Gênero	Amarela	Branca	Indígena	N.I.	N.D.	Parda	Preta	Total em nº
Brasil	Feminino	697	92.600	733	2.148	280	70.719	20.124	187.021
	Masculino	1.262	175.310	1.483	4.217		149.542	38.563	370.377
	Total em nº	1.959	267.910	2.216	6.365		220.261	58.687	557.678
Nordeste	Feminino	215	14.448	171	700	25	27.485	6.064	49.083
	Masculino	366	25.619	341	1.423		58.377	12.779	98.905
	Total em nº	581	40.067	512	2.123		85.862	18.843	148.013
Ceará	Feminino	29	1.853	19	50	12	3.063	378	5.392
	Masculino	50	3.161	26	111		6.688	765	10.801
	Total em nº	79	5.014	45	161		9.751	1.143	16.205
Catunda	Feminino	---	7	---	---	---	6	1	14
	Masculino	---	5	---	---		15	2	22
	Total em nº	---	12	---	---		21	3	36

Fonte: Elaboração própria feita com dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral.

Notas:

N.I. = Não informado

N.D. = Não divulgável

Quadro 31 – Perfil de candidaturas 2016, em diferentes níveis de abrangência, considerando cor/raça e gênero

Abrangência	Gênero	Amarela	Branca	Indígena	N.I.	N.D.	Parda	Preta	Total em nº
Brasil	Feminino	691	84.317	473	---	92	59.586	13.382	158.449
	Masculino	1.474	171.371	1.242	---		134.815	29.534	338.436
	Total em nº	2.165	255.688	1.715	---		194.401	42.916	496.977
Nordeste	Feminino	233	13.938	112	---	46	24.390	3.963	42.636
	Masculino	424	25.647	299	---		55.241	9.573	91.184
	Total em nº	657	39.585	411	---		79.631	13.536	133.866
Ceará	Feminino	26	1.697	15	---	7	2.772	206	4.716
	Masculino	54	3.042	27	---		6.549	521	10.193
	Total em nº	80	4.739	42	---		9.321	727	14.916
Catunda	Feminino	---	8	---	---	---	7	---	15
	Masculino	---	13	---	---		13	---	26
	Total em nº	---	21	---	---		20	---	41

Fonte: Elaboração própria feita com dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral.

Notas:

N.I. = Não informado

N.D. = Não divulgável

APÊNDICE O – DOCUMENTOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL NAS ÚLTIMAS SETE DÉCADAS QUE BUSCAM IGUALDADE DE GÊNERO

Quadro 32 – Plataformas legais que propõem dirimir as assimetrias de gênero e combater a dominação masculina e a consequente opressão das mulheres

(continua)

Documento	Ano de publicação	Ano em que o Brasil assinou o documento	Breve descrição
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	1948	Prevê tratamento igual e universal a todas as pessoas, independentemente de gênero, raça, classe, crença ou posição política.
Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher	1953	1963	Busca assegurar a igualdade de direitos, especialmente políticos, entre homens e mulheres, conforme os princípios da Carta Magna das Nações Unidas.
Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher	1979	1984 / 2002[1]	Referência para alcançar a equidade de gênero e eliminar a discriminação contra as mulheres.
Declaração e Programa de Ação de Viena	1993	1993	Reforçou diversos acordos internacionais que promovem a igualdade entre homens e mulheres e visam eliminar a discriminação de gênero, raça/etnia e classe.
Relatório da Conferência Internacional sobre a população e Desenvolvimento — Plataforma do Cairo	1994	1994	Defende o desenvolvimento sustentável da população mundial e o crescimento socioeconômico dos países, promovendo a erradicação da pobreza, a eliminação da violência contra as mulheres e a consequente igualdade e equidade entre os gêneros.
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher – Convenção do Belém do Pará	1994	1996	Promove o direito das mulheres a uma vida livre de violência e estabelece mecanismos de proteção a esses direitos nos países das Américas.
Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher	1995	1995	Reforçou os compromissos internacionais para eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e colaborou na criação de legislações nacionais e políticas públicas.

Quadro 32 – Plataformas legais que propõem dirimir as assimetrias de gênero e combater a dominação masculina e a consequente opressão das mulheres

(conclusão)

Documento	Ano de publicação	Ano em que o Brasil assinou o documento	Breve descrição
Consenso de Quito	2007	2007	Propõe a paridade de gênero como principio basilar para a efetiva democracia, através das políticas eleitorais para acesso das mulheres aos espaços de poder e a plena cidadania feminina.
Agenda 2030	2015	2015	“Plano de ação” com objetivos de desenvolvimento sustentável que busca estimular práticas que para a reestruturação social.

Fonte: Próprio autor a partir de: FARIAS, Wagner Cavalcante. *Do conhecido fio aos inexplorados rastros*: história e memória das mulheres na política de Catunda - Ceará (1992 - 2021). Monografia (Licenciatura em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2021; FARIAS, Wagner Cavalcante e FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Onde estamos e por onde caminhamos: a participação das mulheres na política formal nos últimos 25 anos no Brasil. In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos (Org.). *Histórias Daqui e Dali*: religiosidades, culturas, políticas e literatura. Sobral – CE: SertãoCult; Edições UVA, 2021, p. 217 – 243; e ONU MULHERES. ATENEA — Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf. Acesso em: 28 de out. de 2024.

[1] Foi assinada de forma irrestrita nesse ano.

APÊNDICE P – ANO EM QUE AS MULHERES PASSARAM A VOTAR E SEREM VOTADAS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Quadro 33 – Cronologia da conquista dos direitos políticos das mulheres (votar e serem votadas) e participação das primeiras eleitas nos parlamentos nacionais na região da América Latina e do Caribe

País	Direito ao voto	Direito a se candidatar	Primeira no parlamento	Primeira na presidência do parlamento[2]
Antígua e Barbuda	1951	1951	1984	1994
Argentina	1947	1947	1951	1973
Bahamas	1961# / 1964	1962	1977	1997
Barbados	1950	1950	1966	2012
Belize	1954	1954	1984	1984
Bolívia	1938# / 1952	1938# / 1952	1956	1979
Brasil	1932	1932	1933	Não aplicável
Chile	1931# / 1949	1931# / 1949	1951	2002
Colômbia	1954	1954	1954	2021
Costa Rica	1949	1949	1953	1986
Cuba	1934	1934	1940	Não aplicável
Dominica	1951 / 1978	1951	1980	1980
Equador	1929# / 1967	1929	1960	2013
El Salvador	1939	1961	1961	1994
Granada	1951	1951	1976	1990
Guatemala	1946# / 1985	1946# / 1985	1954	1991
Guiana	1966	1966	1964	Não aplicável
Haiti	1950	1957	1961	Não aplicável
Honduras	1955	1955	1957	Não aplicável
Jamaica	1962	1962	1967	1984
México	1947	1953	1952	1994
Nicarágua	1955	1955	1972	1990
Panamá	1941# / 1946	1941# / 1946	1946	1994
Paraguai	1961	1961	1963	Não aplicável
Peru	1955	1955	1956	1995
República Dominicana	1942	1942	1942	1999
Santa Lúcia	1979	1979	1979	2007
São Cristóvão e Neves	1983	1983	1984	2004
São Vicente e Granadinas	1951	1951	1979	2020
Suriname	1975	1975	1975	1997
Trinidad e Tobago	1962	1962	1962	1991
Uruguai	1932	1932	1942	1963
Venezuela	1946	1946	1948	1998

Fonte: Próprio autor, a partir de Parline – dados globais sobre parlamentos nacionais da União Interparlamentar, disponível em: https://data.ipu.org/. Acesso em: 17 de setembro de 2024. Documento *A contribuição das mulheres para igualdade na América Latina e no Caribe* (2007) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

Nota: Foi considerado os países que integram atualmente o bloco intergovenamental de 33 estados denominado de Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

[2] Essas informações estão registradas no banco de dados como *Ano da primeira palestrante*, e trazem uma nota que explica que se trata da data em que pela primeira vez na história parlamentar do país uma mulher presidiu a casa parlamentar, seja ela a Câmara Alta ou Baixa.

#Concedido com restrições.

APÊNDICE Q – DADOS SOBRE AS LEIS DE COTAS DE GÊNERO NA POLÍTICA E QUANTITATIVO DE MULHERES ELEITAS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Quadro 34 – Sistema político eleitoral, leis de cotas de gênero e quantidade de mulheres nas casas legislativas região da América Latina e do Caribe.

(continua)

País	Estrutura parlamentar	Sistema político	Lista	Ano da lei de cota[2]	% da cota	Ano da última eleição	Câmara Baixa ou Única	Câmara Alta
							A* / M** / %	A* / M** / %
Antígua e Barbuda#	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2023	18 / 1 / 5,6 (E)	17 / 7 / 41,2 (N)
Argentina	Bicameral	Presidencial	Fechada	1991 / 2017 (27.412)	50	2023	257 / 109 / 42,4 (E)	72 / 33 / 45,8 (E)
Bahamas	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2021	39 / 7 / 17,9 (E)	16 / 5 / 31,3 (N)
Barbados#	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2022	30 / 8 / 26,7 (E)	21 / 8 / 38,1 (N)
Belize#	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2020	32 / 5 / 15,6 (E)	14 / 6 / 42,9 (N)
Bolívia	Bicameral	Presidencial	Fechada	1997/2010	50	2020	130 / 60 / 46,2 (E)	36 / 20 / 55,6 (E)
Brasil	Bicameral	Presidencial	Aberta	1995/1997	30	2022	513 / 90 / 17,5 (E)	81 / 14 / 17,3 (E)
Chile	Bicameral	Presidencial	Aberta	2015	40	2021	155 / 55 / 35,5 (E)	50 / 13 / 26,0 (E)
Colômbia	Bicameral	Presidencial	Aberta	2011	30	2022	187 / 55 / 29,4 (E)	108 / 33 / 31,4 (E)
Costa Rica	Unicameral	Presidencial	Fechada	1996/2009	50	2022	57 / 28 / 49,1 (E)	----------
Cuba	Unicameral	Comunista	Aberta	Não Existe	0	2023	470 / 262 / 55,7 (E)	----------
Dominica#	Unicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2022	32 / 12 / 37,5 (E)	----------
Equador	Unicameral	Presidencial	Aberta	2012	50	2023	137 / 59 / 43,1 (E)	----------
El Salvador	Unicameral	Presidencial	Aberta	2013	30	2024	60 / 19 / 31,7 (E)	----------
Granada#	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2022	16 / 5 / 31,3 (E)	13 / 4 / 30,8 (N)
Guatemala	Unicameral	Presidencial	Fechada	Não Existe	0	2023	160 / 32 / 20,0 (E)	----------
Guiana	Unicameral	Pres. - Parl.	Fechada	Não Existe	0	2020	71 / 28 / 39,4 (E)	----------
Haiti@	Bicameral	Presidencial	Não se aplica	1987	30	2015/16	119 / 0 / 0 (E)	10 / 0 / 0 (E)

Quadro 34 – Sistema político eleitoral, leis de cotas de gênero e quantidade de mulheres nas casas legislativas região da América Latina e do Caribe.

(conclusão)

País	Estrutura parlamentar	Sistema político	Lista	Ano da lei de cota[2]	% da cota	Ano da última eleição	Câmara Baixa ou Única	Câmara Alta
							A* / M** / %	A* / M** / %
Honduras[&]	Unicameral	Presidencial	Fechada	2000/2013	50	2021	128 / 35 / 27,3 (E)	----------
Jamaica	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2020	63 / 17 / 27,4 (E)	21 / 8 / 38,1 (N)
México	Bicameral	Presidencial	Fechada	2014/2021	50	2024	500 / 251 / 50,2 (E)	128 / 64 / 50,0 (E)
Nicarágua	Unicameral	Presidencial	Fechada	2010	50	2021	91 / 49 / 53,8 (E)	----------
Panamá	Unicameral	Presidencial	Aberta	1997/2012	50	2024	71 / 15 / 21,4 (E)	----------
Paraguai	Bicameral	Presidencial	Fechada	1996	20	2023	80 / 19 / 23,8 (E)	45 / 11 / 24,4 (E)
Peru	Unicameral	Presidencial	Fechada	1997/2019	40	2021	130 / 50 / 38,5 (E)	----------
República Dominicana	Bicameral	Presidencial	Aberta	1997/2002	33	2024	190 / 70 / 36,8 (E)	32 / 04 / 12,5 (E)
Santa Lúcia	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2021	18 / 2 /11,1 (E)	11 / 5 / 45,5 (N)
São Cristóvão e Neves[#]	Unicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2022	16 / 5 / 31,3 (E)	----------
São Vicente e Granadinas	Unicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2020	22 / 5 / 21,7 (E)	----------
Suriname	Unicameral	Presidencial	Não se aplica	Não Existe	0	2020	51 / 16 / 31,4 (E)	----------
Trinidad e Tobago	Bicameral	Parlamentar	Não se aplica	Não Existe	0	2020	42 / 12 / 28,6 (E)	32 / 13 / 40,6 (N)
Uruguai	Bicameral	Presidencial	Fechada	2009/2018	50	2024	99 / 25 / 24,0 (E)	31 / 10 / 32.0 (E)
Venezuela	Unicameral	Presidencial	Fechada	2004/2008	50	2015	167 / 37 / 22,2 (E)	----------

FONTE: Feito pelo próprio autor a partir dos ados de IPU Parline - dados globais sobre parlamentos nacionais. Disponível em: https://data.ipu.org/. Acesso em 25 de out. de 2024; Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral – IDEA - Banco de dados de cotas de gênero. Disponível em: https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas-database Acesso em 25 de out. de 2024; Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe da CEPAL. Disponível em: https://oig.cepal.org/. Acesso em 25 de out. de 2024.

[1] Foi considerado os países que integram atualmente o bloco intergovenamental de 33 estados denominado de Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

[2] Ou ano em que a lei foi modificada pela última vez.

[#] País não membro do IPU

* Quantidade de assentos da Câmara;

** Quantidade de mulheres eleitas na última eleição.

(E) significa “eleito diretamente”
(N) significa “nomeado”
- Foram considerados para as porcentagens das Câmaras, altas e baixas, somente uma casa à esquerda da vírgula e se arredondando o número para cima, quando possível.
@ Membro do IPU, contudo não participante. O país em questão está vivendo uma crise democrática desde as últimas eleições e seus dados eleitorais não foram atualizados por conta do seu contexto político. A vista disso, mesmo com legislação de cotas de gênero, nenhuma mulher faz parte do parlamento haitiano

APÊNDICE R – LEI DE COTAS DE GÊNERO E REFORMAS ELEITORAIS

Quadro 35 – Dispositivos legais que no Brasil buscam dirimir as assimetrias de gênero na política e contribuir para o acesso das mulheres aos espaços de poder formal nesses últimos trinta anos

(continua)

Lei, emenda e/ou resolução	Ano	Breve resumo
Lei 9.100	1995	Conhecida como Lei de Cotas, regulou as eleições de 1996 e instituiu a reserva de 20% das candidaturas para as mulheres.
Lei 9.504	1997	Conhecida como Lei das Eleições, em vigor ainda hoje, previu que cada partido ou coligação deveria reservar no mínimo 30 e no máximo 70% para candidaturas de cada sexo (não só para mulheres).
Lei 12.034	2009	Minirreforma eleitoral alterou a Lei dos Partidos (9.096/1995) e a Lei das Eleições, orientando que cada partido deveria empregar 5% dos recursos para promoção e difusão da participação das mulheres na política e tornando efetivamente obrigatório o preenchimento – troca “deverá reservar” por “preencherá” – das porcentagens previstas em lei – 30 e 70%.
Lei 13.165	2015	Minirreforma eleitoral, atendendo a ADI 4650/2015 do STF, regulando as eleições de 2016 e modificando o financiamento das campanhas, proibindo que pessoas jurídicas realizem doações diretamente aos candidatos e candidatas – financiamento privado. Essa reforma aprovou uma anistia aos partidos que tinham descumprido até aquele momento a aplicação dos no mínimo 5% do Fundo Partidário para campanhas eleitorais de mulheres.
Lei 13.487	2017	Cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, Fundo Eleitoral, de origem pública com objetivo de ser usado nas campanhas. A lei 13.488/17 complementa a criação do FEFC..
Resolução 23.568	2018	Revogada pela Resolução 23.605, estabelecia diretrizes para a gestão do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), determinando que no mínimo 30% dos recursos recebidos pelo fundo e 30% do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral deveriam ser reservados às candidaturas de mulheres.
Lei 13.831	2019	Segunda anistia aos partidos descumpridores da aplicação dos 5% do Fundo Partidário.
Resolução 23.605	2019	Estabeleceu novas diretrizes para gestão e distribuição do FEFC e do Fundo Partidário. Foi alterada pela Resolução 23.664 de 2021.
Resolução 23.610	2019	Dispõe sobre a propaganda eleitoral e reforça o mínimo de tempo de propaganda, 30%, para candidaturas de mulheres. Foi alterada pelas Resoluções 23.671 de 2021 e 23.610 de 2024.
ADPF 738	2020	Propôs reserva de recursos de campanha para eleições proporcionais sobre os princípios de gênero e também de raça. Foi inserida nas resoluções 23.605 e 23.610 de 2019.
EC 111	2021	Definiu que os votos recebidos por mulheres e pessoas negras que concorrem à Câmara dos Deputados entre 2022 e 2030 devem ser contabilizados em dobro para fins de distribuição do FEFC e o Fundo Partidário.
EC 117	2022	Tornou constitucionais as ações afirmativas para mulheres nas eleições, alterando o art. 17 da Constituição de 1988, reforçando a aplicabilidade dos 5% do Fundo Partidário para promoção e difusão das campanhas de mulheres na política e definindo os mínimos de 30% para a distribuição do FEFC e o tempo de propaganda eleitoral. Anistiou os partidos que tinham descumprido a legislação até a data da promulgação.

Quadro 35 – Dispositivos legais que no Brasil buscam dirimir as assimetrias de gênero na política e contribuir para o acesso das mulheres aos espaços de poder formal nesses últimos trinta anos

(conclusão)

Lei, emenda e/ou resolução	**Ano**	**Breve resumo**
EC 113	2024	Originada da PEC 09/2023, aprovada em 22 de agosto de 2024, obriga a aplicação de 30% de recursos financeiros do FEFC e do Fundo Partidário para as candidaturas de pessoas pretas e pardas e novamente prevê anistia aos partidos políticos que tinham descumprido a lei em vigor até a data da promulgação desta.
Resolução 23.729	2024	Regulou as eleições municipais de 2024 e definiu que os recursos financeiros para candidaturas de mulheres e pessoas pretas e pardas deveria ser repassado em conta específica até o dia 30 de agosto, além de, pela primeira vez, possibilitar que os candidatos e candidatas declarem suas orientações sexuais no ato do registro da candidatura e que esta informação seja publicada.

Fonte: Adaptado de MARQUES, Danusa. Linha do tempo Ações afirmativas para mulheres na política eleitoral brasileira. In: Nexo Jornal, 2024. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2024/04/16/acoes-afirmativas-para-mulheres-na-politica-eleitoral-brasileira. Acesso em: 28 de out. de 2024.

ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

EC: Emenda Constitucional

PEC: Projeto de Emenda à Constituição

ANEXO A – QUADRO DE ENTREVISTAS

DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Regina Elena Magalhães **Data de Nascimento:** 14/11/1960 **Residente em:** Rua João Carlos de Oliveira, s/n, Centro de Catunda **Data da realização:** 28/10/2021 **Duração:** 02h16min57s58
DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Mª Iracilda Borges Catunda **Data de Nascimento:** 12/11/1961 **Residente em:** Rua Ver. Joaquim Fernandes Nau, nº 339, Caixa d'água, Catunda **Data da realização:** 02/11/2021 **Duração:** 50min63s47
DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Joana D'arc de Sousa Ferreira **Data de Nascimento:** 05/06/1979 **Residente em:** Rua João Carlos de Oliveira, s/n, Centro, Catunda **Data da realização:** 05/11/2021 **Duração:** 1h08min44s77
DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Lindomária Peres Muniz **Data de Nascimento:** 03/04/1973 **Residente em:** Fazenda Olho d'aguas dos Bois, Zona Rural, Catunda **Data da realização:** 08/11/2021 **Duração:** 37min26s97
DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Ravenna Fernandes Gomes Mesquita Lima **Data de Nascimento:** 14/11/1960 **Residente em:** Rua Vila Nau, 715, Centro, Catunda **Data da realização:** 09/11/2021 **Duração:** 01h25min13s59
DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Antonia Gonçalves Magalhães **Data de Nascimento:** 14/11/1960 **Residente em:** Rua João Carlos de Oliveira, s/n, Centro de Catunda **Data da realização:** 11/11/2021 **Duração:** 26min47S2 **Data da regravação:** 18/11/2021 **Duração:** 09min13s87
DADOS DA ENTREVISTA **Depoente:** Maria Valdeci dos Santos **Data de Nascimento:** 23/10/1950 **Residente em:** Rua Francisco Pereira Nau, 000, Centro de Catunda **Data da realização:** 17/11/2021 **Duração:** 01h39min04s96

ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2021

NÚCLEO VISÃO GERAL

1. Gostaria de iniciar com um pouco de sua trajetória pessoal.
(Sua idade, naturalidade, grau de instrução, profissão e outras informações)

NÚCLEO PRÁTICA POLÍTICA

2. Como a senhora iniciou no mundo político?
3. Como era o ambiente político naquele momento e por que decidiu participar como candidata à cargos públicos?
4. Como foi a sua experiência com os partidos políticos e suas estruturas?
5. O que mais marcou sua carreira política?
6. No tempo em que esteve no cargo político que ocupou, como a senhora conciliava a vida pública com a vida privada (no seio de sua família)?
7. Conte sobre a experiência de legislar/gestar em um ambiente majoritariamente masculino.
8. Você já sofreu alguma discriminação ou passou por alguma experiência constrangedora por seu uma mulher atuando na política?
9. O fato de ser uma mulher contribuiu para sua atuação na política?
10. Para a sociedade, você acha que existem diferenças entre mulheres e homens na política? Se sim, quais?
11. O que a senhora acha do movimento feminista?
12. Quais eram as suas prioridades políticas naquele momento? A questão das mulheres era uma demanda daquele momento?
13. Acredita que sua experiência na política modificou a senhora pessoalmente? Como?
14. A senhora voltaria a ocupar um cargo político nos dias de hoje?

NÚCLEO PRODUÇÃO HISTÓRICA E MEMORIALÍSTICA

15. Como a senhora se percebe na História contada em Catunda até o momento?
16. Se possível, como narraria suas contribuições para a memória política da cidade?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2021

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, em uma pesquisa científica. Sua participação é facultativa, e caso não queira participar você não precisa explicar o porquê. Após o início da pesquisa, caso não queira mais continuar a participar não terá nenhuma consequência.

Para confirmar sua participação, você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente ao final deste. Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, como objetivos, metodologia, riscos e benefícios e outras.

Este termo refere-se ao trabalho de conclusão de curso DO CONHECIDO FIO À INEXPLORADOS RASTROS: ENTRANÇANDO MULHERES E POLÍTICA NA HISTÓRIA RECENTE DE CATUNDA-CE (1992 – 2020), desenvolvido por WAGNER CAVALCANTE FARIAS, com objetivo principal é *entender a participação das mulheres na política formal no Município de Catunda, considerando a História e Memória escrita sobre essas sujeitas e a experiência de cada uma delas, narrada por elas mesmas.*

A pesquisa será realizada através de uma ENTREVISTA GRAVADA EM ÁUDIO, em dia e local a ser marcado junto a senhora, caso seja aceita sua participação.

O método da pesquisa NÃO CRIA QUALQUER RISCO físico e/ou moral, inversamente TENDE FORTEMENTE PARA O SEU BENEFÍCIO, pois ao participar da entrevista, terá oportunidade para dividir suas vivências e experiências quanto mulher na política, estará contribuindo para aumentar a compreensão acerca da participação das mulheres nos espaços de poder político formal no Município de Catunda e, ainda, com a reescrita da História Local.

O pesquisador garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

As informações prestadas fundamentos para um Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e outros possíveis trabalhos científicos derivados desta pesquisa, preservando sempre o sigilo e confidencialidade.

Para contatar o investigador da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail para wagnercavalcantef@gmail.com, ou ainda, ligar e/ou mandar mensagem via WhatsApp para o telefone (88) 9 9427 – 2341 a qualquer momento.

Eu,_____,
CONCORDO em participar voluntariamente do estudo anteriormente descrito.

Catunda, _____/_____/ 2021

_____
Assinatura do participante

_____
Wagner Cavalcante Farias – Pesquisador

ANEXO D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE VOZ E NOME UTILIZADO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS EM 2021

Pelo presente Instrumento, _____, nascido(a) em ____/____/_____, brasileiro(a), _____ (profissão), _____ (estado civil), portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) _____, CEP: 62297-000, Catunda, Ceará, ora denominado CEDENTE, firma e celebra com Wagner Cavalcante Farias, nascido em 04/04/1998, brasileiro, professor, solteiro, portador do RG nº 2008.215.791-4, inscrito no CPF sob o nº 067.128.233-66, residente e domiciliado na Rua Zacarias Félix, s/n, Centro, CEP: 62297-000, Catunda, Ceará, ora denominado CESSIONÁRIO, o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS DO USO DE VOZ E NOME.

Pra fins de esclarecimento, FICA ACORDO QUE:

01. Esta cessão é de caráter gratuito, definitivo, irrevogável, irretratável, de forma ilimitada e por prazo indeterminado, não havendo impedimento para que o CESSIONÁRIO utilize o material captado como desejar para outras produções científicas futuramente;

02. A CEDENTE renuncia desta data a qualquer tempo, o recebimento de quaisquer remunerações pela autorização objeto deste termo, comprometendo-se livremente a nada exigir do CESSIONÁRIO, em tempo algum e a qualquer título.

03. A cessão objeto deste Termo abrange o direito do CESSIONÁRIO de utilizar a VOZ E NOME da CEDENTE sob as modalidades existentes, tais como reprodução, representação, tradução, distribuição, entre outras, sendo vedada qualquer utilização com finalidade lucrativa;

04. O presente Termo é celebrado em caráter definitivo e irretratável obrigando-se as partes, por si, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Catunda, _____/_____/ 2021

_____

Assinatura do(a) Cedente

_____

Assinatura do Cessionário

Testemunha nº1 _____ RG: _____

Testemunha nº2 _____ RG: _____